UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Letras

FRANSÉRGIO FOLLIS

CIDADE E CIDADANIA: FRANCA (1890-1996)

Araraquara - SP
2007

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Fransérgio Follis

Cidade e Cidadania: Franca (1890-1996)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus de Araraquara, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Araraquara - SP

2007

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Fransérgio Follis

Cidade e Cidadania: Franca (1890-1996)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus de Araraquara, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Araraquara, 10 de agosto de 2007

_____

Prof. Dr. José Antônio Segatto

_____

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

_____

Profa. Dra. Hercídia Mara Facuri Coelho

_____

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

_____

Profa. Dra. Maria Tereza Miceli Kerbauy

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Para minha esposa Ana Rita.

Para minha mãe Maria Nair.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço o professor Dr. José Antônio Segatto pela confiança dispensada e pela orientação ao longo do trabalho.

Minha eterna gratidão a Agnaldo de Sousa Barbosa, amigo de todas as horas que com muita sapiência deu contribuições valiosas a esse trabalho. Com ele eu pude compartilhar, discutir e aperfeiçoar idéias, hipóteses e conclusões. Muito das minhas conquistas na área acadêmicas, inclusive essa tese de doutoramento, foi fruto de seus desafios e provocações, assim como de seu constante incentivo.

Minha eterna gratidão também à minha esposa Ana Rita Gallo. Pessoa que com muita paciência ouviu os meus desabafos, meus dilemas e minhas descobertas, e com sabedoria discutiu, apoiou e sugeriu caminhos. O freqüente diálogo com ela tornou esse longo trabalho muito menos árduo e solitário. Suas contribuições foram de grande importância, seus incentivos fundamentais.

Às professoras integrantes da banca do exame de qualificação, Dra. Maria Tereza Miceli Kerbauy e Dra. Anita Simis, agradeço pelas sugestões e pelos apontamentos que certamente contribuíram para aperfeiçoar esse trabalho. Meus agradecimentos também a Hercídia Mara Facuri Coelho, orientadora do mestrado que me abriu as portas da pesquisa e com quem eu muito aprendi. Essa tese de doutorado é, em grande medida, uma continuação do trabalho iniciado no mestrado.

Meus agradecimentos à Ana Maria, Daniel, Ethiene e Sabrina, pessoas que muito me ajudaram na coleta de fontes imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço também a colaboração dos funcionários do Museu Histórico Municipal de Franca e do Arquivo Histórico Municipal de Franca. A esses eu agradeço em nome de suas competentes e prestativas diretoras, respectivamente, Maria Margarida B. Panssani e Graziela Alves Corrêa.

Agradeço também ao casal amigo Alexandre e Rita pelo incentivo e indicações bibliográficas. Ao colega de curso Élsio Lenardão eu agradeço pelas sugestões bibliográficas e pelo envio de sua tese. Ao colega Mauro Ferreira eu agradeço o envio de seus trabalhos e os depoimentos e informações que foram de grande importância para a solução de dúvidas e desenvolvimento de algumas questões. À colega Renata Nascente eu agradeço pela dedicação e grande competência na tradução para o inglês do resumo e das palavras-chaves dessa tese.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

A busca constante por bibliografias recentes me possibilitou fazer também novas amizades. Pelo envio ou disponibilização de fontes bibliográficas, eu agradeço a Elisângela Chiquito, Maria Cecília Fuentes, Sarah Feldman e Rosana Silva.

Lembro e agradeço também os incentivos, que nunca passaram desapercebidos, de familiares e amigos. Meu pai Antônio. Irmãos Fernando, Cláudia e Carmen. Cunhados Lorenzo, Ricardo, Nilza e Márcio. Tios Carmelon e Nilza, José e Cidinha, Romero e Zilda. Primos Mário Érico, Eduardo, Aurélio, André, Francisco e, especialmente, Ruth e Alexandre. Amigos Sandro, Paulo Castral (também pela ajuda na edição das figuras), Paulo Nogueira, Marco (Madeira), César, Mariângela, Alessandra, Sônia, Renata Nunes, Marcos Gigante, Ailton, Waldir, Marco Pratta, Rodrigo, Denise, Marcelo, Renata, João, Eliciane, Lauro e Luís Fernando.

Por fim, registro o meu agradecimento a CAPES, agência que durante 24 meses financiou essa pesquisa.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo central desvendar como se processou a expansão urbana e a obtenção de equipamentos e serviços públicos coletivos (entendidos como direitos sociais urbanos) pelos moradores da periferia da cidade de Franca-SP, no período compreendido entre os anos de 1890 e 1996. Para isso, procuramos analisar tanto os ideais e os interesses que nortearam a política urbana levada a efeito pelo Poder Público Municipal, quanto às circunstâncias históricas (políticas, econômicas e sociais) que possibilitaram ou motivaram a formulação de direitos sociais urbanos e a luta coletiva por esses direitos. Conforme constatado, o fato da expansão urbana da cidade ter ocorrido via loteamentos legais, apesar de contribuir para a não proliferação de favelas e de loteamentos clandestinos, não proporcionou aos seus moradores o imediato acesso a equipamentos e serviços públicos coletivos imprescindíveis a uma boa qualidade de vida. Isso ocorreu porque, em detrimento do interesse público, o Poder Público Municipal promoveu uma política urbana de caráter patrimonialista orientada para o atendimento dos interesses privados de loteadores e proprietários de terras para fins urbanos. Nesse contexto, a conquista de grande parte dos direitos sociais urbanos nos loteamentos periféricos da cidade, assim como também em vários conjuntos habitacionais de promoção pública destinados a famílias de baixa renda, passou a depender, em grande medida, da mobilização coletiva de seus moradores que, a partir da década de 1940, foram tomando consciência de que eles também têm direito, enquanto moradores da cidade e pagadores de impostos, aos equipamentos e serviços públicos coletivos já disponibilizados aos moradores das áreas mais privilegiadas da cidade, desencadeando, assim, a luta por melhoramentos. Como conseqüência dessa trajetória histórica marcada pelo predomínio de interesses privados sobre o interesse público, ao contrário do que seus propagandistas têm defendido, a cidade de Franca apresentou, e ainda continua a apresentar, problemas urbanos comuns àqueles vivenciados pela maioria das cidades brasileiras, com destaque para a especulação imobiliária com a terra – responsável pela subutilização de áreas dotadas de melhoramentos públicos –; expansão urbana indiscriminada e desordenada via loteamentos periféricos longínquos e carentes de equipamentos e serviços públicos coletivos e loteamento de áreas impróprias para a edificação.

Palavras-chaves: política urbana; habitação popular; equipamentos e serviços públicos urbanos, movimentos populares urbanos; cidadania; patrimonialismo.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

ABSTRACT

This study was aimed at revealing how it was processed the urban expansion and the development of collective equipment and public services (understood as urban social rights) by the outskirt population of the city of Franca-SP, between the years of 1890 and 1996. In order to accomplish this task, we tried to analyze the ideals and interests which guided the urban policies taken by the Municipal Public Administration, related to the historic circumstances (political, economic and social) which made possible or motivated the elaboration of the urban social rights and the collective struggle for these rights. As it was realized, the fact that the urban expansion in the city must have occurred by legal plotting, although contributing to the non-proliferation of slums and illegal area occupation, did not provide the outskirt population access to public equipment and services indispensable to acceptable life standards. This happened because, contrary to public interest, the Municipal Public Administration created a patrimonial urban policy oriented to private interests of urban land owners. In this context, the conquer of a great deal of social urban rights in the outskirts of the town, as well as several public built housing complexes designated to low-income population, started to depend on, in great measure, to the collective mobilization of its inhabitants who, from the 1940s on, began to get more conscious about their rights, as town citizens and tax payers, having as reference the public equipment and services already available to the residents of more prominent town areas, launching, thus, the struggle for improvements. As a consequence of this historic trajectory characterized by the predominance of private over public interest, contrary to what advertisers have been defending, the city of Franca has always presented urban problems related to the ones experienced to the majority of Brazilian cities. Those regard plotting speculation, which has caused the sub-utilization of well urbanized areas; indiscriminated and unordered urban expansion in far away impoverished outskirt areas, lacking of urban collective equipment and services, and plotting of unsuitable areas for building.

Key words: urban policies; low-income housing; urban equipment and services; urban social movements; citizenship; patrimony ownership.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO 1 – O DESPONTAR DA CIDADE MODERNA 25

1.1. O ideário urbano moderno: da Europa para o Brasil 25

1.2. O desenvolvimento urbano de Franca no período cafeeiro 31

1.3. O Poder Público Municipal e a transformação da cidade do café 37

CAPÍTULO 2 – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E CIDADANIA NO PERÍODO CAFEEIRO 67

CAPÍTULO 3 – SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE INDUSTRIAL-OPERÁRIA 87

CAPÍTULO 4 – A POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA MORADIA PRÓPRIA E A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS URBANOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS 102

CAPÍTULO 5 – FAVELAS: A DIFÍCIL LUTA PELA MORADIA 127

CAPÍTULO 6 – A AUTOCONSTRUÇÃO DA CASA PRÓPRIA E A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS URBANOS NA PERIFERIA 148

CONCLUSÃO 192

FONTES 200

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 202

ANEXO 208

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

INTRODUÇÃO

Uma das mais importantes transformações provocadas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista industrial, que teve sua origem no século XVIII na Inglaterra com a Revolução Industrial e se expandiu para quase todo globo a partir de meados do século XIX, foi o crescimento das cidades e o desenvolvimento de uma vida urbana associada aos ideais de progresso, modernidade e civilização, em contraposição ao modo de vida rural, que passou a ser identificado com a rusticidade, o conservadorismo e o atraso.

A partir das primeiras décadas do século XX, a maioria da população dos países que foram se industrializando passou a viver em cidades. Processo que se desenvolveu inicialmente na Europa, mas que no decorrer desse mesmo século atingiu várias outras regiões do planeta, inclusive o Brasil. Dessa forma, nos lugares onde se desenvolveu, a industrialização impulsionou, em grande medida, o processo de urbanização.

Palco privilegiado das inovações advindas dos avanços científicos e tecnológicos que se aceleraram a partir de meados do século XIX, as cidades, sobretudo as mais prósperas, foram assumindo redobrado valor como *locus* da atividade civilizatória, espaço privilegiado para usufruir o conforto material e contemplar as inovações introduzidas pela aclamada modernidade. Isso contribuiu, ao lado de outros fatores não menos importantes, como a maior possibilidade de novas formas de trabalho e de melhor remuneração, para que as cidades em franco desenvolvimento passassem a exercer uma forte atração sobre as pessoas.

No Brasil, a emergência de uma vida urbana conectada com os ideais de modernidade e civilização teve sua origem na virada do século XIX para o XX. Nesse período, apesar da maioria da população brasileira ainda residir na zona rural, um número cada vez maior de pessoas passou a viver nas cidades. Tal tendência se processou com maior

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

intensidade nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e de maneira bastante expressiva nas capitais desses dois estados. Para se ter uma idéia, entre 1890 e 1920, a cidade do Rio de Janeiro saltou de um total de 522.651 para 1.157.873 habitantes, enquanto São Paulo passou de 64.934 para 579.033 habitantes, tornando-se a segunda maior cidade do país (MORAES, 1994, p. 37).

Esse aumento populacional urbano se deveu à vinda para as cidades de uma considerável parte dos negros libertos em 1888, mas, sobretudo, ao fluxo migratório de grande número de imigrantes europeus para o centro sul do país, visto que muitos desses estrangeiros acabaram se fixando nos centros urbanos dos municípios cafeicultores paulistas e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Contribuiu para isso a introdução da mão-de-obra livre e o desenvolvimento da cultura cafeeira, responsáveis, dentre outras coisas, pela vinda de grande quantidade de imigrantes europeus, pelo crescimento do mercado interno, do transporte ferroviário e da infra-estrutura urbana, pela acumulação de capital e pela dinamização da industrialização que se desenvolveu de maneira mais acelerada a partir das décadas de 1930 e 1940.

Assim, várias cidades do centro-sul do país transformaram-se em importantes pólos de atração populacional, pois passaram a se desenvolver como importantes centros de comércio, transporte, administração e de vários tipos de serviços públicos e privados. Muitas dessas cidades se tornaram também importantes centros industriais. A partir de meados da década de 1950, o desenvolvimento industrial do Sudeste, especialmente do Estado de São Paulo, atraiu para as cidades mais desenvolvidas dessa região grande quantidade de migrantes provindos do campo e de pequenas cidades do interior do Brasil. Esse processo perdurou com intensidade até a década de 1980, acelerando, em grande medida, o crescimento urbano e dando origem, nos centros urbanos mais pujantes, ao fenômeno da metropolização. O crescimento urbano do Brasil na segunda metade do século XX foi impressionante. Em 1940,

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

a população urbana era de 18,8 milhões de habitantes e representava 26,3% do total. Em 2000 ela atingiu 81,2%, com aproximadamente 138 milhões de habitantes. (MARICATO, 2002)

Em todos os lugares por onde se desenvolveram, as cidades criaram novas necessidades e, ao mesmo tempo, novas possibilidades de acesso a melhoramentos como o abastecimento de água tratada, rede de esgoto, galerias de águas pluviais, iluminação pública, energia elétrica, transporte coletivo, coleta de lixo, calçamento das ruas, praças ajardinadas, centros esportivos, culturais e de lazer, etc.

No Brasil, entretanto, assim como em outros países subdesenvolvidos, fatores como o crescimento acelerado e desordenado das cidades, a dificuldade financeira dos municípios, a incompetência administrativa, a falta ou o descumprimento do planejamento urbano, o descaso dos governantes pelos problemas urbanos da periferia e o direcionamento das verbas públicas para o atendimento de interesses pessoais e de grupos, dificultaram em grande medida a democratização do acesso aos equipamentos e serviços públicos urbanos, contribuindo, assim, para o agravamento da injustiça social.

Portando, apesar dos diferentes graus de intensidade, o processo de urbanização das cidades brasileiras foi marcado pela segregação das camadas mais pobres em periferias desprovidas parcial ou totalmente de equipamentos e serviços públicos necessários a uma vida urbana digna. A esse respeito, é digno de nota o fato de que, em 1998, as cidades brasileiras abrigavam 11,4% dos 55% de domicílios sem acesso a água potável e 48,9% dos domicílios urbanos não eram atendidos pela rede de esgotos. (MARICATO, 2002).

Em muitas cidades o déficit habitacional e a pobreza provocaram também o surgimento de cortiços e favelas, locais onde as condições de moradia e de vida são extremamente precárias. Nas favelas, em razão da ocupação do solo se dar ilegalmente, os moradores ficaram sujeitos às ordens judiciais de desocupação por mandatos de integração de posse. Além disso, grande parte das construções ocorreu em áreas de risco de

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

desmoronamentos e enchentes. Em razão da falta de equipamentos coletivos básicos ou de condições para pagar as taxas de implantação, ligação e consumo, tornaram-se comuns as ligações clandestinas e precárias de água e energia elétrica. Em muitas favelas e bairros periféricos, a água somente é obtida em bicas, chafarizes ou caminhões pipas, e, na emergência, mediante compra. O esgoto geralmente corre a céu aberto, colocando em risco a saúde das pessoas. A falta de iluminação pública deixa as ruas e vielas às escuras, facilitando a ação de criminosos e aumentando a insegurança.

Não resta dúvida que o acesso diferenciado aos equipamentos e serviços urbanos coletivos de responsabilidade do Estado se tornou um componente de grande importância na composição da desigualdade social no Brasil. Conforme ressalta Santos (1994), as cidades fazem dos habitantes das periferias, dos cortiços e das favelas, pessoas ainda mais pobres. Assim, a pobreza urbana não é apenas resultado do modelo sócio-econômico, mas também da não universalização do acesso aos equipamentos e serviços públicos coletivos necessários a uma qualidade de vida condizente com o progresso econômico das cidades e do país.[1]

Por outro lado, enquanto lugares onde tantas necessidades emergentes não conseguem ter respostas, as cidades estão fadadas a serem tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções (SANTOS, 1994, p.11). Dessa forma, entendemos que as cidades brasileiras também se tornaram, ao longo do século XX, espaços privilegiados de lutas e algumas conquistas, por parte de seus moradores, pelo direito a equipamentos e serviços urbanos coletivos propiciados pelo desenvolvimento econômico e tecnológico. O que se processou nas cidades foi então uma árdua luta por cidadania.

[1] Ver a esse respeito também Sorj (2001) e Kowarick (2000).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

O objetivo desse trabalho é desvendar como se processou a expansão urbana da cidade de Franca e qual o papel desempenhado por seus moradores na conquista do direito a equipamentos e serviços públicos urbanos no transcorrer do período compreendido entre a última década do século XIX e meados da última década do XX. Nesse sentido, nos interessa aqui todo tipo de ação coletiva reivindicativa de melhoramentos urbanos dos moradores da cidade, independentemente da existência ou não de vínculo com algum tipo de organização de defesa dos seus interesses coletivos como associações de moradores, centros comunitários, sindicatos, etc.

Localizada no nordeste do estado de São Paulo, atualmente a cidade de Franca abriga cerca de 310 mil habitantes, estando classificada na categoria de cidade média[2]. Fundada em 1805 e emancipada em 1824, a cidade conheceu o seu primeiro grande surto de desenvolvimento e crescimento populacional no período compreendido entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do XX, resultado da expansão da cultura cafeeira na região e da chegada da ferrovia. Em razão do seu desenvolvimento industrial, a partir dos anos 50 a cidade passou a receber grande número de migrantes. Como conseqüência, entre 1970 e 2000 a população urbana cresceu 207,3%, um crescimento bem superior à média nacional e muito maior que o das demais cidades médias do estado de São Paulo[3]. Além disso, em 2000 a taxa de urbanização atingiu 98,08%, uma das maiores do país, bem maior que a média brasileira que nesse ano era de 75,6% (SILVA, 2005).

[2] A expressão cidade média designa uma categoria de tamanho, cidades que comportam entre 100.000 e 500.000 habitantes. Foi cunhada em 1974, quando o Governo Federal criou o *Programa Cidades Médias* com o objetivo de frear o crescimento das grandes metrópoles, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro, direcionando a migração para as cidades de tamanho intermediário localizadas no interior dos estados. Para isso, essas últimas passariam então a receber maiores investimentos públicos visando a promoção de um desenvolvimento econômico capaz de atrair e sustentar o fluxo migratório. (FELDMAN, 2002; FELDMAN; FERREIRA, 2006).

[3] Nesse mesmo período, a taxa de crescimento da segunda colocada entre as cidades médias do estado de São Paulo, a cidade de São Carlos, foi de 125,9%.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Apesar desse rápido crescimento, desde a década de 1990 a cidade vem se destacando no cenário nacional por não comportar favelas[4] e por ter conquistado índice de quase 100% em abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgotos, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica.[5] Com base nesses aspectos a imprensa local passou a enaltecer a trajetória urbana de Franca como um exemplo a ser seguido. Nessa perspectiva, os governantes municipais vem sendo enaltecidos por terem conseguido conciliar rápido desenvolvimento industrial com ótima qualidade de vida, algo raro no país. O fato de a cidade ter-se desenvolvido evitando a proliferação de favelas vem assumindo grande importância na consagração dessa visão, visto que a ausência de favelas é apresentada como sinônimo de qualidade de vida urbana e de competência administrativa na execução de políticas públicas habitacionais voltadas para a população de baixa renda.[6] Em conseqüência dessa exaltação dos governantes municipais e de sua suposta consciência social, vem se processando o ocultamento da memória histórica da luta coletiva dos moradores da periferia contra a sua exclusão do acesso aos serviços e equipamentos urbanos.

Ao questionarmos essa visão sobre a trajetória urbana de Franca, pretendemos demonstrar ao longo desse trabalho que a expansão da cidade, apesar de se processar mediante a proliferação de loteamentos legais, apresentou, na sua essência, muito mais semelhanças que diferenças para com o processo de urbanização da maioria das cidades

---

[4] É bom esclarecer que a não existência de favelas em Franca baseia-se no conceito do IBGE, que considera favela apenas o conjunto de no mínimo 51 unidades habitacionais em terreno de propriedade alheia (pública ou particular). A nosso ver essa conceituação prejudica a constituição de um retrato mais real das condições de vida nas cidades.

[5] Os avanços significativos em investimentos que propiciaram à cidade atingir esses índices tiveram início na década de 1980 e somente se concretizaram na década seguinte. Em 2000, a cidade apresentava 99,32% da sua superfície urbana servida por água potável, 97,06 % de coleta e tratamento de esgotos, 98,92% de coleta de lixo e quase 100% de ligações de energia elétrica. (FERREIRA, 2006).

[6] Os relatos que reproduzimos na seqüência demonstram como a ausência de favelas é exaltada e reverenciada em Franca, vista como um referencial de grande importância na criação e divulgação de uma imagem positiva da história da cidade e, por conseguinte, de seus governantes. “Franca [...] é uma cidade privilegiada em vários aspectos. Não existem cortiços e favelas.” (PEIXOTO, 1990, p.12). “Fui fazer uma palestra na Fiesp nos anos [19]91, fazer um apanhado sobre Franca e quando eu falei que Franca era uma cidade industrial que não tinha favela foi um uau geral, chocante, beleza, admirável, você precisava ver” (CHIACHIRI FILHO, 17.4.2000, apud CAMPANHOL 2000, p.118). “[...] as condições de moradia das famílias carentes de Franca são boas. [...] Não há bolsões de favelas na cidade” (CAMPANHOL, 2000, p.171). Conforme mostraremos no capítulo 5, Franca não esteve completamente livre das favelas.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

brasileiras, pois, também em Franca, em detrimento do interesse público e social, a expansão urbana obedeceu às determinações dos interesses privados voltados para a otimização do valor da terra para fins urbanos.

Não obstante comportar algumas peculiaridades, como a não proliferação de favelas e de loteamentos clandestinos, acreditamos que ao longo de sua história a cidade de Franca apresentou – e em alguns aspectos ainda continua a apresentar – problemas urbanos comuns àqueles vivenciados pelas grandes e médias cidades brasileiras, com destaque para a especulação fundiária urbana – responsável, dentre outras coisas, pela subutilização de áreas dotadas de melhoramentos públicos –; expansão urbana indiscriminada via loteamentos distantes e desprovidos de equipamentos e serviços urbanos coletivos; e ocupação de áreas de risco ou impróprias para a edificação.

Assim, pretendemos demonstrar que os loteamentos legais destinados à população de baixa renda não garantiram aos seus moradores o direito de acesso a equipamentos e serviços públicos coletivos imprescindíveis a uma boa qualidade de vida. Dessa forma, tal como ocorrera nas grandes cidades, em Franca a conquista do direito a esses melhoramentos dependeu, em grande medida, da mobilização coletiva dos moradores. Entendemos que essa luta pelo direito à cidade se estabeleceu enquanto uma luta por direitos sociais urbanos, se constituindo, portanto, numa luta pela cidadania na cidade.

A concepção ampla e geral de cidadania que norteia nossa análise compreende as três esferas de direitos estabelecidas pelo sociólogo inglês Theodor H. Marshall para analisar o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra: os direitos civis ou individuais, os direitos políticos e os direitos sociais.[7] Os direitos civis são aqueles que buscam garantir as liberdades individuais contra a intervenção do Estado. Compreendem o direito à vida e à propriedade, as liberdades de ir e vir, de palavra e consciência, de firmar contratos, de

[7] Trata-se do texto clássico que apareceu originalmente em *Citizenship and Social Class*, obra publicada em Londres pela Cambridge University Press em 1950. Utilizamos aqui a publicação brasileira de 1967, da Zahar Editores, onde o texto aparece no capítulo três do livro intitulado *Cidadania, classe social e status*.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

organizar-se e se associar, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e das correspondências, de ter acesso à justiça e ser tratado com igualdade perante a lei. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente e acessível a todos. Os direitos políticos se referem aos direitos que possibilitam ao cidadão a participação no exercício do poder político, "como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo" (MARSHALL, 1967, p.63). Compreendem então os direitos de votar, de ser votado, de se organizar em partidos e de fazer demonstrações políticas. Sobre a possibilidade do exercício dos direitos políticos permitirem uma efetiva participação dos cidadãos nas decisões dos governantes, vale a ressalva de que mesmo no sistema político mais democrático, tal participação representa apenas um ideal, visto que a influência exercida pelas massas é periférica e marginal, já que as macrodecisões estão concentradas nas mãos de uma elite política ou classe governante (SAES, 2001). Já os direitos sociais, compreendem "tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade" (MARSHALL, 1967, p.63-64). Em resumo, os direitos sociais são aqueles que permitem ao cidadão uma participação mínima nas riquezas material e espiritual criadas pela coletividade (COUTINHO, 1999, p. 50).

Essa concepção ampla de cidadania diz respeito aos direitos do cidadão enquanto homem genérico ou homem em abstrato, ou seja, ao homem concebido em sua homogeneidade. No transcorrer do século XX, entretanto, num movimento crescente que se estende aos nossos dias, a cidadania, tanto o conceito como a prática, foi sendo constantemente estendida a casos específicos. Situações em que, conforme observou Bobbio (1992, p.68-9), o homem passa a ser considerado na singularidade e na concreticidade das suas diversas maneiras de ser e viver em sociedade, com base em diferentes critérios de

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

diferenciação, como a origem étnica, o gênero, a idade, a opção sexual, as condições físicas e mentais etc. Trata-se de um processo de gradativa diferenciação ou especificação dos carecimentos em que se solicita o reconhecimento e a proteção mediante a criação de direitos específicos decorrentes de necessidades singulares.[8]

Os direitos são, portanto, fenômenos sócio-históricos. A cidadania, tanto o conceito como a conquista prática dos direitos que a compõe, se estabelece num processo dinâmico e inacabado, visto que está sempre em construção[9]. Sendo assim, os direitos do cidadão são mutáveis, suscetíveis à transformação e à ampliação. A esse respeito Bobbio (1992, p.18) esclarece que o elenco dos direitos do homem "se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações e técnicas, etc".

Uma característica fundamental da cidadania moderna é sua tendência à universalização e à ampliação[10]. Tal característica advém do fato da mesma surgir e se desenvolver atrelada ao princípio da igualdade. Princípio este que ao ampliar o seu significado e adquirir valor universal transcendeu o sentido restrito que lhe deram os liberais, de igualdade apenas na liberdade, e passou a fundamentar não só a expansão dos direitos

---

[8] A esse respeito Sorj (2001, p.106-107) nos adverte para o perigo dos movimentos sociais que reivindicam identidades coletivas com direitos específicos colocarem em risco componentes fundamentais da cidadania, como o sentimento de fazer parte de uma comunidade cultural mais ampla e a busca por uma maior justiça social mediante lutas coletivas associadas às reivindicações tradicionais dos setores mais pobres da população por melhores condições materiais de vida e acesso a bens de consumo coletivo. Nesse sentido, a conquista de alguns direitos específicos pode se efetivar como privilégios de grupo, contrariando assim o princípio fundamental da concepção de cidadania, ou seja, o ideal de igualdade. Ressalvamos, contudo, que esses movimentos sociais de grupos aderiram também, por vezes, a lutas em prol de benefícios múltiplos e coletivos que transcenderam interesses puramente específicos.

[9] A esse respeito, Bobbio (1992) ressalta que, ao contrário do que defendiam os pensadores jusnaturalistas liberais, mesmo os direitos individuais ou civis não têm nada de naturais, visto que o seu surgimento é historicamente datado, nasceram da exigência por liberdade individual dos que lutavam contra o dogmatismo das Igrejas e o autoritarismo dos Estados. Nesse sentido, a idéia de que os homens nasceram livres e iguais é uma exigência da razão, não uma constatação de fato ou um dado histórico.

[10] Enquanto o processo de universalização da cidadania diz respeito ao aumento do número de cidadãos efetivos que passam a usufruir direitos que já eram usufruídos por outros, o processo de ampliação diz respeito à criação de novos direitos.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

políticos, que até fins do século XIX se mantinham como privilégios de gênero e de classe (o homem burguês), como também a criação dos direitos sociais.

Observa-se, assim, que os direitos sociais foram surgindo como decorrência de um crescente interesse e luta pela igualdade em termos de condições dignas e decentes de vida, como um princípio de justiça social. Pressionado a garantir o acesso de todos a essas condições dignas e decentes de vida, o Estado passou a intervir também a favor das camadas excluídas. O desenvolvimento dos direitos sociais nos países europeus está ligado ao surgimento do que se convencionou chamar de *welfare state*.

Conforme Marshall (1967) já havia chamado a atenção em seu estudo sobre o percurso da cidadania na Inglaterra, o avanço dos direitos sociais cumpriu a função de diminuir a desigualdade social produzida na sociedade capitalista, na medida em que contribuiu para que os componentes de uma vida civilizada e culta, originalmente monopólio de poucos, fossem, aos poucos, postos ao alcance de muitos. Nas palavras do próprio Marshall (1967, p.94-95):

> A ampliação dos serviços sociais não é, primordialmente, um meio de igualar as rendas. Em alguns casos pode fazê-lo, em outros não. A questão não é de muita importância; pertence a um setor diferente da política social. O que interessa é que haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis – entre o sadio e o doente, o empregado e o desempregado, o velho e o ativo, o solteiro e o pai de uma família grande. [...] A igualdade de status é mais importante do que a igualdade de renda.

Dessa forma, especialmente no que se refere à esfera dos direitos sociais, a cidadania acabou entrando, por vezes, em contradição com a lógica do capital. A esse respeito Coutinho (1999, p.53) assinala que essa contradição se manifesta como um "processo no qual o capitalismo primeiro resiste, depois é forçado a recuar e fazer concessões, sem nunca deixar de tentar instrumentalizar a seu favor (ou mesmo suprimir, como atualmente ocorre) os direitos conquistados." Nesse processo, torna-se importante ressaltar que o Estado capitalista deixou de ser uma simples arma nas mãos da classe dominante e, sem deixar de representar

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

prioritariamente os interesses da burguesia, foi obrigado a se abrir também para a representação e a satisfação – ainda que sempre parciais – dos interesses de outros seguimentos sociais (COUTINHO, 1999). Pressionado pelas reivindicações e manifestações em favor das demandas sociais, o governo, seja ele municipal, estadual ou federal, por vezes, foi, e ainda é, em alguns casos, impelido até mesmo a contrariar alguns interesses capitalistas da burguesia.

A esfera da cidadania que analisamos nesse estudo, direito aos equipamentos e serviços públicos coletivos disponibilizados pela Municipalidade no meio urbano, é ao mesmo tempo social e específica. Social em razão de propiciar ao citadino o direito a um mínimo de bem-estar proveniente do desenvolvimento econômico da sociedade em que vive, da riqueza material produzida socialmente. Específica visto que diz respeito particularmente ao morador da cidade. Isso porque, diferentemente do que ocorre no campo, a aglomeração nos centros urbanos, como já observamos, gera novas necessidades e também novas possibilidades em serviços e equipamentos coletivos. A essa esfera da cidadania social damos o nome de cidadania social urbana e aos direitos que a compõem chamamos de direitos sociais urbanos. Logicamente, o direito social à moradia se constitui num pré-requisito para o acesso aos direitos sociais urbanos.

Contrariando o que vem sendo divulgado e enaltecido pelos meios de comunicação da cidade, acreditamos que em Franca, assim como se tem constatado nas grandes e médias cidades do país, o acesso a equipamentos e serviços públicos coletivos dependeu muito mais da mobilização e da luta dos moradores que da ação planejada e eficiente de seus governantes. Mesmo porque, conforme observa Coutinho (1999), antes de serem reconhecidos como direitos positivos, estatuídos nas constituições e nos códigos, antes mesmo de se efetivarem, os direitos se manifestam por meio de reivindicações e lutas. Além

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

disso, a simples existência de leis não garante a sua aplicação de maneira efetiva, daí a grande importância das mobilizações e lutas populares.

Por outro lado, a simples situação de privação, apesar de se constituir na base concreta fomentadora das mobilizações populares, não gera automaticamente ou necessariamente mobilizações e nem pode ser considerada a sua única causa (KOWARICK, 1988). Assim, a mobilização social por melhoramentos urbanos depende da tomada de consciência por parte dos citadinos de que eles têm direito, enquanto moradores da cidade e agentes sociais do seu desenvolvimento econômico, além de pagadores de impostos, de usufruir, em igualdade de condições para com os moradores das áreas privilegiadas, de equipamentos e serviços públicos coletivos.

Assim, o objetivo de desvendar o percurso da cidadania social urbana em Franca nos leva a desvendar tanto as circunstâncias históricas (políticas, econômicas e sociais) que possibilitaram ou motivaram a formulação de direitos sociais urbanos e a luta coletiva por esses direitos, quanto os elementos norteadores da política urbana municipal. Na análise da política urbana leva a efeito pelo Poder Público Municipal torna-se importante verificar os ideais e interesses que nortearam a ação dos governantes, a política habitacional adotada e as conseqüências para a cidadania social urbana de dois fenômenos tradicionais da cultura política brasileira: o patrimonialismo e o clientelismo. Sem dúvidas, esses dois fenômenos mantêm uma relação conflituosa com a cidadania e prejudicam o seu desenvolvimento.

Para a análise aqui empreendida, entendemos o fenômeno do patrimonialismo como uma estratégia dos grupos sociais, especificamente os dominantes, mas que permeia toda a sociedade, de uso do poder para apropriar-se de recursos econômicos ou privilégios.[11]

[11] Adotamos aqui a versão interpretativa presente na bibliografia brasileira que privilegia o "patrimonialismo de base societal" e salienta a sua sobrevivência nas relações sociais mesmo após as mudanças promovidas pelo Estado de arquitetura liberal, em contraponto à interpretação que privilegia o patrimonialismo como um fenômeno de Estado e aponta para a autonomia do estamento burocrático sobre a sociedade civil, do primado do Direito Administrativo sobre o Direito Civil, estabelecendo uma forma de domínio patrimonial-burocrática em que o indivíduo aparece desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado. A primeira versão tem entre os

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Conforme ressalta Sorj (2001, p.13), "uma das particularidades do moderno patrimonialismo brasileiro está na sua associação com uma extrema desigualdade social, a impunidade de suas elites e o abandono dos setores mais pobres da população."

No Brasil, os mecanismos de favorecimento típicos do patrimonialismo vêm provocando a "colonização" do Estado por interesses privados e a perda do sentido público, afetando a eficácia e a autonomia necessária da máquina governamental para planejar as ações com uma visão que transcenda os interesses puramente particulares. Isso porque o patrimonialismo teve como implicação a geração de relações promíscuas entre o espaço público e o espaço privado. No Brasil o espaço público quase sempre é visto ou como extensão do espaço privado, no qual se desconhecem a existência e a convivência com outros interesses, ou é tratado como terra de ninguém, espólio a ser capturado ou bem que pode ser dilapidado. Nessas condições, "a falta de instrução, a sensação de impunidade e a prepotência dos grupos dominantes convergem para o debilitamento da formação de um espaço público e fortalecem uma atitude de desacato à lei." (SORJ, 2001, p.30)

Por todas essas características, o patrimonialismo brasileiro favoreceu o estabelecimento de uma relação clientelista com o Poder que há muito vem limitando o desenvolvimento da cidadania no país. Fruto de relações pessoais estabelecidas entre pessoas que não possuem o mesmo poder econômico ou político, prestígio e status, o clientelismo baseia-se na concessão, por parte dos detentores do poder aos necessitados, de benefícios de origem pública ou privada, na forma de favores, em troca de apoio político e votos.[12] Trata-se, portanto, de uma relação pessoal fundamentada no favor e no compromisso de lealdade que extrapola a simples compra e venda de votos durante os pleitos eleitorais.

---

seus principais representantes Florestan Fernandes, Maria Sílvia de Carvalho Franco, José Murilo de Carvalho e Bernardo Sorj (2001), enquanto a segunda tem em Faoro (2000) o seu principal precursor (VIANNA, 2007). Sobre a utilização do conceito de patrimonialismo na bibliografia brasileira ver as análises de Campante (2003) e Vianna (2007). Segundo Sorj (2001, p.139), essa bibliografia "tendeu a uma visão dicotômica, como se fosse necessário optar entre a total autonomia do estamento burocrático e sua subordinação completa aos interesses locais, privatizantes."

[12] Para essa definição nos baseamos sobretudo em Burke (1980), Bezerra (1999) e Lenardão (2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Não restam dúvidas que as mudanças processadas no decorrer do século XX no Brasil, como a urbanização, a industrialização, o voto secreto, a introdução de leis trabalhistas e de formas de proteção social reconhecidas como direito social, o aumento da fiscalização sobre o setor público, a institucionalização de concursos para cargos públicos, entre outras, contribuíram para o enfraquecimento do clientelismo, pois provocaram a diminuição dos graus de dependência pessoal. No entanto, conforme observou Lenardão (2006, p.15), no Brasil o clientelismo ainda continua prejudicando o estabelecimento de alguns pressupostos básicos do Estado democrático-liberal que obstacularizam o desenvolvimento da cidadania, como "o livre exercício do voto, a mediação política exercida por partidos políticos, a existência de espaços institucionais de representação organizados a partir de relações políticas impessoalizadas, etc." O que se processou ao longo do século XX nas cidades brasileiras foi a consolidação de um clientelismo de vertente coletiva, modelo em que não só um indivíduo, mas sim um conjunto de indivíduos organizados em torno de algum objetivo coletivo, pede favor a um político local (LAISNER, 2000).

O recorte temporal estabelecido para o estudo aqui proposto, período compreendido entre a última década do século XIX e a última década do XX, se explica pela proposta de se entender a constituição do direito social aos serviços e equipamentos urbanos coletivos em Franca mediante a análise do processo histórico de sua emergência e desenvolvimento, pois:

> Particularmente no que diz respeito à cidadania social, o recurso à historicização é fundamental: só a história, ao nos dar a chave para a análise da mudança e a compreensão do homem como 'mundo dos homens', como ser concreto, torna possível o entendimento dos padrões existentes de bem-estar, que evidentemente variam no tempo e no espaço (NOGUEIRA, 1999, p.70).

O nosso ponto de partida, a última década do século XIX, é o momento em que a economia do município se dinamiza em decorrência do desenvolvimento da cultura cafeeira e da chegada da ferrovia e o núcleo urbano de Franca se expande e adquiri uma maior

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

importância como centro comercial e de prestação serviços. Como resultado, a partir desse momento o Poder Público Municipal começa a agir de maneira mais incisiva no espaço citadino objetivando dotá-lo de uma paisagem comparável aos mais modernos centros urbanos brasileiros, ação que como veremos no primeiro capítulo incluiria logicamente a implantação de equipamentos e serviços públicos coletivos modernos.

A delimitação final, compreendida entre as décadas de 1980 e 1990, se justifica especialmente por dois motivos. Primeiramente, esse período é marcado por uma grande expansão urbana periférica que otimizou a acumulação das empresas loteadoras e dos proprietários de áreas rurais limítrofes à área urbana e lançou a população pobre em loteamentos parcialmente ou totalmente desprovidos de equipamentos e serviços públicos coletivos. O segundo motivo, não menos significativo, refere-se ao fato de que na década de 1990, mais precisamente em 1997, ano em que a cidade passou a ser governada por um prefeito do Partido dos Trabalhadores[13], foi introduzido pelo governo municipal o orçamento participativo, proposta de gestão democrática pautada na participação direta da população na elaboração do orçamento público municipal, constituindo-se assim num canal de veiculação de demandas por parte dos moradores. Nesse sentido, o orçamento participativo apresenta-se como uma tentativa de ruptura com uma tradição política fortemente marcada pelo patrimonialismo e pelo clientelismo. Por tudo isso, a abordagem da cidadania social urbana em Franca a partir de 1997 implicaria necessariamente a análise do orçamento participativo, tema que em razão de sua complexidade e particularidade merece um estudo à parte.

O estudo aqui empreendido tem caráter essencialmente qualitativo. Para execução dessa tarefa contamos com uma gama variada de fontes, das quais podemos destacar as Atas da Câmara Municipal (ACM); Livros de Registros de Diversos Pareceres da Câmara Municipal (LRDP); Livros de Registros de Diversos Requerimentos da Intendência e

[13] Trata-se do ex-vereador Gilmar Dominici.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Prefeitura Municipal (LRDR); Livro de Registro de Baixas, Redução e Isenção de Impostos (LRBRII); leis e projetos de leis municipais, pareceres das comissões da Câmara Municipal (anexos aos projetos de leis); códigos de posturas; jornais; revistas, além dos estudos que compõem o Plano de Desenvolvimento Integrado de Franca de 1969, desenvolvidos pelo Grupo de Planejamento Integrado Ltda (GPI).[14] Contamos também com as informações e depoimentos de moradores presentes na bibliografia sobre a cidade e com as entrevistas concedidas por Eli Magno Faleiros (16.10.2006), empresário do setor imobiliário que atua em Franca desde a década de 1970, e Mauro Ferreira (23.9.2006), arquiteto que trabalhou na Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Franca entre 1977 e 1983, tendo também exercido a função de secretário municipal de planejamento na cidade entre os anos de 1997 e 2000.[15]

Buscamos, assim, alicerce em um *corpus* documental tanto farto quanto diversificado, com a finalidade de trazer à tona a ação do Poder Público Municipal de Franca e a experiência concreta de luta dos moradores da cidade pelo direito aos serviços urbanos coletivos nessa localidade, objetivando construir uma interpretação que mais se aproxime da lógica e das nuances que caracterizaram o percurso dessa esfera da cidadania social na cidade durante no período compreendido entre a última década do século XIX e a última década do XX.

[14] A referência aos documentos que contam com abreviaturas será efetuada por estas.

[15] Mauro Ferreira é também um estudioso do processo de urbanização da cidade de Franca. Desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre o tema (FERREIRA, 1989) e atualmente desenvolve pesquisa de doutorado sobre o Plano Diretor Físico de Franca de 1972. Tem também vários trabalhos publicados sobre a urbanização de Franca (Ver referências bibliográficas).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

1

O DESPONTAR DA CIDADE MODERNA

1.1. O ideário urbano moderno: da Europa para o Brasil

Um dos grandes problemas decorrente do processo de urbanização que se acelerou em grande medida a partir do século XIX, primeiro na Europa, e depois em várias outras regiões do globo, foi a formação nas cidades de um quadro caótico, marcado sobretudo pela insalubridade e por sua mais temível conseqüência: as epidemias consumidoras de vidas.

O ataque periódico das epidemias às mais prósperas cidades européias, – entre as quais se destacavam os centros urbanos industriais e as capitais nacionais como Londres, Paris, Berlim e Viena –, além de pôr em risco a economia dessas cidades e, por extensão, o desenvolvimento econômico do próprio país, colocava em dúvida alguns dos mais importantes pressupostos que davam suporte ao capitalismo: a razão, a ciência e o progresso.

Nesse contexto, a disseminação da "teoria dos miasmas", idéia que associava a ocorrência de epidemias com a insalubridade do meio urbano, foi decisiva para o desenvolvimento do ideal que viria a se tornar o mais forte pressuposto motivador e justificador das intervenções e reformas urbanas modernizadoras que transformariam a paisagem de várias cidades em todo o mundo a partir de meados do século XIX: a higienização.[16]

---

[16] No século XIX eram dois os paradigmas médicos vigentes a respeito das causas e os modos de propagação das doenças epidêmicas: a "teoria da infecção", conhecida também como "teoria dos miasmas" ou mesológica, e a teoria microbiana, também chamada de "teoria do contágio". Para os "teóricos infeccionistas" o aparecimento das doenças epidêmicas estava ligado à ação de "miasmas mórbidos" no ar ambiente, emanações pútridas "originadas de matérias orgânicas em decomposição existentes em pântanos, águas estagnadas, esgotos, ar viciado das habitações coletivas e da falta da circulação de ar" (COSTA, 2003, p. 85). Em discordância com os "infeccionistas", os adeptos da teoria microbiana defendiam que as moléstias podiam ser transmitidas mediante o contato físico direto com o doente ou de forma indireta, por meio do toque em objetos contaminados por esse ou pela respiração do ar que o circundava. De acordo com eles, o surgimento de uma determinada moléstia sempre

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

A descoberta de que as causas das precárias condições sanitárias estavam ligadas ao espaço construído fez com que as futuras leis sanitárias passassem a se desenvolver no sentido de uma legislação urbanística geral que, ao tratar a questão da higienização da cidade, abarcasse também outras necessidades da época, como a racionalização do espaço viário, com vista a facilitar a circulação, e o embelezamento.

Aos olhos da burguesia européia do século XIX, o estabelecimento de uma malha urbana composta por avenidas e ruas largas e retas, racionalmente interligadas para facilitar a circulação era de suma importância, uma vez que as ruas estreitas e sinuosas da cidade medieval não se adaptavam mais, nem em tamanho e nem em articulação, ao tráfego de várias cidades, constituindo-se agora em empecilhos ao fluxo rápido e constante de homens e mercadorias requerido pela economia capitalista que se desenvolvia em pleno vapor no velho continente. O embelezamento se expressaria por meio da construção de amplos bulevares, parques e praças ajardinadas e monumentais edifícios de arquitetura moderna.

Assim, baseados nesses três ideais modernizadores – higienização, embelezamento e racionalização da malha viária – e, em alguns casos, na necessidade de evitar ou reprimir possíveis revoltas das classes pobres, identificadas como classes perigosas[17], os administradores europeus passaram a intervir de maneira mais efetiva no espaço urbano. O objetivo era transformar a velha urbe antiquada, herdada do período medieval, em uma cidade civilizada, dotada dos novos atributos que a modernidade passara a exigir.

---

se explicava pela existência de um "veneno específico" que, uma vez produzido, podia se reproduzir no indivíduo doente e assim se espalhar na comunidade, independentemente da continuação das condições originais que haviam provocado o seu aparecimento (CHALHOUB, 1996). No que se refere às medidas concernentes ao combate à propagação das doenças no meio urbano, é evidente que as divergências também existiam. Os "contagionistas" recomendavam o isolamento dos doentes em hospitais distantes da área central das cidades, evitando assim o contágio de mais habitantes. Os "infeccionistas", por seu turno, consideravam tal providência ineficaz, e defendiam a eliminação das condições locais responsáveis pela produção das "emanações miasmáticas" nas cidades por meio das intervenções saneadoras no meio urbano (CHALHOUB, 1996).

[17] "Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares não especificados, mas presumidamente mais sanitarizados e certamente menos perigosos." (HOBSBAWN, 1996, p. 295).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Dentre todas as intervenções modernizadoras em aglomerados existentes, a reforma urbana realizada em Paris pelo barão Georges Eugène Haussmann entre 1853 e 1869 foi, sem dúvida, a que mais se notabilizou. Depois dessa reforma, Paris se tornou um modelo urbano para o mundo. Conforme salienta Berman (1990, p. 147): "Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon."

Norteado pelos ideais de higienização, embelezamento e racionalização do espaço urbano, Haussmann transformaria a velha Paris de estrutura ainda medieval numa cidade propriamente moderna, admirada e invejada em todo mundo. Assim, a antiga cidade foi demolida, e uma nova construída, mais "moderna e funcional", mas que acabou excluindo as populações mais pobres das ações urbanas modernizantes, empurrando-as para os subúrbios desestruturados, pobres e insalubres (MORAES, 1994, p. 18).

No Brasil, pelo menos até as últimas décadas do século XIX, apesar das transformações ocorridas na segunda metade do século – instalação de ferrovias, transição do trabalho escravo para o livre, imigração, crescimento relativo do mercado interno, início da industrialização e desenvolvimento do sistema de crédito –, não se alteraram profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância, vivendo na órbita dos potentados rurais (COSTA, 1994). As cidades permaneceram então com suas funções urbanas limitadas e pouco se transformaram.

Em razão disso, embora a elite brasileira admirasse as modernas cidades européias, especialmente a Paris de Haussmann, a modernização urbanística, incluindo a instalação ou ampliação dos equipamentos e serviços públicos urbanos, era vista como uma conquista específica da Europa ou, no máximo, uma possibilidade remota para as cidades

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

mais importantes do país. Assim, não obstante a realização de alguns poucos investimentos em infra-estrutura em algumas capitais estaduais, os centros urbanos brasileiros permaneceram sem nenhum melhoramento de grande expressão ou amplitude.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, entretanto, o crescimento da urbanização e a ampliação das funções urbanas e da influência da cultura européia – especialmente da francesa –, provocariam uma grande transformação em várias cidades brasileiras, sobretudo naquelas de crescimento emergente: a capital federal, as mais importantes capitais estaduais e cidades portuárias, e os centros urbanos do interior paulista que orientaram sua economia para a produção de café, principal produto brasileiro de exportação no período. Nesse período, o desejo dos administradores públicos de transformar o meio físico dessas cidades de modo a deixá-lo civilizado e moderno tornou-se mais possível e premente.[18]

No Rio de Janeiro, capital federal e principal porta de entrada do país, por exemplo, o interesse em modernizar desembocaria em uma grande reforma urbanística promovida e financiada, na sua maior parte, pelo governo federal entre 1903 e 1906, uma vez que a arcaica estrutura colonial da cidade e a precariedade de seu porto eram consideradas um problema nacional.[19] O planejamento geral da reforma urbanística do Rio ficou a cargo do engenheiro Pereira Passou, prefeito nomeado pelo então presidente Rodrigues Alves para realizar a tarefa. A influência da Paris de Haussmann na modernização do Rio de Janeiro é facilmente constatada. Os ideais que haviam orientado as grandes reformas parisienses foram

---

[18] Partindo da oposição entre "civilização" e "tempos coloniais", "a idéia de que existe um 'caminho da civilização', isto é, um modelo de 'aperfeiçoamento moral e material' que teria validade para qualquer 'povo', sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio" e "a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a 'grandeza' e a 'prosperidade' dos 'países mais cultos' seria a solução dos problemas de higiene pública", tornaram-se o senso comum dos administradores das cidades brasileiras emergentes nas últimas décadas dos Oitocentos (CHALHOUB, 1996, p. 34-35). Nas palavras de Sevcenko (1999, p.29): "A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia."

[19] A presença constante da febre amarela, enfermidade que atacava e matava sobretudo os imigrantes, daria ao Rio a fama internacional de "túmulo de estrangeiros", num momento em que o governo se esforçava em atrair o comércio, os investidores estrangeiros e a mão-de-obra imigrante para substituir o trabalho escravo abolido em 1888.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

adaptados ao Rio.[20] A nova paisagem do Rio de Janeiro, após a reforma procedida por Pereira Passos no curto espaço de três anos, transformou a cidade numa referência nacional em modernização urbanística. Nesse sentido, podemos dizer que o Rio de Passos passou a ser para o Brasil o que a Paris de Haussmann havia se tornado para o mundo: um modelo de cidade moderna.

O Rio, no entanto, não foi o único exemplo brasileiro a servir de espelho para as cidades que buscavam se modernizar. Nas últimas décadas do século XIX, a capital do Estado de São Paulo também se tornou uma referência, especialmente para as cidades cafeicultoras do interior paulista. Alguns dos seus melhoramentos serviram de exemplo até mesmo para a capital federal (MORAES, 1994). Desde o início da década de 1870, a dinâmica São Paulo – cidade que a partir do último quartel do século XIX foi transformada no principal centro articulador-técnico, financeiro e mercantil do café – já vinha sofrendo intervenções urbanas que, justificadas especialmente pela necessidade de higienizar o espaço citadino, objetivavam também efetuar o seu embelezamento e sua racionalização viária. Durante a administração de João Teodoro Xavier de Matos (1872-1875), gastou-se no embelezamento da Capital uma quantia aproximadamente igual à metade do orçamento anual da Província. Muitas ruas novas foram abertas e antigas ruas estreitas foram alargadas por meio de desapropriações e demolições de muitos prédios coloniais. Em 1873, as ruas que formam o triângulo central foram calçadas com paralelepípedos. A Várzea do Carmo foi drenada e um novo jardim público, denominado Ilha dos Amores, foi traçado numa pequena ilha do Tamanduateí. Em 1872, os lampiões a querosene das ruas foram substituídos pela iluminação a gás. Em 1888, foram instaladas as primeiras luzes elétricas nas ruas do Centro

[20] Nas palavras de Needell (1993, p. 57-58): "A ênfase na iluminação e na ventilação, por meio de ruas alargadas e novas vias, foi fundamental em ambas as reformas. A utilização de avenidas para conduzir o tráfego dos limites da cidade até o centro caracterizava os dois planos, assim como a abertura de outras vias, que dirigiam o fluxo para fora do centro. O impacto também se evidencia em aspectos cosméticos. A escolha do estilo arquitetônico, a ampla perspectiva da Avenida Central, a execução de jardins nas praças, a atenção dedicada ao Campo de Santana e o projeto do filho de Pereira Passos para a versão carioca da Ópera de Paris – todos estes aspectos parisienses foram primordiais para o significado da belle époque carioca que emergiu com Rodrigues Alves".

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

da cidade. Segundo Morse (1970), no final da década de 1880, São Paulo contava com o melhor sistema de água e esgotos do Brasil. No início da década de 1930, começa a ser implantado o Plano de Avenidas de Prestes Maia que viria a dar à cidade uma nova configuração espacial.

Tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a necessidade de higienizar o espaço urbano passou a justificar a invasão e a eliminação, por parte das autoridades públicas, das habitações consideradas insalubres e focos privilegiados para a propagação de doenças epidêmicas. O ideal de higienização deu sustentação à decretação de uma verdadeira guerra a velhas pensões e cortiços. A demolição dessas moradias coletivas, especialmente na região central dessas duas cidades – intensificada a partir da última década do século XIX –, desalojou uma grande parcela da população pobre e acabou agravando o problema do déficit habitacional, provocando assim a elevação dos aluguéis, fato que contribuiu para tornar as áreas centrais dessas cidades cada vez mais proibitivas às camadas populares.

No Rio de Janeiro, muitos dos antigos moradores dos cortiços que foram sendo demolidos na região central da cidade a partir das últimas décadas do século XIX, a maioria negra e mulata, acabaram pegando o que era possível aproveitar dos escombros das construções destruídas, subiram para os morros não urbanizados próximos ao Centro e construíram seus barracos. Surgiam assim as favelas.

A ocupação dos morros se deu em razão da necessidade de permanecer nas proximidades da área central, localidade onde as oportunidades de trabalho e sobrevivência eram maiores. Desta feita, o desejo da elite carioca de um centro burguês livre da incômoda vizinhança pobre e negra não se consumou plenamente. As favelas surgiram em plena “belle

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

époque carioca", denunciando o caráter discriminador e segregador da política urbana levada a efeito pelas autoridades municipais.[21]

1.2. O desenvolvimento urbano de Franca no período cafeeiro

A partir do último quartel do século XIX, o café ganhou grande importância nacional, projetando o Estado de São Paulo como o principal centro econômico do país. A riqueza proporcionada pela exportação desse produto fez com que o chamado "oeste paulista" se firmasse como a região mais dinâmica da economia brasileira.

Diferentemente de muitas cidades dessa região, que foram fundadas em razão da expansão da cafeicultura, Franca é uma cidade mais antiga. O povoamento da região remonta ao século XVIII, estando ligado à expansão da pecuária mineira para o nordeste paulista[22] e ao estabelecimento da "Estrada dos Goiases", importante rota de comércio que ligava a capital da província de São Paulo aos sertões de Goiás e Mato Grosso[23]. Ao longo do século XIX, Franca se tornou grande produtora de gado e importante entreposto comercial. Em 1805 foi fundada a freguesia que deu origem à cidade. A autonomia política foi conseguida em 1824, com a elevação à categoria de vila, a "Vila Franca do Imperador". Em l856 alcançou o *status* de cidade. Trata-se, portanto, conforme observou Di Gianni (1996, p.66), "de um município de *São Paulo velho*, isto é, de povoamento antigo que sofreu o

[21] Após a reforma urbanística de Pereira Passos e a Revolta da Vacina (1904), até mesmo a circulação da população negra e mestiça pobre pelo centro da cidade começou a ser reprimida com grande violência pelas autoridades públicas. A esse respeito ver Sevcenko (1984) e Chalhoub (1996).

[22] Conforme observou Prado Júnior (1953, p.194), "desde fins do século XVIII [...], os criadores mineiros começam a descer a Mantiqueira, indo estabelecer-se em São Paulo, na região que flanqueia a serra a oeste, de Franca a Mojimirim".

[23] "Por essa estrada levava-se gado, couros salgados e cereais para o sul a fim de serem trocados, sobretudo, por sal e artigos manufaturados; a importância do entreposto francano nesse caminho pode ser medida pela própria identificação do sal comercializado nas transações ao longo da 'Estrada dos Goiases' como 'sal da Franca'." (BARBOSA, 2004, p.17)

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

impacto da marcha do café, integrando-se à economia cafeeira e ao complexo ferroviário que se expandia simultaneamente."

Até a última década do século XIX, entretanto, Franca fora uma inexpressiva cidadezinha de feição colonial: a grande maioria da população residia na zona rural de onde tirava quase tudo de que necessitava e almejava para viver. A ida à cidade se dava apenas em ocasiões especiais como casamentos, enterros ou festas religiosas. Não obstante a existência de algumas áreas constituídas por chácaras e pequenos agrupamentos de casas rústicas e esparsas mais ou menos distantes do núcleo urbano central, como Boa Vista, Cubatão, Campo das Galinhas, Catocos (atual Vila Formosa), Coqueiros, Santa Cruz e Covas (atual Miramontes)[24], a área urbana de Franca ficou praticamente limitada à região correspondente ao atual Centro, no topo da Colina Central, área onde foi fundada a freguesia[25].

Nesse período, o Poder Público Municipal, sem grandes recursos e interesses, pouco se preocupou em investir no espaço urbano, que permaneceu desprovido de jardins, calçamento, água encanada, rede de esgoto, iluminação pública, luz elétrica e outros melhoramentos. Além disso, os animais domésticos andavam a solta pelas ruas de terra batida que recebiam as chamadas "águas servidas" dos prédios. Em 1882, um periódico local publicou duas notas que ilustram bem a paisagem urbana da época:

> A Municipalidade de Franca tem fiscal? E se o tem, porque nomeou para esse cargo um indivíduo cujo olfato é tão pouco desenvolvido? Nas ruas principais desta cidade, que nunca soube o que é higiene e que pouco se importa que os seus infelizes habitantes sejam ceifados pelas febres causadas pela podridão, vêem-se lamaçais cobertos de águas esverdeantes e podres, percebe-se cheiros fétidos que saem do interior dos quintaes... Obrigue esse

[24] Essas áreas não possuíam delimitação precisa. A identificação era determinada por marcos naturais, como morros, córregos, desníveis acentuados, ou pela presença de alguma instituição pública ou privada, como igrejas e pousadas. A título de informação, o povoado de Covas é mais antigo que o próprio sítio urbano central que deu origem à cidade em 1805, tendo se constituído enquanto pouso de passagem na "Estrada dos Goiases" ainda no século XVIII. No início do século XIX, surgiram o Centro e a Boa Vista. Entre 1840 e 1870, surgiram Cubatão, Coqueiros, Campo da Forca, Campo das Galinhas, Candeias e Catocos. Sobre a origem desses bairros ver Bentivoglio (1997) e Bentivoglio e Martins (1999). Ao longo do século XX essas áreas foram sendo loteadas, dando origem a vários bairros.

[25] O relevo da zona urbana de Franca é constituído por três colinas: a Central, local onde surgiu a cidade; a Santa Rita ou Santa Cruz, situada ao leste e separada da Colina Central pelo Córrego do Cubatão; e a Colina da Estação, situada ao oeste e separada da Central pelo Córrego dos Bagres. A partir da década de 1970, a área urbana começou a se expandir para além dessas três colinas.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> empregado a percorrer as ruas, a visitar açougues, tudo quanto revela incúria e desleixo e que pode ser prejudicialíssimo à salubridade pública. (O NONO DISTRICTO, 26.02.1882, p.1)
>
> [...] a cidade de Franca está material como intelectualmente atrazadíssima. Não tem mercado, não tem matadouro, não tem chafarizes, não tem largos arborizados, não tem ruas, calçadas, não tem nada. (O NONO DISTRICTO, 22.4.1882, p.1)

A partir da última década do século XIX, entretanto, a riqueza proveniente do desenvolvimento da cultura cafeeira no município – cujo período de maior vitalidade pode ser situado entre 1890 e 1920 –, a vinda de grande número de imigrantes e as facilidades e demandas proporcionadas pela chegada da ferrovia em 1887, provocaram o crescimento das atividades econômicas ligadas ao beneficiamento de café e cereais, ao comércio, à indústria, ao crédito e à prestação de serviços públicos e privados. Assim, conforme salienta Barbosa (2004, p. 27) "o número de armazéns de secos e molhados, por exemplo, cresceu surpreendentemente entre 1877 e 1912, passando de 25 a 138 – chegando a ser 190 em 1901". Fábricas de calçados, cerveja, licores, cigarros, sorvetes, além de tipografias, olarias, serrarias e muitos outros negócios especializados, foram criados para atender a demanda de uma população cada vez mais numerosa. Surgiram também casas bancárias como a de Chrysógono de Castro, fundada em 1893, e casas de comércio e de crédito, como a Casa Hygino Caleiro e a Casa Guerner. Em 1912 a cidade passou a ser servida pelo Banco de Custeio Rural. Em 1921 foi instalado o Banco Comercial do Estado de São Paulo e, um ano e pouco depois, o Banco do Brasil (BARBOSA, 2004, p. 11-27; RIBEIRO 1941, p. 152).

Na virada do século XIX para o XX, a indústria coureiro-calçadista, que viria a se tornar a principal atividade econômica do município a partir da década de 1950, já começava a se destacar entre as demais. Em 1901 existiam em Franca dois curtumes, uma fábrica de calçados e quatorze oficinas de sapateiro. De 1901 até 1920 foram registrados oito curtumes e quatro fábricas de calçados, além de onze oficinas de sapateiro que também fabricavam sapatos por encomenda. Entre 1920 e 1930, foram dezesseis as fábricas

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

registradas, dez curtumes e cerca de uma dezena de oficinas. Entre 1900 e 1940, foram fundadas 33 fábricas de calçados em Franca (BARBOSA, 2004).

Vários fazendeiros cafeicultores da região, interessados em investir seu capital também em atividades urbanas e se manter mais próximos das instâncias de poder, para exercerem o seu poder de mando, paulatinamente foram deixando suas residências rurais e se instalando na urbe. Esses moradores mais abastados passaram a exigir da municipalidade equipamentos e serviços urbanos como calçamento de ruas, água encanada, rede esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, energia elétrica, linha telefônica, jardins, teatros e hotéis. Ao mesmo tempo, procuraram também investir parte do seu capital no meio urbano, muitas vezes se aproveitando dos generosos incentivos oferecidos pelo Poder Público local à iniciativa privada para que esta provesse a cidade de alguns melhoramentos considerados vitais para a construção de uma paisagem citadina moderna. As notas do periódico francano, transcritas anteriormente, assinalam as reclamações de uma aristocracia ansiosa por melhorias no meio urbano, inclusive no que se refere à higienização do espaço urbano. Assim, conforme bem observou Martins (1993, p. 185): “O espaço urbano aparece então como solução dupla: instrumento de aplicação do capital de uma oligarquia enriquecida com o café e local de exercício da civilidade que tal grupo pretendia”.

Além dos fazendeiros, a cidade passou a receber também um número cada vez maior de negros libertos e seus descendentes, migrantes oriundos de diversas regiões do país e, em quantidade mais expressiva, imigrantes europeus. Provenientes do campo ou de outros centros urbanos, essas pessoas passaram a vislumbrar novas oportunidades na cidade de Franca, onde passaram a trabalhar como empregados em diversas atividades urbanas, como profissionais liberais, ou a atuar como pequenos empresários em atividades negligenciadas

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

pelas camadas dominantes locais, como o comércio e a indústria[26]. Segundo Barbosa (2004, p. 23), dos 44.308 habitantes que o município de Franca contava em 1920, 6.193 eram imigrantes, especialmente italianos (2.889) e espanhóis (2.281), perfazendo 21,35% da população total.

Esse desenvolvimento foi acompanhado por um rápido crescimento da população urbana que, de aproximadamente sete mil habitantes em 1903, saltou para cerca de onze mil em 1921, alcançando 18.072 moradores em 1937 e 20.568 em 1940 (FOLLIS, 2004, p. 33; GARCIA, 1997, p. 40).[27] Assim, já na década de 1890, a cidade presenciou um grande crescimento da sua malha urbana, evidenciado pela expansão do antigo núcleo central e pelo desenvolvimento de dois novos bairros: o Bairro da Estação, inaugurado com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1887 e a instalação da estação ferroviária numa área totalmente desabitada da Colina do Oeste, e a Cidade Nova, planejada pela municipalidade em 1892 na região norte da Colina Central (ver figura 1).

Na década de 1920, surgiram os primeiros loteamentos particulares na cidade. Com isso, a área urbana ultrapassou os limites do rocio, território sob o domínio da municipalidade que abrangia um raio de cerca de 555 braças (1.221m) a partir do pelourinho, marco do poder imperial localizado na Praça Barão da Franca, área central da cidade. Entre 1925 e 1945, foram efetuados os seguintes loteamentos: Vila Chico Júlio (1925), Vila Aparecida (1925), Vila Nicácio (1929), Vila Santos Dumont (1929); Vila Santo Antônio (1929); Vila Monteiro (1933) e Prolongamento da Vila Santos Dumont (1938) (ver figura 2).

Em Franca, pelo menos até a década de 1970, ao contrário do que ocorrera nas grandes cidades, a classe dominante não abandonará a região central da cidade localizada no

[26] A esse respeito Di Gianni (1996, p. 67) salienta que, na cidade de Franca: "Rapidamente os colonos ocuparam nichos de mercado – constituindo por vezes monopólios étnicos e étnico-familiares..." Segundo Barbosa (2004), a participação dos imigrantes, particularmente dos italianos, foi decisiva para a evolução da indústria do calçado em Franca, visto que vários imigrantes se tornaram empresários da indústria calçadista local.

[27] A população total do município cresceu 341,32% entre 1886 e 1920, passando de 10.040 para 44.308 habitantes, e 26% entre 1920 e 1930, chegando a 55.715 habitantes nesse último ano (BARBOSA, 2004, p. 22).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

topo da Colina Central. Os mais ricos continuarão habitando os sobrados e casarões localizados nas suas principais ruas e praças, locais onde também se instalaram as casas comerciais mais requintadas, os estabelecimentos de crédito e as primeiras indústrias de calçados da cidade, que irão aproveitar os antigos prédios comerciais e a presença de melhoramentos como água encanada, rede de esgotos, energia elétrica e calçamento. O comércio varejista se concentrará sobretudo ao longo da Rua da Estação, principal via de ligação entre o Centro e a estação ferroviária. Os grandes atacadistas se instalaram nos extremos desta rua, tendo sua maior aglomeração no Bairro da Estação. (RIBEIRO, 1941).

Favorecido pela presença da estação ferroviária, o Bairro da Estação se tornou uma importante área de atração populacional, uma alternativa bastante interessante para os recém chegados à cidade. Grande número de imigrantes, especialmente italianos, se dirigiu para esse bairro. Assim, o desenvolvimento econômico e o povoamento dessa nova área foram quase que instantâneos ao seu surgimento, marcado sobretudo pelo dinamismo da sua atividade comercial. Além dos grandes armazéns atacadistas de café, arroz e milho e outros produtos agrícolas, proliferaram pelo bairro diversos empórios de secos e molhados, hotéis, pensões, restaurantes, bares e cinemas. Pequenas oficinas e manufaturas foram surgindo, muitas fundadas por estrangeiros. Posteriormente apareceram também as primeiras indústrias. Isso fez com que o bairro se transformasse num importante pólo econômico, capaz de concorrer com o secular Centro da cidade (FOLLIS, 1998). Com o súbito desenvolvimento da área, três dos quatro novos loteamentos efetuados na cidade na década de 1920 ocorrerão nas suas imediações: Vila Chico Júlio, Vila Nicácio e Vila Santos Dumont. A Cidade Nova terá um crescimento mais lento que a Estação e, diferentemente desse bairro, se manterá, pelo menos até a metade do século XX, como área tipicamente residencial.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

1.3. O Poder Público Municipal e a transformação da cidade do café

A euforia em torno do desenvolvimento econômico e do crescimento da cidade de Franca favoreceu a incorporação dos ideais de progresso e modernidade em voga nos principais centros urbanos brasileiros na virada do século XIX para o XX. Com isso, aumentou a preocupação do Poder Público Municipal em controlar, ordenar e equipar melhor o espaço citadino. Para tanto, os administradores locais contaram com o aumento da arrecadação municipal, propiciada pelo desenvolvimento da cafeicultura e das atividades urbanas, pela criação de novos impostos e taxas e pela elevação de seus valores (FOLLIS, 2004).

Privados de auxílio financeiro significativo por parte dos governos estadual e federal – pelo menos até a década de 1930, quanto se verifica uma maior participação desses no financiamento de melhoramentos como o abastecimento de água encanada e a rede de esgotos –, os administradores municipais recorreram também à colaboração dos membros da classe dominante local, tanto no que diz respeito à tomada de empréstimos como no que se refere à participação da iniciativa privada em obras consideradas de vital importância para a construção de uma cidade moderna.[28] Os grandes empréstimos acabaram onerando os cofres municipais de Franca, comprometendo, assim, grande parte das arrecadações futuras.[29]

A partir da última década do século XIX, a cidade iniciou um processo de transformação urbanística que, especialmente nos aspectos referentes ao embelezamento e à implantação de equipamentos e serviços públicos urbanos, priorizou, pelo menos até a década de 1940, notadamente o Centro, local escolhido pela elite francana para representar uma

[28] A tomada de empréstimos foi um expediente bastante utilizado pelos administradores das cidades paulistas em processo de modernização, sendo os municípios mais ricos os que mais se endividaram. Para se ter uma idéia da importância dos empréstimos na constituição dos orçamentos municipais, em 1911 as obrigações derivadas das dívidas representavam 25% do total das despesas desses municípios, constituindo-se no item de mais alto valor (LOVE, 1982).

[29] Em 1933, o prefeito Barbosa Filho declarou "que a Prefeitura, para saldar debito do passado tem consumido quasi 50 por cento da sua receita" (TRIBUNA DA FRANCA, 16.7.1933, p. 1).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

cidade moderna e civilizada. Até a década de 1940, a modernização urbanística constituiu-se no principal signo do progresso econômico e da instalação da modernidade em Franca. (FOLLIS, 2004). O entusiasmo pelo ritmo da transformação urbana em curso na cidade na virada do século XIX para o XX pode ser percebido em nota do jornal *Tribuna da Franca* (25.12.1903, p. 2), logo no terceiro ano do século XX:

> Sempre em vias de progresso cada vez mais crescente, vemos esta bella cidade dia a dia arreiar-se de novas galas e pompas; dia a dia observamos que um novo melhoramento se introduz em seo seio e que, em vez de continuar a ser, como antigamente, um soturno e esteril "banco de areia", a Franca está conquistando garbosamente seguros elementos promissores de ser, em futuro não muito remoto, um verdadeiro edem paulista, um aprazivel ninho de encantos poeticos.
>
> O viajante dirá, por certo, que encontrou uma cidade muito diversa do que era, annos atraz, quando a irregularidade de suas ruas cheias de buracos e matagaes assustavam-no em seus passeios diarios ou mais o assombrariam em noites de pessima illuminação.
>
> Dirá também que as ruas estão, em sua maioria, bem calçadas, as praças arborisadas, que vio aqui um bonito jardim, ali outro em vias de construção, que os antigos casebres sem gosto architectonicos e que tresandavam ao bolor de taperas e ao de ratos e morcegos, foram substituidos por elegantes e solidos edificios que já dão a esta cidade adiantada onde a administração publica, sempre zelosa pelo bem geral, pelo interesse e bem-estar da população, não se esquece de unir a hygiene à esthetica, o util ao agradavel, o luxo ao necessário.
>
> Acrescentará esse viajante ou touriste que, alem do embellezamento dos squares e melhoramento das ruas, alem de ver correr com abundância a agua potavel dos chafarizes e torneiras destinados à servidão publica e particular, vio os activos empregados de uma companhia de força e luz mourejando com ardor na tarefa de collocação de postes e fios para a inauguração da luz electrica e que, a agua e a luz, sendo duas condições de vida indispensaveis, a patriotica municipalidade da Franca não se esqueceu de prover as necessidades do povo, tratando de solver esses dois problemas primordiais com o maximo empenho.

Assim, se para a cidade de São Paulo, usando aqui um critério da urbanização e da modernização urbanística, pode-se dizer que o período colonial só termina em 1870 (QUEIROZ, 1993), para Franca esse somente finda em 1890, momento em que realmente a cidade começa a despojar-se de uma feição essencialmente colonial rumo à constituição de uma paisagem propriamente moderna.

A chegada da ferrovia em Franca foi de fundamental importância para a transformação da cidade. Além de viabilizar a vinda de materiais e equipamentos para as

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

obras e de profissionais como engenheiros, arquitetos, paisagistas e trabalhadores da construção civil, os trilhos da Mogiana possibilitaram também um contato mais freqüente entre Franca e outros centros urbanos. Assim, foi-se criando condições favoráveis à importação dos ideais de modernidade e à padronização da cidade nos moldes já institucionalizados nas cidades mais desenvolvidas. Segundo Ferreira (1983, p.50), a partir desse momento, foram "surgindo residências, às vezes acopladas a cômodos de comércio, com projetos importados, nos estilos que vigoravam na capital, cópias que os barões do café, a elite local, começavam a imitar, dada a facilidade de comunicação que a ferrovia propiciava."

O desejo de acompanhar a modernização das mais importantes cidades brasileiras foi explicitado no *Tribuna da Franca* (21.04.1907, p. 1) da seguinte maneira:

> Actualmente preocupa o espirito de todos os povos o aperfeiçoamento de suas cidades e o desejo ardente que nutrem de dar às mesmas, a par da belleza architectonica todas as condições hygienicas, com o fim de tornal-as o quanto possivel salubres, isentas dos assaltos de terriveis epidemias.
>
> Esse ardor, digno de incondicionaes elogios, que tem por escopo o bem estar geral das diversas classes sociaes, tem, felizmente, despertado em nosso pais o mais serio interesse, a mais viva manifestação de apoio traduzidos nesses gigantescos melhoramentos porque têm passado todas as capitaes dos Estados e, notoriamente, a Capital Federal que, graças aos esforços de alguns homens do passado governo da Republica se tornou, no curto espaço de quatro annos, a mais notavel cidade da America do Sul.
>
> Sim, ahi está Ribeirão Preto ..., é hoje uma das melhores e das mais admiradas cidades do Brasil.
>
> Com um exemplo tão palpitante tão cheio de verdade e de seducção, deveria a nossa cidade ter acompanhado a sua co-irmã, já não diremos em todo o seu deslumbrante caminhar, mas ao menos nas ostentações progressistas de mais facil realisação.

Considerando que Franca, diferentemente de várias capitais estaduais e outras cidades de destaque no cenário nacional, não sofreu a intervenção de nenhum plano de remodelação urbana, a modernização da cidade se processou de forma gradativa, fruto da ação contínua do poder público municipal que, por meio da confecção e aplicação de leis municipais, aos poucos foi transformando a antiga vila do século XIX, marcada por uma

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

feição ainda colonial, em uma cidade de características tipicamente modernas (FOLLIS, 2004).

Foi a partir de 1890 que os administradores municipais começaram a interferir de maneira mais incisiva no espaço urbano de Franca na tentativa de conformá-lo às novas funções que o contexto político e econômico lhe imputava. Conforme observou Lima (1995, p. 93), foi no final do século XIX "que as Posturas expõem mais detalhadamente as normas para a 'construção' da cidade, ditando regras para alinhamento, arruamento e nivelamento das ruas e praças da cidade". Para isto, em l899 a Câmara aprovou um projeto que definiu o perímetro urbano de Franca, ou seja, a região a ser normatizada (ACM, 24.10.1899, p. 109-109v). A demarcação de um extenso perímetro urbano, que engloba até mesmo as chácaras, ultrapassando em muito a área edificada e arruada da cidade, evidencia o interesse da municipalidade em ordenar e racionalizar a expansão urbana de Franca que deveria se desenrolar a partir de então respeitando os padrões modernos de organização espacial.

O aumento da procura por terrenos no perímetro urbano motivou a sua transformação em mercadoria e o início da especulação imobiliária. Conforme observou Bentivoglio (1997, p.136), a partir de 1892, "predominariam ações de compra e venda envolvendo a terra urbana, encerrando o mecanismo das concessões enquanto instrumento responsável pela construção da paisagem citadina como indicou o loteamento da Cidade Nova e a procura por terrenos na Estação."

A presença de boçorocas[30] no meio urbano de Franca dificultou o estabelecimento de uma malha viária mais funcional na cidade, uma vez que prejudicou uma

[30] Popularmente conhecida como "buracão", a boçoroca, ou voçoroca, é uma fenda de enorme dimensão que ocorre em solos propícios a sua formação em decorrência da erosão provocada pelo desmatamento e outras ações do homem no meio. Em termos técnicos, as boçorocas resultam de processos erosivos acelerados cuja evolução supera a capacidade de recuperação do solo. Constituem a fase mais avançada dos processos erosivos lineares, combinando as ações do escoamento das águas de superfície e de sub-superfície. Esta combinação provoca uma erosão interna que remove as partículas do interior do solo, formando "tubos" vazios que causam o colapso e o desmoronamento das encostas, processo que promove o alargamento contínuo da fenda (AB'SABER, 1968; CHIQUITO, 2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

articulação eficiente entre o Centro e os bairros da urbe[31]. Diferentemente do que ocorrera nos grandes centros, onde a desapropriação de propriedades particulares assumiu um papel crucial na racionalização do espaço urbano da área central, em Franca esta prática teve pouca importância na transformação do espaço físico da cidade. As intervenções por meio das desapropriações muitas vezes foram impossibilitadas pela falta de verbas públicas para arcar com as despesas. No Rio de Janeiro e em São Paulo, a concentração de moradores pobres na área central motivou e facilitou as desapropriações.

Assim, a antiga malha urbana do Centro, composta por muitas ruas estreitas[32] e quarteirões irregulares, permaneceu praticamente inalterada, contrastando com as novas áreas da cidade que passaram a adotar as medidas estabelecidas nos códigos de posturas. Esse contraste tornou-se mais evidente após a implantação do traçado em sistema de xadrez com vias largas adotado no planejamento da Cidade Nova e dos novos bairros surgidos a partir da década de 1920 (ver figura 5).

Com o objetivo de controlar a expansão norte da área central da cidade, em 1893 a municipalidade começa a lotear a Cidade Nova, primeiro bairro totalmente planejado de Franca. O projeto coube ao engenheiro Ernesto da Silva Paranhos, que apresentou a planta em 1892. Projetado em forma de tabuleiro de xadrez numa extensa área plana da região mais alta da urbe, constituído de quarteirões quadrados regulares, ruas e calçadas largas e atravessado por duas amplas avenidas, a Avenida Francana (atual Major Nicácio) e a Avenida Rio Branco (atual Presidente Vargas), ambas com quarenta metros de largura, este loteamento

---

[31] Desde o final do século XIX, a presença de boçorocas no meio urbano de Franca era motivo de grande preocupação por parte do poder público. Em 1887, prevendo a expansão da cidade em razão da chegada da ferrovia, foi apresentada uma indicação para que a Câmara reivindicasse à Assembléia Provincial uma verba de vinte contos de réis para ser aplicada "nos concertos de diversas ruas, entupimento das grandes bossorocas que existem, não só no caminho da estação da via-ferrea, como mesmo unido á cidade, onde pode cauzar grandes prejuizos" (LRDP, 20.01.1887). A presença de uma grande boçoroca na encosta oeste da Colina Central (conhecida posteriormente como "Buracão do Pestalozzi"), além de interceptar as ruas Monsenhor Rosa e do Comércio, impossibilitava o prolongamento da Avenida Major Nicácio no sentido leste-oeste, o que impedia a conexão direta da Cidade Nova com os bairros da Colina da Estação, contribuindo assim para o congestionamento das duas vias que faziam a ligação Centro-Estação.

[32] Para ficarmos com apenas três exemplos, salientamos que a Rua do Comércio e as ruas Saldanha Marinho e Ouvidor Freire possuem menos de quatro metros de largura nos trechos do centro da cidade (ver figura 15).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

evidencia o desejo do poder público local em estabelecer um espaço físico moderno em Franca[33]. O planejamento da Cidade Nova exemplifica bem o que Romero (1976, p.275) observou em sua análise a respeito das transformações das cidades latino-americanas: onde não se pode ou não se quis demolir o velho centro colonial, procurou-se organizar a expansão das áreas adjacentes e dos novos bairros de acordo com os modernos princípios urbanísticos.

Apesar de ter sido poupada das devastadoras epidemias de febre amarela, que na virada do século XIX para o XX provocaram grandes distúrbios no Rio de Janeiro e em alguns dos centros urbanos paulistas mais pujantes, como Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba, Rio Claro e Campinas, a cidade de Franca foi acometida por vários surtos de varíola e varicela, sofrendo também com a gripe espanhola em 1918 (FOLLIS, 2004).

Com o súbito crescimento da população urbana na virada do século e o conseqüente aumento da possibilidade de surgimento de doenças epidêmicas, aumentou a preocupação com a salubridade da cidade. Com isso, o ideal de higienização foi incorporado pelos administradores municipais, passando então a motivar e justificar as intervenções no meio urbano. Além disso, a transferência, em 1893, da responsabilidade pelo serviço sanitário do Governo do Estado para os municípios, passou a exigir uma ação mais efetiva da Municipalidade nessa esfera. A preocupação maior era com os focos potenciais de "miasmas", visualizados nas águas estagnadas, no lixo em decomposição e nos animais mortos em putrefação no meio urbano. A apreensão presente na época em torno das condições higiênicas da cidade e da eminente ameaça das epidemias foi descrita da seguinte maneira na imprensa local:

> Entramos em plena estação calmosa, epocha em que, todos os annos e por toda a parte, as epidemias apparecem com mais intencidade.

[33] O símbolo mais expressivo desse espaço urbano geométrico e racional inaugurado com a Cidade Nova era, sem dúvida, as duas avenidas que o compunham. Planejadas com objetivos que ultrapassavam em muito as necessidades viárias da época, as avenidas Major Nicácio e Presidente Vargas expressavam o desejo da cidade de ser moderna (ver Figura 15). Aqui, mais do que nas capitais, as avenidas surgiram essencialmente como símbolos de uma nova época, e não como uma necessidade prática premente ou presumível. Essas vias superdimencionadas permaneceram semidesertas por quase um século, pois foi somente por volta da década de 1970 que elas começaram a ter um tráfego condizente com os seus amplos espaços.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> A nossa Franca é uma das cidades que menos têm soffrido neste sentido, devido tão somente as suas optimas condições climatericas e invejavel topographia, que nos offerecem a melhor garantia á salubridade publica.
>
> Isto não quer dizer, porém, que nos descuidemos dos mais comesinhos preceitos de hygiene ...; e tanto mais é de urgencia a observancia estricta de bôa hygiene, quanto é sabido que a Franca de hoje não é certamente a mesma de 8-10 annos antes.
>
> A sua população quase tem dobrado neste ultimo decennio, como tem dobrado o seu movimento de vida commercial e social tornando mais compacto o agrupamento das casas.
>
> Tudo isto está a exigir maiores cuidados de hygiene para garantir a salubridade publica; eis porque vimos hoje especialmente chamar a vistas do digno sr. Intendente em exercicio para um dos mais importantes dos ramos de serviço – a limpeza publica, que é, todo o mundo o sabe, a pedra angular do grande edificio da Hygiene (TRIBUNA DA FRANCA, 09.11.1905, p. 1).

O serviço de limpeza pública passou a ser considerado, então, “um dos mais importantes e indispensaveis serviços publicos”, visto que a urbe tinha “necessidade de demonstrar em todos os seus detalhes a verdade do seu progresso e civilização” (TRIBUNA DA FRANCA, 16.09.1909, p. 1).

Um dos grandes problemas higiênicos enfrentados pela municipalidade na época dizia respeito ao escoamento das chamadas “águas servidas”, uma vez que as ligações dos prédios à rede de esgoto somente tiveram início em meados da década de 1910 e se processaram de forma lenta e restrita (FOLLIS, 2004). Dessa maneira, apesar de ser proibido pelo Código de Posturas Municipais de 1890, a maior parte da água utilizada na lida diária dos moradores era lançada nas ruas, fato que, segundo um periódico local, incomodava “o tranzeunte com o seu fetido insupportavel”, além de “envenenar o ar com milhares de microbios, portadores de febres de mau caracter e outras molestias infecciosas” (TRIBUNA DA FRANCA, 12.05.1907, p.1).

Em 1902, a municipalidade contratou um empreiteiro para executar a coleta do lixo e das “águas servidas” (TRIBUNA DA FRANCA, 1º.3.1902, p.3). No entanto, dada a dificuldade encontrada pelos habitantes em armazenar a água utilizada em suas residências e a

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

irregularidade do trabalho de recolhimento dos detritos, este inconveniente higiênico continuou a incomodar os moradores e administradores municipais.[34]

Por várias vezes encontramos a imprensa francana exigindo providências e reclamando das precárias condições higiênicas do Centro, local onde as exigências quanto à higiene eram maiores e mais fiscalizadas. Em 1910, o *Tribuna da Franca* (13.10.1910, p. 1) fez o seguinte comentário a esse respeito:

> Consecutivamente recebemos pedidos afim de reclamarmos dos fiscaes municipaes energica providencias no sentido de serem punidas as pessoas residentes em as ruas centraes e movimentadas da cidade, as quaes em manifesta infração á letra do codigo de postura e aos preceitos hygienicos deixam escorrer para as sargetas publicas as aguas servidas de suas casas.
>
> Bem sabemos que em uma cidade como a nossa, onde não existe rêde de esgotos e não há aperfeiçoado serviço de limpesa publica, torna-se impossivel cohibir que sejam lançadas para as ruas o que propriamente se chama aguas sevidas; entretanto, não é precisamente disto que se trata, mas sim do despejo nas ruas de lavagem putrida, geradora de molestias fataes.

O Código Municipal de 1910 estabeleceu mais detalhadamente as regras para a higienização das propriedades particulares e para a limpeza pública da cidade. Segundo este código, as águas utilizadas nas casas deveriam ser colocadas em "vasilhas especiais" e entregues todos os dias às carroças da limpeza pública. Em 1920, o prefeito Torquato Caleiro promulgou uma lei proibindo o uso de latas e caixotes de lixo e obrigando a utilização dos recipientes tampados, de zinco ou ferro galvanizado, adotados pela Prefeitura (TRIBUNA DA FRANCA, 15.08.1920, p.2). Em outubro de 1925, o jornal *O Aviso da Franca* (25.10.1925, p.1) expôs o seguinte:

> É um espectaculo vergonhoso, e que vem desabonar grandemente a hygiene da cidade, o uso de exporse o lixo aí pelas calçadas, em latas abertas ou caixões.
>
> Não se precisa ser um hygienista para se julgar dos incovenientes que este uso traz.
>
> Dois remedios ha para isso: um já o foi applicado pelo ... dr. Antonio Petraglia, quando vereador, mas que caiu em desuso por exigir algum sacrificio das bolsas, nem todas capazes de o fazer.

[34] Em agosto de 1913, o Sr. Jorge Kamil foi multado pelos fiscais municipais por ter deixado "em suas sargetas aguas putridas estagnadas" (TRIBUNA DA FRANCA, 24.8.1913, p. 1).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> O que nós propomos é estabelecer o louvavel costume que ha no Rio: O lixeiro entra e váe buscar o lixo no quintal das casas. Quem não tiver quintal, compre uma lata propria para lixo, fechada, de accordo com o que dispõe o Codigo Municipal.

Esse artigo evidencia o desejo de adotar na cidade as práticas desenvolvidas nos principais centros brasileiros. Demonstra, também, as dificuldades enfrentadas pelos administradores municipais para implementar medidas que exigiam gastos por parte da população.

Até 1932, as carroças da limpeza pública de Franca percorriam apenas as ruas centrais da cidade, passando, a partir desse ano, a atender também os bairros Cidade Nova, Estação e Cubatão. Tal serviço era bastante deficiente, sendo freqüentemente criticado pela imprensa francana, que acusava os fiscais municipais de não fazerem as empresas concessionárias cumprirem as cláusulas estabelecidas no contrato. (FOLLIS, 2004).

No que se refere à fiscalização das habitações, a partir de 1907, o Poder Público local passou a ser auxiliado pelos fiscais do Serviço Sanitário do Estado. Esses agentes inspecionavam as condições higiênicas das casas e intimavam, quando necessário, o morador a cumprir as determinações previstas na legislação vigente. Encerradas as visitas aos domicílios, os fiscais entregavam um relatório ao poder público municipal que ficava, então, incumbido de fiscalizar o cumprimento das determinações impostas aos moradores. Para isto, os funcionários municipais muitas vezes recorriam às multas e, até mesmo, à interdição do prédio. Dentre as várias notificações efetuadas pelos fiscais sanitários do Estado entre 1907 e 1940 na cidade, destacavam-se as seguintes: limpeza dos quintais; reparos em cisternas e fossas; remoção de porcos; ligação às redes de água e esgoto; instalações sanitárias adequadas e extinção de fossas e cisternas nas áreas servidas pelas redes de água e esgoto; além de

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

reforma e demolição de prédios que se encontravam em desacordo com as normas sanitárias em vigor.[35]

Em nome da higienização, a Câmara Municipal de Franca passou a proibir a criação de animais no território urbano, uma vez que a desejada "cidade moderna" teria que se diferenciar do meio rural também nas suas atividades. Assim, a vida na urbe passou a exigir mudanças de hábitos já bastante arraigados entre a população. Em dezembro de 1898, os vereadores aprovaram uma lei que, além de proibir a criação de porcos, carneiros, cabritos e vacas no Centro da cidade, exigia que estes fossem abatidos no Matadouro Municipal (ACM, 10.12.1898, p.29v). Em 1914, a lei que proibia a criação de animais soltos foi estendida para os bairros compreendidos dentro de um raio de seis quilômetros a partir do Centro.

Os vários artigos de jornais denunciando a presença de animais domésticos no meio urbano deixam evidente a grande dificuldade enfrentada pela Municipalidade para coibir tal prática. Além de se constituir em um antigo costume trazido do meio rural, a criação de animais fazia parte da economia de subsistência que há muito tempo vinha contribuindo para a sobrevivência da população mais pobre da urbe. A polêmica em torno da lei que proibia a criação de porcos dentro da cidade é bastante elucidativa a esse respeito.

Discutindo o artigo 62 do Código de Posturas em vigor no ano de l889, o qual proibia a criação e conservação de suínos na cidade, o vereador Vassimon reivindicou à Câmara a permissão para os moradores poderem criar dois ou três porcos em chiqueiros forrados e bem conservados, pagando uma taxa de cinco mil réis à municipalidade, visto estarem "os preços os mais excessivos como do toucinho e mais viveres", e em razão de existirem "dentro da cidade muitos chiqueiros com porcos sem ter para isso os seus donos a competente licença, e que fiado neste principio entendia ser tolerado" (ACM, 24.12.1889, p.26-26v).

[35] Numa visita a Franca, efetuada em outubro de 1934, os agentes da Delegacia de Saúde de Ribeirão Preto inspecionaram 520 residências habitadas, 13 casas vagas, 2 prédios em construção e 430 fossas (TRIBUNA DA FRANCA, 1º.11.1934, p. 2).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

O relato do vereador Vassimon deixa claro que a população não respeitava as normas que proibiam a criação de porcos na cidade e que, na prática, havia até mesmo certa tolerância por parte dos fiscais municipais, uma vez que existiam “dentro da cidade muitos chiqueiros”. Numa vistoria efetuada em agosto de 1915, os fiscais sanitários intimaram vários proprietários que estavam criando suínos nos seus quintais (TRIBUNA DA FRANCA, 01.08.1915, p.1). Em abril de 1932, numa operação de averiguação realizada pela Delegacia de Saúde de Ribeirão Preto em Franca, foram removidos vinte porcos dos quintais de residências localizadas em pleno Centro da cidade (TRIBUNA DA FRANCA, 17.4.1932, p.1).

O ideal de higienização da cidade também serviu de justificativa para a criação de novos impostos urbanos. Em 1905, a Câmara Municipal instituiu um tributo no valor de 10% sobre o imposto predial urbano, denominado taxa do lixo (TRIBUNA DA FRANCA, 9.11.1905, p.1). Em 1912, foi criado o imposto de cinco mil reis anuais sobre cada habitação do perímetro urbano, destinado a auxiliar a verba desprendida pela municipalidade com a limpeza pública da cidade (TRIBUNA DA FRANCA, 18.4.1912, p.2).

No que se refere ao embelezamento da cidade de Franca, os esforços da municipalidade se concentraram mais especificamente em torno de dois objetivos: o ajardinamento das principais praças públicas e a construção de suntuosos prédios de estilo moderno.

O primeiro logradouro ajardinado da cidade foi a Praça Barão da Franca, que em 1901 foi decorada com canteiros arborizados e caminhos de terra batida, recebendo também, numa das suas laterais, um coreto de formato retangular (ver figura 9). No início da década de 1930, os passeios dessa praça foram calçados.

Até 1906, o Largo da Matriz (atual Praça Nossa Senhora da Conceição) se resumia a um extenso descampado dividido ao meio por uma trilha de terra batida, a Rua

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Marechal Deodoro, e ocupado apenas pela Velha Matriz e pelo Relógio do Sol (ver figura 6). Nesse ano foi iniciado o ajardinamento da parte do largo compreendida entre a Rua Marechal Deodoro e a Rua Saldanha Marinho, área frontal à nova matriz que começou a ser erguida em 1893. Em 15 de novembro de 1909, inaugurou-se esse jardim.[36] O comentário efetuado pelo Jornal *Tribuna da Franca* (18.3.1906, p.1) a respeito dessa obra evidencia, de maneira elucidativa, a presença dos ideais de embelezamento e higienização no ideário urbano de Franca:

> Essa idéia que tem sido unanimente apreciada é na verdade digna dos maiores encomios, porque satisfazendo uma necessidade sob o ponto de vista do Bello, corre evidentemente para melhorar as boas condições de hygiene publica, pois que ninguem ousará contestar que o largo de N. Senhora da Conceição, tal qual se achava, alem de attestar contra os nossos creditos de povo civilizado, poderia originar damnos não pequenos á saúde publica, attentas á lama, matto e aguas estagnadas que de ordinario cobriam toda a extensão da bella praça.

Em 1927, o poder municipal autorizou o início de uma obra que transformaria radicalmente a paisagística do local, com a demolição do antigo jardim e o ajardinamento do largo em toda a sua extensão. O projeto paisagístico foi elaborado pelo arquiteto francês Chauviére com base nos preceitos do estilo "rococó francês" (QÜEEN, 1986, p.55) (ver figuras 7 e 8). Em 1939, a Prefeitura promoveu a troca da grama e de várias plantas ornamentais dos canteiros da praça.

A Praça Nove de Julho, antigo Largo das Magnólias, foi outro logradouro central que recebeu um desenho paisagístico na década de 1930. O destaque decorativo ficou por conta do grande monumento em homenagem aos combatentes francanos da Revolução Constitucionalista de 1932, inaugurado em 1938. Para o orçamento de 1938 a Câmara aprovou uma verba de dez contos de réis para ser aplicada no ajardinamento de mais dois largos localizados na área central da cidade, a Praça do Cemitério (atual Pç. Carlos Pacheco

[36] De estilo eclético, essa praça foi dotada de caminhos curvilíneos e uma passarela central que interligava a velha matriz à nova. No centro foi construído um coreto de madeira, o primeiro do largo, as laterais foram decoradas com dois espelhos d'água contendo chafarizes (QÜEEN, 1986, p. 52) (ver Figuras 20 e 21).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

de Macedo) e a Praça Coronel Francisco Martins (área atualmente ocupada pelos prédios da CPFL e Caixa Econômica Estadual) (ACM, 15.9.1937, p.106v).

Até meados da década de 1930, os investimentos destinados ao ajardinamento dos largos da cidade beneficiaram exclusivamente as praças do núcleo central de Franca. As praças da Estação e da Cidade Nova, bairros já bastante povoados, não foram contempladas pelos projetos paisagísticos. Conforme observa Qüeen (1986, p. 106) a Praça João Mendes, surgida no início da década de 1890, na confluência do Centro com o Bairro Cidade Nova, "viveu mais de meio século sem vegetação e equipamentos, um terreno para a circulação de veículos e pedestres".

O Largo da Estação (Praça Sabino Loureiro), apesar de ser o ponto de chegada dos viajantes que aportavam na estação ferroviária, somente recebeu um projeto urbano-paisagístico, em meados dos anos 30 (ver figura 10). Essa obra foi severamente criticada pelos políticos oposicionistas anti-varguistas, visto que não era comum o direcionamento de verbas públicas para o ajardinamento de praças fora dos limites do Centro. Em 1935, o Jornal *A Tribuna* (3.3.1935, p.1) acusou os administradores municipais de executar esse serviço com fins políticos eleitoreiros:

> Parece-nos, e com franqueza dizemos, que aquelle punhado de pedras atirado alli, nada mais servio do que para propagandas políticas, para discursos com muita musica e foguetes, morte de um inocente, e de guindaste para elevar ao poder certos arruaceiros, amancebados e sedentos de collocação, ao lado do Sr. Getulio Vargas, aquelle que elles tentaram depor.

Na visão da classe dominante francana, a constituição de uma cidade "elegante" deveria se dar também pela substituição dos antigos prédios de estilo colonial por edifícios de arquitetura moderna. Assim, o ideal de embelezamento passou a justificar a imposição de normas cada vez mais rígidas às construções privadas, a criação de novos impostos municipais, como o tributo que passou a ser cobrado, a partir de 1908, sobre passeios sem calçamento em ruas ensarjetadas e a taxa de 50% sobre o imposto predial que, a

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

partir de 1900, começou a ser exigida de todos os proprietários de prédios que mantivessem escadas ou desnível nas calçadas. Em resposta a um abaixo-assinado de diversos moradores pedindo a revogação dessa taxa, a Comissão de Finanças da Câmara argumentou o seguinte: "Quanto a revogação do addicional dos 50% a conmissão é de parecer que a Camara não deve attender, tendo em vista o embelezamento da cidade" (ACM, 13;11;1927, p.67-67v.).

Com o objetivo de compor um novo cenário para Franca, semelhante àquele visualizado nas cidades mais importantes do país, em 1896 a Câmara mandou contratar com um engenheiro o feitio de três plantas de casas, obrigando aqueles que desejassem construir ou reconstruir seus prédios a fazê-los de acordo com os três modelos disponíveis (FOLLIS, 2004). Além das detalhadas normas para as construções, as Posturas de 1890 estabeleceram a proibição de se construir casas de meia água e a obrigação de calçar os passeios onde houvesse sarjetas e de caiar os muros e a frente das casas, assim como pintar as portas, janelas e beirais uma vez a cada dois anos. Amparado pela legislação, o Executivo municipal começou a reprimir, por meio de multas e ordens de reconstrução e demolição, os proprietários de prédios que não cumpriam, a seu ver, os preceitos referentes à "solidez" e à "estética".[37]

O Código Municipal de 1910 impôs regras mais rígidas e detalhadas à construção de casas, muros e calçadas e estabeleceu um regulamento mais enérgico para punir os proprietários de casas consideradas "ruinosas". Em 1912, o Vice-Prefeito Bento Teixeira Sampaio publicou um edital determinando um prazo de sessenta dias para a demolição ou

[37] Em 1890, o fiscal municipal recebeu ordem para mandar Francisco da Silva Espíndula "demolir sua casa, que fica abaixo da Cadeia, no prazo de 30 dias. E também avisar outro cidadão a reconstruir a frente de sua casa, localizada na rua Municipal esquina da rua Santa Cruz, no prazo de 30 dias" (ACM, 24.3.1890, p.46v-47). Em 1894, o fiscal informou que apesar de ter embargado a construção de uma casa na "rua abaixo da Misericordia" o proprietário estava continuando a obra. Com isto, a Câmara pediu para o intendente "cumprir a Lei Municipal mandando multar ao dito proprietário e demulindo a casa a sua custa" (ACM, 7.04.1894, p. 69v). Em fins de 1905, o fiscal José Rosendo solicitou a demolição de uma casa localizada na Rua Couto Magalhães, "o que foi promptamente obedecido e executado" pelo proprietário (LRDP, 18.12.1908). Em resposta a um morador que pedia para ampliar sua residência na Rua do Carmo (atual Campos Sales) mediante a construção de cômodos "com altura inferior a 18 palmos", a Câmara negou a concessão "por ser contraria não só a lei como ao embelezamento da cidade" (ACM, 20.9.1890, p. 68-68v).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

reconstrução “dos predios, muros e edificios de quaesquer especie em estado de ruinas” (TRIBUNA DA FRANCA, 31.3.1912, p.2).

Em 1914, o prefeito concedeu noventa dias de prazo para a reconstrução dos portões que não estivessem de acordo com as disposições do artigo 264 do Código Municipal de 1910, que rezava o seguinte: “Os portões que derem entrada para quintaes ou terrenos no perimetro central, deverão ter a altura minima de 2^{m}, 20, guardando-se a proporção da largura, sendo pintadas a oleo as portadas e folhas”. Assim como essa lei, outras identificadas mais estreitamente com a decoração dos prédios, como a obrigatoriedade de construir tipos específicos de calçadas e de colocar platibandas nas casas, eram aplicadas exclusivamente na região compreendida pelo “perímetro central” (FOLLIS, 2004).

Acreditamos que essas obrigações impostas aos moradores da região central da cidade, somada a outros fatores que ainda serão abordados, acabaram dificultando a permanência e a instalação das camadas mais pobres da população nessa área, provocando, assim, a procura por bairros onde as exigências quanto ao embelezamento, à higienização e à racionalização do espaço citadino eram menores e menos fiscalizadas.

Além de exigir o cumprimento das leis elaboradas para embelezar a cidade, o Poder Público local passou também a incentivar a participação dos moradores nesse sentido. Em abril de 1912, a Câmara Municipal aprovou uma lei isentando do imposto predial urbano - fixado em cinco mil réis anuais -, por um prazo de cinco anos, as casas que fossem construídas com “valor locativo nunca inferior a trezentos e sessenta mil reis por anno” (TRIBUNA DA FRANCA, 18.4.1912, p.2).[38] Nesse mesmo mês, a Prefeitura aumentou esses benefícios ao retirar também as taxas de alinhamento e nivelamento.[39] No ano seguinte à

[38] Pudemos constatar que essa lei manteve-se em vigor pelo menos até 1921. Em razão da grande quantidade de casas de aluguel nas cidades brasileiras nesse período, o valor das casas era aferido com base no seu valor de locação (BONDUKI, 1998).

[39] Para conceder essas isenções, o poder público exigia a apresentação da “planta” da casa a ser construída, na verdade, um croqui bem desenhado em que o pretendente deveria destacar a riqueza dos detalhes arquitetônicos da construção (ver figura 16).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

promulgação dessas leis, um jornal francano comentou a importância dessa iniciativa pública para o surgimento de prédios modernos na cidade:

> Assim é que em quasi todas as praças e ruas estão se edificando solidos e vistosos predios, uns destinados a residencias particulares, outros apropriados para estabelecimentos commerciaes.
>
> As reconstrucções dos velhos predios vão dia a dia augmentando-se, remodelando assim a nossa cidade, que agora já não nos apresenta o tristonho aspecto de cidade antiga. Todos os predios que estão em reconstrucção, obedecem o estylo da architectura moderna.
>
> Em parte, cabe a nossa edilidade esse movimento que ahi vemos, pois ella votando uma lei que isenta do imposto predial pelo praso de cinco annos a todo aquelle que construir dentro da cidade, muito tem contribuido para esse notado e animador movimento.
>
> Não obstante a escassez de material, a qual já vae fazendo sentir os seus effeitos, e o grande augmento de seu custo, não obstante, diziamos, a tudo isto, as novas edificações e reconstruções proseguem, sujeitando os interessados a importação desse material por preço carissimo.
>
> Nada menos de 90 predios estão a concluir suas obras.
>
> É, pois, com satisfação que vemos esse movimento que óra se opéra em pról do engrandecimento desta terra, que incontestavelmente progride (TRIBUNA DA FRANCA, 10.4.1913, p.1).

Salientando a carência de moradias e o alto preço dos aluguéis na cidade, em 1920 a Câmara aprovou uma lei concedendo a isenção de impostos municipais por quinze anos para grupos de no mínimo quatro casas de aluguel destinadas às classes populares.[40] Por se tratar de moradias populares, a municipalidade reservou para si o direito de escolher o local onde estas poderiam ser edificadas, evitando assim a construção de prédios simples e pequenos na região central da cidade e, por conseguinte, a instalação de pobres nessa área. O valor máximo das casas de aluguel destinadas às classes populares era a metade daquele estipulado para as casas que deveriam contribuir para o embelezamento da cidade (TRIBUNA DA FRANCA, 15.8.1920, p.2). Assim, os incentivos fiscais estabelecidos pela Municipalidade para estimular a construção civil em Franca acabaram beneficiando apenas os membros da classe abastada francana, pessoas que tinham condições de investir capital em

[40] Segundo Bonduki (1998), a concessão de incentivos públicos à construção de casas de aluguel à classe trabalhadora se tornou prática comum durante a Primeira República, sendo, inclusive, bastante utilizada na cidade de São Paulo.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

grupos de casas populares para locação ou em “elegantes” prédios de estilo moderno que contribuiriam para o embelezamento da cidade.[41]

O ideal de embelezamento também servirá de justificativa para o poder público municipal conceder vários privilégios para a iniciativa privada construir novas casas teatrais e um grandioso hotel na cidade. Assim, a construção das mais expressivas edificações a evidenciar a riqueza e o esplendor da cidade ficaria a cargo da abastada classe dominante local.

Para os ricos membros da alta sociedade francana, o antigo Teatro Santa Clara, inaugurado no dia 4 de abril de abril de 1874, não estava à “altura do progresso” de Franca. Assim, este prédio passou a ser alvo das reclamações da imprensa local, que começou a criticar, dentre outras coisas, a sua “pessima esthetica e falta de hygiene e commodidades” (TRIBUNA DA FRANCA, 13.6.1909, p.1). Objetivando solucionar esses problemas, no início do século, a municipalidade adquiriu esse teatro. Em 1912, realizou sua remodelação priorizando a reconstrução de sua fachada frontal. Acompanhando as tendências dos grandes centros urbanos, modificou o seu nome para Teatro Municipal, mesma denominação dos teatros públicos do Rio e de São Paulo (ver figura 13).

Entretanto, nem mesmo a remodelação do velho “Santa Clara” fez o poder público abandonar a idéia de dotar a cidade de uma casa teatral moderna. A primeira tentativa foi feita em 1913, quando a Câmara doou um terreno na Praça Barão da Franca para Gustavo Martins de Cerqueira e Chrysogono de Castro construírem um “theatro de estylo moderno” (ACM, 29.1.1913, p.43; ACM, 30.1.1913, p.45). O prédio foi erguido pela empresa cinematográfica Muniz & Cunha, sua nova proprietária. Foi inaugurado em 13 de julho de 1913 e recebeu o nome de Teatro Santa Maria.

[41] Vale lembrar que até o final da década de 1930, momento em que o Estado começa a investir na produção e financiamento da moradia própria, a produção habitacional no Brasil coube quase que exclusivamente aos investidores em moradias de aluguel (BONDUKI, 1998).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

No início dos anos 20, os administradores municipais voltaram a requerer uma nova casa teatral para Franca. No plano de melhoramentos urbanos apresentado pelo Prefeito Torquato Caleiro em 1922, a construção de um teatro aparece como uma obra de grande importância para "completar o embelezamento da cidade". Com isso, em 1923 a Câmara concedeu isenção de todos os impostos municipais, subvenção de dez contos de réis e instalação de água e rede de esgoto gratuita para o empresário cinematográfico José Rebello Muniz terminar a construção de uma casa teatral na cidade. Em troca, a mesma exigiu, dentre outras coisas, a execução completa da planta do edifício e a sedição gratuita do mesmo para a realização de "festas de reconhecida caridade" (ACM, 18.6.1923, p. 238-239). Tratava-se do novo edifício do Teatro Santa Maria, concluído em 1924 com capacidade para 1400 pessoas (ver figura 14). Os seus camarotes tornaram-se então centros convencionais de reunião da elite francana.[42].

No início dos anos 20, a construção de um grandioso e luxuoso hotel na região central da cidade passou a ser a obra mais desejada pela classe dominante francana. Na visão dos "barões do café", a urbe necessitava de um monumental hotel que suprisse a demanda de uma clientela mais requintada e expressasse, por meio de sua ostentação, a prosperidade de Franca. Em razão disso, a imprensa local começou a cobrar a ação dos administradores municipais nesse sentido, uma vez que Ribeirão Preto, referência regional para as cidades da Alta Mogiana, e até mesmo centros menores que Franca, como Bebedouro, já possuíam tal melhoramento:

> Em Ribeirão Preto que é uma cidade também longe da capital, há hotéis-modelos com refeitorios tendo mezinhas separadas – typo restaurant, quartos numerosos e hygiênicos com agua encanada em cada um delles. Aqui há uma deficiência digna de ser lastimada. Em Bebedouro há hotéis que possuem mais de 50 quartos e é uma cidade que não se pode comparar a Franca. ... mas como os nossos capitalistas parecem não se quererem decidir a isto acho que a prefeitura deveria tomar a peito e construi-lo por conta propria, arrendando-o depois a particulares (O ALFINETE, 19.4.1923).

[42] Apesar de bastante desfigurado em razão de várias reformas, esse prédio existe até hoje no calçadão da Rua Marechal Deodoro, Centro da cidade. Atualmente abriga uma casa dançante.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Para o vereador Torquato Caleiro, a construção de um hotel "condigno" com o progresso da cidade se tornara uma obra inadiável (ACM, 19.4.1926, p.353). Com isso, a elite local conseguiu transferir para o poder público municipal a responsabilidade por esse empreendimento.

Em 1928, a Câmara Municipal de Franca decretou uma lei oferecendo várias vantagens à "Empresa que se organizar nesta cidade, para a construção de um hotel moderno", tais como: isenção dos impostos municipais e de taxa de água e rede de esgotos durante vinte anos e a doação de uma área de mil metros quadrados no centro da Praça D. Pedro II em troca de ações da firma no valor de vinte contos de réis (ver figura 11). Como condição, a municipalidade exigia um edifício "de primeira ordem, com a maxima hygiene, dispondo de quarenta quartos, no minimo e seis apartamentos" (LEI 236, 21.01.1928, apud TRIBUNA DA FRANCA, 04.03.1928, p.2).[43]

A publicação dessa lei na imprensa, entretanto, se constituiu em mera formalidade, uma vez que vários membros da elite francana já haviam se associado e fundado uma firma para construir o edifício, batizado como "Hotel Francano". Dentre os acionistas dessa empresa encontravam-se os vereadores capitão José Fernando Peixe, Firmino Netto, o autor da lei, major Torquato Caleiro e o presidente da Câmara, coronel Francisco Andrade Junqueira; além de outros chefes políticos locais. A administração da empresa foi concedida ao coronel Virgínio Pereira dos Santos, ocupante do cargo de diretor presidente; coronel João G. Conrado, como vice-diretor; coronéis Francisco Barbosa Ferreira e Bernardo Avelino de Andrade, diretores substitutos; Hygino Caleiro Filho, Luiz Pinto Bastos Junior e coronel João Alberto de Faria, na função de conselheiros fiscais; e Eduardo Rocha, Euphrausino Martins

[43] Para viabilizar a doação da área da Praça D. Pedro II à empresa Hotel Francano S.A., a Câmara Municipal aprovou por unanimidade de votos um projeto de lei autorizando a prefeitura a fazer os gastos necessários para a obtenção da escritura do terreno perante a Fábrica da Igreja, visto que esta era a proprietária do imóvel (ACM, 11.4.1929, p.452).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Coelho e Agnello de Lima Guimarães, como suplentes do Conselho Fiscal (FOLLIS, 2004). O entusiasmo em torno desse empreendimento foi explicitado na série "Notas e Factos" do *Tribuna da Franca* (11.3.1928, p.1):

> O "Hotel Francano Sociedade Anonyma" é já um facto consummado.
>
> Pelas informações que obtivemos de pessoa ligada àquella grande empresa, as obras terão inicio em breves dias, o que quer dizer que, em tempo não muito largo teremos o prazer de contemplar na Praça Barão do Rio Branco (Largo da Misericordia) o bello edificio do novo hotel, ostentando as suas quatro magestosas fachadas á admiração dos nossos visitantes.
>
> Como já aqui dissemos, o adeantamento da nossa urbs resentia-se por demais dessa sensível lacuna, um moderno hotel, onde os nossos hospedes viessem encontrar os necessarios conforto e hygiene.

Além dos privilégios previstos em lei, vários outros foram conseguidos durante o período de construção. A área cedida foi duplicada para dois mil metros quadrados. A Câmara concedeu isenção de impostos e de taxas de água e rede de esgotos, pelo prazo de dez anos, para a construção da garagem do edifício e subvenções para o ajardinamento e iluminação do que sobrou da Praça D. Pedro II. É bom esclarecer que os bens públicos eram considerados inalienáveis pela Constituição Federal, e que, além disso, a lei que regulamentava a construção do hotel estabelecia que o ajardinamento da praça era uma obrigação da empresa e não da Prefeitura (TRIBUNA DA FRANCA, 4.3.1928, p.2).

A concessão desses privilégios à firma Hotel Francano S.A. é bastante elucidativa da forma pela qual a elite dominante francana se apropriava dos recursos públicos municipais. Nos moldes da velha tradição patrimonialista, os mandatários locais, ricos fazendeiros e comerciantes portadores da patente de capitão, major ou coronel, usavam seu poder político para conseguir a aprovação de projetos vinculados aos seus interesses particulares.[44]

---

[44] O protesto do vereador coronel Ferreira Costa contra as denúncias de práticas patrimonialistas nos revela a força do patrimonialismo na cidade: "contra fallas que por ahi algures na cidade fallarão calumniando a Camara que ella deixava de cumprir o seu dever zelando do Municipio, que era Câmara de compadres e que só zelava dos interesses destes!" (ACM, 9.1.1895, p.97).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Inaugurado em 1929, o Hotel Francano transformou-se na “menina dos olhos” da elite francana, símbolo mais expressivo da modernização urbana de Franca (ver figura 12). Considerado pela imprensa local como o mais moderno hotel do interior paulista, esse edifício dispunha das seguintes acomodações:

> Em seu pavimento superior haviam [sic] 34 quartos, um grande terraço com bar ao ar livre além de um grande salão de reuniões. No primeiro pavimento havia 18 quartos, uma barbearia, um grande salão de jantar, a lavanderia, um bar, copa anexa à cozinha com despensa e frigorífico, uma rouparia, o Salão Nobre de Festas – o famoso Salão Rosa –, o Salão dos viajantes e o grande hall. (BENTIVOGLIO, 1996, p.85).

Nos seus luxuosos salões a sociedade francana promovia seus bailes e festas, ocasiões em que exibia seus finos trajes e jóias valiosas a fim de imitar os requintados hábitos franceses disseminados pela elite das grandes cidades brasileiras. Apesar de alguns protestos em prol de sua preservação, o Hotel Francano foi demolido em 1981. Em seu lugar foi construído o atual edifício do Banco Itaú.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

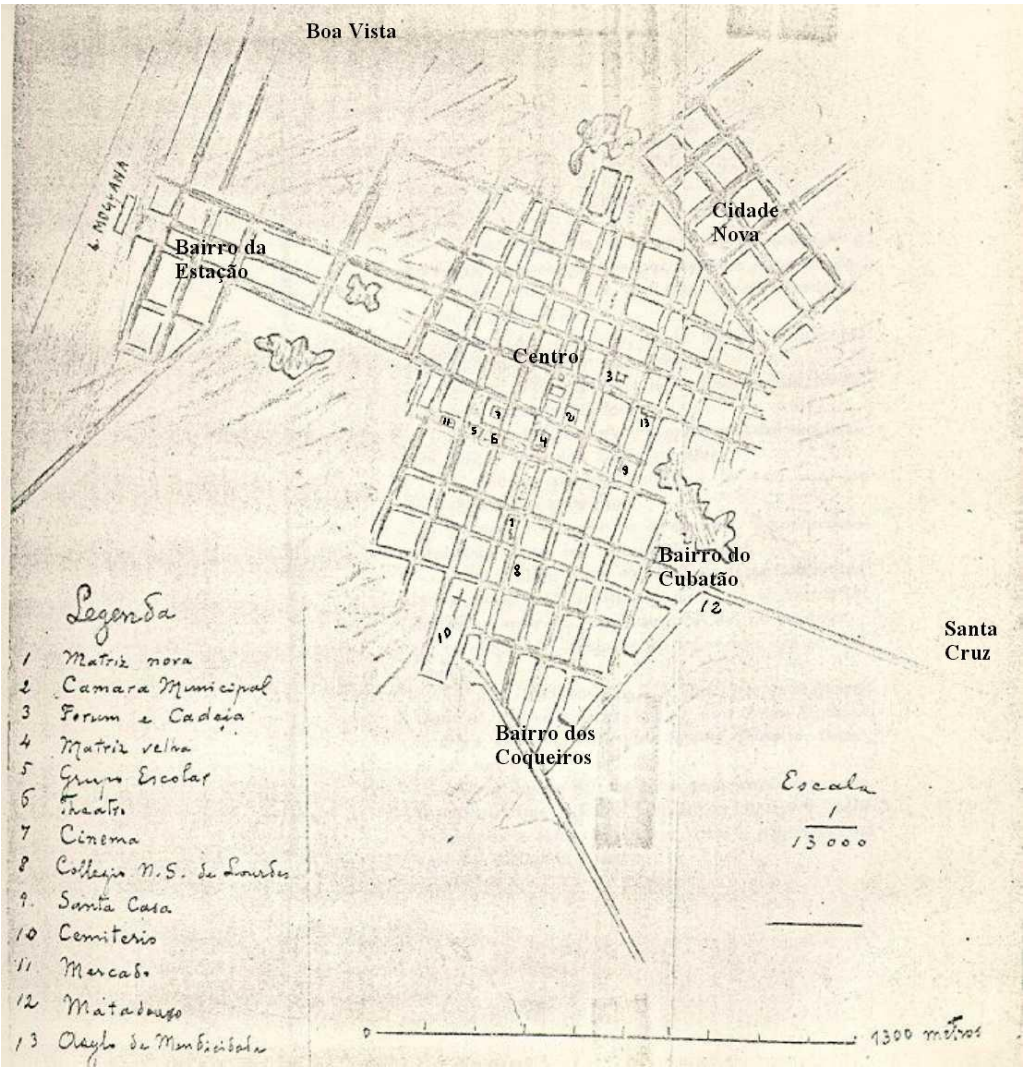

Figura 1 – Mapa da cidade de Franca em 1912 (PALMA, 1912). (Os nomes dos bairros foram introduzidos por Fransérgio Follis).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

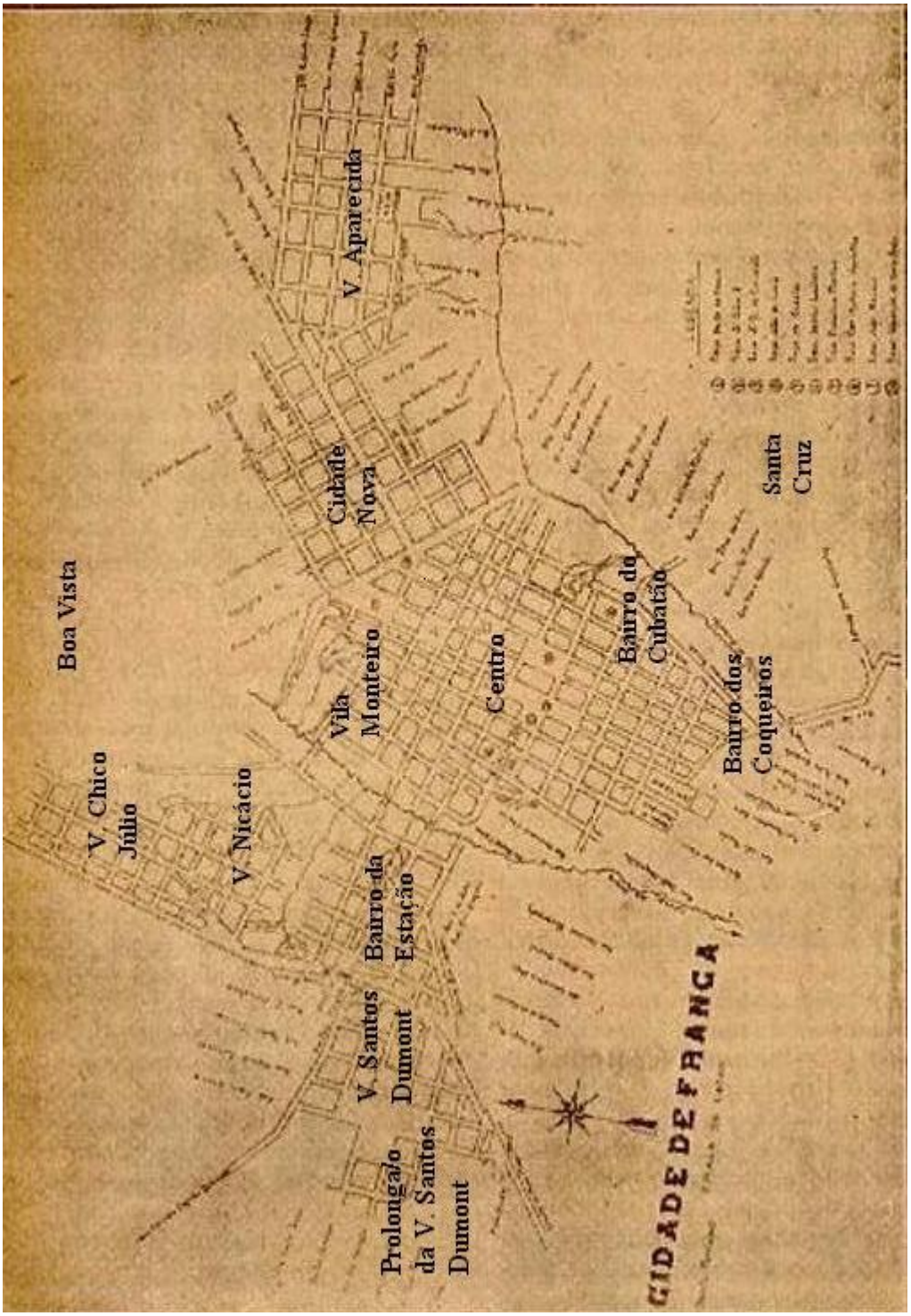

Figura 2 – Mapa da cidade de Franca em 1943. (NASCIMENTO; MOREIRA (orgs.), 1943). (Os nomes dos bairros foram introduzidos por Fransérgio Follis).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 3 – Rua Voluntários da Franca, esquina com a Rua Monsenhor Rosa, centro, em meados dos anos 1930. À esquerda, Casa Comercial Hygino Caleiro e Palácio das Sedas, à direita, Banco do Brasil, Loja Cury e livraria. Na esquina com a Rua do Comércio, Bazar Francano (MHMF, foto 7, álbum 3).

Figura 4 – Vista da Rua Major Claudiano, esquina com a Rua Voluntários da Franca, centro, no início dos anos 1930 (MHMF, foto 8, álbum 3).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 5 – Vista parcial da cidade de Franca na década de 1950. Contraste entre a malha urbana do centro (primeiro plano), composta de ruas estreitas e quarteirões irregulares, e a Cidade Nova (ao fundo), composta de quadras regulares em sistema de xadrez e de largas ruas e avenidas. Ao centro superior a Avenida Presidente Vargas (MHMF, foto 25, álbum 2).

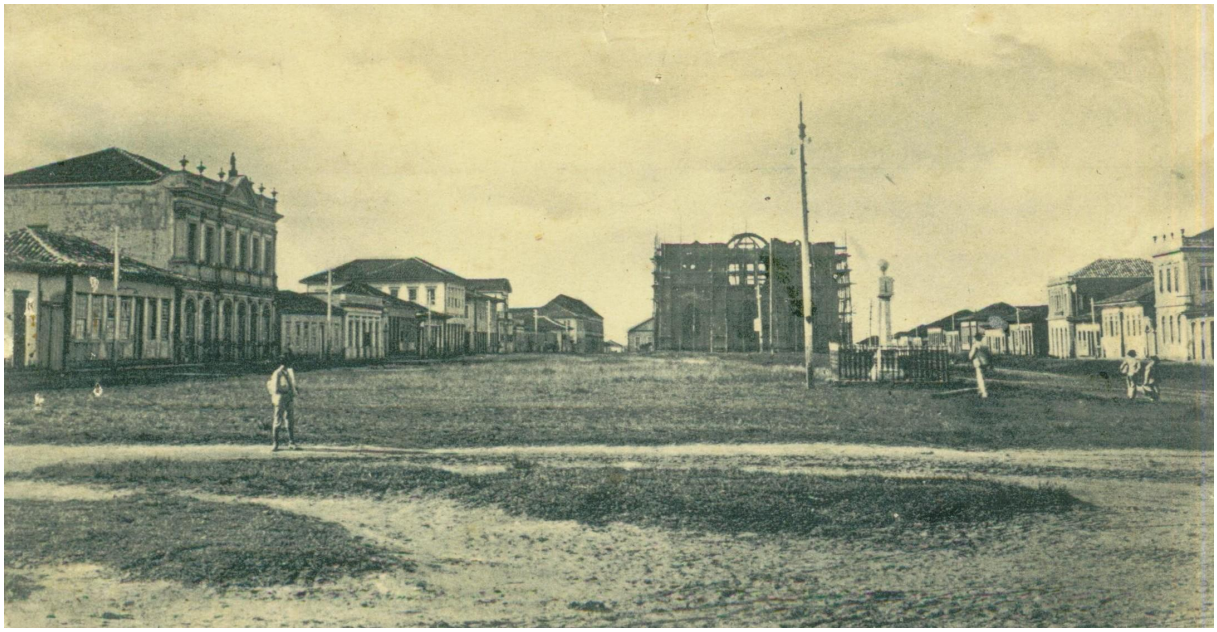

Figura 6 – Praça Nossa Senhora da Conceição em 1900. Em primeiro plano, rua Marechal Deodoro (trilha de terra); à esquerda, Rua Major Claudiano e Colégio Nossa Senhora de Lourdes; à direita, Relógio do Sol; ao fundo, a atual Igreja Matriz em construção. Essa praça recebeu o seu primeiro projeto paisagístico em 1909 (MHMF, foto 1, álbum 1).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 7 – Praça Nossa Senhora da Conceição após a remodelação iniciada em 1927 em que a praça foi ajardina em toda a sua extensão. Foto do início dos anos 1930, tirada do topo da Igreja Matriz (MHMF, foto 6, álbum 1).

Figura 8 – Praça Nossa Senhora da Conceição em 1936. Foto tirada do topo da Igreja Matriz (MHMF, foto 35, álbum 1).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 9 – Praça Barão da Franca focalizada do topo da Confeitaria Galvanesi no início do século XX. Primeiro largo a receber um projeto paisagístico em Franca (1901) (MHMF, foto 50, álbum 1).

Figura 10 – Praça Sabino Loureiro, Bairro da Estação, no final dos anos 1930 (MHMF, foto 47, álbum 1).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 11 – Área fotografada do topo da Igreja Matriz em 1927. Ao centro, prédio da Santa Casa de Misericórdia, recém-concluído, e terreno da Praça D. Pedro II, local onde em 1928 começou a ser construído o Hotel Francano. Ao fundo, vista do Bairro Santa Cruz (MHMF, foto 4, álbum 2).

Figura 12 – Hotel Francano em 1954. Inaugurado em 1929 e demolido em 1981 (MHMF, foto 29, álbum 4).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 13 – À direita, Teatro Municipal (antigo Teatro Santa Clara), inaugurado em 1874 e remodelado em 1912. Localizado na Rua do Comércio, Praça Barão da Franca (MHMF, foto 52, álbum 1).

Figura 14 – Teatro Santa Maria em 1935. Construído em 1924 com capacidade para 1400 pessoas (MHMF, foto 15, álbum 4).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 15 – A colonial Rua do Comércio em 1920, centro, ainda sem pavimentação. Menos de quatro metros de largura. Muito estreita para os padrões racionais modernos do início do século XX (MHMF, foto 49, álbum 3).

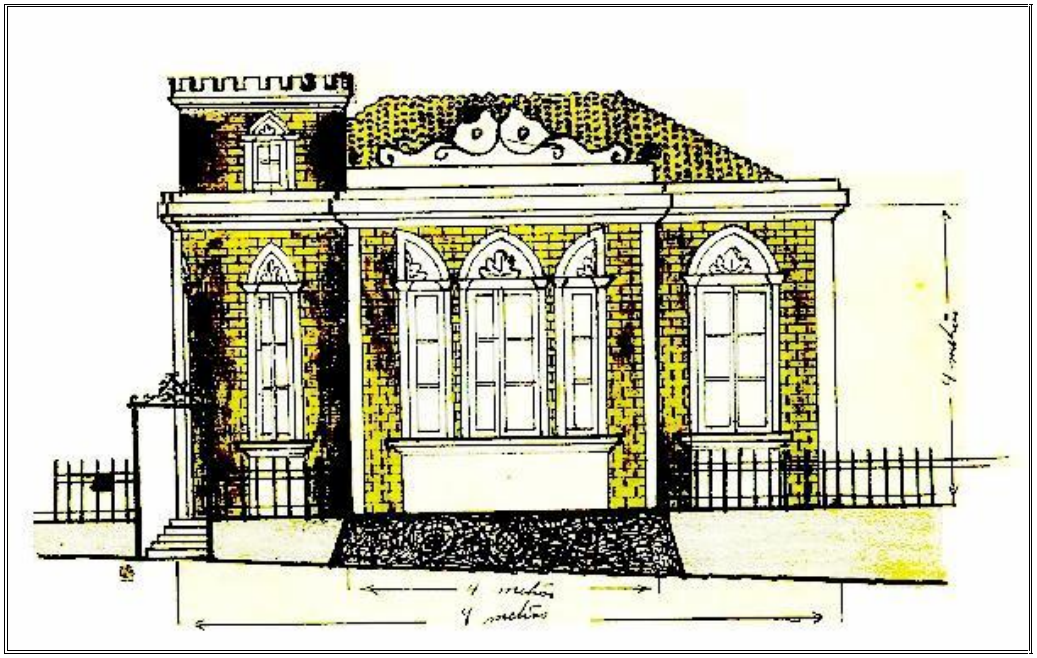

Figura 16 – Croqui apresentado à Prefeitura Municipal de Franca em 1915 para obtenção de isenção de imposto predial por contribuir para o embelezamento da cidade (MHMF, LRDR, v. 486).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

2

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E CIDADANIA NO PERÍODO CAFEEIRO

O crescimento da população urbana nas primeiras décadas do século XX aumentou a necessidade de dotar Franca de equipamentos públicos coletivos já em uso nas cidades mais prósperas do país. Assim, o poder público municipal de Franca também direcionará parte das verbas públicas para a implementação do abastecimento de água encanada, rede de esgoto, iluminação pública, fornecimento de energia elétrica, rede telefônica, calçamento de ruas, coleta de lixo e limpeza pública.

Por ser considerado prioritário entre os melhoramentos necessários à higienização e à saúde dos moradores, o abastecimento de água foi o primeiro a receber a atenção do Poder Público Municipal. Não dispondo de verba suficiente para captação de grandes mananciais de água, a municipalidade acabou optando pela canalização gradual e emergencial de pequenas nascentes próximas ao sítio urbano. A execução de obras de canalização por pessoas não habilitadas, a captação de nascentes insuficientes e a deficiência do fornecimento de energia elétrica foram responsáveis pelo estabelecimento de um abastecimento de água bastante precário.

Em 1894, salientando a necessidade de se criar uma verba para o investir no abastecimento de água, os vereadores aprovaram a criação de um novo imposto municipal (ACM, 7.7.1894, p.77-78). Em 1895 a Câmara Municipal concedeu autorização para o vereador Major Antônio Nicácio da Silva Sobrinho efetuar a canalização de uma pequena nascente até o Largo da Matriz por até um conto e quinhentos mil réis. A esse respeito, vale observar que não houve concorrência pública e que o vereador não possuía empresa e nem

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

formação na área. No ano seguinte, novamente sem abertura de concorrência pública, a municipalidade concedeu privilégio de vinte para esse vereador explorar o fornecimento de água na cidade. De acordo com o contrato, o concessionário ficou obrigado a fornecer, mediante a subvenção de cinco contos de réis anuais, dez chafarizes e uma "pena d'água" à cadeia pública da cidade (LRDP, 10.1.1896; ACM, 10.1.1896, p.152).

Em 1897, foi inaugurado o reservatório de água da Empresa Nicácio no quarteirão compreendido entre as ruas Santos Pereira e Francisco Barbosa. Até 1899, haviam sido entregues oito chafarizes à servidão pública. Nesse ano, em razão da morte do Major Nicácio, os serviços foram paralisados. Em 1902, a municipalidade encampou a empresa e reformou suas instalações. A respeito dessa reforma o intendente Álvaro Abranches Lopes assim se pronunciou:

> O antigo abastecimento d'agua, adquirido da Empresa Nicacio, teve de ser melhorado, com grande dispendio de dinheiro, devido ao máo estado em que se achava.
>
> O respectivo reservatório chegou a ficar completamente estragado, de modo a não reter a agua recebida, tornando-se necessario o revestil-o de cimento, de novo.
>
> A canalização da mesma agua, pelo systema anteriormente feito, não só não permittia a passagem de toda a agua do manancial, como perdia-se tambem grande quantidade della pelas denominadas ventosas, que a pratica demonstrou não offerecer vantagem alguma, pelo que foram desmanchados e ligados os canos, directamente da nascente ao reservatorio (TRIBUNA DA FRANCA, 15.10.1903, p.2).

O encanamento da nascente denominada Nicácio direcionou-se para o abastecimento exclusivo do Centro. Devido à sua insuficiência, em dezembro de 1902 a Municipalidade inaugurou um novo abastecimento na cidade, a Água Taveira. Para a execução dessa obra a Câmara autorizou o intendente a contrair um empréstimo de cinqüenta contos de réis a juros de 12% ao ano (ACM, 3.10.1902, p.41v). Este serviço também priorizou a região central, permanecendo o Bairro da Estação, a parte alta da Cidade Nova e os demais bairros da cidade desprovidos de água encanada.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

No início de 1909, a Municipalidade contratou, também sem concorrência pública, o engenheiro civil Joaquim M. de Amorim Carrão, ex-vereador e ex-intendente municipal, para ampliar o abastecimento de água. Carrão conseguiu aumentar as instalações particulares no Centro e na Cidade Nova e levar água até o Bairro da Estação por meio da captação da nascente denominada Garcia e reforma da canalização da Taveira. A cidade passou então a ser abastecida por três fontes d'água: Nicácio, Taveira e Garcia.

Em setembro de 1912, foi assinado contrato com engenheiro José Maria Mendes Gonçalves para o aumento do fornecimento de água, estabelecimento de uma rede de esgotos e construção de uma estação de tratamento dos dejetos (TRIBUNA DA FRANCA, 8.9.1912). Sobre a execução das obras, verificamos que a construção da estação de tratamento de esgotos sequer foi iniciada. A rede de esgotos foi diminuída pela Prefeitura e acabou beneficiando apenas o Centro e a principal rua de ligação entre a estação ferroviária e o Centro (Rua Dr. Jorge Tibiriçá, atual Voluntários da Franca). As instalações residenciais foram aumentadas no Centro, Estação e Cidade Nova.[45] Apesar disso, o fornecimento de água continuou bastante precário, como demonstra as diversas críticas e reclamações à falta de água veiculadas pela imprensa local nos anos subseqüentes.

Entre 1923 e 1935, a Prefeitura ligou outros mananciais à rede de abastecimento de água e ampliou a área atendida. Mesmo após essas obras, bairros já bastante povoados permaneceram ou desprovidos de rede de esgoto e água encanada, ou com serviços bastante deficientes. O populoso Bairro da Estação, por exemplo, possuía rede de esgotos apenas na Rua Dr. Jorge Tibiriçá e um abastecimento de água bastante precário. Em 1933, o jornal *Tribuna da Franca* (23.7.1931, p.1) salientou a necessidade de ampliação desses serviços, argumentando o seguinte:

---

[45] Sobre a execução das obras relativas a esse contrato ver relatório do Prefeito Martiniano Francisco de Andrade relativo ao ano de 1914, publicado no *Tribuna da Franca* (31.1.1915, p.2). Em janeiro de 1917, havia na cidade 634 prédios abastecidos com água e rede de esgotos, e duzentos somente com água (TRIBUNA DA FRANCA, 28.1.1917, p. 2-3). Nesse ano, o número de prédios urbanos já ultrapassava dois mil. No início de 1923, a rede de esgotos de Franca passou a servir 736 prédios particulares (TRIBUNA DA FRANCA, 18.2.1923, p. 2).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> Com o desenvolvimento continuo da cidade, já se tornam deficientes esses serviços publicos. Há alguns bairros em que a agua encanada e a instalação de esgotos são completamente falhas. É urgente o augmento da rede de exgoto e do abastecimento de agua, pois a falta ou deficiencia desses elementos entrava o progresso de Franca.

Em meados da década de 1930, aumentou também a preocupação com a potabilidade da água que abastecia a cidade, que até fins dessa década não era tratada:

> Indispensavel se torna, pois, que as cogitações e estudos para um novo abastecimento de agua sejam bem discutidos e ventilados, já quanto á qualidade do precioso liquido, já quanto á sua qualidade. Si duvidas pairam, agora, sobre a qualidade do elemento que nos desaltera, que o futuro fornecimento seja de inteira potabilidade, evitando assim os riscos de provaveis epidemias oriundas do uso de agua poluida. Si a sua escassez se faz sentir com graves consequencias para a saude publica, que a sua qualidade ou volume seja cinco ou seis vezes maior que o actual fornecimento (TRIBUNA DA FRANCA, 6.11.1936, p.1).

No início de 1937, o Prefeito Antônio Barbosa Filho contraiu um empréstimo junto ao governo do estado para a ampliação da rede de água e esgotos na cidade. Este projeto previa a captação de água na cabeceira do Rio Salgado por meio de barragens, a edificação de uma moderna estação de tratamento de água no “Alto de Covas”, reforma da antiga rede de esgoto e construção de tanques de cimento armado para o tratamento dos dejetos na confluência dos córregos Cubatão e Bagres. Tais serviços foram contratados junto à GEOBRA – Companhia Geral de Obras e Construções S\A.

A rede de esgotos do Centro foi ampliada até a Avenida Major Nicácio, via que marca o limite da área central da urbe em relação ao bairro Cidade Nova. No Bairro da Estação, esta se expandiu até as imediações do Grupo Escolar da Estação (atual Grupo Escolar Barão da Franca). A água encanada estendeu-se por uma área mais ampla, chegando até a Cidade Nova e a algumas ruas dos bairros Coqueiros, Cubatão, Vila Santos Dumont e Chico Júlio. A Vila Aparecida e o Bairro Boa Vista, além de outros bairros mais periféricos, continuaram totalmente desprovidos desses dois melhoramentos urbanos básicos (COMÉRCIO DA FRANCA, 12.12.1937, p.1). No começo de 1938, nenhum dos distritos de

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Franca possuía rede de esgotos, e apenas o distrito de São José da Bela Vista era abastecido por água encanada.

Em 1938, fontes consideradas poluídas como Nicácio, Taveira e Garcia já haviam sido desligadas da rede de distribuição. Até meados dos anos 40, os serviços de abastecimento de água encanada e de rede de esgoto não foram ampliados. Além disso, o fornecimento de água continuou bastante precário, visto que a falta do "preciso líquido" era constante e atingia até mesmo a região central da cidade.[46]

Na década de 1940, a imprensa e o poder público locais apontavam a deficiência no fornecimento de energia elétrica às bombas hidráulicas como a principal responsável pela precariedade do abastecimento de água na cidade, já que, segundo esses órgãos, a vazão de água era suficiente para abastecer os prédios ligados à rede. Não obstante, na tentativa de justificar o caos no abastecimento, outros motivos eram apresentados, como a insuficiência dos mananciais, problemas na rede de distribuição, a topografia acidentada do perímetro urbano e o desperdício de água por parte dos consumidores em razão da falta de hidrômetros.[47]

Símbolo máximo do progresso da época, a eletricidade também passou a compor os equipamentos prioritários a ser implantados pelo Poder Público em Franca. A primeira tentativa de implantar redes de energia e iluminação pública elétricas na cidade foi efetuada em 1901. É bem provável, entretanto, que o desinteresse dos particulares pela compra de eletricidade fez que os empresários abandonassem os trabalhos de instalação dos

---

[46] A falta de água foi um dos temas mais recorrente na imprensa local durante a década de 1940, aparecendo, na maioria das vezes como destaque na primeira página dos jornais. A esse respeito, ver, por exemplo, as notas e reportagens do jornal *Diário da Tarde* (3.9.1941, p. 2; 4.9.1941, p. 1; 18.11.1941, p. 1; 3.8.1943, p. 1; 24.8.1943, p. 4; 27.8.1943, p. 1; 9.9.1943, p. 1; 9.6.1944, p. 1; 17.4.1944, p. 1; 24.6.1944, p. 1; 4.8.1945, p. 1; 23.8.1945, p. 1; 25.10.1947, p. 6; 5.11.1947, p. 1; 1º.5.1948, p. 1; 11.5.1948, p. 1; 19.5.1948, p. 1; 2.7.1949, p. 1).

[47] Em junho de 1944, depois de ressaltar que a irregularidade do abastecimento de energia elétrica era a principal responsável pela falta de água na cidade, o prefeito José Guerrieri de Rezende apresentou as seguintes propostas para sanar o problema: aumento do fornecimento de água para mais um milhão de litros diários e colocação de hidrômetros nos prédios para forçar a economia de água por parte dos consumidores (DIÁRIO DA TARDE, 24.6.1944, p.1). Até o final dos anos 40, verificamos que nada foi feito nesse sentido.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

equipamentos.[48] Em julho de 1902, baseados na cláusula contratual que estabelecia o prazo de seis meses para o início das obras, os vereadores aprovaram a rescisão do contrato com os concessionários (ACM, 5.7.1902, p.35).

Assim, até 1904 a iluminação pública continuou a ser efetuada pelos lampiões belgas a querosene. No dia 9 de abril desse ano, a Companhia Paulista de Eletricidade, empresa sediada em Limeira que venceu a concorrência pública para o fornecimento de energia e iluminação pública em Franca, inaugurou os seus serviços. Essa empresa forneceu à Prefeitura trezentas lâmpadas para os prédios públicos e principais ruas centrais da cidade e seis "arcos luminosos" para os largos do Centro.

Em 1910, apenas o Centro e pequena parte do Bairro da Estação possuíam iluminação elétrica. Nesse ano, a Prefeitura destinou algumas poucas lâmpadas para serem colocadas em áreas mais distantes da região central. Segundo a imprensa francana, o serviço da Companhia, além de caro aos cofres públicos, era de péssima qualidade. Em 1909, o *Tribuna da Franca* (11.3.1909, p. 1) comentou o seguinte:

> Logo depois de installada, verificou-se o mau negocio que a nossa municipalidade havia ingenuamente feito, entregando, a uma empresa, com um contracto leonino, á exploração de energia electrica neste municipio por 20 annos!
>
> Começaram desde logo as irregularidades devidas á qualidade inferior dos materiaes e a defeitos basicos de ordem technica e de ordem natural topographica da installação da usina.
>
> E, entretanto, continúa a municipalidade pagando somma que chega a ser fabulosa á empreza hoje cessionaria desse contracto e desse privilegio.

Salientando a necessidade de solucionar esses problemas, a Municipalidade passou a negociar a compra das instalações da empresa. Em outubro de 1910, alguns membros da classe dominante local, interessados em investir capital nesse tipo de empreendimento, associaram-se e fundaram a Companhia Francana de Eletricidade.

---

[48] Em abril de 1901, os concessionários fizeram um apelo para que os moradores requisitassem o serviço à empresa (TRIBUNA DA FRANCA, 25.5.1901, p.2). Segundo o *Tribuna da Franca* (21.6.1902, p.1), a obra não se concretizou porque "o indifferentismo do nosso povo deixou só o luctador no campo rude do trabalho, e elle batido pela desillusão, teve de abandonal-o".

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Objetivando favorecer os proprietários da Companhia Francana de Eletricidade, o Poder Público Municipal adquiriu as instalações elétricas da Companhia Paulista de Eletricidade em Franca por 315 contos e 790 mil réis. Em 22 de dezembro de 1910, a Municipalidade publicou no *Tribuna da Franca* um edital chamando concorrentes para a compra do serviço. No dia 31 desse mesmo mês as instalações elétricas foram transferidas à Companhia Francana de Eletricidade, única empresa a apresentar proposta, pelo mesmo valor e condições de pagamento com que havia sido comprada pela Municipalidade. A rapidez e o período em que foi efetuada essa transação evidenciam o propósito de se evitar o aparecimento de possíveis concorrentes. Em detrimento do interesse público, mais uma vez vemos a Municipalidade agindo em prol dos interesses privados da classe dominante francana.

De acordo com o contrato assinado com a Prefeitura, a Cia. Francana de Eletricidade passou a ter o direito exclusivo de explorar o fornecimento de energia elétrica particular por trinta anos. Em contrapartida, ficou obrigada a fornecer à Prefeitura cinqüenta cavalos de energia elétrica gratuitamente e quinhentas lâmpadas de 32 velas para a iluminação pública a preço mais barato que aquele cobrado pela antiga concessionária.

Em 1911 a Câmara acertou com a Companhia a melhoria da iluminação das praças e ruas do Centro da cidade[49] e o fornecimento de cem cavalos de força para a municipalidade utilizar no serviço de abastecimento de água. (LEI 24, 21.06.1911, apud TRIBUNA DA FRANCA, 30.07.1911, p.2). Por causa da demora na construção da nova usina hidroelétrica na Cachoeira do Esmeril, obra contratada junto à Companhia Paulista de Eletricidade, esses serviços somente foram efetuados em 1913.

Em detrimento do patrimônio municipal e em benefício dos interesses financeiros de membros da classe dominante francana, em janeiro de 1919 a Prefeitura de

[49] Para as praças foi estabelecida a substituição das lâmpadas de 32 velas por dez de quatrocentas velas, quarenta de trezentas velas e cinqüenta de duzentas velas. Para as ruas ficou acertado a instalação de seiscentas lâmpadas, metade de cem velas e metade de 32 velas.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Franca aceitou a decisão da Companhia Francana de Eletricidade de reajustar o preço da eletricidade e suspender o fornecimento gratuito da energia utilizada pela Municipalidade nas bombas elétricas responsáveis pelo abastecimento de água da cidade, descumprindo assim o acordo firmado. A respeito dessas alterações, o gerente da Companhia Bráulio Junqueira assim se pronunciou: "Suspende concessões e favores, e mais nada; ella [a Companhia] não pretende obrigar ninguem, e nem póde, a comprar a mercadoria; o que ella póde, e o faz, é pôr o preço que lhe convenha, e a que tenha direito, na sua dita mercadoria." (COMÉRCIO DA FRANCA, 14.1.1919, p.2).

No início dos anos 30, a Companhia Francana de Eletricidade já havia sido incorporada pela Empresas Elétricas Brasileiras, firma norte-americana proprietária de várias companhias elétricas no Estado de São Paulo. Em decorrência dos vários aumentos nos preços da energia, que começaram a ser anunciados a partir de 1930, a imprensa francana passou a publicar extensos artigos criticando os reajustes e exigindo a intervenção do poder público local no assunto. Para o *Comércio da Franca* (17.4.1932, p.1), "os norteamericanos compraram a Companhia Francana de Electricidade para auferir lucros e ganhar muito dinheiro e, assim, hão de ser os eternos escorchantes dos pobres brasileiros que gastam energia electrica".

Em setembro de 1933, o prefeito de Franca enviou um ofício ao gerente da Companhia Francana de Eletricidade exigindo o cancelamento do aumento das taxas de energia elétrica anunciado para o próximo mês. Nesse comunicado, o prefeito informou a sua pretensão de rescindir o contrato firmado com a empresa, "em vista de as Empresas Electricas Brasileiras imporem o augmento fóra do razoavel" (COMÉRCIO DA FRANCA, 24.9.1933, p.1).

O apelo e a ameaça do prefeito, entretanto, não surtiram efeito. Em 04 de outubro de 1933, o aumento da tarifa da energia elétrica e as ameaças de corte do

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

fornecimento por falta de pagamento provocaram um protesto na cidade que reuniu cerca de trezentas pessoas em frente ao Hotel Francano, local onde estava hospedado o gerente da Companhia Francana de Eletricidade. A revolta teve início quando os funcionários dessa Companhia desligaram a energia da fábrica do industrial Mathusalem de Mello. Indignados com aquela atitude, algumas pessoas forçaram os funcionários a refazerem a ligação e depois iniciaram a manifestação. (TRIBUNA DA FRANCA, 8.10.1933, p.2; 14.1.1938, p.1 e 4).

Muitas vezes a Companhia Francana de Eletricidade oferecia energia elétrica às casas situadas nos bairros periféricos sem, entretanto, instalar iluminação pública nos logradouros dessas áreas, procedimento que se tornou prática comum na cidade, uma vez que a iluminação dos logradouros dependia da contratação por parte da Prefeitura.

A falta e oscilações da eletricidade, bastante comuns em Franca, prejudicavam o funcionamento das bombas d'água dos mananciais, dificultando, assim, o abastecimento de água da cidade. No final dos anos 40, essa situação inspirou a popularização do seguinte verso: "Franca do Imperador. Terra que encanta e seduz. De dia não tem água, de noite não tem luz" (DIÁRIO DA TARDE, 29.9.1944, p.1; 31.8.1949, p.1)[50]. Em 1944, o *Diário da Tarde* (4.9.1944, p.1) cobrava da Prefeitura uma "medida drástica" contra a Companhia Francana de Eletricidade, salientando o seguinte: "É sabido que a falta dágua é resultante da falta de energia elétrica, porque não responsabilizar a poderosa Companhia, que é tão rigorosa e meticulosa para com seus clientes, que não lhes concede favor algum?"

Apesar da reforma na rede elétrica efetuada em 1948, a instabilidade no fornecimento de energia e a deficiência da iluminação pública continuaram a merecer várias críticas por parte da imprensa francana. Nas áreas mais distantes do Centro da cidade a situação era pior. Regiões já bastante povoadas, como Santa Cruz, Chico Júlio, Vila Nicácio e

[50] Composição adaptada do verso composto pelos comunistas da cidade de São Paulo entre 1945 e 1947: "Eta São Paulo! Terra de Santa Cruz! De dia falta água! De noite falta luz! São Paulo sem condução. Terra de esculhambação. Só se fala em conserto em véspera de eleição. Tudo isto vai acabar. E será o povo quem vai mudar!" (BONDUKI, 1998, p.297-298)

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Vila Monteiro, ainda estavam totalmente desprovidas de iluminação pública. Nos bairros Cidade Nova, Boa Vista, Santos Dumont e prolongamento, Aparecida, Coqueiros e Cubatão, esse serviço atendia apenas alguns logradouros de forma bastante precária, pois as lâmpadas eram fracas e quando queimavam demoravam semanas para serem trocadas. Em 31 de agosto de 1949, o *Diário da Tarde* (p.1) fez o seguinte comentário a respeito do serviço de iluminação pública da cidade:

> Em verdade, no que tange á iluminação das vias públicas, o melhoramento introduzido após o espalhafatosa reforma não impressiona ninguem, nem os morcegos dos velhos casarões...
>
> Particularmente no que diz a respeito aos cuidados com os fôcos apagados da iluminação dos logradouros piorou.
>
> A poderosa Cia. usava uma camionete para realizar a substituição das lâmpadas apagadas. Depois, com um menozpreso aos nossos fôros de cidade civilizada, o Polvo Americano passou a adotar no serviço, uma velha carroça puxada [sic] por um trôpego animal, carregando uma escada avariada e um escravo branco.
>
> Hoje, nem isso se vê pelas ruas. A escuridão vive a criar abantesmas na visão do povo alarmado as póbres mulheres e crianças dos bairros mais distantes.

Como os racionamentos e falhas no fornecimento de energia elétrica prejudicavam também o desenvolvimento industrial da cidade, por diversas ocasiões os industriais locais foram à imprensa ou aos tribunais reclamar do instável fornecimento de energia elétrica.[51]

Quanto ao calçamento das vias públicas da cidade, outro componente importante da modernização urbanística, constatamos que até o início da década de 1920 as ruas de Franca permaneceram sem nenhum tipo de calçamento. Em dezembro de 1922, a Câmara Municipal aprovou o Plano de Melhoramentos do prefeito major Torquato Caleiro que estabelecia, entre outras coisas, um imposto anual sobre as propriedades do Centro a serem atendidas pelo calçamento e a maneira pela qual seria cobrado este serviço quando da sua execução (TRIBUNA DA FRANCA, 14.1.1923, p.1).

---

[51] Barbosa (2004, p.25) aponta, por exemplo, as ações públicas movidas por diversos industriais contra a companhia de eletricidade local em 1933 e as notícias publicadas, em 1945 e 1946, acerca de reuniões de empresários francanos para tratar da questão do fornecimento de energia elétrica.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

O calçamento das ruas de Franca foi iniciado em 1923. Nesse ano, o empreiteiro ganhador da concorrência pública, Giacomo de Giacomo, iniciou a colocação de paralelepípedos na área compreendida entre as ruas General Osório, Saldanha Marinho, Comércio da Franca e Major Claudiano, região do Centro que abrigava o núcleo comercial da cidade, a maioria das pequenas indústrias locais e as residências da classe dominante francana.

Em 1929, a Câmara Municipal aprovou uma lei autorizando a Prefeitura a cobrar dos proprietários de prédios localizados nas áreas a serem beneficiadas pelas novas obras de calçamento os custos do serviço. O artigo III dessa lei estabelecia o seguinte: "Cada proprietario fica sujeito ao pagamento, pelo custo real do serviço, feito, cabendo a cada um a metade da importancia desse serviço, proporcionalmente à metragem linear da frente de seus predios e terrenos" (TRIBUNA DA FRANCA, 27.10.1929, p.2).

No primeiro semestre de 1933, foi construída uma ponte de cimento armado na Rua Dr. Jorge Tibiriçá (atual Voluntários da Franca) e calçada as ruas da Praça Barão da Franca, a frente do Grupo Escolar (antiga Casa da Câmara e Cadeia) e os trechos mais centrais das ruas Marechal Deodoro e General Telles. Em 1934, teve início o serviço de calçamento com paralelepípedos da Rua Dr. Jorge Tibiriçá até a estação ferroviária e de toda a área ao redor da Praça da República (atual Sabino Loureiro). Estas obras somente foram concluídas no final de 1936, quando então foi completado o calçamento da Rua Voluntários da Franca e inaugurada a ponte sobre o Córrego dos Bagres.

Em meados dos anos 30, a área calçada de Franca ainda era considerada bastante pequena em comparação com outras cidades de mesmo porte. Em 1936, para viabilizar a expansão do calçamento da cidade, a Câmara Municipal instituiu um tributo sobre calçamento mediante a regulamentação da aplicação da "taxa de melhoria", imposto estabelecido pela Constituição Federal para auxiliar os municípios na execução de serviços públicos. Com isso, o prefeito ficou autorizado a cobrar dos proprietários uma taxa de três mil

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

réis por metro quadrado referente à metade da área da rua em frente a cada propriedade. Esse tributo seria arrecadado durante dez anos a contar da data de entrega do serviço e somente poderia ser aplicado nas obras de calçamento. Além disso, a lei autorizou o prefeito a contrair um empréstimo de trezentos contos de réis para empregar na execução de dez mil metros quadrados de calçamento por ano (COMÉRCIO DA FRANCA, 20.9.1936, p.2).

Em 1940, segundo o *Comércio da Franca* (30.6.1940, p.8), a cidade contava com 45 mil metros quadrados calçados com paralelepípedos e 5 mil com asfalto. Esse calçamento abrangia apenas a área central da cidade e um pequeno trecho do Bairro da Estação. Considerado bastante deficitário pela imprensa francana, esse calçamento permaneceu praticamente inalterado até o início dos anos 50.

Como vimos, a partir de 1925 começam a surgir em Franca os primeiros loteamentos privados distantes do núcleo urbano central onde estavam instaladas as redes de água, esgoto, energia elétrica e iluminação pública. Isso acabou encarecendo e dificultando a implementação dos equipamentos públicos coletivos nesses loteamentos. Enquanto isso, a conservação de chácaras na cidade, fruto do costume rural da população, e a especulação imobiliária proporcionaram a manutenção de extensas áreas desocupadas dentro do perímetro urbano. Em 1925, o jornal *O Alfinete* (07.06.1925) já fazia menção a essa situação salientando o seguinte:

> Franca é uma cidade de perimetro muito extenso relativamente à população, vemos grandes terrenos na zona central sem nenhuma construção e entretanto, se cogita em edificar em localidades muito distantes. Vamos observar um pouco os inconvenientes: em primeiro lugar a classe pobre e trabalhadora é obrigada a residir muito longe e dahi a difficuldade de locomoção, em segundo lugar a dispeza enorme que acarreta a construção da rede de águas e esgotos do municipio o qual, muitas vezes é obrigado a suprimir essa rede nos lugares afastados a título de economia, em terceiro a disseminação da luz elétrica, e finalmente a impossibilidade de se calçar a área toda.

Mas a ausência de melhoramentos nos bairros periféricos de Franca não se explica apenas pela dificuldade em se investir nesses bairros. Sem dúvidas ela também está

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

diretamente ligada ao estabelecimento de uma política discriminatória por parte do Poder Público local. A contento da classe dominante francana, os administradores municipais priorizaram a modernização da área central da cidade. A distribuição desigual dos melhoramentos urbanos durante as primeiras décadas do século XX fez surgir uma cidade marcada pelo contraste entre um Centro dotado de elementos tipicamente modernos e uma periferia desprovida de melhoramentos urbanos básicos. No início de 1945, o cronista do *Comércio da Franca* publicou duas notas que ilustram bem essa situação:

> ...cidades são o "sorriso", os arrabaldes e distritos os tais outros "que se danem"! Temos que confessar ter sido sempre com infinito pouco caso que olhamos os problemas municipais que se encontram fora do perímetro urbano [sic]. Nossas atenções estão sempre voltadas para o centro da cidade, para o ponto onde convergem nossos passos de citadinos por tradição e conveniência. Dando um balanço sincero no que vemos pelos bairros, é desolador o resultado que nele transparece. Nem calçadas, nem pavimentação, nem água, nem esgotos, a maioria das vezes. Faltam escolas, faltam praças ajardinadas, falta luz, falta tudo. Se voltarmos para os distritos do município a desolação aumenta de intensidade, pois por nossa culpa, sem dúvida, esses núcleos não se desenvolveram, nem culturalmente, nem economicamente, nem socialmente. Jazem num esquecimento que não se justifica. (COMÉRCIO DA FRANCA, 7.1.1945, p.1)
> Franca é uma bela cidade, no centro. Afastando-nos do 'miolo' vemos coisas desagradáveis, ruas encharcadas e muitas sem calçadas nem sarjetas. [...] Temos ruas que, a dois passos da Praça Nossa Senhora da Conceição, se apresentam em situação que não podia ser pior. Quem vem de Batatais dou quem chega de Ibiraci, não pode receber impressão mais desagradável, aquilo é o máximo. Poças, buracos, pedras no meio da rua [...]. (COMÉRCIO DA FRANCA, 4.2.1945, p.1)

Ao contrário do que Glezer (1994) constatou na cidade de São Paulo em meados da década de 1910[52], em Franca a região central não agregava apenas as repartições públicas, casas comerciais, bancos, jornais e escritórios, mas também muitas residências, tanto de ricos como de moradores menos abastados. A esse respeito, Bentivoglio (1996, p. 58) observou que a vinda dos fazendeiros para a cidade gerou "uma valorização dos lotes urbanos,

[52] Segundo Glezer (1994, p.163-164), a região delimitada como a área central de São Paulo em 1914 era o "espaço que denominamos hoje de 'core urbano', local no qual estavam reunidas as repartições públicas, os consulados, os jornais, os bancos, o comércio importador e exportador, os consultórios dos profissionais liberais etc. (...) Nele ocorria o máximo aproveitamento do solo, que valorizava a região, sem residências e com exclusivo uso comercial, e correspondia a um espaço definido de serviços e comércio".

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

particularmente os do Centro, que passaram a ser cobiçados, para lojas, casas de comércio, casas para alugar, além de casas para morar".

A delimitação da área central da cidade, demarcada pela Municipalidade em 1899[53], 1911 e 1926, evidenciou a preocupação dos administradores municipais em privilegiar o sítio inicial de Franca como o local onde a modernização da cidade deveria ser implementada com maior rigor. Assim, a contento da classe dominante francana, os melhoramentos urbanos, como o calçamento de ruas, ajardinamento de praças, iluminação pública, água encanada e rede de esgoto, se direcionaram especialmente para o Centro, área escolhida para representar uma Franca progressista e moderna, pois, conforme salienta Rolnik (1993, p.44), o "desenho do centro funciona como uma espécie de sinal do caráter da cidade, cartão de visitas, imagem que a cidade exibe para fora, mas sobretudo que o poder urbano exibe para a totalidade da cidade".

Conforme pudemos perceber, durante a primeira metade do século XX, a instalação e manutenção dos equipamentos urbanos pelos moradores eram bastante caras em Franca. Por várias vezes encontramos a imprensa local fazendo referência aos preços abusivos da energia elétrica, água encanada, rede de esgoto e calçamento das ruas. Segundo o *Tribuna da Franca*, a população pagava um "preço exorbitante [por] uma luz ruim e, o que é mais grave, inconstante" (11.4.1907, p.1). O serviço de água de Franca era "bem mais caro do que o possuem os habitantes de todos os lugares do Estado" (14.4.1907, p.1). Em 1906, o jornal *Cidade da Franca* (26.4.1906) publicou uma nota criticando o corte do fornecimento de água "à população pobre que não pode pagar", dizendo tratar-se de "uma barbaridade privar-se o povo indigente e sem recursos de um líquido tão precioso para o seu lar." Em resposta às muitas reclamações efetuadas contra o alto preço da instalação da rede de esgoto nas casas, o

[53] Nesse ano a região delimitada compreendia o retângulo formado pela Avenida Francana (atual Major Nicácio), Rua do Cemitério (atual Simão Caleiro), Rua Municipal (atual Couto de Magalhães) e Rua Padre Anchieta (ACM, 24.10.1899, p.109-109v)

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Tribuna da Franca (22.8.1915, p.1) divulgou uma nota que expressa bem o descaso para com a população mais pobre e a arbitrariedade do poder público municipal:

> Tivemos occasião de ouvir mais de uma queixa sobre o preço reputado excessivo do custo das installações domiciliarias que segundo os calculos viria a importar em somma bastante consideravel que não póde ser paga sem sacrificio pela parte da população sujeita a esses onus.
>
> Já agora não é tempo mais de se discutir si esse preço é caro ou barato, porquanto está elle de antemão fixado em lei como é facil verificar-se.
>
> D'est'arte, com sacrificio ou sem elle, a installação é obrigatoria e o seu valor é onus real sobre o immovel.

Não obstante os equipamentos urbanos serem desejados pela população como um todo, percebemos que o alto custo deles acabou inviabilizando a sua aquisição pelas camadas mais pobres, as quais, muitas vezes, acabaram rejeitando esses melhoramentos. O desinteresse dos moradores pela água encanada e rede de esgoto ilustra essa situação. Em um pronunciamento a respeito da instalação domiciliária de rede de esgoto, o poder público municipal declarou que ela "tem tido andamento demorado, devido á relutancia de muitos proprietarios refractarios á comprehensão da necessidade desse apparelho sanitario" (TRIBUNA DA FRANCA, 28.1.1917, p.23). Em 1909, o prefeito Martiniano Francisco de Andrade, comentando o serviço de abastecimento de água da Estação, bairro de maioria pobre, salientou o seguinte:

> No Bairro da Estação, até esta data, só foram requeridas e installadas 8 torneiras. É de admirar-se que, sendo aquelle bairro tão populoso, apenas 8 dos seus habitantes tenham vindo ao encontro dos esforços e sacrificios que a municipalidade fez para dotal-o com esse tão apreciavel e hygienico melhoramento (TRIBUNA DA FRANCA, 29.7.1909, p.2).

Em 1910, a municipalidade proibiu a utilização de cisternas na área central da urbe, tentando, assim, forçar os habitantes dessa região a fazer uso da água encanada que, como pudemos perceber, possuía um preço que a tornava inacessível aos moradores mais pobres. Em julho de 1914, a Municipalidade decretou uma lei tornando obrigatória a instalação domiciliaria de água e esgoto e proibindo a utilização de fossas na região beneficiada pela recém construída rede de esgoto, ou seja, o Centro. Assim, todas as casas

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

dessa área, incluindo aquelas que ainda não haviam solicitado a ligação às redes de água e esgotos, começaram a ser cobradas pela Prefeitura para o pagamento das taxas referentes ao fornecimento desses serviços (LRDR, 11.9.1939).

De acordo com essa lei municipal, o prédio que não tivesse banheiro ladrilhado ou cimentado e cozinha dotada de pia e caixa sifonada para escoamento da água utilizada deveria ser multado na primeira averiguação e interditado em caso de reincidência. Os fiscais da Inspetoria da Higiene passaram então a intimar os moradores a fazerem a ligação à rede de esgoto e as instalações sanitárias exigidas por lei. Assim, em 1916 o proprietário de duas pequenas casas na Rua Misericórdia (atual Dr. Júlio Cardoso) foi intimado "para no prazo de 20 dias collocar na casinha do predio nº 76 uma pia de ferro esmaltado e fazer um tanque no quintal para lavagem de roupa e no predio nº 80, installar os aparelhos sanitarios de accordo com o Reg. Sanitario" (LRBRII, 8.5.1916). Em 1938, Justina Silveira, proprietária de uma casa na Rua General Osório foi intimada "pela Delegacia de Hygiene da cidade a modificar a dependencia hygienica de seu predio [de privada de fossa para privada patente]" (LRDR, 9.3.1938).

Conforme apontado, os moradores do Centro eram obrigados a construir os telhados, muros, calçadas e portões de acordo com as rígidas normas estabelecidas especialmente para esse local. Além disso, o cumprimento das normas concernentes à higienização, ao embelezamento e à racionalização do espaço urbano era mais fiscalizado na região central. Assim, a criação de animais domésticos, como o porco, – atividade de grande importância na alimentação dos moradores mais pobres e antigo costume trazido do campo –, era muito mais difícil de ser realizada nessa área que nos bairros mais distantes. O imposto de viação, cobrado por metro linear, era mais caro no Centro que nos demais bairros da cidade. Para a cobrança desse tributo, em 1911 a cidade foi dividida em duas regiões: "perímetro urbano" ou "central", composto pelo atual Centro e o trecho da Rua Dr. Jorge Tibiriçá até a

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

estação ferroviária, e "perímetro suburbano", formado pelo Bairro da Estação, Cidade Nova, Cubatão e Boa Vista (TRIBUNA DA FRANCA, 12.12.1911, p.2). Nas ruas ensarjetadas do perímetro central a taxa era de quatrocentos réis por metro, chegando a seiscentos réis nas vias encascalhadas. No perímetro suburbano, esse imposto era de duzentos réis, nas ruas com sarjetas, e de cem réis, nas vias desprovidas desse melhoramento. Em 1926, a Câmara Municipal aprovou uma lei aumentando esse imposto e dividindo a cidade em quatro perímetros. O primeiro, formado pela área mais central da urbe; o segundo, pela região em volta desta, o terceiro, pelos bairros Estação e Cidade Nova; e o quarto, pelos bairros Coqueiros, Boa Vista e Santos Dumont. O valor da contribuição passou a ser de mil réis, oitocentos réis, seiscentos réis e trezentos réis, respectivamente (TRIBUNA DA FRANCA, 31.10.1926, p.2-3). Morar no Centro, portanto, significava também pagar impostos mais altos e um maior número de taxas referentes à instalação e manutenção dos equipamentos e serviços urbanos.

A indiferença para com as dificuldades das camadas mais pobres em arcar com os impostos é uma marca do período, como nos revela os casos que relatamos na seqüência. Em 1902, a Câmara negou a isenção de imposto predial a Leonel Antônio Pereira, morador que segundo o vereador Virgínio Pereira era "indigente", pobre e aleijado (ACM, 3.7.1902).[54] O não-pagamento dos impostos municipais levava a Prefeitura a fazer a cobrança judicialmente. Muitas vezes, a residência de proprietários sem recursos financeiros acabava sendo confiscada e leiloada pelo poder público. Em 1939, o *Comércio da Franca* (7.12.1939, p.4) publicou um artigo que evidencia a freqüência de tal prática em Franca:

> Refiro-me aos editaes em que se penhoram, a requerimento de nossa Prefeitura, casinholas de gente sem leira e nem beira, porque não pagou impostos.

[54] A negação da isenção foi aprovada por nove votos contra dois. Em pronunciamento a favor da negação da isenção, o vereador Álvaro Abranches disse "que se a Câmara abrisse esse precedente teria que estender a sua generosidade à todos os pobres e que a cidade está cheia de pobres que possuem prédios. Que esta corporação não pode fazer esmolas; quem quiser que as faça de seu bolso." (ACM, 3.7.1902).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> No caso ou casos que temos sob os olhos, parece-me que é levar-se ao maximo rigor a compreensão das normas legais que regem os tributos e sua satisfação.
>
> Imaginem: uma pobre senhora que durante alguns anos não pode pagar a pequena quantia de cento e cincoenta mil reis, morando num casebre de taipa é porque está muito pouco acima da miseria (...).Tem quatro paredes onde esconde a sua penuria e o seu infortunio.
>
> Intimada a pagar os impostos de sete anos, sob pena de lhe sequestrarem o ultimo reduto da sua pobreza, não póde fazer. A casa de taipas que abrigava uma infeliz vai ser vendida em hasta publica. Provavelmente atingirá o 'quantum' dos impostos, mais as custas.

O direcionamento dos melhoramentos urbanos para o Centro contribuiu para a sua transformação na região mais valorizada e, ao mesmo tempo, mais tributada e fiscalizada da urbe. Em razão disso a área central tornou-se cada vez mais proibitiva às camadas populares. Empurrados para os bairros que foram surgindo ou se expandindo sem equipamentos e serviços públicos, os pobres ficaram impossibilitados de usufruir dos equipamentos e serviços públicos coletivos.

A implementação de uma política urbana discriminadora e promovedora da segregação espacial e da exclusão das camadas mais pobres da cidade entre a última década do século XIX e os anos 40 foi favorecida pela restrição ao exercício das cidadanias civil e política no país durante esse período. A Primeira República fora marcada pelas fraudes eleitorais, pela baixíssima participação popular nas eleições e pelas práticas clientelistas e coronelísticas que garantiram a continuidade do domínio político por parte das camadas abastadas e a utilização patrimonialista dos recursos públicos no atendimento dos interesses pessoais e de grupo. Estavam proibidos de votar os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os soldados e os membros das ordens religiosas, ou seja, a grande maioria da população. Além disso, faltava à pequena parcela da população que tinha direito ao voto as condições necessárias para o exercício independente dos direitos políticos, ou seja, a garantia da cidadania civil. Segundo bem observou Carvalho (2001, p.56-57), o coronelismo "impedia a participação política porque antes negava os direitos civis. [...] O direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel. Seus amigos e aliados eram protegidos, seus inimigos eram perseguidos ou ficavam simplesmente sujeitos aos rigores da lei."[55]

Durante o Primeiro Governo Vargas (1930-1945), não obstante os avanços na cidadania social produzidos pela introdução da legislação trabalhista, tanto os direitos civis quanto os diretos políticos foram, na maior parte do período, em grande medida restringidos. Assim que assumiu o governo provisório em 1930, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional e os legislativos estaduais e municipais. Os estados e municípios passaram a ser governados por interventores nomeados pelo presidente. Pressionado pela oposição, em 1932 Vargas implantou o voto secreto, criou a Justiça Eleitoral, diminuiu o limite de idade dos eleitores de 21 para 18 anos e estendeu o direito de voto às mulheres. Depois de um breve período democrático, em que ocorreram as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte (1933) e, posteriormente, as eleições para os executivos e legislativos municipais, as cidadanias civil e política sofreram grandes reveses. Vargas comandou o golpe de Estado de 1937 e instaurou a ditadura do Estado Novo. Na esfera municipal as eleições para prefeito e vereadores somente aconteceriam novamente em 1947, cerca de dois anos após o fim do Estado Novo.

No que se refere a uma possível mobilização popular reivindicativa de direitos sociais urbanos em Franca, constatamos que até meados da década de 1940 ainda não emergira, no seio da população dos bairros desprovidos de melhoramentos, uma consciência capaz de motivar a luta pelo direito aos equipamentos e serviços públicos coletivos na cidade. Com isso, os administradores municipais puderam governar praticamente sem se preocuparem com a democratização do acesso aos melhoramentos urbanos, pois sua permanência ou eventual retorno ao poder não dependia do apoio popular. Na ausência de uma pressão

[55] A presença do coronelismo em Franca foi abordada por MELO (1995) e OLIVEIRA (1999).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

contundente por parte das camadas populares, os administradores municipais puderam direcionar sua ação para o atendimento dos interesses exclusivos das camadas abastadas da cidade.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

3

SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE INDUSTRIAL-OPERÁRIA

Na década de 1940, a cidade de Franca entrou em um processo de transformação que modificaria profundamente a sua vida econômica, política e social. Comentando esse processo, Barbosa (1998, p.34) assinalou que foi justamente "a partir dos anos 40 que a cidade começou a incorporar ao seu cotidiano e à sua paisagem traços distintivos de uma transformação que marcou a transição de economia essencialmente rural para a condição de localidade predominantemente industrial e operária."

A transformação econômica do município, de economia agrária alicerçada especialmente na produção de café, mas com participação significativa também da pecuária, para uma economia essencialmente industrial, se consumou na primeira metade da década de 1950, momento em que a atividade industrial se firmou como sustentáculo da economia do município, superando o valor da produção agrária. No ano de 1954, o valor total da produção industrial chegou a Cr$432.926.000,00, enquanto o total da produção agrícola atingiu apenas a soma de Cr$244.746.000,00, o que representa uma vantagem de 75,9% para o setor fabril (BARBOSA, 1998). O crescimento da atividade industrial se acelerou ainda mais no decorrer das três décadas seguintes, o que propiciou também o desenvolvimento dos setores de comércio e serviços e o rápido crescimento da população urbana.

O desenvolvimento industrial vivenciado pela cidade teve na indústria calçadista a sua principal força propulsora. Para se ter uma idéia, se nos anos 30 foram dez as fábricas de calçados abertas, na década de 1940 esse número saltou para 71, sete vezes mais que na década anterior. Além disso, a partir de 1945 ocorreu o fortalecimento de algumas

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

fábricas de calçados fundadas na década de 1930 e o surgimento de empresas de maior porte (BARBOSA, 2004). Nos anos 50 surgiram mais 59 empresas e, nos anos 60, aproveitando-se dos incentivos do governo militar, o setor presenciou uma grande expansão, com a criação de 399 novas indústrias. No ano de 1960, o volume financeiro produzido pela indústria calçadista da cidade atingiu a expressiva cifra de Cr$750.000.000,00, enquanto que o café, principal atividade agrícola do município, produziu apenas Cr$237.898.600 (SOUZA, 2000, p.58). Em 1965, a produção do setor coureiro-calçadista, somada à da incipiente indústria de artefatos de borracha para calçados (saltos e solados) – que já respondia, em 1949, por 49,8 % do total produzido na indústria local, passou, para 82,2% da produção industrial do município (BARBOSA, 1998, p.33).

Além das empresas calçadistas, importantes indústrias de outros ramos se estabeleceram em Franca já na segunda metade dos anos 40. Dentre essas merecem destaque pelo menos quatro empresas: a Cotai (Companhia Têxtil Agro-Industrial), que logo após a sua fundação em 1946 já empregava 180 funcionários, um número considerado expressivo para a época, as indústrias de meias Itamarati e Transbrasil, fundadas respectivamente em 1945 e 1947, responsáveis conjuntamente por uma produção de mais de um milhão de pares por ano, e a Borracha Amazonas, criada em 1947 para fornecer artefatos para a indústria de calçados local.

Na década de 1970, a indústria calçadista francana inicia uma fase de grande expansão, marcada pelo crescimento da produção para o mercado interno e pelo início das exportações. Para se ter uma idéia, em menos de uma década e meia a produção local de calçados quadruplicou, passando de 7,2 milhões de pares em 1967 para cerca de 30 milhões em 1980 (BARBOSA, 2004).

Na década de 1980, impulsionado pelo grande aumento das exportações para os Estados Unidos, o setor vivenciou o melhor momento de sua história. Ressaltando a

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

importância adquirida pela indústria calçadista de Franca nesse período, Barbosa (2004, p.9-10) aponta que em 1984 a cidade produziu 32 milhões de pares de calçados, o que equivalia a 11,6% da produção nacional. Desse total, mais da metade teve como destino o mercado externo. O faturamento com as vendas para o exterior atingiu a marca de US$ 164,5 milhões, o equivalente a 15% do total das exportações brasileiras de calçados.

Acompanhando o desenvolvimento da atividade industrial e dos setores de comércio e serviços, ocorrido entre as décadas de 1940 e 1990, a população urbana de Franca teve um elevado crescimento, conseqüência sobretudo da vinda para a cidade de um grande número de migrantes em busca de trabalho.

Entre 1940 e 1960, a população urbana de Franca cresceu a uma taxa de 4,21% ao ano, saltando de 20.568 habitantes em 1940, para 26.629 em 1950 e 47.244 em 1960. Nesse período, a população rural do município permaneceu praticamente estacionária, atingindo uma média de crescimento de apenas 0,36% ao ano. Passou de 9.070 habitantes em 1940, para 9.547 em 1950 e 9.743 em 1960. Em 1960 a população urbana atingiu 82,9%, contra 17,1% da população rural (GPI,1969a)[56]. Em 1970, de um total de 95.018 habitantes, 88.130, ou seja, 92,75%, já viviam na zona urbana do município, uma taxa de urbanização bastante superior à média do interior do estado de São Paulo (70,93%) e à média do país (55,92%), índice que garantia a Franca o 23º lugar entre as cidades paulistas com maior taxa de urbanização (SOUZA, 2000, p.61).

O desenvolvimento econômico proporcionado pela expansão da indústria calçadista nas décadas de 1970 e 1980 provocou um grande crescimento da população urbana. Em 1980 os habitantes da cidade já somam 143.125, um crescimento de 62,40% em relação a 1970. Entre 1980 e 1990, a população urbana cresceu mais 51,75%, chegando a 217.189 em

[56] Nessa análise, o GPI - Grupo de Planejamento Integrado (1969a) levou em consideração apenas os habitantes da área que constituía o município de Franca em 1969. Não foram considerados, portanto, os habitantes dos distritos.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

1990. Nesse ano a taxa de urbanização atingiu 97,66%. (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS, 2000, p.43)

Na década de 1990, apesar da crise no setor calçadista e a conseqüente diminuição da oferta de empregos, o fluxo migratório para a cidade de Franca não diminuiu. Com isso, a população urbana continuou a crescer a níveis elevados. De 1990 a 2000 o crescimento foi de 33,79%, atingindo 254.020 habitantes em 1995 e 290.580 em 2000, ano em que a taxa de urbanização atinge 98,08%. (SILVA, 2005; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS, 2000, p.43)

O aumento da oferta de empregos no meio urbano de Franca, com destaque para as vagas surgidas na indústria de calçados e atividades complementares, foi o grande responsável pelo fluxo migratório que provocou esse rápido crescimento da população urbana. Entre 1950 e 1966, por exemplo, os empregos aumentaram à razão de 7,8% ao ano na indústria do setor coureiro-calçadista (GPI, 1969a, p.108). Enquanto em 1950 o número de trabalhadores empregados em estabelecimentos industriais com 5 ou mais operários era de 2.015, abrangendo 7,5% da população, em meados dos anos 80, no auge da exportação de calçados, esse setor passou a empregar mais de 20% da população (BARBOSA, 1998, p.37), o que propiciou a entrada no mercado de trabalho de um grande número de pessoas que migraram para Franca.

Outro fator que contribuiu para o aumento da população urbana de Franca foram as transformações ocorridas no meio rural da região. Em Franca, e nos municípios paulistas e mineiros vizinhos, a fuga para a cidade se deu também em razão da erradicação de grande parte da cultura cafeeira, que passou a ser substituída por pastos destinados à pecuária, diminuindo bastante a necessidade de mão-de-obra no campo. Além disso, muitos trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras do sul e sudoeste do Estado de Minas

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Gerais migraram para a cidade de Franca em razão das dificuldades advindas do processo de concentração da propriedade nessas áreas (GARCIA, 1997, p.41-42).

Se até o início dos anos 40 a representação de uma Franca moderna se expressava sobretudo na modernização urbanística da sua área central, a partir desse momento o ideal de modernidade passou a se vincular cada vez mais à modernização capitalista representada pelo desenvolvimento industrial em curso na cidade. Dessa forma, conforme observou Barbosa (1998), a imprensa francana, mais que o próprio empresariado, talvez mesmo por constituir seu porta-voz, passou a divulgar as realizações favoráveis ao desenvolvimento industrial local e a cobrar das autoridades políticas ações que dinamizassem o setor, visualizado a partir de então como o mais expressivo símbolo da modernidade e do progresso do município.

A nota a seguir, publicada por um jornal local logo na segunda metade da década de 1940, ilustra bem o entusiasmo vivenciado na cidade em razão do desenvolvimento industrial em curso, incorporado como representante máximo do progresso e elemento capaz de conferir a Franca o *status* de cidade moderna:

> Há, atualmente em Franca, uma febre, a do progresso. Para qualquer lado que voltemos nossas vistas, deparamos com realizações grandiosas, empreendimentos importantes, iniciativas arrojadas, que demonstram toda a nossa pujança econômica e financeira [...].
>
> No terreno industrial, o progresso de Franca é de deixar a gente admirada, porquanto, não contou com o bafejo oficial, nem com o apoio dos grandes industriais do país.
>
> [...] Aí estão as grandes fábricas de calçados, produzindo mais de um milhão de pares de calçados, os cortumes [sic], onde pontifica o progresso, com instalações perfeitas, a fábrica de tecido de elástico, a Cotai que faz o fio para tecer, a fábrica de meias e de solados de borracha, que já estão funcionando regularmente, ampliando ainda mais nosso parque industrial. (O FRANCANO, 23.3.47, p.3)

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento industrial local, a partir de 1949 o Poder Público Municipal passou a promulgar leis de incentivo fiscal ao setor, como a

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

isenção de imposto predial por cinco anos às novas indústrias sem similares na cidade[57] e a isenção de emolumentos (taxas de aprovação, registro e alinhamento) para prédios destinados à indústria[58]. Conforme constatou Barbosa (1998, p. 2005), "a proposição de tais leis contou com a iniciativa de atores políticos de diversos partidos que, por sua vez, representavam diferentes matizes e setores da sociedade francana".

Apesar de concentrar as suas atenções na promoção do desenvolvimento industrial local, a Municipalidade não se descuidará do embelezamento da região central da cidade. A administração do prefeito Onofre Sebastião Gosuen (jan. 1956 a mar. 1959), por exemplo, "teve como fator marcante o 'embelezamento' e a reforma urbanística da cidade, sobretudo da área central, não obstante o programa mínimo previsto para a sua gestão enfatizasse a questão da 'casa operária', da água e luz para as vilas [...], entre outros problemas" (BARBOSA, 1998, p.173)[59]. Em 1958 Gosuen investiu na total remodelação da Praça Matriz Nossa Senhora da Conceição, que recebeu então um novo projeto paisagístico elaborado pelo arquiteto J. E. Chauviére e um novo piso em petit-pavê imitando o tradicional calçadão da praia de Copacabana (ver figura 18).

Nos anos 60, ao lado do desenvolvimento industrial, as transformações ocorridas no centro da cidade – aumento do tráfego dos veículos motorizados, aparecimento de casas comerciais sofisticadas e construção de edifícios –, passaram a compor o ideal de cidade moderna em Franca. Expressão de progresso próprio das grandes cidades, esses elementos passaram a ser defendidos e divulgados pela imprensa local com grande

[57] A esse respeito ver Lei 76 (26.9.1949), Lei 297 (15.4.1953), Lei 577 (19.9.1956), Lei 894 (23.5.1960). A concessão da isenção de imposto predial apenas às "indústrias sem similares na cidade" tinha como objetivo não favorecer a vinda para Franca de concorrentes para o setor calçadista local (BARBOSA, 1998).
[58] Ver, por exemplo, a Lei 1217 (27.04.1964).
[59] Gosuen ficou conhecido como "o remodelador da cidade" em virtude de suas obras visando o embelezamento de Franca para as comemorações de seu centenário. Uma de suas chamadas publicitárias na campanha eleitoral de 1958, visando a obtenção de uma cadeira no legislativo estadual, é bastante ilustrativa de seu desempenho neste sentido: "Para Deputado Estadual Onofre Gosuen - O Prefeito que em 2 anos transformou o perfil urbanístico da cidade". (O FRANCANO, 18.09.1958, p.1, apud BARBOSA, 1998, p.173).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

entusiasmo, como nos dá mostra a nota publica pelo *Comércio da Franca* em 26 de janeiro de 1966 (p.2):

> Franca na vanguarda!
> É verdadeiramente animador o surto de progresso que se verifica em Franca. De pouco tempo a esta parte a cidade apresenta um aspecto diferente da comuna provinciana, que caminhava a passos lentos, vacilantes, com o seu desenvolvimento dosado homeopaticamente.
> Hoje é esse centro fervilhante, com as suas ruas e praças regorgitantes, acolhendo por vez um trânsito intenso e permanente.
> Vários edifícios de envergadura estão alcançando as alturas, contando-se cerca de dez arranha-céus, alguns já em construção e outros projetados, com os trabalhos preliminares iniciados e suas dependências já vendidas.
> No setor industrial, avançamos a passos largos com novas fábricas aumentando nosso famoso parque industrial, podendo ser destacada a terceira fábrica 'Samello' que, segundo fomos informado, dará trabalho a mais de meio milhar de operários.
> O comércio merece também uma referência especial. Novas organizações surgem aqui e acolá, com instalações modernas, nos mais variados gêneros. Vários magazines e boutiques estão distribuídos no centro da cidade, dando-lhe aspecto característico de cidade com pretensões de pequena capital!

O desejo de dotar Franca dos elementos capazes de conferir à cidade o *status* de moderna se revelaria na aprovação, em 1964, do projeto de lei número 9, cuja redação final estabeleceu a concessão de imposto predial urbano por cinco anos a todo edifício de seis a nove andares que viesse a ser construído na cidade.[60]

É importante ressaltar, entretanto, que apesar da aprovação, esse projeto foi contestado por alguns vereadores, que alegaram a ineficácia prática do mesmo e o acusava de favorecer as camadas mais abastadas em prejuízo da receita municipal e, por extensão, do investimento em políticas públicas voltadas ao bem estar social de todos. Para os vereadores da Comissão de Finanças, por exemplo, o projeto não teria nenhum valor prático, já que "ninguém empregaria vultuoso capital em obras de tal natureza animado pela simples isenção de impostos", além disso, "a Prefeitura Municipal necessita de rendas para fazer face aos seus compromissos que crescem dia a dia". Para um dos membros da Comissão de Justiça, o projeto era "danoso ao bem social visto que visa favorecer exatamente aos mais favorecidos",

[60] De autoria do vereador José Lancha Filho, o projeto original propunha isenção de imposto predial por dez anos.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

ademais, “quem estiver em condições de construir edifícios [...] não deixará de fazê-lo por ter de pagar os devidos impostos”. (PROJETO DE LEI 9, 1964)

Outro grupo beneficiado pela isenção de imposto predial urbano foi os empresários do setor hoteleiro. Em 8 de maio de 1963, a Câmara Municipal, alegando a necessidade de se melhorar o serviço de hotelaria em Franca, aprovou o projeto de lei número 3, isentando do imposto predial urbano todas as novas construções destinadas a hotéis e também as antigas hospedarias que ampliassem em 50% ou mais a sua área construída, mantendo ou melhorando a qualidade do seu acabamento.

Com o objetivo de oferecer melhores condições para o desenvolvimento industrial de Franca e disciplinar o uso do espaço urbano com a resolução dos conflitos decorrentes da instalação de indústrias em áreas residenciais e comerciais, em 1984 foi inaugurado o Distrito Industrial de Franca (DINFRA). Previsto pelo Plano Diretor Físico aprovado em 1972, sua construção decorreu de um acúmulo de investimentos públicos iniciados logo após a aprovação do plano. Já em 1972 o Executivo local foi autorizado a desapropriar um terreno de mais de 120 hectares para a instalação do distrito em uma área plana próxima à cidade.

Com a sua inauguração em 1984, o Poder Público Municipal passou a incentivar a instalação de empresas no local. Nesse ano foi promulgada a Lei 2931, concedendo isenção de imposto predial e territorial urbano pelo prazo de doze anos às empresas que se instalassem no mesmo. Para estimular a transferência dos curtumes, estabelecimentos que incomodavam os moradores com a poluição do ar e das águas dos córregos da cidade, a instalação de restaurantes populares para servir os operários e a diversificação da atividade industrial local, foi também estabelecida uma redução de até 40% do preço dos lotes às empresas de “curtimento de couro, atualmente instaladas no perímetro urbano; refeições populares; qualquer espécie que não tenha similar no Município de Franca e

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

cuja localização no mesmo se apresente conveniente para o desenvolvimento econômico e social deste" (RINALDI, 1987, p.81-84). Em 1985, com a promulgação da Lei Municipal 3008, a Municipalidade passou a conceder também a isenção de emolumentos para as novas indústrias do Distrito Industrial.

Quando desviamos a nossa atenção para o campo da política, percebemos que o período inaugurado pela década de 1940 também trouxe mudanças bastante significativas no cenário local. O desenvolvimento da atividade industrial, a volta das eleições livres após os quinze anos do Primeiro Governo Vargas e o rápido crescimento da classe operária provocaram significativas transformações no universo político e social francano. De arena exclusiva da elite cafeeira, a partir de 1945 o terreno político francano abriu espaço para os setores médios da sociedade, para o empresariado industrial e, "ainda que em menor grau e sob mecanismos de tutela, para a classe trabalhadora, não obstante a indiscutível permanência de remanescentes das antigas oligarquias, contudo, despojados da expressividade política de outrora." (BARBOSA, 1998, p.129)

Foi a partir de meados dos anos 40 que o operariado emergiu em Franca como um agente de significativa força coletiva, saindo de uma posição de marginalidade para ocupar um espaço central no cenário político e social local. As manifestações populares e as greves ocorridas em Franca entre os anos de 1945 e 1960 expressam bem a emergência desse novo ator social. Em julho de 1945, ainda sob a ditadura do Estado Novo, os operários das indústrias de calçados de Franca entraram em greve por aumento salarial e somente retornaram ao trabalho após o acordo efetuado entre o sindicado dos trabalhadores e a Associação Comercial e Industrial de Franca (O FRANCANO, 07.07.1945, p.1). Os oficias de alfaiatarias da cidade realizaram duas greves por razões salariais, sendo uma em 1946 e outra em 1953. Em setembro de 1951 os motoristas e mecânicos da empresa de transporte urbano "São José" também paralisarem os serviços com o propósito de conseguir aumento salarial.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

No dia 13 de janeiro de 1955, os tecelões da indústria Cotai, em protesto contra o atraso no pagamento dos salários, entraram na empresa, marcaram o cartão de ponto, mas não deram início aos trabalhos. Os tecelões somente voltaram às atividades no dia seguinte, após a efetuação do pagamento pela empresa.[61] Nesse mesmo ano, o Sindicado dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca realizou uma assembléia com cerca de 400 operários para discutir a realização de uma greve. Ao comentar a mobilização dos operários, o jornal *Diário da Tarde* (27.09.1955, p.1) relatou que "apesar da maioria optar pela paralização, ficou resolvido que se convocasse nova Assembléia Extraordinária, a 1º de Outubro próximo, a fim de decidirem sobre o assunto."

Por ocasião da morte do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, cerca de dois mil operários das indústrias locais abandonaram seus postos e saíram às ruas procurando mobilizar outros trabalhadores e fechar os estabelecimentos comerciais, dando início a tumultos que provocaram repressão policial. Seguiram-se aos protestos de 24 de agosto diversas outras manifestações de louvor à figura de Vargas, dentre as quais destacamos duas de maior repercussão. Primeiramente, a subscrição de 1.027 assinaturas, logo no dia seguinte à morte do presidente, em abaixo-assinado pleiteando a mudança da denominação da Avenida Rio Branco para Avenida Getúlio Vargas. Ainda no mesmo dia, em regime de urgência, foi apresentado e aprovado na Câmara um projeto de lei contemplando a referida mudança (BARBOSA, 1998). Em ato quase contínuo, iniciou-se um movimento pró-monumento ao presidente Vargas encabeçado por lideranças trabalhistas locais. Em seu "Manifesto ao Povo", a comissão encarregada de angariar fundos para a obra enfatizou o papel central reservado aos operários na tarefa de homenagear o seu "grande líder" (BARBOSA, 1998).[62]

---

[61] A respeito dessas greves ver os jornais *O Francano* (22.09.1946, p.1; 29.09.1946, p.1) e *Diário da Tarde* (18.09.1951, p.1; 20.06.1953, p.1; 15.01.1955, p.1; 18.01.1955, p.1).
[62] A respeito da força da mística getulista em Franca ver Barbosa (1998).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Em janeiro de 1957, cerca de duas mil pessoas, apoiadas pelos sindicados operários locais, se reuniram em frente a Usina de Laticínios Jussara para protestarem contra a proibição da comercialização do leite cru e o aumento do preço do leite pasteurizado vendido pela empresa Jussara. O protesto, que contou com o apedrejamento e a invasão do estabelecimento, provocou a reação da polícia local e vários manifestantes foram atingidos por tiros deflagrados pelos policiais. Em razão do incidente foi enviado reforço policial a Franca. (DIÁRIO DA TARDE, 8.01.1957, p.1).

Como conseqüência do retorno das eleições livres e da emergência do operário como uma nova força social em Franca, a partir de meados da década de 1940 os políticos francanos passaram a reproduzir na esfera local a transformação na relação política que já vinha ocorrendo na esfera nacional desde os anos 30. A respeito dessa transformação, lembramos que o regime inaugurado por Vargas, na busca de apoio político que lhe conferisse legitimidade, patrocinou uma política pública voltada para o operariado, estabelecendo novas relações entre Estado e classe trabalhadora. Com base na formulação de uma legislação social e trabalhista, fundamentada na "ideologia da outorga" e na valorização do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à condição de cidadão, o Estado teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a identificarem-no como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos (FERREIRA, 1997). Mas a base de sustentação do novo regime se estendeu para além da classe operária, atingindo uma categoria maior – as massas populares urbanas –, fazendo com que o Estado desenvolvesse também uma política específica para esse setor. Esta política se materializou sobretudo no ataque à questão habitacional[63] em três níveis distintos: inauguração da produção direta e do financiamento de unidades habitacionais por órgãos estatais como os Institutos de Aposentadorias e Previdência (1938) e a Fundação da Casa Popular (1942); congelamento e controle dos aluguéis por meio da Lei do Inquilinato de

[63] A escolha da questão habitacional tinha a sua razão de ser. Conforme ressalta Bonduki (1988, p.103): "A habitação sempre representou um grande ônus e um problema dos mais graves a ser resolvido pela classe trabalhadora urbana."

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

1942, que deu início à regulamentação das condições de locação que protegia o inquilino contra os aumentos abusivos dos aluguéis e contra os despejos injustificados; regulamentação dos loteamentos populares por meio do Decreto-Lei 58 de 1938, garantindo a aquisição de terrenos à prestação. (BONDUKI, 1988)

Essa bem-sucedida política rendeu grande prestígio a Getúlio Vargas, pois, para as classes populares urbanas, foi ele, e não qualquer instituição política, o responsável direto pelos benefícios sociais (FERREIRA, 1997). Após o fim do Estado Novo, os partidos trabalhistas, com destaque para o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), criado pelo próprio Governo Vargas, assumiram o posto de representantes legítimos dos trabalhadores e protetor de seus direitos. Como herança histórica do período do Primeiro Governo Vargas, o brasileiro nunca mais deixou de reconhecer no Estado, visualizado pela população sobretudo na figura do Executivo, o principal responsável pelo atendimento dos mais diversos aspectos das suas condições de vida.

Analisando as transformações ocorridas no universo político-social brasileiro a partir dos anos 30-40, Weffort (1980) constatou que a partir de 1945 “as formas de aquisição ou preservação do poder estarão cada vez mais impregnadas da presença popular” (p.67). Dessa forma, segundo esse autor, “a simples circunstância de que político algum pode esquivar-se totalmente às expectativas populares desvia de maneira radical daquele regime do Estado oligárquico anterior aos anos 30” (p.17). Em sua análise sobre Franca, Barbosa (1998, p.37) observou que entre 1945 e 1964 o discurso político passou “a se dirigir de maneira mais incisiva à classe operária como forma de contemplar os interesses do conjunto da população.” Isso porque o peso social e político adquirido pelo operariado francano acabou forçando a política a se dirigir a ele. Nesse sentido, a referência “à realização de melhoramentos nos ‘bairros operários’, bem como a construção de moradias populares para os trabalhadores

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

fabris é ponto de convergência nos programas de quase todos os partidos políticos do período." (BARBOSA, 1998, p.37-38).

As notas jornalísticas que reproduzimos a seguir ilustram bem a transformação ocorrida no cenário político francano a partir de 1945. A primeira comenta as eleições municipais de 1951. A segunda refere-se aos pressupostos básicos do programa de governo do empresário João Palermo Júnior, candidato a prefeito pelo PRP (Partido de Representação Popular) nas eleições municipais de 1955.

> [...] Preciso falar ao povo de Franca [...]. Preciso dizer-lhes que não votem em candidatos apoiados por facções granfinas porque elas formam partidos aristocráticos [...]. Servem aos capitães da indústria e deixam de lado os humildes sapateiros e cortumeiros [sic] [...] Por que estão afastados do povo, [...] porque nunca sofreram ao lado do povo e nunca choraram as mesmas lágrimas feitas de suór e sangue dos desiludidos operários. (DIÁRIO DA TARDE, 11.1.1951, p.4)
> A campanha será feita em torno de 2 pontos principais: 1º.) - Se eleitos formaremos, em torno do prefeito, um corpo de assessores técnicos não-remunerados [...]. 2º.) - Girará em torno de um plano de rápido atendimento das necessidades da classe dos sapateiros e coureiros de Franca, plano que será executado em apenas 90 dias. (DIÁRIO DA TARDE, 2.9.1955, p.1)

Apresentando-se como legítimos representantes da classe trabalhadora, os políticos trabalhistas locais foram responsáveis pela adoção de um discurso voltado para o atendimento dos interesses dos setores populares. O peso político adquirido pelo operariado francano a partir dos anos 40 pode ser medido pelo êxito alcançado pelos partidos trabalhistas locais[64] durante o chamado período democrático (1945-1964). Conforme assinalou Barbosa (1998, p.70-71, 80), "os partidos trabalhistas controlaram a política francana em um período dominado, em nível estadual, pela força organizativa do PSP, de 1947 a 1954, e pelo pragmatismo 'eleitoreiro' da UDN, de 1959 a 1962." De 1947, ano da primeira eleição pós Estado Novo, a 1963, o PTN e o PTB conseguiram eleger quatro prefeitos, monopolizando assim o executivo local. A Câmara Municipal também foi palco da supremacia dos partidos trabalhistas, que tiveram o maior número de vereadores de 1948 a 1967 (BARBOSA, 1998).

[64] Refiro-me ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e ao PTN (Partido Trabalhista Nacional).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Como veremos nos próximos capítulos, a partir de meados dos anos 40, os governantes municipais passaram a conviver com a necessidade política de atender algumas reivindicações das classes populares instaladas em bairros parcial ou totalmente desprovidos de equipamentos e serviços urbanos. A esse respeito vale lembrar que a manutenção das eleições diretas para o Executivo e o Legislativo municipais, mesmo durante o período da Ditadura Militar, garantiu a necessidade dos políticos locais angariarem apoio eleitoral e político.

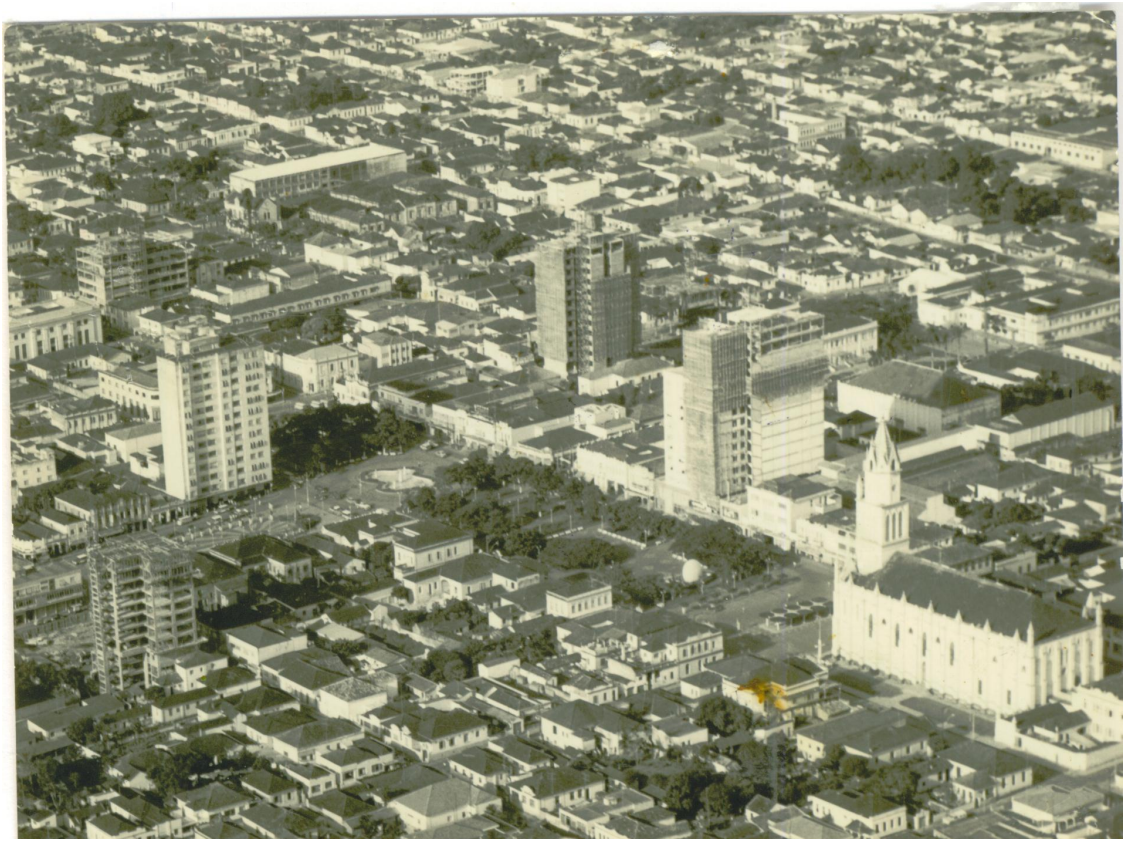

Figura 17 – Vista parcial aérea da cidade de Franca (MHMF, foto 43, álbum 2).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 18 – Praça Nossa Senhora da Conceição após a remodelação efetuada em 1958 pelo governo de Onofre Gosuen (MHMF, foto 78, álbum 2).

Figura 19 - Praça Nossa Senhora da Conceição na década de 1980 (MHMF, foto 44, álbum 1).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

4

A POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA MORADIA PRÓPRIA E A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS URBANOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

Desde o surgimento do problema habitacional no Brasil em fins do século XIX, até o final da década de 1930, a produção de moradias nos centros urbanos do país se manteve orientada pela lei do mercado, sendo exercida exclusivamente pela iniciativa privada e direcionada basicamente para a construção de casas de aluguel.[65] Mesmo porque, nas cidades economicamente mais dinâmicas onde a população urbana passara a crescer acentuadamente, o investimento em moradias de aluguel se tornou uma segura e excelente forma de se rentabilizar poupanças e recursos disponíveis. Ademais, sobretudo durante a Primeira República, a construção de casas para alugar às classes populares contou com incentivos públicos como a isenção de taxas e impostos, única medida introduzida pelo Estado liberal para incentivar a produção habitacional.[66]

É certo que alguns trabalhadores conseguiam comprar um terreno em áreas menos valorizadas, como nos loteamentos que foram se abrindo nas franjas dos centros urbanos em expansão, e erguer a própria casa em etapas, porém, estes se constituíram em exceções. Os baixos salários e a falta de financiamento e incentivos públicos para a aquisição

[65] A utilização da casa de aluguel era tão disseminada nas primeiras décadas do século XX que o imposto predial urbano e o valor de mercado de uma moradia eram estabelecidos com base no valor do aluguel (BONDUKI, 1998).

[66] Segundo Bonduki (1998, p.41), os estímulos à iniciativa privada foram adotados por todos os níveis do governo e regiões do país e foram sempre bem aceitos por higienistas, poder público e empreendedores. “Para estes, a vantagem era óbvia, pois aumentariam seus lucros; para o poder público, mesmo que os resultados fossem pífios, era uma forma de mostrar uma iniciativa em favor da melhoria da habitação dos pobres; por fim, para os higienistas, era a oportunidade de difundir o padrão de habitação recomendável.” Os incentivos públicos municipais concedidos à construção de casas de aluguel em Franca durante a Primeira República foram abordados no Capítulo 1.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

da casa própria praticamente impossibilitaram o acesso das classes populares a esse bem nas primeiras décadas do século XX (BONDUKI, 1998). Além disso, a compra de terrenos em loteamentos periféricos era desestimulada por sua distância do local de trabalho e de comércio, pelo custo ou ausência de transporte coletivo, pela falta de outros serviços e equipamentos públicos urbanos, assim como pela oferta de habitações de aluguel a preços acessíveis à população pobre nas áreas mais centrais das cidades. Por tudo isso, durante as primeiras décadas do século XX, a maior parte da população pobre das grandes cidades brasileiras ainda continuou vivendo em cortiços e pensões degradados das áreas centrais.[67] Não por acaso, em virtude da destruição em massa dos cortiços no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, as favelas surgem como uma alternativa mais viável que os loteamentos periféricos. Em Franca, nas primeiras décadas do século XX a população também evitou os novos loteamentos, que só muito vagarosamente foram sendo ocupados, preferindo os bairros mais antigos e próximos do Centro como Estação, Cidade Nova, Santa Cruz e Cubatão (RIBEIRO, 1941).

No final da década de 1930, em meio a uma profunda crise habitacional e em consonância com a política nacional de compromissos sociais estabelecida pelo Governo Vargas com a classe trabalhadora urbana, o problema da habitação popular passou a ser encarado como uma questão de cunho social que exigia a intervenção governamental para ser equacionada de maneira adequada. Efetuando uma mudança significativa em relação à política de matriz liberal da Primeira República, no final dos anos 30 o Estado passou a intervir na questão habitacional atacando-a em três frentes diferentes: a produção direta e o financiamento de unidades habitacionais, iniciadas em 1938 com a criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e reforçadas em 1946 com a criação da

[67] Levantamentos efetuados na cidade de São Paulo na década de 1930 mostram que muitos daqueles que haviam conseguido se tornar proprietários de lotes ou de casas na periferia preferiam continuar morando nos cortiços da área central. O motivo principal dessa escolha estava na ausência ou no vulto da despesa com o transporte coletivo. (BONDUKI, 1998, p.93)

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Fundação da casa Popular; a regulamentação das condições de locação, com o congelamento dos aluguéis e o cerceamento do despejo sem justa causa, mediante a decretação da Lei do Inquilinato em 1942, que foi sendo prorrogada até 1964[68]; e a regulamentação dos loteamentos populares por meio do Decreto-lei 58 de 1938, que passou a garantir a aquisição de terrenos à prestação. (BONDUKI, 1988; 1998)

Nesse contexto, o acesso à casa própria assumiu um papel fundamental no discurso e nas realizações do Estado. Mesmo porque, no final dos anos 30, "se firma de forma quase consensual que a iniciativa privada não tem condições de equacionar o problema da moradia dos trabalhadores, requerendo-se a intervenção do Estado e que o acesso à casa própria deve ser estimulado de todas as formas possíveis." (BONDUKI, 1998, p.15). Símbolo da valorização do trabalhador e comprovação de que a política de amparo ao povo brasileiro estava dando resultados efetivos, a partir dos anos 40 a casa própria passou a assumir uma grande importância política e ideológica no Brasil.

> Para o trabalhador urbano, a casa própria simbolizava o progresso material. Ao viabilizar o acesso à propriedade, a sociedade estaria valorizando o trabalho, demonstrando que ele compensa, gera frutos e riqueza. Por outro lado, a difusão da pequena propriedade era vista como meio de dar estabilidade ao regime, contrapondo-se às idéias socialistas e comunistas. Com isso, o Estado estaria disseminando a propriedade em vez de aboli-la e, assim, promovendo o bem comum. Os trabalhadores, deixando de ser uma ameaça, teriam na casa própria um objetivo capaz de compensar todos os sacrifícios; já o morador do cortiço ou da moradia infecta estava condenado a ser revoltado, pronto para embarcar em aventuras esquerdistas para desestabilizar a ordem política e social.
>
> Portanto, se a casa própria e a difusão da propriedade garantiam a ordem política, no nível micropolítico a reprodução da moral burguesa e sua dócil aceitação pelo operariado só seria possível através da moradia individual e da eliminação dos cortiços [e também das favelas]. Nesse sentido, o papel da família, com sua função de reproduzir a ordem e moral estabelecida, era essencial.[69] (BONDUKI, 1998, p.84).

---

[68] Segundo Bonduki (1988, 1998), apesar de proteger os inquilinos dos aumentos de aluguel e dos despejos injustificados, a Lei do Inquilinato desestimulou a produção de novas moradias de aluguel pela iniciativa privada, agravando ainda mais o déficit habitacional nas cidades.

[69] A esse respeito vale destacar que a "família era considerada a célula mater da sociedade e seu esteio. [...]. A Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo, dava atenção toda especial à família, determinando, no artigo 124, que ela estaria 'sob proteção do Estado'." (BONDUKI, 1998, p.84)

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Nesse capítulo objetivamos verificar como se processou na cidade de Franca essa transformação na política habitacional e seus efeitos sobre a cidadania social urbana. Para isso, analisaremos a atuação do Poder Público Municipal no incentivo e auxílio à autoconstrução da casa própria pelas classes populares, as características dos conjuntos habitacionais de promoção pública construídos na cidade e a luta dos moradores por direitos sociais urbanos nesses conjuntos habitacionais.

Como resultado do rápido crescimento populacional urbano provocado pelo desenvolvimento industrial e a insuficiência das produções de moradias pela iniciativa privada em Franca, a partir da década de 1940 aumentou em grande medida o déficit habitacional na cidade, assunto recorrente nos jornais locais durante todo o século XX, que passaram a cobrar do Poder Público Municipal ações para solucionar o problema.

Em 25 de março de 1945 o *Comércio da Franca* publicou uma matéria sobre o assunto que ocupou toda a sua primeira página. Segundo o periódico, o problema da falta de moradias em Franca assumira "um aspecto angustiante e de maiores proporções que em outras cidades interioranas." Três décadas mais tarde, o problema persistia e de forma ainda mais dramática. Ao abordar novamente a questão em 8 de maio de 1976, o *Comércio* salientou que "a maior incerteza para esse povo ainda é a falta de habitação, existindo muitas famílias desabrigadas, pois o número de construções mais modestas é insuficiente." Em 15 de julho de 1977, em artigo intitulado "O assustador déficit habitacional", esse periódico fez um apelo para que o Poder Público Municipal suspendesse as normas do Plano Diretor de 1972, visto que as mesmas estariam prejudicando o surgimento de novos núcleos residenciais na cidade, acrescentando que "diante do negro quadro habitacional" em que se vivia, "qualquer obediência ou qualquer rigorismo estabelecido pelo Plano Diretor passa a ser mera barreira tecnocrata." Em notícia publicada por esse jornal em 14 de junho de 1978, o deputado estadual francano Milton José Baldochi declarou que em pouco tempo Franca teria o seu

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

crescimento industrial "seriamente comprometido devido à escassez de mão-de-obra que será especialmente gerada pela carência de habitações de nível popular". Para sanar o problema o deputado defendeu a necessidade de "uma mobilização de forças vivas da cidade em torno do assunto, tentando sensibilizar as autoridades estaduais mostrando-lhes a situação crítica do setor habitacional desta cidade".[70] Em 21 de agosto de 1980, uma matéria sobre o assunto publicada pelo *Diário da Franca* recebeu o seguinte título: "Escassez de moradias já é calamidade pública". Em 1989 o *Comércio da Franca* (20.04.1989) cobrou do prefeito Maurício Sandoval Ribeiro um plano de ação para solucionar o problema do déficit habitacional de Franca, tendo em vista as promessas de campanha nesse sentido. Para o jornal o déficit habitacional era "gritante" e "as pessoas de baixa renda já se sentem desesperadas quando precisam sair à procura de casas para alugar [...]". Em 1997, para solucionar o problema da falta de moradias em Franca, o vereador José Lancha Filho propôs a criação pela Prefeitura de "loteamentos urbanizados" em áreas rurais de 60 a 100 alqueires. De acordo com o vereador, o déficit habitacional nesse ano era de cerca de dez mil moradias (DIÁRIO DA FRANCA, 7.3.1997, p.7).

No final da década de 1940, como conseqüência da emergência do operariado como um agente de significativa força coletiva e peso político em Franca, se processou uma significativa mudança na política habitacional municipal. Se até esse momento buscava-se timidamente atacar o problema da falta de moradias mediante a concessão de benefícios públicos à iniciativa privada para a produção de casas de aluguel, a partir de então, refletindo a transformação que já vinha se processando na política habitacional estadual e federal desde o final dos anos 30, a produção da casa própria popular passou então a povoar o discurso e as ações dos políticos locais.

[70] Em 21 de janeiro de 1979 o *Diário da Franca* estimou em 15.000 unidades o déficit habitacional de Franca.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Assim, a demanda por moradia própria vai progressivamente se impondo como uma questão urbana a exigir também a intervenção da Municipalidade e o posicionamento dos políticos francanos. Já em 19 de abril de 1948, pressionado a implementar medidas no sentido de minorar o problema da falta de moradias à classe trabalhadora e impelido a contemplar pelo menos parte dos compromissos assumidos com essa parcela da população durante a campanha eleitoral de 1947, o Poder Público Municipal promulgou a Lei 15, primeira lei municipal de incentivo à construção da casa própria direcionada às camadas pobres da cidade. De acordo com essa lei, a Prefeitura concederia planta popular, entre três modelos padrões, e isenção de imposto predial urbano, pelo prazo de cinco anos, ao requerente que vivesse de salário e que possuísse apenas um terreno como imóvel. No caso de casas orçadas "em no máximo R$25.000,00", a Prefeitura forneceria também a pedra bruta necessária ao alicerce do prédio, na proporção de uma carroça para cada cômodo. Em 1953, a Lei 279 dobrou o limite máximo do valor da construção exigido para se ter direito à pedra bruta e aumentou para vinte os modelos de plantas disponibilizadas aos interessados.

Logo no mês seguinte à aprovação da Lei 15 de 1948, objetivando beneficiar também os construtores de casas para vender e para alugar, o Poder Público Municipal passou a promulgar leis de concessão gratuita de plantas e de isenção de imposto predial e de taxas de registro sem restrições a todas as novas construções. Nesse sentido, em 28 de maio de 1948 foi aprovada a Lei 17, estendendo a isenção do imposto predial urbano por cinco anos a toda construção residencial iniciada entre os anos de 1948 e 1950, isenção que fora renovada nos anos de 1952 (LEI 190) e 1953 (LEI 297). Em dezembro de 1963, com a aprovação do projeto de lei número 104, foram retiradas da lei de 1948 as exigências de não possuir outro imóvel e viver de salário para ter direito à planta da casa e acrescentado o direito da obra ter o acompanhamento técnico dos engenheiros da Prefeitura. De acordo com essa lei, a Prefeitura disponibilizaria vinte modelos de "casas residenciais de baixo custo, acabamento modesto e

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

equipamento mínimo, com área individual de construção não superior a 70 (setenta) metros quadrados".

Em 1964, com a promulgação da Lei 1237, o direito à isenção de imposto predial foi reduzido para três anos e passou a beneficiar apenas as pessoas que não tivessem casa própria e que destinasse o prédio exclusivamente para a sua residência. Além disso, a área total do prédio não deveria "ser superior a 60 (sessenta) metros quadrados e o seu valor não poderia "ultrapassar a 15 (quinze) salários mínimos, vigentes na região, na época do benefício".

A discussão da maioria dos projetos de leis que propunham a concessão de benefícios à construção de prédios na cidade foi marcada por divergências, pois o tema dividia a opinião dos membros do Poder Público local. Alguns defendiam a concessão de benefícios apenas à construção da casa própria popular e outros achavam que os benefícios deveriam ser estendidos a toda nova construção, favorecendo, assim, também as camadas mais abastada. Em razão disso vários projetos receberam emendas antes de tornarem lei e outros simplesmente não foram aprovados.

Foi importante para os propósitos desse trabalho notar na fala de alguns membros do Poder Público Municipal a emergência de um discurso em defesa da moradia enquanto um direito do habitante da cidade, algo praticamente inexistente até a década de 1940. É ilustrativo nesse sentido o parecer da Comissão de Justiça da Câmara ao Projeto de Lei 23, de fevereiro de 1961, que propunha a concessão de isenção de imposto predial por cinco anos a todas as novas construções que iniciassem as obras naquele ano. Ao se colocar contra a concessão da isenção sem restrições, o vereador Maurício Costa França, membro da comissão que redigiu o parecer, declarou que apenas a casa própria popular, "quando representa a única propriedade imóvel do munícipe", merecia tal benefício, visto que, "nesse

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

caso, não goza, êle, de uma regalia própriamente dita; tem, apenas, assegurado seu direito natural de moradia".

As tipologias arquitetônicas elaboradas na década de 1950 ficaram disponíveis para o atendimento da população até 1983, quando o governo de Sidnei Franco da Rocha elaborou cinco modelos de projeto–padrão para atender famílias cuja renda mensal fosse igual ou inferior a cinco salários mínimos (FERREIRA; SATURI, 2006). Em 1986, a Lei 3085 estabeleceu que a Prefeitura deveria atender apenas às solicitações de projeto de moradias com até 60 m2, um só pavimento, construídas com materiais simples e econômicos. Para o atendimento dos requerentes a Prefeitura designou um único profissional engenheiro do quadro de pessoal do Departamento de Economia e Planejamento, que ficou então responsável pela assinatura de todos os projetos de moradia popular.

O limite de 60 m2 para a planta popular fornecida pela Prefeitura de Franca se explica pelo fato de o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo (CREA-SP) isentar de acompanhamento técnico as habitações que não excedessem esse tamanho, o que retirava da Prefeitura de Franca a responsabilidade técnica pela obra. Segundo Ferreira e Saturi (2006), essa determinação do CREA-SP foi adotada na década de 1970 em razão da pressão dos governos municipais e dos próprios profissionais filiados que à época se encontravam em número reduzido para atender a grande demanda do mercado.

Com isso, se por um lado o Poder Público Municipal de Franca conseguia viabilizar, mediante a regularização cadastral da maioria das novas construções populares, a cobrança de impostos municipais, por outro lado, não demonstrava qualquer compromisso com a qualidade e a segurança das obras, pois o procedimento instituído se constituía em "mera autorização de caráter cartorário e burocrático, onde o interessado escolhia uma 'planta' no balcão de atendimento da Prefeitura, sem nenhum critério objetivo ou técnico e nenhum tipo de orientação técnica" (FERREIRA; SATURI, 2006, p.90).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Em 1988 o programa de moradia popular passa a fornecer plantas de até 70m2 para os munícipes com renda mensal igual ou inferior a dez salários mínimos. Em 1989, uma alteração na lei passou a permitir que uma pessoa fosse beneficiada duas vezes, desde que respeitado o interstício mínimo de dez anos entre o primeiro e o segundo pedido. A partir de então, o modelo de edícula no fundo do lote tornou-se uma solução muito procurada pela população de baixa renda, não apenas por pais que construíam para abrigar filhos recém casados, mas para propiciar complemento de renda com aluguel (FERREIRA; SATURI, 2006).

Analisando o programa da planta popular em Franca, Ferreira e Saturi (2006) apontaram vários problemas. Segundo esses dois arquitetos, o sistema de modelos de plantas pré-estabelecidos acabou "propiciando situações onde o modelo escolhido não era o mais apropriado para a realidade do terreno ou para a realidade sócio-econômica do proprietário do lote" (p.92). A ausência de assistência técnica e a falta de fiscalização permitiram a "construção de moradias precárias, que embora tivessem a assinatura de profissional credenciado, não atendiam às condições de qualidade necessárias para o atendimento às necessidades físicas e humanas" (p.92). Além disso, muitos projetos de moradia foram aprovados em áreas de risco, "causando problemas cujas conseqüências são sentidas até hoje [2006]" (p.92). Ainda segundo esses dois arquitetos, em Franca os vereadores faziam uso clientelista do programa, "pois a indicação para recebimento do benefício da chamada 'planta popular' era feita diretamente por vereadores aos órgãos responsáveis da Prefeitura pelo fornecimento do documento" (p.90).

Em 1993, a morte de um morador da cidade de Franca em razão do desabamento de uma casa construída mediante a concessão de planta popular pela Prefeitura foi motivo suficiente para a suspensão do programa. Com a continuação da procura pelo benefício, entretanto, a Prefeitura de Franca, pressionada pela população e pelos vereadores,

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

passou a fornecer um croqui e permitir que o solicitante construísse sem projeto e acompanhamento técnico (FERREIRA; SATURI, 2006).

Essa situação durou até 1995, ano em que foi implantado o programa *Teto Seguro*, convênio de cooperação entre a Prefeitura Municipal e a Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca para a concessão de assistência técnica gratuita à construção de moradias com até 70m2 para famílias proprietárias de lotes e com renda mensal igual ou inferior a 26,55 UFMF (R$386,30 reais à época). Nesse mesmo ano o teto mensal para se ter direito ao programa passou para 50 UFMF (aproximadamente R$730,00 à época). De acordo com o convênio, essa associação ficou incumbida da seguinte obrigação:

> Prestar efetiva assistência técnica, através de profissional capacitado e habilitado em todas as fases da construção da moradia com Planta Popular, quantificando e especificando materiais, demarcando lotes, apontando necessidades ou não de aterro, ou desaterro, encaminhando requisição junto ao setor competente da Prefeitura, locação da obra, escolha das fundações, alvenaria, laje de forro, cobertura, acabamento, instalações hidráulicas-sanitárias e elétrica, bem como, representar a obra perante os órgãos municipais, estaduais e federais e assinar a solicitação de "habite-se" à prefeitura municipal (FERREIRA; SATURI, 2006, p.92-93).

Durante o ano de 1995 foram atendidas pelo *Teto Seguro* em Franca 1.452 moradias. Em 1996, mais 1.040. Apesar de se verificar na cidade a existência de pessoas de baixa renda que não procuram o programa para evitar a fiscalização concernente ao cumprimento das normas técnicas construtivas, tendo em vista que estas encarecem a obra, e outras que apesar de fazer uso do programa desobedecem as suas orientações técnicas, os autores que estudaram os programas de planta popular em Franca ressaltam que desde a sua criação o *Teto Seguro* vem possibilitando uma considerável melhoria na qualidade das moradias das camadas populares, proporcionando mais segurança e conforto aos seus moradores.[71]

[71] A esse respeito ver Ferreira e Saturi (2006) e Silva (2005). Esta última autora trabalhou como arquiteta no programa *Teto Seguro* entre os anos de 1995 e 1997.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

A produção de moradias em conjuntos habitacionais de promoção pública em Franca foi iniciada em meados dos anos 50 e somente se tornou mais significativa a partir da década de 1970, como resultado da política habitacional do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)[72]. De 1955, ano em que foi inaugurado o primeiro conjunto habitacional da cidade, até 1996, foram construídas 6.898 unidades habitacionais de promoção pública em cidade[73].

CONJUNTOS HABITACIONAIS	ANO	UN./HAB.
Vila Santo Antônio	1955	50
Edifício Brasília	1960	40
Conj. Hab. Yolanda Costa e Silva	1967	104
Vila França	1967	54
Jardim Pedreira	1968	88
Conj. Hab. do Jardim Seminário	1968	228
Conj. Hab. do Jardim Francano	1968	94
Conj. Hab. do Bairro São José	1969	46
Conj. Hab. Três Colinas	1969	17
Conj. Hab. do Jardim Roselândia	1972	230
Jardim do Éden	1977	100
Jardim Bueno	1979	221
Parque Vicente Leporace – 1ª Etapa	1981	1.027
Parque Vicente Leporace – 2ª Etapa	1985	1.211
Parque dos Pinhais	1988	355
Parque do Horto	1988	1.059
Condomínio Vila Imperador	1989	114
CDHU – Pq. Vicente Leporace	1989-1996	1.008
Jardim Noêmia	1991	36
Jardim Palma	1992	411
Jardim Primavera	1992	36
Jardim Panorama	1993	369

Tabela 1 – Conjuntos habitacionais de promoção pública construídos em Franca até o ano de 1996.
Fontes: Silva (2005); Fuentes (2006); *Comércio da Franca* (1955-1997); *Diário da Franca* (1976-1997).

[72] O Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foram criados pelo governo do presidente Castelo Branco com o objetivo de "estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda" (LEI 4.380, 21.8.1964). Em Franca, por intermédio da Companhia Estadual da Casa Própria (CECAP), do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), da Cooperativa Habitacional do Estado de São Paulo (COHAB), da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e da Caixa Econômica Federal, o BNH financiou diversos conjuntos habitacionais. (SILVA, 2005).
[73] Estudos mais detalhados sobre a provisão habitacional pública em Franca encontram-se em Silva (2005) e Fuentes (2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Não obstante ter contribuído para amenizar o problema do déficit habitacional na cidade, a produção de moradias de promoção pública em Franca esteve muito abaixo das necessidades locais e foi entregue

Os conjuntos habitacionais construídos em áreas mais próximas à região central e mais bem atendidos por equipamentos e serviços públicos coletivos, como o Edifício Brasília, a Vila França, o do Jardim Francano, do Bairro São José e do Jardim Bueno, foram destinados a famílias de classe média. Sobre o Edifício Brasília, por exemplo, Silva (2005, p.61-63) nos relata que, apesar do mesmo dispor de quarenta unidades para vender ou alugar para os 230 associados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, "surgiram apenas 19 interessados na locação ou compra de um apartamento no edifício, devido ao alto valor do aluguel e do financiamento". Segundo nota publicada pelo *Diário da Franca* (s/d., apud SILVA, 2005, p.75), os conjuntos Vila França, Jardim Francano[74] e Bairro São José eram para "médicos, dentistas, advogados e bancários."

Por outro lado, mesmo os conjuntos habitacionais destinados às classes populares não propiciaram o acesso à moradia a uma grande parcela da população pobre de Franca. Além de manter uma produção de moradias muito abaixo da demanda da cidade, o valor das prestações e as regras de financiamento estabelecidas pelos programas de habitação popular – como renda familiar mensal mínima de três salários mínimos, trabalho formal[75], limite de idade de 55 anos para o chefe de família e exigência de três anos de domicílio no município – impediram que uma grande parte das famílias pobres adquirisse uma moradia de provisão pública em Franca (SILVA, 2005). Em 8 de maio de 1976, o *Comércio da Franca* fez o seguinte comentário a respeito dos conjuntos habitacionais: "A casa própria, obtida

[74] Destinado aos bancários, em razão da falência da construtora, as 94 habitações desse conjunto, ainda inacabadas, foram invadidas por outras famílias que, após o término da construção, regularizaram o financiamento junto à Caixa Econômica Federal (SILVA, 2005, p.75-76).
[75] Todos os programas exigiam carteira assinada. Alguns conjuntos habitacionais eram direcionados apenas a trabalhadores sindicalizados ou a determinadas categorias profissionais (SILVA, 2005).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

através de financiamentos, ainda constitui um embaraço muito grande para os que vivem de salários e precisam sustentar uma família."

Tal como ocorrera em outras cidades brasileiras, em Franca, grande parte das famílias que adquiriram moradias nos conjuntos habitacionais de promoção pública passou a enfrentar sérios problemas com a baixa qualidade das construções, com o aumento do valor das prestações e com a falta de equipamentos e serviços públicos coletivos. Segundo Bonduki (1998, p.320), isso se deu porque o BNH, objetivando reduzir o custo da moradia para atender uma população mais pobre, "optou por rebaixar a qualidade da construção e o tamanho da unidade, financiando moradias cada vez menores, mais precárias e distantes". A respeito da qualidade dos conjuntos habitacionais de promoção pública produzidos no Brasil pós-1964, Bonduki (1998, p.318) ressalta que, "salvo raríssimas exceções", predominaram "projetos medíocres, uniformes, monótonos e desvinculados do meio físico e da cidade".

Os conjuntos habitacionais de provisão pública destinados às camadas mais pobres em Franca foram construídos em áreas periféricas muito distantes da região central da cidade. Até o final da década de 1970, grande parte desses empreendimentos foram entregues desprovidos de melhoramentos essenciais à uma boa qualidade de vida. Alguns foram inaugurados mesmo antes da implantação do abastecimento de água, energia elétrica, galerias de águas pluviais, guias e sarjetas e outros melhoramentos.

Somente a partir da década de 1980, em razão da promulgação da Lei Federal 6766 (19.12.1979), que estabeleceu sanções penais para o promotor de loteamento que não efetuasse os melhoramentos estabelecidos pela legislação municipal[76], os conjuntos habitacionais passaram então a ser entregues com guias e sarjetas, galerias de águas pluviais e redes de água, esgoto e energia elétrica. Entretanto, muitos ainda continuaram sendo

[76] No caso de Franca, com a promulgação do Plano Diretor do Município (LEI 2046, 6.1.1972), o loteador passou a ser responsável pela instalação de guias e sarjetas, galerias de águas pluviais, pavimentação, rede de abastecimento de água, rede de esgoto ou o sistema de fossa séptica, rede de iluminação pública e arborização dos logradouros.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

inaugurados sem iluminação pública, placas de ruas, pavimentação e telefones públicos. Além disso, as áreas públicas reservadas a praças, creches, escolas, centros de lazer, postos de assistência médica e outros melhoramentos continuaram sendo entregues sem qualquer melhoramento, constituindo-se em terrenos baldios a incomodar os moradores com mato alto, lixo, insetos e animais peçonhentos. Também a coleta de lixo e o transporte coletivo quase sempre não eram implantados de imediato. Dessa forma, conforme pudemos constatar, a conquista da maioria dos equipamentos e serviços públicos coletivos nos conjuntos habitacionais de promoção pública em Franca passou a depender, em grande medida, da mobilização coletiva dos moradores.

No caso do Yolanda Costa e Silva, conjunto habitacional promovido pela Companhia Estadual da Casa Própria e destinado aos trabalhadores sindicalizados, apesar do contrato estabelecer que "toda a infra-estrutura deveria estar concluída antes de receber os novos moradores", cerca de um ano após a entrega das casas o *Diário da Franca* (19.09.1968) declarou que os moradores estavam ameaçando parar de pagar as prestações em razão da não instalação das redes de água e a de esgoto no bairro.

O Jardim Pedreira, conjunto habitacional construído em 1968 e entregue totalmente desprovido de equipamentos públicos, somente começou a receber as galerias de águas pluviais em 1975. Nesse ano, o *Comércio da Franca* (4.2.1975) fez referência à luta dos moradores por melhoramentos e denunciou a precariedade das vias públicas, a interrupção da instalação das galerias de águas pluviais e a ausência de rede de energia elétrica e iluminação pública. A respeito da energia elétrica, um dos moradores declarou ao jornal que apesar do pagamento dos custos de instalação já ter sido efetuado há meses, apenas os postes haviam sido implantados (ver figura 21).

Construído em 1968, o conjunto habitacional do Jardim Seminário somente recebeu rede de esgoto em 1978 e asfalto na década de 1980. Em 1976, o *Diário da Franca*

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

(24.9.1976, p.12) publicou uma reportagem de página inteira relatando a precariedade das condições de vida nesse bairro. Segundo a reportagem, que incluiu entrevista com os moradores e fotografias do bairro, em razão da falta de rede de esgoto, as águas servidas e os detritos que transbordavam das fossas das casas corriam a céu aberto pelas ruas, colocando em risco a saúde das crianças. Em virtude da falta de espaço no quintal, alguns moradores já estavam construindo fossas nas calçadas. A falta de iluminação pública prejudicava a segurança durante a noite, dificultando especialmente o tráfego de estudantes do período noturno. Em razão da precariedade das ruas de terra, os motoristas da empresa de ônibus coletivo deixavam de percorrer alguns trechos do bairro (ver figuras 22 e 23). Em 29 de outubro de 1978, esse mesmo jornal fez o seguinte relato a respeito da luta dos moradores por melhoramentos:

> Depois de anos de luta para que a Prefeitura fizesse a colocação da rede de esgoto nas suas ruas, moradores do Jardim Seminário começam agora outra batalha: sensibilizar o prefeito a asfaltar as movimentadas vias do bairro.
>
> A iniciativa dos moradores do Seminário começou a dias e em breve o prefeito Maurício Sandoval Ribeiro receberá um abaixo-assinado, reivindicando o melhoramento. O pedido está sendo feito porque o Departamento competente do Município não está se preocupando na manutenção das emburacadas ruas da vila, um problema que só com o asfalto seria resolvido.
>
> Consultada sobre o problema, fonte da Prefeitura disse anteontem que até o mais tardar o final do ano o pedido dos moradores do Seminário será atendido [...].

Em 1978, para protestar contra a demora no conserto dos telhados e vitrôs das casas que apresentavam vazamentos de água das chuvas, cem mutuários do conjunto habitacional Jardim do Éden resolveram suspender o pagamento das prestações junto ao BNH. Segundo o jornal que publicou a notícia, muitos moradores ameaçavam mudar do bairro por não estarem dispostos a “tolerar o descaso das organizações responsáveis pelo financiamento e continuar pagando uma prestação considerada alta” durante 20 anos, por uma casa de cômodos pequenos, sem muros, “acabamento do mais simples” e distante da cidade (DIÁRIO DA FRANCA, 12.3.1978, p.1).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Depois de terem enviado vários abaixo-assinados à EMDEF (Empresa Municipal para o Desenvolvimento de Franca) solicitando o asfaltamento do prolongamento da Avenida Brasil até aquele conjunto habitacional, os moradores do Jardim do Éden divulgaram no jornal *Diário da Franca* de 23 de julho de 1981 a organização de um ato de protesto na Câmara Municipal com cerca de 200 pessoas. O objetivo era pressionar os vereadores para que esses interviessem a favor da obra junto a esta empresa municipal. Para justificar a grande necessidade do asfaltamento daquele trecho, os moradores do Éden relataram ao jornal que centenas de pessoas transitavam diariamente pela avenida, "a pé ou de bicicleta, para chegar ao trabalho ou escola, fugindo do pagamento de ônibus, 'que pesa no fim do mês'". Construído em 1977, esse conjunto habitacional somente teve a sua rede de esgoto inaugurada em janeiro de 1980.

Na construção das 1.027 casas da primeira etapa do Conjunto Habitacional Parque Vicente Leporace, a Prefeitura de Franca assumiu o compromisso junto à CECAP (Companhia Estadual da Casa Própria) de implantar no local as galerias de águas pluviais, guias e sarjetas e as redes de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica. A área escolhida para a construção do conjunto era de ocupação rural e se localizava além da rodovia Cândido Portinari, a uma distância de cerca de dois quilômetros das redes de equipamentos públicos e cerca de seis quilômetros do Centro da cidade. As primeiras 500 unidades habitacionais ficaram prontas no final de 1979 e o restante em junho de 1980, mas em virtude do atraso na implantação dos equipamentos públicos coletivos pela Prefeitura as moradias somente foram liberadas para a ocupação em 25 de junho de 1981. Um dos problemas enfrentados por esse novo conjunto habitacional, o maior da cidade até então, dizia respeito à má qualidade das moradias, compostas de cômodos considerados pequenos para os padrões da época e construídas com finas placas pré-moldadas de cimento. Além disso, algumas casas,

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

em razão de terem sido edificadas em terrenos de acentuada declividade e sujeitos à erosão, passaram a sofrer desmoronamentos (ver figura 25).[77]

Conforme pudemos constatar, a história do Parque Vicente Leporace foi marcada pela constante mobilização e luta coletivas por melhoramentos e contra os aumentos no valor das mensalidades das moradias. Por meio de reuniões com as autoridades públicas, abaixo-assinados e diversas manifestações de protesto, inclusive críticas e denúncias na imprensa local, os moradores passaram a exigir das companhias habitacionais responsáveis pelas obras e do Poder Público Municipal equipamentos como iluminação pública, pavimentação[78], transporte coletivo, telefones públicos, passarela para pedestres e trevo de acesso ao bairro na rodovia Cândido Portinari, creches, escolas, postos de atendimento médico, posto policial e áreas de lazer (ver figuras 24, 26 e 27). Além disso, exigiam também as medidas necessárias para a instalação dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços na área destinada ao centro comercial do bairro. Com base em várias entrevistas realizadas com os moradores do Leporace em 1982, o *Diário da Franca* (4.4.1982) afirmou o seguinte: "Passada a euforia, agora os moradores do 'Vicente Leporace' começam a cobrar com veemência pelos benefícios ainda não recebidos". Ainda segundo o jornal, nas entrevistas os moradores expressaram sua consciência afirmando o seguinte: "'acabou a euforia dos primeiros momentos e agora é reivindicar aquilo que temos direito'". Em 27 de junho desse mesmo ano, os diretores do recém formado Centro Comunitário do Leporace reivindicaram ao diretor do Departamento de Higiene e Saúde de Franca a construção urgente de um pronto socorro no bairro.

---

[77] Em 25 de outubro de 1983 o *Comércio da Franca* publicou uma reportagem sobre 17 casas em situação de risco no bairro.

[78] Em razão da poeira advinda das ruas sem pavimentação o bairro foi apelidado de Chaparral, alusão à árida localidade do oeste americano que a TV Record transmitia. Sobre o asfaltamento do bairro, em 1982 a ENDEF (Empresa Municipal para o Desenvolvimento de Franca) declarou que muitos mutuários ainda não estavam em condições de arcar com as despesas do serviço, já que estavam realizando obras complementares em suas casas, "como muros, passeios e até mesmos alguns cômodos a mais" (DIÁRIO DA FRANCA, 4.4.1982).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Decorridos onze meses da inauguração desse conjunto habitacional, os seus moradores divulgaram na imprensa um manifesto de protesto que haviam encaminhado aos políticos locais. No manifesto os manifestantes exigiam cumprimento das promessas realizadas pelo então governador do estado Paulo Salim Maluf, o ministro do interior Mário Andreaza e o secretário de estado Osvaldo Palma. Dentre as obras prometidas no dia da inauguração do bairro estavam a passarela para pedestres sobre a rodovia e a instalação do centro comercial. Para o vice-presidente do centro comunitário do bairro, Sr. João Batista Pinto Garcia, os moradores do Leporace estavam cobrando "apenas o que de direito, exigindo a construção de uma passarela sobre a rodovia Cândido Portinari, principalmente no trecho que é uma verdadeira afronta e desumanidade contra a coletividade, onde já morreram cinco pessoas por culpa da inércia do Estado, da União e do município" (DIÁRIO DA FRANCA, 25.5.1982, p.10). No mês seguinte à realização do manifesto, cerca de vinte moradores do Leporace, acompanhados do padre Jerônimo e fazendo uso da camioneta da paróquia de São Benedito, se dirigiram até o jornal *Diário da Franca* para solicitar o acompanhamento de uma equipe de reportagem e seguiram paro o Paço Municipal, onde apresentaram ao prefeito Maurício Sandoval Ribeiro uma série de reivindicações em nome do bairro. Segundo o *Diário da Franca* (12.6.1982), os moradores "explicaram o motivo de tal atitude, sempre gritando 'slogans' reivindicatórios, prometendo, contudo, que não havia nada de político no movimento: 'aqui não há politicagem', justificou um dos manifestantes, 'estamos apenas cobrando o que de direito é nosso'." (ver figura 26). Na matéria publicada, o *Diário* descreveu a manifestação destacando o seguinte:

> "O povo unido jamais será vencido". "Não tem mais jeito, queremos o prefeito". "Justiça para todos". "Não somos formigas para morrermos esmagados". Por um momento os funcionários municipais e diretores de departamentos, bem como transeuntes que passavam ontem à tarde pelas imediações do Paço Municipal, tiveram a nítida impressão de que as pessoas que portavam cartazes com tais dizeres, fossem provocar uma verdadeira rebelião diante da Prefeitura. Ao serem atendidas, porém, portaram-se pacificamente na presença do prefeito Maurício Sandoval Ribeiro, apresentando-lhe pessoalmente reivindicações em benefício de um pobre e

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> sofrido bairro: "Vicente Leporace". Passarela para pedestres, asfalto e escola, foram as três reivindicações fundamentais que aquele agitado grupo apresentou ao Executivo, recebendo, de imediato, a promessa de que tudo será feito para que sejam atendidos. [...] os manifestantes voltaram a lembrar que preciosas vidas estão se perdendo naquele setor da cidade, e que além do mais, já não suportam a demora para que seus pedidos sejam atendidos [...].

A partir de 1983, os moradores do Parque Vicente Leporace, que já somavam cerca de sete mil pessoas e um total de 1.484 mutuários, além de continuar lutando por melhoramentos, passaram a se organizar e protestar também contra os aumentos do valor das mensalidades das moradias[79], do imposto predial e territorial urbano e das taxas de equipamentos públicos, incluindo nesse último item a taxa do asfalto, tendo em vista a realização da pavimentação das ruas do bairro.

Em 1983, os habitantes do Leporace passaram a contar com o auxílio do vereador Hélio Rodrigues Ribeiro, que era radialista e morador do bairro. Eleito no pleito de 1982, esse vereador passou a atuar como representante do bairro perante o Poder Público Municipal. Em março de 1983 ele agendou uma reunião dos representantes do Leporace com o prefeito Sidnei Franco da Rocha. Nessa reunião os moradores pleitearam a diminuição do imposto predial e residencial urbano, das taxas dos serviços públicos coletivos e da taxa de implantação do asfalto, bem como a intervenção do prefeito junto ao Banco Nacional da Habitação com o objetivo de se evitar o anunciado reajuste de 130% no valor das prestações das moradias (DIÁRIO DA FRANCA, 2.3.1983, p.5). Em abril de 1983 os moradores do Jardim Bueno também protestaram contra esse mesmo reajuste nas mensalidades das casas mediante a realização de uma manifestação na Rua Pará, exemplo que segundo o vereador Hélio Rodrigues Ribeiro também seria seguido pelos moradores do Leporace. (DIÁRIO DA FRANCA, 8.5.1983, p.2).

---

[79] A respeito da mobilização contra os reajustes do valor das prestações das moradias ver as seguintes reportagens do *Diário da Franca*: "Moradores do 'Leporace' protestam contra BNH" (19.1.1983, p.8); "Vicente Leporace: 800mutuários assinam documento de protesto" (1.2.1983, p.16); "Moradores do Vicente Leporace querem ser ouvidos por Sidnei" (2.3.1983, p.5); "Bairro promete ato de repúdio contra reajuste de 130%" (8.5.1983, p.2); "Moradores do Leporace em protesto contra aumentos" (23.7.1983, p.10).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Se para o político que participava das mobilizações populares nos bairros essa participação poderia se constituir numa oportunidade para se estabelecer relações clientelistas com os moradores, aos olhos destes a presença do político se constituía numa estratégia para facilitar a obtenção dos melhoramentos urbanos. O vereador poderia encaminhar a demanda e se empenhar para que o Executivo a atendesse ou viabilizar o acesso dos moradores às instâncias de poder responsáveis pela distribuição dos equipamentos e serviços públicos urbanos.

Na edição do dia 23 de julho de 1983, o *Diário da Franca* (p.10) anunciou a realização, na semana seguinte, de uma assembléia geral dos moradores do Parque Vicente Leporace para tratar, dentre outras coisas, da redação e assinatura de um manifesto de protesto contra o reajuste da prestação das moradias para ser entregue a autoridades estaduais e federais, da implantação imediata do Centro Comercial do bairro e da construção do recém aprovado trevo de acesso à localidade pela Rodovia Cândido Portinari. Além disso, seriam discutidos na assembléia também os primeiros detalhes para a criação da Associação dos Mutuários do Parque Vicente Leporace, formada pelos 7.500 moradores ali residentes e cerca de duas mil pessoas que até o final de 1983 passariam a ocupar as 754 novas casas que seriam inauguradas no bairro. No início da década de 1990, uma vez concretizadas várias obras pleiteadas na década de 1980, os moradores do Leporace passaram a formular e reivindicar novos melhoramentos e alguns projetos sociais. Em 1992, os moradores redigiram um manifesto exigindo, dentre outras melhorias, a construção de anfiteatro, pista de bicicross e skate, campo de "chacrobol" e quadra de vôlei em uma grande área pública do Leporace III; a retomada dos projetos "Dê uma mão para o Verde" e "Vida Melhor"[80], bem como a construção de um novo prédio para Centro Comunitário, visto que o antigo havia sido cedido para abrigar o 5º Distrito Policial da cidade, o Núcleo da Promoção Social, um posto da

[80] Estes dois projetos foram Introduzidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Guarda Civil e a Escola de Costura Industrial. Contando com o apoio dos dirigentes do Conselho Comunitário de Franca, Centro Comunitário do Parque Vicente Leporace, Movimento Rap Ação Black, Grupo Skate e Bicicross do Leporace, Associação de Malhas, MIF/Leporace, Grupo Amor Exigente, Departamento de Desenvolvimento Comunitário e Associação Esportiva do Parque Leporace, o manifesto, composto de 1.634 assinaturas, foi encaminhado ao prefeito Maurício Sandoval Ribeiro para que ele tomasse as providências necessárias à viabilização das obras e projetos junto à Secretaria Estadual de Habitação. Em resposta à solicitação dos moradores, o prefeito enviou o seu "assessor de assuntos comunitários" a São Paulo para falar com o secretário estadual de habitação Machado de Campos Filho.

Em 1992, uma comissão de moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma se reuniu com o prefeito Maurício Sandoval Ribeiro e com diretores da empresa municipal Habitação Popular S/A (PROHAB)[81] para reivindicar a revisão do valor das mensalidades das casas referente à cobrança de serviços de infra-estrutura realizados no bairro. Segundo o superintendente da PROHAB, o aumento do valor das prestações se deu em razão da construção de muros de arrimos em alguns terrenos do bairro e o valor total da obra foi dividido entre todos os mutuários. No final da reunião o prefeito solicitou um levantamento técnico da obra à PROHAB e se comprometeu a dar uma resposta aos moradores após a conclusão do mesmo. (DIÁRIO DA FRANCA, 25.3.1992, p.3)

Em 1993, as casas do Conjunto Habitacional Jardim Panorama foram liberadas para a ocupação antes de serem efetuadas as ligações residenciais de energia elétrica e a implantação da iluminação pública. Outro problema enfrentado pelos moradores era a falta de ônibus coletivo. Em razão disso, um grupo de moradores do local procurou o *Diário da Franca* para denunciar a falta desses melhoramentos. Procurado pelo jornal para dar

[81] Criada pelo Decreto-Lei Municipal 6096, de 22 de dezembro de 1989 (FERREIRA; SATURI, 2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

explicações a respeito, o gerente operacional da empresa São José, concessionária do transporte coletivo em Franca, comunicou que a localidade somente receberia ônibus após o encascalhamento de suas ruas e a retirada de uma porteira localizada na entrada do bairro. Sobre a instalação da energia elétrica, a Companhia Paulista de Força e Luz comunicou que as ligações somente seriam liberadas após o término do serviço de inspeção da rede, pois a mesma havia sido instalada por uma empreiteira.Um mês após a publicação dessa reportagem o bairro passou a ser atendido pelos coletivos da empresa São José. Com isso, os moradores se mobilizaram para reivindicar diretamente da concessionária a colocação de cobertura nos pontos de ônibus do bairro. Outra reivindicação dos moradores era a colocação de telefones públicos, visto que o bairro encontrava-se totalmente desprovido desse melhoramento. (DIÁRIO DA FRANCA, 11.2.1993, p.3; 30.3.1993, p.3)

Figura 20 – Construção das 369 casas do Conjunto Habitacional Jardim Panorama em 1993 em gleba rural distante do perímetro urbano (MHMF, foto 58, álbum 50).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

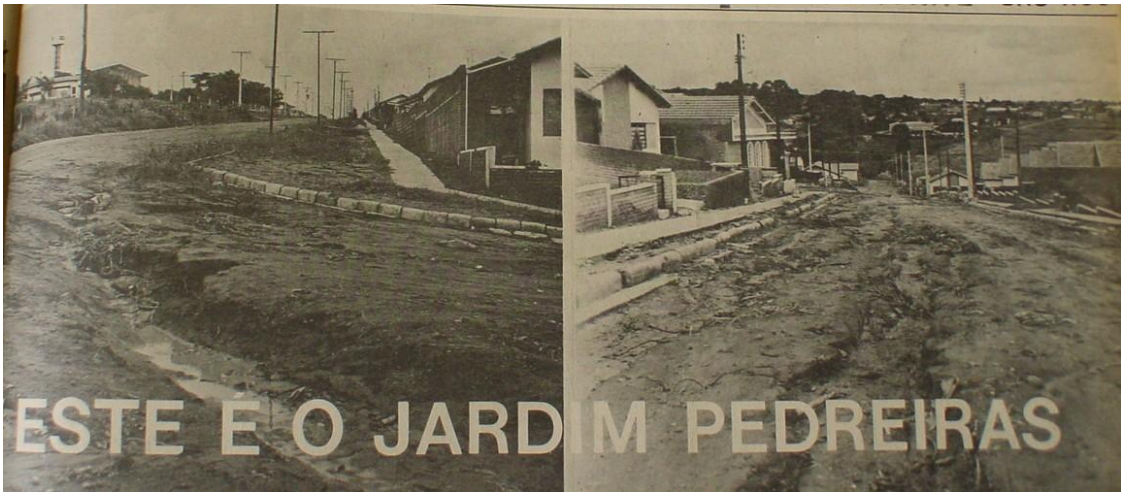

Figura 21 – Conjunto Habitacional Jardim Pedreira em 1975. Denúncia contra a falta de melhoramentos e referência à luta dos moradores (COMÉRCIO DA FRANCA, 4.2.1975).

"Não venham com promessas", pedem os moradores do pobre Jardim Seminário

Texto: Paulo Sérgio Borachi
Fotos: David B. Radesca

Já temendo a repetição das promessas que às vésperas do pleito de 1972 o então candidato a prefeito Hélio Palermo lhes fez, os moradores do Jardim Seminário e vila João Leite — sem luz nas ruas, sem rede de esgotos, sem telefone público e sem um posto de assistência médica de emergência — afirmam: "Estamos cansados de ser enganados".

Ao pé das crianças, a nova fossa que logo transbordará.

cam a ecoar suspeiramente pelas imediações, resta às mães de família dividirem seu tempo entre os afazeres domésticos e a vigilância imposta a seus filhos, para que evitem as valas onde impera a podridão enriquecida pelo transbordamento das fossas.

Conforme conta d. Iva Aparecida de Oliveira, que tem quatro filhos com menos de nove anos, "várias vezes eu tiro os meninos pequenos que brincam nas águas. Mesmo assim, algumas vezes eles ficam todos enlameados com aquela podridão".

Para essa podridão contribui o transbordamento das fossas. Construídas nos quintais, elas foram sendo substituídas por outras, à medida que esgotavam sua capacidade. Tanto assim que Eurípedes Alves Borges, residente há mais de cinco anos na rua C nº 1413 do Seminário, conta: "Precisei abrir uma fossa na calçada, porque no quintal não tinha mais espaço".

Figura 22 – Esgoto a céu aberto no Jd. Seminário em 1976 (DIÁRIO DA FRANCA, 24.9.1976).

Figura 23 – Jd. Seminário em 1978. Reportagem enfatiza a luta dos moradores pelo asfalto (DIÁRIO DA FRANCA, 29.10.1978).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 24 – Pq. Vicente Leporace em 1982. Reportagem destaca a mobilização dos moradores por melhoramentos (DIÁRIO DA FRANCA, 4.4.1982, p.12).

Figura 25 – Erosão ameaça casas no Pq. Vicente Leporace em 1983 (DIÁRIO DA FRANCA, 25.10.1983).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

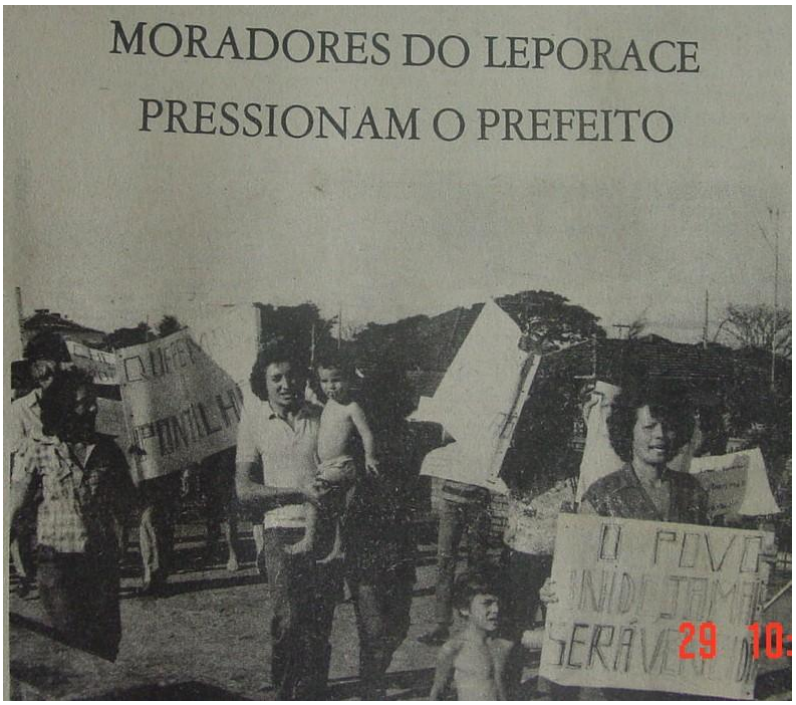

Figura 26 – Mobilização dos moradores do Pq. Vicente Leporace em 1982 (DIÁRIO DA FRANCA, 12.6.1982).

Figura 27 – Mobilização dos moradores do Pq. Vicente Leporace em 1983 (DIÁRIO DA FRANCA, 19.1.1983).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

5

FAVELAS: A DIFÍCIL LUTA PELA MORADIA

A crise habitacional vivenciada por várias cidades brasileiras na década de 1940 passou a estimular a produção de outras formas de moradia que a partir de então passaram a se constituir nas principais alternativas habitacionais das camadas pobres urbanas do país: a casa própria autoconstruída em loteamento periférico clandestino ou legalizado e o barraco autoconstruído na favela[82]. Mesmo porque, a construção de casas de aluguel pela iniciativa privada e as moradias produzidas pelos conjuntos habitacionais de promoção pública ficaram muito aquém da demanda e possuíam regras de financiamento e preços inviáveis às camadas pobres da população. Em Franca, a casa própria autoconstruída em loteamento periférico se estabeleceu como a principal forma de moradia das classes populares e contribuiu para se evitar a proliferação de favelas.[83]

Apesar de não terem atingido grandes dimensões, nem em número e nem em tamanho, as favelas deram visibilidade à crise de habitação e ao problema da pobreza urbana justamente num período em que a cidade passara a se orgulhar do seu ingresso na era urbano-industrial, se apropriando dos ideais de progresso e modernidade típicos dos grandes centros industriais. Em razão disso, a presença de favelas na cidade passou a exigir providências do governo municipal, passando a justificar uma ação tanto no sentido de acabar com as favelas existentes como no objetivo de prevenir novas formações.

---

[82] No Brasil, a origem da favela está ligada à ocupação ilegal e irregular dos morros da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX (VALLADARES, 2000). Na cidade de São Paulo as favelas surgiram na década de 1940 e o seu crescimento permaneceu restrito até os anos 70, "tanto em decorrência da discriminação e repressão que seus habitantes sofriam, como devido à enorme oferta de lotes periféricos, que funcionou como alternativa de moradia melhor aceita e acessível com pequeno dispêndio monetário e grande sacrifício." (BONDUKI, 1998, p.264).

[83] As condições em que ocorreu a expansão periférica e o acesso das classes populares à casa própria autoconstruída em loteamento periférico em Franca serão analisadas no capítulo 6.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

A partir do momento em que as favelas se tornaram mais visíveis ocorreu a sua contestação pela sociedade local e a intervenção do Poder Público Municipal, o que provocou a reação dos favelados. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é verificar, por meio da análise da história de duas favelas da cidade, como se deu esse conflito e qual o seu resultado. Nos interessa verificar também o significado do surgimento e da erradicação das favelas em Franca.

A primeira favela que se tem notícia em Franca surgiu na década de 1940 e chegou a abrigar, no período de maior aglomeração, cerca de 250 pessoas, provavelmente todas migrantes que vieram para a cidade em busca de trabalho. Localizava-se no bairro Santa Cruz e era conhecida como Favela da Caixa D'Água, ou Favela do Quadrado.[84] Ocupava um terreno de 10.667 m2, sendo que 4.271 m2 pertenciam à Prefeitura Municipal e o restante, 6.396 m2, era área não registrada e de dono desconhecido.

Sobre o processo de formação da favela, Fonseca (2004) constatou, por meio de entrevistas realizadas no ano de 2004 com ex-moradores do local, que muitos dos barracos foram construídos mediante autorização verbal de um certo prefeito. Como o nome do mesmo não foi mencionado pelos entrevistados e as datas das autorizações são imprecisas, ficamos sem saber exatamente de quem se tratava.[85] Numa das entrevistas realizadas, o ex-favelado João Roberto da Silva (4.3.2004, apud FONSECA, 2004, p.17-18) relatou o seguinte:

> [...] Aí, depois foi aumentano [sic] um barraquin dali, um barraquin daqui... e tinha muitas pessoa [sic] que ia atrás dos prefeito [sic] (que, no momento, eu num lembro quem era, né?) é... é...Então, os prefeito pegava e deixava fazê um barraquin pra morá (lá debaixo). Então, o pessoal catava restolhos de cosntrução, fazia uma coisinha, outra, e ia sempre fazeno um barraquin, e foi só juntano gente. [...] É, pedia; pedia pros prefeito. Aliás, até minha mãe

[84] Favela da Caixa D'Água, denominação pela qual ficou mais conhecida, advém do fato da mesma ocupar o terreno onde se localizava o antigo reservatório municipal de água da Fonte Taveira, desativado em 1938. A denominação Favela do Quadrado é em razão da mesma ter sido cercado, pelos próprios moradores, por muros de taipa ou cercas vivas formadas por uma planta conhecida como "maleiteira", compondo uma figura semelhante a um quadrado (FONSECA, 2004, p.18; TAVEIRA, 1980, p.31).

[85] Há fortes indícios, entretanto, que essas autorizações, ou pelo menos parte delas, tenham sido concedidas por Onofre Gosuen, prefeito de Franca entre 1956 e 1959, pois durante o seu mandato Gosuen foi responsável pelas autorizações verbais que deram origem a ocupações ilegais de terrenos públicos em outra região da cidade. Abordaremos esse assunto ainda nesse capítulo.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> memo [mesmo], inclusive ela pediu pra um dos prefeito (eu num lembro qual que era, a gente era pequeno, né?). Ele falo 'Não, pode fazê um barraquin lá. [...] aí, minha mãe foi lá, mais meu pai, fez um barraquin, e nós mudamos pra lá. No começo, devia ter mais ou menos 8 ou 10 barracos. [...] porque favela mesmo formô depois que o pessoal começô a aglomera, né, morano lá. [...] no começo... porque a partir do momento que tem um terreno, por exemplo, principalmente quando é um terreno da Prefeitura, aí já começa a fazê barraco, passô de dois, três, aí já começa a formá favela.

Em 20 de julho de 1982, uma reportagem do *Diário da Franca* informou que as 51 famílias ameaçadas de despejo da Favela da Caixa D'Água "tinham provas de que a favela ali edificada contou com a autorização da própria prefeitura".

Na segunda metade da década de 1960, em virtude do adensamento populacional e da perspectiva de valorização do bairro Santa Cruz, que comparado com os loteamentos periféricos passara a ter uma localização privilegiada, os moradores da Favela da Caixa D'Água, que até então não haviam sido importunados por nenhuma ameaça de desocupação, passaram a sofrer forte pressão para deixarem a área ocupada.

Data dessa época o primeiro pedido de integração de posse de parte da área ocupada pela favela, feito por uma senhora francana que alegava possuir documentos da propriedade. Depois dessa senhora, pelo menos mais três supostos proprietários passaram a pressionar os favelados. Em entrevista ao *Diário da Franca* (20.7.1982, p.10), um morador da favela relatou que "muitas pessoas tentaram assumir a condição de proprietários do terreno".[86]

Concomitantemente, mediante a veiculação de uma imagem estereotipada e preconceituosa em relação aos favelados da Caixa D'Água, a imprensa francana e os moradores da Santa Cruz e bairros limítrofes começaram a exigir providências por parte da Prefeitura para se acabar com a favela. No dia 31 de agosto de 1969, o jornal *Comércio da Franca* publicou uma nota, atribuída a um morador da Santa Cruz, cobrando da administração municipal providências efetivas para "terminar de uma vez por todas com a famosa favela",

[86] A esse respeito ver também Fonseca (2004, p.50-51) e a reportagem do *Comércio da Franca* do dia 12 de janeiro de 1974 (p.16), cujo tópico que comenta a ação de oportunistas reivindicando a propriedade da área ocupada pela favela recebeu o título ilustrativo de "Terra sem dono".

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

visto que a mesma era “lugar de desajustados” e “um sério entrave ao progresso da Santa Cruz”.

Pressionado pela opinião pública, a partir de 1968 o Executivo Municipal começou a cogitar planos para por fim à favela. Nesse ano, Sérgio Vasconcelos Costa, então diretor de administração da Prefeitura Municipal, anunciou o propósito de se construir uma moradia coletiva em outro local para abrigar os moradores da favela (COMÉRCIO DA FRANCA, 27.3.1968).

Em 1973, durante a administração do prefeito Hélio Palermo, foi criado o Departamento de Promoção Social (DEPRÓS) e estabelecido um projeto de desfavelamento, denominado PRODE, com o objetivo de erradicar as favelas existentes na cidade por meio da remoção dos moradores (SILVA, 2005). A criação desse projeto evidencia a preocupação das autoridades públicas municipais não apenas com a Favela da Caixa D’Água, mas também com a proliferação de barracos em outros bairros da cidade, como o Jardim Planalto, o Jardim Europa e a Vila São Sebastião. Nesse último, segundo levantamento realizado pelo GPI (1969a, p.119), a maioria das moradias era “composta de barracos de madeira, de tijolos sem revestimento ou de taipa com estrutura a pau-a-pique. [...] moradias incompatíveis com as exigências mínimas de salubridade.”

Em 1976, entretanto, antes mesmo da implementação do desfavelamento da Caixa D’Água, a Prefeitura aprovou o loteamento da área particular ocupada pela favela, o que demonstra a total indiferença do Poder Público Municipal para com a população favelada, constituída à época por muitos moradores com direito, inclusive, à propriedade por usucapião (SILVA, 2005, p.139). Apenas em 1978, cinco anos, portanto, após a criação do Projeto de Desfavelamento (PRODE), e dois anos após o loteamento da área da favela, o Departamento de Promoção Social (DEPRÓS) iniciou o plano de remoção dos moradores da Caixa D’Água, contando, a partir de 1979, com o auxílio do Serviço de Habitação Popular (SHP), órgão

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

municipal criado nesse mesmo ano. Para efetuar o desfavelamento o DEPRÓS formulou quatro alternativas:

> 1) o pagamento de dois meses de aluguel para famílias que possuíam condições de arcar com as despesas no mercado de trabalho;
> 2) a implantação do PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados) através de um convênio entre a Prefeitura Municipal e o BNH (Banco Nacional da Habitação);
> 3) a doação de materiais para a construção de "*casas populares econômicas*" com um ou dois cômodos – no fundo de residências de familiares dos favelados – através de mutirão [...];
> 4) o financiamento de moradias através do BNH. [grifos da autora]. (SILVA, 2005, p.141).

Para convencer os moradores da Caixa D'Água a aderirem ao projeto de desfavelamento, o DEPRÓS iniciou um trabalho de assistência social junto aos favelados.[87] Na apresentação dos argumentos que justificariam o desfavelamento da Caixa D'Água o Poder Público Municipal reproduziu o preconceito presente na sociedade local em relação à favela e, por extensão, aos seus moradores. Na visão do DEPRÓS (s/d., apud FONSECA, 2004, p.55):

> "O ambiente da favela passa a exercer influência negativa, sobre os seus moradores, em razão de suas condições de moradia, total falta de higiene, intimidade entre vizinhos, forçada pela proximidade dos barracos, presença de marginais e criminosos que lá se homizam [homiziam], não faltando ainda o câncer da prostituição."

Enquanto produto de um discurso preconceituoso e discriminatório que sempre justificou a intervenção violenta das autoridades constituídas nas favelas das cidades brasileiras, essa descrição está longe de constituir-se num retrato fiel do que era a Caixa D'Água. De fato, as moradias eram bastante precárias, barracos sobre terra batida construídos pelos próprios moradores com barro, madeira e outros materiais encontrados nos lixos e demolições, como folhas de zinco, lata, pedaços de telhas, plástico e até mesmo papelão. Logicamente a ausência de abastecimento de água encanada e de rede de esgoto prejudicava a manutenção da higiene, aspecto esse que não tornava a favela diferente dos loteamentos

[87] Sobre a atuação dos assistentes sociais na Favela da Caixa D'Água ver Taveira (1980), Fonseca (2004) e Silva (2005).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

periféricos aprovados pela Prefeitura e habitados antes mesmo da instalação desses equipamentos. No entanto, ao contrário do que ocorria na maioria das favelas das grandes cidades, o espaço entre as moradias era relativamente grande, sendo inclusive utilizado pelos moradores para plantação de milho, feijão e outros gêneros alimentícios. A acusação de que o local era reduto de criminosos e prostitutas não se sustenta. Tanto nos jornais locais, sempre cuidadosos em macular a imagem da favela e de seus moradores, quanto nos relatos dos ex-favelados e das assistentes sociais que trabalharam no local, não se encontra qualquer referência à presença de prostitutas. Sobre a presença de criminosos, Fonseca (2004) constatou que a abordagem policial na favela estava ligada a ocorrências comuns ao cotidiano da cidade, ou seja, pequenos furtos, agressões decorrentes de pequenos desentendimentos e casos de embriaguez, o que demonstra que a favela não se destacava nesse quesito.[88]

O plano de desfavelamento não logrou grande êxito. Por um lado havia o desinteresse da Prefeitura em destinar verbas suficientes para a efetivação do projeto, de outro a resistência dos favelados, que cansados de promessas não cumpridas, não confiavam mais no Poder Público Municipal e se recusavam a aceitar propostas consideradas lesivas aos seus direitos.[89]

Embora as incertezas provocadas pelas constantes ameaças de desocupação terem feito com que uma parte dos favelados optasse pela saída da favela, alguns em troca de uma pequena quantia oferecida pelos compradores dos terrenos loteados, outros por adesão às

---

[88] A esse respeito Fonseca (2004, p.59) destaca que "embora tivesse a presença da polícia atuando como agente de controle e repressão, a história da Favela da Caixa D'Água [...] contou com a ocorrência ímpar de um assassinato, ocorrido em 23 de agosto de 1974." O *Diário da Franca* de 19 de julho de 1981, apesar de afirmar que a favela "além de ser um problema social é também um problema policial", anota que ali "são registrados fatos que diariamente precisam da intervenção dos soldados da 'Polícia Militar', a maior parte provocada pelo alcoolismo. Outros têm como figurantes pequenos delinqüentes que se acostumaram com a ociosidade".

[89] A esse respeito ver as seguintes reportagens: "Apesar do anunciado plano de desfavelamento do núcleo de barracos encravado bem no coração do Bairro Santa Cruz, a Prefeitura, até hoje, não conseguiu atingir seu objetivo, pois não quer dispender verbas para a remoção das 44 famílias que ainda moram na favela."(Diário da Franca, 18.07.1979, apud SILVA, 2005, p.143); "Os favelados não acreditam nas promessas do Prefeito" (Diário da Franca, 13.05.1979, p.1). "Não passou de mais uma promessa a notícia que o Departamento de Promoção Social da Prefeitura, chefiado por Roberto Conrado, divulgou a dois anos, dando conta de que a favela da Santa Cruz seria eliminada daquele setor da cidade, com a transferência de seus moradores para um local mais digno." (Diário da Franca, 20.7.82, p.10).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

propostas do DEPRÓS (SILVA, 2005), muitos moradores continuaram a promover forte resistência às tentativas de desalojá-los, prolongando, assim, a vida da favela. A manchete "Favela da Santa Cruz resiste às investidas da Prefeitura!", publicada pelo *Diário da Franca* (18.07.1979, p.1), assim como o relato de um ex-favelado que reproduzimos na seqüência, são testemunhos dessa resistência. Nas palavras do ex-favelado João Roberto (4.3.2004, apud FONSECA, 2004, p.53):

> [...] no começo foi assim: Chegava um pessoal lá que falava que era dono dos terreno [s], que ia por todo mundo pra fora, que ia chamá a polícia, que ia chamá a Prefeitura, porque é maquinário de Prefeitura é pra derrubá, pra derrubá. Então nós ficava na frente e mandava eles passá e eles num passava. Nós punha[mos] a molecada toda na frente do maquinário.[90]

Nos primeiros anos da década de 1980, as ameaças de desocupação se intensificaram, pois os compradores dos terrenos loteados passaram exigir na justiça a saída dos moradores da Caixa D'Água. Os favelados entraram com um processo de usucapião na Justiça, mas perderam a causa. Pressionados pelas notificações de despejo, os favelados passaram a recorrer à imprensa local, que passou a cobrar da Prefeitura ações mais efetivas na resolução do problema. Em entrevista ao *Diário da Franca* (12.05.1982) os favelados denunciaram que um funcionário do próprio DEPRÓS, órgão municipal que desde a sua criação mantinha a promessa de resolver o problema da favela atentando para os interesses de seus moradores, obedecendo ordens de seus superiores, "afirmou em público que os barracos serão destruídos 'com ou sem pessoas no seu interior', alegando, ainda, que ali residia apenas 'um bando de desocupados'."

No início de 1983, depois de uma tentativa frustrada de denunciar as ameaças e o descaso da Prefeitura em uma rádio local, que rejeitou o drama vivenciado pelos favelados, uma moradora da Caixa D'Água resolveu enviar uma carta ao então presidente da República

---

[90] Conforme observou Fonseca (2004, p.57), a união dos favelados da Caixa D'Água na resistência contra as ameaças e ações para desaloja-los é ressaltada por Carmen Peliciari, assistente social do DEPRÓS que trabalhou na favela com o objetivo de convencer os moradores a deixar o local, e "ponto reiteradamente enfatizado nas várias entrevistas" realizadas com os ex-moradores da favela, pois "as pessoas se uniam quando a referência era o interesse comum".

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

João Batista Figueiredo. Em resposta à carta, o presidente solicitou que a Legião Brasileira de Assistência (LBA) interviesse no caso para "erradicar a favela da Santa Cruz, sem que os moradores sejam prejudicados" (DIÁRIO DA FRANCA, 28.6.1983, p.1). Após a interferência do presidente da República, a Prefeitura Municipal, por meio do DEPRÓS, elaborou um segundo projeto para o desfavelamento da Caixa D'Água. De acordo com esse novo projeto a Municipalidade doaria um terreno de cerca de cinco mil metros quadrados, em área próxima às redes de água, esgoto e energia elétrica, para que os favelados construíssem suas casas pelo sistema de mutirão. (DEPRÓS, 1983, apud SILVA, 2005, p.146).

Ainda em 1983, depois de alguns meses de trabalho junto aos favelados, as assistentes sociais da LBA de Franca e do DEPRÓS convenceram as famílias da Caixa D'Água a aderirem ao novo projeto de remoção. O terreno doado pela Prefeitura para a construção das moradias se localizava entre as atuais avenidas D. Pedro I e William Azzuz, na Vila Gosuen, em um bairro periférico constituído em grande parte por ocupações ilegais e parcelamentos irregulares do solo, mais conhecido na cidade como "Puxa-faca" (FONSECA, 2004). Tratava-se de uma região desvalorizada em razão da distância em relação ao Centro (cerca de cinco quilômetros), da ausência de equipamentos urbanos coletivos, da presença desordenada de moradias simples e precárias, a maioria irregular, como também em virtude do rótulo pejorativo que associava o local e seus moradores à violência. O relato do ex-favelado Júlio Rio (4.3.2004, apud FONSECA, 2004, p.64) a respeito da primeira visita que os moradores da Caixa D'Água fizeram ao terreno destinado às casas na Vila Gosuen demonstra bem a força desse estigma. Segundo ele, "[...] teve uns que tava meio com medo, né, porque tinha... porque 'ah, nós vai morá no Puxa-faca, Puxa-faca...' Eu até ainda brinquei, lembro disso até hoje, falei 'Não, mas se eles puxá a faca, nós puxa o facão!' [risos] Mas era tudo brincadeira."[91]

[91] Analisando as várias entrevistas realizadas por Fonseca (2004) com moradores da Vila Gosuen entre os anos de 2003 e 2004, percebemos que o preconceito ainda se faz presente na atualidade. Nas palavras de Fonseca

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Em razão desse estigma negativo, tanto a Prefeitura como a imprensa local procurou evitar qualquer vínculo entre o novo conjunto habitacional e a Vila Gosuen, expressando, assim, o preconceito em relação ao bairro.[92] Em virtude disso, resolveu-se dar um nome próprio ao conjunto de casas construídas para os favelados da Caixa D'Água na Vila Gosuen. A denominação escolhida foi Parque dos Mutirantes, nome que apesar de constar nos registros oficiais da Prefeitura de Franca não goza de reconhecimento nem mesmo entre os próprios moradores do local (FONSECA, 2004).

Em 1983, ano em que se iniciaram os trabalhos de implementação do novo projeto de desfavelamento da Caixa D'Água, a mesma possuía 135 habitantes, distribuídos em trinta e quatro barracos (DEPRÓS,1983, apud SILVA, 2005, p.146-147). Entretanto, o projeto estabeleceu a construção de apenas vinte e duas moradias[93], das quais uma, por ser de meia-água e menor, já que era destinada a uma única moradora, se diferenciava das demais, que foram projetadas com quarenta e seis metros quadrados divididos em dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Edificadas em terrenos de cento e cinqüenta metros quadrados, as casas não possuíam forros e foram cobertas com telhas de amianto.

Além da doação do terreno, a Prefeitura ficou responsável pelo acompanhamento técnico das obras e pela implantação das redes de água, esgoto e energia elétrica. Todo o material utilizado nas construções e a mão-de-obra ficaram a cargo dos

---

(2004, p.47): "[...] é corrente que os moradores da vila afirmem: 'as pessoas da cidade pensam que todos os moradores são iguais (traficantes de entorpecentes)' " . Ainda segundo este autor (2004, p.11): "À primeira vista, a maioria dos francanos (mesmo os mais antigos) se questionada sobre a Vila Gosuen nem saberá dizer onde esta fica situada; no entanto, se questionarmos sobre 'os favelados' ou o 'Puxa-Faca', as pessoas logo, com um riso cínico no canto das bocas, dirão a localização [...]. Tão grande é o estigma sobre aquele bairro que só lhe conhecem pelas nominações pejorativas (que expressam valores negativos em relação aos seus moradores)."

[92] Em nenhuma das reportagens a Vila Gosuen foi citada para indicar a localização das moradias. Na publicação sobre a entrega das casas o jornal *Diário da Franca* (23.12.1984, p.1) informou que as casas se localizavam "nas proximidades da Vila Santa Terezinha". Conforme constatou Fonseca (2004, p.66), "o prefeito da época, Sidnei Rocha, quando entrevistado por nós, ocupou-se em negar qualquer vinculação entre as casas que foram construídas e a Vila Gosuen". Segundo esse prefeito, as moradias para os favelados "não tem nada a ver com esse projeto; é outra conversa."

[93] Apesar da diferença entre o número de barracos existentes na Favela da Caixa D'Água (34) e o número de moradias construídas para se transferir os favelados (22) indicar que parte dos moradores não foi incluída no programa, não encontramos nenhuma informação a respeito do destino dessas pessoas.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

favelados.[94] O trabalho de edificação das casas pelo sistema de mutirão, incluindo a fabricação dos tijolos de concreto utilizados, foi executado aos sábados e domingos e contou com pelo menos uma pessoa de cada família favelada participante do programa.

A edificação das casas teve início em agosto de 1984 e foram entregues ainda sem muros e reboco em dezembro desse mesmo ano. Isso porque, atento ao simbolismo, o prefeito Sidnei Franco da Rocha antecipou a entrega para o dia 22 de dezembro, uma alusão às vinte e duas famílias contempladas. Além disso, se aproveitou da proximidade do Natal para transformar a entrega das casas num presente do prefeito aos favelados. Não por acaso, conforme relatado pelo *Diário da Franca* (23.12.1984), o prefeito se incumbiu de entregar pessoalmente as chaves das mordias a cada um dos moradores.

Marcado pelo personalismo político, o conjunto dessas atitudes impregnadas de simbolismo tinha um objetivo bem claro, ou seja, angariar prestígio político incutindo a idéia de que o prefeito era o principal responsável pela construção das casas, aspecto importante na construção da imagem de um governante generoso que se mostrara atento às necessidades e aos anseios das camadas mais pobres da população. Visão, aliás, compartilhada pelo jornal *Diário da Franca* (23.12.1984, p.10), para quem "a Prefeitura foi a principal avalista deste empreendimento".

Após a entrega das casas, a Prefeitura Municipal, por meio das assistentes sociais do DEPRÓS, iniciou um projeto com o propósito de realizar "um acompanhamento no sentido de se evitar que o local se transforme num amontoado de pessoas semelhante ao ambiente em que viveram em sua maioria, mais de trinta anos em barracos na Santa Cruz." (DIÁRIO DA FRANCA, 23.12.1984, p.10). Tratava-se, na verdade, de implementar uma ação fiscalizadora no local com o objetivo de vigiar os moradores em seu ambiente privado. Reforçava-se, assim, a visão preconceituosa do Poder Público Municipal em relação aos

[94] Para Silva (2005, p.151, nota 21), se levarmos em conta "o preço do trabalho não pago durante o mutirão, a fabricação de sabão e todos os bazares necessários para a compra de material, houve um grande investimento por parte dos moradores."

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

favelados, vistos como os principais responsáveis pelas precárias condições em que viviam, já que, de acordo com a opinião pública, essas eram decorrentes do desleixo, da preguiça e da vadiagem.

Em prol do propósito de atribuir ao prefeito todo o mérito pela construção das casas, toda a história de luta dos favelados pelo direito à moradia era desconsiderada, assim como o árduo trabalho no mutirão e o esforço para comprar os materiais de construção, imenso, tendo em vista que se tratava de uma população que lutava diariamente pelo alimento necessário à sobrevivência. Uma situação em que o dever é transformado em mérito e o direito em caridade.

A desconsideração do Poder Público Municipal para com os direitos dos favelados se expressou, de maneira mais concreta, na negação do título de propriedade das casas[95]. Os moradores do Parque dos Mutirantes receberam apenas a concessão do direito de uso do imóvel, o que impedia, dentre outras coisas, a comercialização legal das casas, aspecto que segundo o prefeito Sidnei Franco da Rocha (4.2003, apud FONSECA, 2004, p.67) não tinha importância alguma, já que "antes eles tinham a noite e o dia, agora eles têm a casinha deles lá, tá certo? Se ela é deles ou se é um comodato, os honestos, eu tenho certeza, não vão ligar. Pode ter malandro nessa jogada, não sei se tem..."[96]

O descaso do Poder Público Municipal para com o planejamento do Parque dos Mutirantes se tornou mais evidente em 1989. Nesse ano, com o asfaltamento da avenida D. Pedro I, algumas casas ficaram abaixo do nível desta via pública. Em razão disso, os

---

[95] O Decreto Municipal 5126, promulgado pelo prefeito Sidnei Franco da Rocha em 19 de dezembro de 1984, estabelecia a permissão do "uso das casas em 'caráter precário e unilateral' aos ex-moradores da Caixa D'Água, ficando estes na condição de fiéis depositários dos imóveis." (FONSECA, 2004, p.48).

[96] A alienação dos imóveis às vinte e duas famílias do Parque dos Mutirantes teve início em 2000, quando foi aprovado o Projeto de Lei n.99/2000. A lei estabeleceu que os moradores deveriam pagar R$178,00 (cento e setenta e oito reais), correspondente a 5% do valor do imóvel, divididos em 10 prestações mensais e iguais. Segundo Fonseca (2004, p.93, nota 158), apesar do reduzido valor, "a maioria dos moradores não tem pago a quantia (esta só tem aumentado por ter sido inscrita nos créditos da dívida ativa do município) por não acreditar na possibilidade de ter a propriedade dos imóveis. Além disso, dispõe o art. 3º da referida lei municipal que 'as despesas cartoriais decorrentes da alienação autorizada peal presente Lei serão custeadas pelos adquirentes dos imóveis', fator a inviabilizar que as famílias – cuja mera sobrevivência alimentícia é parcamente atendida – obtenham a documentação regular dos imóveis."

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

moradores passaram a conviver com as enchentes provocadas pelas chuvas mais fortes. Já em 1990 várias casas foram invadidas por grande quantidade de lixo e lama transportados pelas águas da chuva. Com isso, várias famílias perderam os poucos móveis e utensílios domésticos que possuíam. Na ocasião, o jornalista que veiculou a notícia questionou o fato de apenas uma família, dentre tantas que tiveram suas casas alagadas, ter se dirigido ao jornal para denunciar o problema. Como resposta, ouviu que "todos têm medo de perder suas casas. Por que alguns figurões do governo [...] responderam aos suplicantes que era 'melhor calar o bico', porque as casas tinham sido dadas de graça." (COMÉRCIO DA FRANCA, 26.10.1990, p.7).

Observa-se que mesmo amparados pela lei, visto que o decreto estabelecia o direito de uso a título precário e unilateral dos imóveis, os moradores do Parque dos Mutirantes se sentiam ameaçados, pois, conforme constatou Fonseca (2004, p.93), "traziam a memória das experiências da favela". Além disso, conforme já apontamos, o Poder Público Municipal, representado sobretudo pela figura do prefeito, se esforçara para incutir a idéia de que as moradias eram fruto de doação e não resultado da luta dos moradores pelo direito à habitação. Isso implicava que, enquanto doação, as casas poderiam então ser tomadas, dependendo apenas da vontade das autoridades políticas municipais, especialmente do chefe do Executivo.

Apesar desses problemas e do prejuízo de terem sido removidos de um bairro central para uma área desvalorizada e longínqua, a maioria dos favelados reconhecem que a mudança para a Vila Gosuen trouxe melhorias nas suas condições de vida[97]. Além das novas moradias, casas de alvenaria muito maiores e melhores que os barracos da favela, a transferência para o Parque dos Mutirantes lhes proporcionou, de imediato, direitos sociais urbanos básicos que lhes eram negados na Santa Cruz[98], como água tratada, rede de esgoto,

[97] Tanto Silva (2005) quanto Fonseca (2004) afirma que a grande maioria dos ex-favelados reconhece que a transferência para o Parque dos Mutirantes proporcionou melhoria nas suas condições de vida.
[98] A Favela da Caixa D'Água era completamente desprovida de equipamento e serviço urbanos públicos. Nem mesmo a entrega de correspondências era efetuada no local. Para a iluminação se utilizava o querosene. .A água

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

energia elétrica, serviço de correio e, posteriormente, asfalto (1989) e serviço telefônico (1990).

Com o desfavelamento da Caixa D'Água em dezembro de 1984, Franca ficaria livre daquela que era considerada à época a sua única favela, algo que era visto com grande pavor pela sociedade francana, uma vez que prejudicava, em grande medida, a idealização de uma urbe progressista e civilizada. Além disso, afastava para a periferia longínqua o indesejável agrupamento de pessoas pobres, uma comunidade que era tida como reduto de "desajustados", "delinqüentes", "criminosos" e "prostitutas", possibilitando, assim, o aumento do preço dos imóveis na nessa região e a sua ocupação por uma população mais abastada[99]. Mesmo porque, conforme procuramos demonstrar, também em Franca a favela fora concebida como um perigo social, tendo a sua imagem associada à desordem, à vadiagem, ao vício e à criminalidade. Nesse sentido, a favela, pelo simples fato de ser favela, e, por extensão, o favelado, pelo simples fato de ser favelado, foram vítimas do preconceito e da discriminação. Reproduziu-se com grande força em Franca uma imagem negativa da favela e dos seus moradores, "cheia de clichês, que por muito tempo marcou a maneira de as elites nacionais conceberem a pobreza e os pobres: pobreza igual a vadiagem, vício, sujeira, preguiça [...], pobre igual [...] a malandro" (VALLADARES, 2000, p.22).

Por tudo isso, o desfavelamento da Caixa D'Água foi transformado em um feito de grande importância simbólica para Franca. A partir desse momento, a divulgação de uma imagem positiva da cidade, especialmente no que diz respeito à presença de boas condições de moradia, aparecerá associada ao fato da mesma não abrigar favelas, fator que passou a conferir *status* e prestígio à cidade e aos seus governantes.

---

era conseguida por meio de cisternas ou buscada em latas em um curtume que ficava cerca de quatrocentos metros do local e que depois cortou o fornecimento. Para lavar as roupas as mulheres percorriam quatro quilômetros (DIÁRIO DA FRANCA, 12.1.1974, p.16; FONSECA, 2004; SILVA, 2005).

[99] Por meio de fotografias, Silva (2005) demonstrou que a região onde se localizava a Favela da Caixa D'Água foi ocupada por residências de médio e alto padrões.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Além da Caixa D'Água, considerada a primeira e a maior favela que Franca já abrigou, a cidade presenciou outros processos de favelização. A própria Vila Gosuen, localidade para onde foram transferidas as vinte e duas famílias da Caixa D'Água, é resultado de ocupações ilegais do solo iniciadas na década de 1950. A configuração atual do bairro é testemunha viva desse processo.

> Há no bairro cerca de 15 passagens – vielas , becos – (algumas desembocam em casas, outras permitem a passagem para os fundos do bairro); há locais em que essas passagens chegam a servir a seis moradias diferentes. Essas passagens devem-se ao fato de que a maior parte do bairro é uma faixa de terra que se estende ao longo do prolongamento de duas avenidas, não havendo ruas que separem as casas em quarteirões [...]. (FONSECA, 2004, p.8)

Segundo Fonseca (2004, p.91-92), em 2004 a Vila Gosuen possuía 154 casas habitadas, das quais 89, ou 53,29%, não possuíam escritura, número que poderia ser maior, já que não foi possível verificar a situação de 49 casas.

A Vila Gosuen, assim já chamada na década de 1960, tem a sua origem vinculada à Rancharia, conjunto de casas de taipa e materiais diversos que a partir de meados da década de 1950 foram sendo erguidas às margens da estrada que ligava o povoado de Miramontes à cidade de Franca. Os terrenos ocupados não possuíam nenhuma infra-estrutura e ficavam próximos de uma extensa e profunda boçoroca que se estendia até os fundos da área atualmente ocupada pelas chácaras do Recreio Campo Belo, loteamento realizado em 1965.

Assim como a Caixa D'Água, a Rancharia também teve a sua origem ligada ao patrimonialismo e à prática clientelista de um prefeito municipal, só que, nesse caso, devidamente identificado. Trata-se de Onofre Gosuen, prefeito que entre 1956 e 1959 concedeu autorização verbal para as famílias que o procurou ocuparem a faixa de terras públicas pertencente à Prefeitura de Franca à beira da antiga estrada de Miramontes. A denominação Vila Gosuen, conferida à região ocupada pela Rancharia, é uma homenagem ao ex-prefeito. Conforme nos revela os autos do processo de usucapião número 1571/83, movido por moradores da Vila Gosuen em 1983 (fl.122, apud FONSECA, 2004, p.21):

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> Ocorreu que, com o passar dos anos, em desuso o transporte de gado pelas estradas, aquele beco, com uma larga extensão [à margem da Estrada de Miramontes], passou a apresentar uma faixa improdutiva. Isso porque, respeitada a largura oficial de uma estrada, sobrou um remanescente de área que permanecia ociosa, sem qualquer utilização. Resolveu o Prefeito da época, Sr. Onofre Gosuen, permitir, sem autorização legislativa, que pessoas pobres ocupassem a faixa remanescente, onde construíram casas de moradia.[100]

O fato de Onofre Gosuen ter concedido autorizações verbais a pleiteadores de terrenos na Rancharia não causa estranheza. A atuação política de Gosuen em Franca foi marcada pelo personalismo político e por práticas tipicamente clientelistas. Assim que assumiu o cargo e prefeito da cidade em 1956 Gosuen colocou uma placa em sua casa com os seguintes dizeres: "Aqui mora o Prefeito – Aqui também se atende" (COMÉRCIO DA FRANCA, 4.1.1956, p.4). Personalista, Gosuen se postava acima dos partidos, tendo passado sucessivamente por cinco agremiações partidárias no período de 1954 a 1966. Poucos dias após ter ganhado a eleição para prefeito, declarou que fora "'eleito por um grande partido chamado Franca', dando a entender que não tinha compromissos com legendas, mas com a população que o colocou no poder" (BARBOSA, 1998, 172). Além disso, Gosuen procurava atrair para si todo o mérito pelas obras públicas efetuadas durante o seu governo. Em 1957 Gosuen programou com seis meses de antecedência a inauguração de um viaduto sobre o Córrego dos Bagres, ligando o Centro da Cidade ao Bairro da Estação, para o dia 25 de dezembro, obra que, segundo ele mesmo afirmou, seria "um presente de Natal ao povo de Franca" (DIÁRIO DA TARDE, 17.6.1957, p.1).

Em 1967, com o objetivo de por fim ao processo de favelização na Vila Gosuen, a Prefeitura Municipal, sob o comando do então prefeito Hélio Palermo, iniciou a construção, no próprio bairro, de uma habitação coletiva composta por dez pequenas unidades habitacionais de dois cômodos para ser cedida por empréstimo e, portanto, sem nenhuma garantia, aos habitantes da Rancharia.

---

[100] Nas várias entrevistas que concederam a Fonseca (2004), os ex-moradores da Rancharia confirmam o fato das ocupações dos terrenos nesse local contar com o consentimento do então prefeito Onofre Gosuen.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Com o término da obra no início de 1968, os moradores foram sendo convencidos a se transferir para a habitação coletiva e os barracos da Rancharia passaram a ser imediatamente destruídos pelos funcionários municipais[101]. Entretanto, assim como ocorreria mais tarde com a desfavelização da Caixa D'Água, nem todos os moradores foram contemplados. Foi o caso, por exemplo, de Geraldo Cirilo Costa, morador da Rancharia que ao retornar de viagem com a mulher e os dois filhos constatou, surpreso, que havia sido desalojado pela Prefeitura. Inconformado, Geraldo procurou o jornal *Comércio da Franca*, que em 26 de março de 1968 publicou uma matéria comentando o ocorrido[102]. Em carta-resposta enviada ao jornal, Sérgio Vasconcelos Costa, diretor administrativo da Prefeitura, informou que a moradia reservada ao Sr. Geraldo Cirillo Costa havia sido "destinada a outra família e o seu barraco destruído, sendo os trens [móveis e utensílios] recolhidos na casa do servidor da P.M. [Prefeitura Municipal], Osvaldo Borges, morador nas adjacências". Nessa mesma carta, Sérgio Vasconcelos aproveitou para enfatizar que a destruição da Rancharia fazia parte "de uma política salutar de erradicação de favelas" (COMÉRCIO DA FRANCA, 27.3.68).

Com a mudança para o Pavilhão, denominação pela qual ficou mais conhecida a habitação coletiva, os ex-moradores da Rancharia passaram a ser vigiados de perto pelo Poder Público Municipal, que destinou um guarda municipal exclusivamente para fiscalizar as atividades no prédio (FONSECA, 2004).

Em razão da completa falta de equipamentos e serviços públicos coletivos no Pavilhão, no que se refere à cidadania social urbana a vida dos ex-moradores da Rancharia não se alterou, pois continuou sendo, conforme atestou dona Maria Aparecida da Silva

---

[101] Sobre a saída da Rancharia, Dona Maria Aparecida da Silva (14.7.2004, apud FONSECA, 2004, p.43), ex-moradora do local, comentou o seguinte: "Não, nós mum reagimo, não! [...] saiu tudo numa boa. Aqueles que ficô, depois resorveu saí [...] acho que a Prefeitura precisava daquela área, né."

[102] A reportagem do *Comércio da Franca* (26.3.1968) também iformou que Geraldo Cirilo, juntamente com a esposa e o filho de 8 anos, utilizou o coreto da praça do bairro Miramontes como moradia entre janeiro e março de 1968, e que a filha passou a residir na casa aonde havia se empregado como doméstica.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

(14.7.2004, apud FONSECA, 2004, p.43), "[...] regra de pobre, né [...] era fogão de lenha [...] banho de bacia [...] era fossa naquele tempo, né [...] alguém ia p'ros mato [rindo] [...] era uma vida sofrida, né?"

Entre 1976 e 1977, alegando que a moradia coletiva teria se tornado "um espaço de desagregação e criminalidade", a Prefeitura Municipal resolveu desocupar o prédio com a finalidade de transformá-lo num abrigo provisório para os pedintes que perambulavam pela área central da cidade (FONSECA, 2004, p.43-44, 78). Na verdade, essa decisão foi uma resposta do Poder Público Municipal às fortes pressões que vinha sofrendo por parte da sociedade local no sentido de varrer da região central da cidade os migrantes mendigos que, segundo os jornais, depunham contra os ares da cidade moderna e civilizada que se pretendia construir. A esse respeito Garcia (1997) observou que, se num primeiro momento o migrante fora visto com bons olhos, uma vez que colaborava como mão-de-obra barata para as indústrias locais, depois de suprida essa necessidade, ele passou a ser descrito como inimigo do progresso e do desenvolvimento urbano de Franca, símbolo do atraso, da estagnação e do tempo provinciano e rural.

Assim, menos de nove anos após terem sido transferidos para o Pavilhão, os ex-moradores da Rancharia se viram obrigados a deixarem o local em troca de uma pequena ajuda em dinheiro para que procurassem uma casa de aluguel.

A destruição da Rancharia não significou, entretanto, o fim das ocupações ilegais na Vila Gosuen. Apagado o sinal mais visível de favelização representado pelos barracos ali instalados, os demais moradores irregulares espalhados pelo bairro puderam manter suas ocupações.[103] Além disso, por ser desvalorizada, distante e possuir terrenos

[103] A esse respeito, Fonseca (2004, p.78) nos conta que, em 1966, Joaquim Galdino era dono de uma pequena casa de taipa na Vila Gosuen (ao lado de onde seria construído o Pavilhão), tendo-a vendido, em setembro de 1969, a Dona Hermínia Dias e seu marido Joaquim Felipe Maia "por 350 cruzeiros novos". "No negócio apenas foi feito um termo manuscrito de compra-e-venda. Ainda hoje Dona Hermínia mora no mesmo lugar, embora tenha, no lugar da antiga casa, construído outra (de quatro cômodos) há seis anos. Nos registros da Prefeitura

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

públicos vagos, a Vila Gosuen continuou a ser palco de novas ocupações ilegais incentivadas e patrocinadas por membros do Poder Público Municipal e justificadas pela alegada necessidade de se combater possíveis focos de favelas.

A esse respeito, no início da década de 1990, o então vereador Vanderlei Tristão, objetivando transferir para a Vila Gosuen moradores de alguns barracos espalhados pelos bairros periféricos da cidade, coordenou a construção de casas geminadas na área destinada ao sistema de lazer do Parque dos Mutirantes. Questionado sobre a irregularidade das construções[104], Vanderlei Tristão (8.3.2004, apud FONSECA, 2004, p.69-70) se defendeu alegando que se tratava de uma "situação emergencial", visto que naquela época "começaram a surgir barracos em diversos pontos da cidade [...] E nós conseguimos, naquela oportunidade, debelar qualquer possibilidade de favelamento e demos a essas pessoas uma residência digna", acrescentando ainda que as casas tinham sido erguidas "em concordância com o prefeito", e que "regularizado não está, não é só essas casas, as demais que estão ali também não estão". Enquanto solução para o caso o ex-vereador propôs o seguinte:

> Nós colocamos [aqueles moradores] ali, numa situação provisória, que poderia ser modificada a qualquer momento [...]. Quer dizer, se o cara que mora lá hoje (não sei quem mora), mas num tem documentação nenhuma, não é dono. Certo, se não é dono, é do poder público. O poder público pode fazer... Aliás, se existem[m] construções numa área de lazer, o mais correto, realmente, é sanar, sanar o erro. Quer dizer, ta construída [a casa] numa área de lazer? [...] Naquela lá, naquelas duas casas, inclusive, poderia a Prefeitura fazer isso [demolir a casa] com a maior tranqüilidade. Por quê? Primeiro, num ta atendendo mais os objetivos por que foi construída (e quem mora lá não são aquelas pessoas que na época mudaram); segundo não houve nenhuma despesa do município na época, certo? [...] porque foram [as casas] construídas com a ajuda de pessoas, doações de materiais, de mão-de-obra por parte de empresas...Então, poderia hoje, se a Prefeitura acha que o maior problema para regularizar as casas é esse, num vai ter como regularizar,

---

Municipal de Franca, no Setor de Cadastro, Dona Hermínia que (como a maioria dos que ali vivem) não tem escritura é tida como 'remanescente' ".

[104] Conforme consta no processo administrativo número 00358/95 (fl. 14, apud FONSECA, 2004, p.70), que em 2004 encontrava-se em tramitação no Departamento Jurídico da Prefeitura de Franca, "1. Não há documento do Executivo autorizando a construção das moradias; 2. não há documentos que comprovem as despesas da realização das moradias; 3. as casas foram [sic] construídas IRREGULARMENTE [maiúsculas dos autos], visto que foram assentadas em cima [sic] da única área reservada para lazer que possuía o 'Parque dos Mutirantes', o que impede [que] sejam regularizadas registrariamente, significando a impossibilidade de aliená-las às famílias ali alojadas, diante da proibição imposta pelo inciso VII do artigo 180 da Constituição do Estado de São Paulo."

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> então, ela vai ter que fazer isso [demolir as construções]. (TRISTÃO 8.3.2004, apud FONSECA, 2004, p.71-72)

Além das casas geminadas construídas no início da década de 1990, Fonseca (2004, p.72) constatou a existência de mais oito moradias "construídas com a 'permissão' ou intermediação deste ou daquele político" na área reservada ao sistema de lazer do Parque dos Mutirantes[105]. Ainda segundo o autor (2004, p.72-73): "Todas as permissões para morar no lugar [...] têm em comum o fato de terem sido concedidas por alguém conhecido dos postulantes – uns porque já trabalhavam para os permissores, outros porque fossem seus conhecidos." [106]

No que tange à qualidade das moradias, a então diretora técnica do Programa de Habitação Popular de Franca (PROHAB), Linda T. Saturi, observou que "além de não atenderem legislação vigente no que tange à área mínima dos lotes, também não atendem ao código de obras no que diz respeito ao afastamento do alinhamento na implantação das casas, assim como não atendem os requisitos de iluminação e ventilação natural." [107]

Dessa forma, mais uma vez a política clientelista se fez presente, avultada pela postura personalista dos políticos e pela utilização patrimonialista do espaço público, uma situação em que o direito se transforma em caridade que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadão, mas porque passou a incomodar com sua pobreza e insubordinação à ordem estabelecida e também pelo interesse de alguns políticos de inseri-lo na relação clientelista.

Região periférica desvalorizada e distante da região central, a Vila Gosuen foi transformada pelo Poder Público Municipal em uma área destinada à segregação espacial de

---

[105] Entre essas moradias Fonseca (2004, p.93) assinala presença de uma casa construída nos fundos de uma das moradias do Parque dos Mutirantes que ultrapassou os limites do lote e invadiu o referido terreno destinado ao sistema de lazer. Ao comentar o caso, o autor (2004, p.93) assinala que "pedir a um político permissão para a construção de casas nos fundos dos terrenos" era "um procedimento já comum no bairro", e que as "'permissões', sempre verbais, partiram dos mais diferentes políticos".

[106] Sem citar nomes, Fonseca (2004, p.72) aponta que uma das permissões foi concedida pelo prefeito e as demais por vereadores.

[107] Carta anexa ao processo administrativo número 00358/95 (fl. 23-verso, apud FONSECA, 2004, p.73).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

favelados e pedintes sem teto, pessoas que maculavam a imagem da cidade com sua pobreza e que por isso deveriam ser afastadas das áreas mais centrais da urbe.

Figura 28 – Barraco da Favela da Caixa D'Água em 1979 (DIÁRIO DA FRANCA, 13.10.1979).

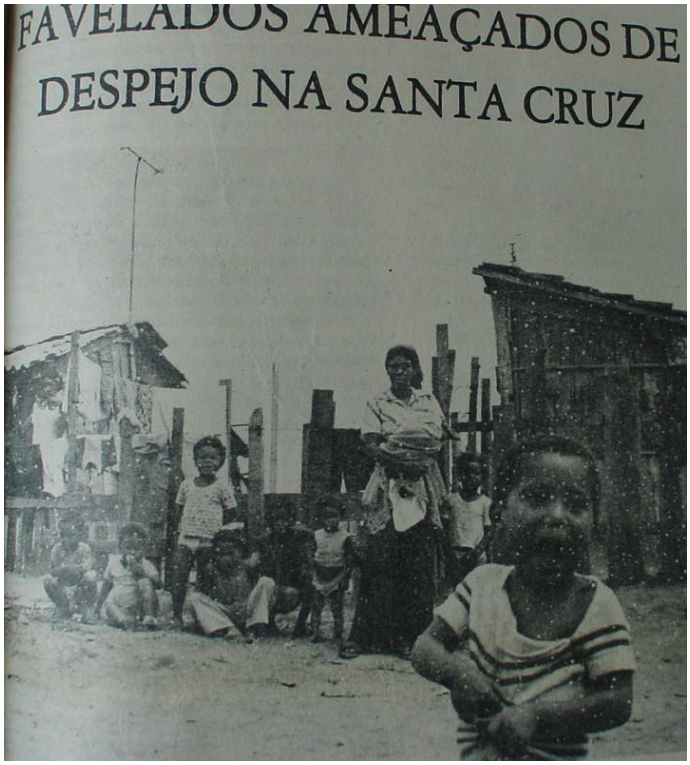

Figura 29 – Favela da Caixa D'Água em 1982 (DIÁRIO DA FRANCA, 20.7.1982).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 30 – Favela da Caixa D'Água em 1982 (DIÁRIO DA FRANCA, 20.7.1982).

Figura 31 – Parque dos Mutirantes (Vila Gosuen) após o asfaltamento (1989), local para onde foram transferidos os últimos remanescentes da Favela da Caixa D'Água (MHMF, foto 10, álbum 50).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

6

A AUTOCONSTRUÇÃO DA CASA PRÓPRIA E A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS URBANOS NA PERIFERIA

No Brasil, a partir da década de 1940, em conseqüência da crise habitacional, da desestruturação do mercado de construção de moradias de aluguel, da ameaça da favela e da incapacidade do Estado em financiar e promover a produção de habitações em larga escala, a autoconstrução da casa própria em loteamentos periféricos legais ou clandestinos se consolidou como a principal forma de produção de moradias populares. Dessa forma, transferiu-se para o trabalhador a responsabilidade de produzir a sua própria moradia.

Em Franca, não obstante ter-se verificado também o surgimento de loteamentos clandestinos, o binômio casa autoconstruída e lote periférico se processou sobretudo por meio da proliferação de loteamentos aprovados pela Prefeitura[108] em áreas rurais distantes e carentes de equipamentos e serviços públicos coletivos. Apesar de precária, essa forma de produção de habitações populares foi socialmente aceita pela coletividade francana, pois se processava longe da região central e promovia soluções habitacionais de baixo custo à classe trabalhadora, o que ajudava a evitar as temíveis favelas. Produzidas pela própria classe trabalhadora, as casas periféricas proporcionaram moradia ao contingente de trabalhadores que realizou a grande expansão industrial da cidade na segunda metade do século XX. A esse respeito, é bom lembrar que para viabilizar o seu crescimento econômico uma cidade precisa oferecer condições mínimas de sobrevivência à sua classe trabalhadora.

[108] Nesse particular, verifica-se uma diferença para com a cidade de São Paulo, onde a expansão urbana se processou sobretudo por meio de loteamentos clandestinos. No entanto, a diferença entre loteamento legal e loteamento clandestino desaparece com a legalização deste último junto à Prefeitura e aos cartórios de registro de imóveis, o que ocorreu, tanto em São Paulo quanto em Franca, como decorrência da pressão dos moradores. Entre os problemas enfrentados pelos habitantes de loteamentos clandestinos destacava-se a impossibilidade de se conseguir a escritura do imóvel e de receber melhoramentos públicos, visto que a Prefeitura não os reconhecia. A respeito dos loteamentos clandestinos em São Paulo ver especialmente Bonduki (1988; 1998).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Para o trabalhador, a autoconstrução de uma moradia exige um enorme esforço de poupança e de trabalho, visto que inclui gastos com a prestação do lote, com a instalação de equipamentos públicos coletivos e com a edificação da casa, além da utilização do chamado "tempo livre" para o trabalho na construção. Esforço que conforme assinala Kowarick (1998, p.26) "decorre tanto da necessidade de se desvencilhar do aluguel ou de escapar da insegurança das favelas, como é proveniente dos valores cristalizados na casa própria, símbolo daqueles que venceram os 'desafios da cidade'."

Apesar de implicar em grande sacrifício físico e econômico, a autoconstrução de uma moradia em loteamento periférico se apresentou às classes populares das cidades brasileiras como a alternativa mais viável para a aquisição da tão sonhada casa própria. A abertura de uma grande quantidade de loteamentos em áreas distantes e desprovidas de melhoramentos urbanos tendeu a baratear o preço dos terrenos tornando-os mais possíveis à população de baixa renda. As condições exigidas para a aquisição de um lote periférico à prestação sempre se mostraram mais acessíveis às classes populares que as regras de financiamento dos conjuntos habitacionais de promoção pública.[109] A distância do loteamento em relação à área urbanizada da cidade, além de baratear o preço do terreno, tornando a sua prestação mais barata que o aluguel de uma moradia, também contribui para diminui os gastos com a produção da moradia, pois na periferia conta-se com uma maior tolerância por parte dos governos municipais, que por conveniência ou por falta de agentes fiscalizadores permitem a construção de casas sem a devida regulamentação e fora dos padrões estabelecidos pela legislação urbana, o que evita o cumprimento de algumas normas construtivas que encarecem a obra e até mesmo o pagamento de algumas taxas e impostos.

Além de serem mais acessíveis às classes populares que as moradias de promoção pública, a casa própria de periferia apresentava também outras vantagens em

[109] Sobre as facilidades de financiamento do lote popular em Franca, Chiquito (2006) observou que a grande maioria dos agentes promotores de loteamentos populares não exigia nem mesmo comprovação de renda dos compradores.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

relação ao apartamento de conjunto habitacional e à moradia de aluguel ou cedida. Mesmo que aos poucos, visto que no compasso das condições financeiras da família proprietária, ela permitia, por exemplo, que o proprietário ampliasse e moldasse o seu espaço físico de acordo com os desejos e as necessidades da família, melhorando-o permanentemente de modo que ele refletisse e expressasse o cotidiano familiar. Possibilitava ainda que o proprietário auferisse uma renda extra mediante a construção de cômodos ou pequenas casas para alugar no mesmo terreno da sua residência. Diante da instabilidade do emprego e dos baixos salários, o ganho auferido com o aluguel assumia grande importância para as famílias da classe trabalhadora. A construção da casa própria na periferia se constituiu também num investimento seguro e lucrativo, pois com o adensamento do bairro, a expansão da cidade e a implantação de equipamentos e serviços públicos coletivos, o imóvel geralmente ganhava uma grande valorização. Ademais, conforme assinalou Bonduki (1998, p.310), especialmente para os pobres, "a opção pela casa própria torna-se o refúgio seguro contra as incertezas que o mercado de trabalho e as condições de vida urbana reservam ao trabalhador que envelhece."

Por todas essas razões a casa própria se tornou a aspiração máxima da família trabalhadora, capaz de justificar todo o sacrifício físico e financeiro necessário à sua edificação e também o período de vários anos sob precárias condições de habitabilidade em periferias carentes de equipamentos e serviços urbanos essenciais ao bem estar do morador.

Assim como ocorrera também em outras cidades brasileiras, em Franca, para se livrar do aluguel e da favela, a classe trabalhadora passou a adquirir um lote periférico à prestação e a antecipar ao máximo a sua mudança para o mesmo mediante a construção rápida de uma casa de um a três cômodos semi-acabados, geralmente edificada sem planta ou sem seguir as normas técnicas exigidas por lei. Para isso, se tornou prática comum na periferia da cidade a utilização do mutirão.[110] Essa mudança às pressas para uma moradia pequena,

[110] O mutirão é definido por Maricato (1987, p.71, apud SILVA, 2005) como "um processo de trabalho calcado na cooperação entre pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

inacabada e carente de equipamentos e serviços públicos coletivos fora imposta, conforme observou Silva (2005), pela dificuldade de se pagar, ao mesmo tempo, o aluguel e a prestação do lote.

Quando se analisa o processo de expansão urbana de Franca, logo se percebe que as camadas pobres desprovidas de moradia própria não foram as únicas a alimentar a grande produção de loteamentos periféricos na cidade. Os compradores de lotes para a especulação e para garantir a propriedade urbana para os descendentes[111] também contribuíram, em grande medida, para a rápida e desordenada expansão periférica da cidade.

Pelo menos desde a década de 1960, a compra de terrenos por especuladores em loteamentos periféricos vem provocando uma produção de lotes muito acima das necessidades habitacionais locais.[112] Por meio de entrevistas com agentes loteadores que atuaram em Franca, Chiquito (2006) constatou que os especuladores chegavam a comprar quadras inteiras em loteamentos à espera de valorização. Só para se ter idéia da dimensão dessa prática na cidade, na edição do dia 12 de junho de 1973 o jornal *Comércio da Franca* (p.3) noticiou que o corretor de imóveis Emílio Nassif adquiriu 57 lotes dos 324 colocados à venda em 1970 no Jardim Riviera. Mediante pesquisa no cartório de registro de imóveis da cidade, Barbosa (2004) verificou que uma grande parcela dos empresários do setor calçadista local se tornou compradora de terra urbana em Franca. Segundo o autor, após 1964 esses empresários se tornam também proprietários de "áreas urbanas de amplas dimensões" na cidade, acrescentando ainda que a "propriedade fundiária – rural ou urbana – foi, com efeito, o esteio das novas atividades desenvolvidas por determinados industriais quando suas fábricas

---

relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho". Conforme observou Silva (2005), em Franca o mutirão foi, e ainda é, bastante utilizado pela população pobre na construção da casa própria.

[111] A compra de lotes periféricos para garantir patrimônio às futuras gerações em Franca foi constatada por Chiquito (2006).

[112] A produção de lotes acima das necessidades habitacionais na cidade de Franca foi constatada, no final da década de 1960, pelo Grupo de Planejamento Integrado - GPI (1969a), e, na última virada de século, por Feldman (2002). Em 2000, Franca apresentava mais de 35% dos seus lotes vagos (FELDMAN, 2002).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

entraram em declínio em face da crise de fins dos anos 80" (BARBOSA, 2004, p. 210).[113] Também a presença de vereadores nessa atividade foi denunciada em 1979 na imprensa local pelos moradores das imediações do estádio municipal Dr. José Lancha Filho. Segundo os moradores dessa área nobre do bairro São José, o "descampado" ali existente era de propriedade de "vereadores e gente ligada a negócios de imóveis, de São Paulo" (DIÁRIO DA FRANCA, 18.8.1979, p.10). Em 21 de maio de 1978, ao comentar o sucesso de venda alcançado pelos loteadores na cidade, em artigo intitulado "Os loteamentos têm boa aceitação em Franca", o *Diário da Franca* noticiou o seguinte:

> Na Câmara um fator preocupa alguns vereadores. Eles entendem que salvo raras exceções [sic.], os elementos de maior poder aquisitivo adquirem quadras inteiras nos loteamentos e passam a aguardar a valorização dos lotes. Não constroem moradias ou prédios para indústrias e como a valorização é garantida, têm em mãos um processo de rápido enriquecimento.

Aproveitando-se do aumento progressivo da procura por terrenos mais baratos vendidos à prestação e das facilidades de aprovação de loteamentos com baixo investimento de capital, os agentes imobiliários promoveram vários loteamentos em glebas rurais muito distantes da área dotada de serviços públicos coletivos[114], obrigando a Prefeitura a aumentar em grande medida os gastos com a extensão das redes de água, esgoto e energia elétrica. Vários desses loteamentos ocuparam também áreas sujeitas a desmoronamentos como as margens de boçorocas e terrenos de acentuada declividade ou compostos de solos impróprios à edificação e à implantação de equipamentos públicos. Para os promotores imobiliários interessados em comercializar lotes populares essas áreas garantiam altos lucros, pois tinham a vantagem de serem bem mais baratas. O loteamento de terrenos às margens de boçorocas

[113] O Grupo Samello se tornou um grande proprietário de terras na cidade de Franca, sendo responsável pelos seguintes loteamentos: Vila Samello (Cubatão) (2,36 ha); Jardim Samello (2,19 ha); Samello woods (6,08 ha); Jardim Samello III (15,35 ha); Residencial Jovita de Mello (8,65 há); Jd. Samello IV (9,44 ha); Jardim Samello V (15,54 ha).

[114] No Anexo apresentamos uma relação de todos os loteamentos aprovados pela Prefeitura de Franca entre os anos de 1925 e 1996.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

agravou o processo erosivo desses "buracões", que passaram então a engolir casas, terrenos, ruas e equipamentos públicos coletivos.[115]

Na década de 1960, os problemas urbanos provocados pelo avanço dos loteamentos sobre áreas de boçorocas em Franca já eram evidentes. Tanto que em 1968 o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber publicou um artigo relatando os problemas decorrentes da expansão urbana sobre as áreas de boçorocas na cidade.[116] Em um dos trechos do artigo, Ab'Saber (1968, p.7) sintetizou esses problemas da seguinte forma:

> Trata-se de verdadeiras "lesões" em processo na estrutura superficial da paisagem, criadoras de problemas sociais, jurídicos, paisagísticos, tecnológicos e administrativos. As "boçorocas" progridem por áreas de loteamento urbano ou suburbano atingindo espaços e construções pertencentes a trabalhadores e operários, ou a diferentes tipos de proprietários de terrenos. Onde até há pouco existiam arruamentos e lotes residenciais, hoje exite apenas o espaço de grandes buracões de 10 a 15 metros de profundidade e de 10 a 100 metros de desvão. E os poucos que tiveram a iniciativa de construir suas casinhas nas bordas das ameaçadoras ravinas, assistem com desespero a progressão ininterrupta das íngremes paredes das indomáveis boçorocas.

Enquanto a cidade se expandia mediante a aprovação de loteamentos em glebas rurais longínquas, desprovidas de melhoramentos e sujeitas à erosão, terrenos dotados de equipamentos públicos em áreas mais centrais eram mantidos intactos por seus proprietários. No início dos anos 50, o redator do *Diário da Tarde* (10.5.1951, p.1) chamou a atenção para os problemas decorrentes dessas práticas em Franca:

> Já se disse e, ao que parece, já ficou comprovado que Franca, em seu perímetro urbano é maior que Ribeirão Preto. No entretanto Ribeirão Preto possue dentro da cidade 60.000 almas e Franca apenas 30.000. Quer dizer que Franca é cidade espalhada, cheia de chácaras dentro do perímetro, verdadeiros latifúndios, com terrenos baldios a se perderem de vista. Aqui uma casa, acolá outra, e só no centro da cidade podemos notar uma urbs perfeita e bonita.

---

[115] O agravamento do processo erosivo das boçorocas em Franca está intimamente ligado à implantação de loteamentos em áreas não apropriadas sob o ponto de vista geotécnico; à sua falta de infra-estrutura e à deficiência ou inexistência de sistemas de drenagem de águas pluviais e servidas; à sua abertura em períodos chuvosos com longa exposição do solo; ao estabelecimento de um sistema viário de traçado inadequado, agravado pela falta de guias, sarjetas e pavimentação (CHIQUITO, p. 2006). Em avaliação efetuada em 1988, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT (1988, apud CHIQUITO, 2006, p.52) afirmou que entre os diversos fatores responsáveis pelo agravamento das boçorocas o processo de expansão urbana via loteamento é o principal.

[116] Ab'Saber era especialista em geomorfologia e professor do curso de Geografia na FFLCH – USP.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> É um erro que vem do passado. No entretanto ele ainda continua a persistir. O que está na moda...
>
> Está na moda, atualmente, a questão do loteamento de terrenos para construção de bairros.
>
> Dizem que é negócio da China. Deve ser porque de vez em quando vemos surgir companhias imobiliárias vendendo lotes de terrenos de Franca. No entretanto o erro continua: o loteamento é feito distante da cidade, as vezes até alguns quilômetros de extensão do verdadeiro perímetro urbano. Óra! Nós temos bairros onde ainda existem lotes para nele serem edificados prédios. [...] Todos eles dentro do perímetro urbano e a preços vantajosos.
>
> Como será financiado, então, a construção de casas numa vila longinqua? De que forma será feito o abastecimento de agua, rede de esgoto, luz? Até quando, se dentro de Franca ainda existem claros enormes para serem preenchidos com casas?
>
> Evidentemente o plano de loteamento está errado. Não pode ser feito conscientemente já que o executivo francano tem a sí a possibilidade de zelar por uma cidade de perímetro urbano extensíssimo. Será que as empresas imobiliárias teem em mente planos para serem resolvidos esses problemas. Ou o seu objetivo é apenas vender datas?

Três décadas depois o jornal *Diário da Franca* (11.01.1981, p.3) destacou o seguinte: "Grupo Samello loteará a última grande área central disponível em Franca". Com 15,35 ha, esse loteamento somente se efetivou em 1989, após sofrer grande valorização decorrente das obras públicas ali realizadas.[117]

Alegando a necessidade de se coibir a manutenção de lotes vagos na região central de Franca, em 13 de maio de 1953 o Poder Público Municipal instituiu, por meio da Lei 306, o "imposto progressivo para terrenos vagos na zona central da cidade". De acordo com essa lei, os terrenos vagos localizados na primeira e segunda zona da cidade teriam o imposto territorial urbano aumentado em 10% e 5%, respectivamente[118].

Para justificar a necessidade da lei, o autor do projeto, vereador Antônio Lopes de Mello, argumentou que o perímetro urbano da cidade era "enorme" em relação à população que comportava e que a região central abrigava "numerosos terrenos vagos", o que forçava "a

---

[117] As obras públicas de maior destaques ali realizadas foram: implantação das redes de água, esgoto e energia elétrica, asfaltamento da avenida Hélio Palermo, soterramento da Boçoroca do Pestalozzi e prolongamento da avenida Major Nicácio sobre a gleba até à avenida Hélio Palermo. O loteamento da área deu origem ao Jardim Samello III, bairro nobre da cidade.

[118] Apesar de falar em duas zonas, a lei delimitou apenas uma região, que acreditamos ser a segunda zona, dentro da qual está a primeira. "Artigo 2º - A área constante do art. 1º fica assim delimitada: praça João Mendes, ruas Líbero Badaró, Couto Magalhães, Simão Caleiro, pela Monsenhor Rosa até a Avenida Champagnat, desta pela Floriano Peixoto, entrando na Estevam Bourroul até a Avenida Major Nicácio e daqui ao ponto de partida à praça João Mendes."

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Prefeitura a despender verbas avultadas para manter seus serviços" e dificultava "a ação urbanizadora do poder público"[119].

Se por um lado essa lei demonstra, já no início dos anos 50, o reconhecimento por parte do Poder Público Municipal dos problemas provocados pela especulação com a terra urbana em Franca, por outro lado, entretanto, a lei proposta pouco ou nada contribuiu para resolver o problema. Apesar da denominação, o imposto proposto não tinha nada de progressivo, visto que não estabelecia um aumento progressivo para o imposto territorial urbano capaz de forçar a edificação nos terrenos vagos. Ademais, os proprietários de terrenos na região central contavam com a alta valorização dos imóveis ali localizados, pois o Centro de Franca se manteve como o principal núcleo comercial e de prestação de serviços públicos e privados da cidade e como a área melhor atendida pelos serviços e equipamentos públicos coletivos.

Em 1977, a proposta de um imposto realmente progressivo para se combater a especulação com a terra urbana foi cogitada na Câmara Municipal de Franca. A iniciativa partiu do vereador Victor de Andrade, que enviou ao prefeito Maurício Sandoval Ribeiro um requerimento solicitando a cobrança do imposto. Segundo o vereador, o imposto progressivo era "uma forma de se evitar que muitas pessoas procedam a verdadeiras especulações imobiliárias, como é o caso de áreas muito bem situadas, e nas quais não se notam projetos de construções de moradias." (DIÁRIO DA FRANCA, 20.3.1977, p.3) É bem provável que o vereador tenha sido convencido a desistir da proposta, pois a mesma sequer foi convertida em projeto de lei, o que evidencia a postura patrimonialista do Poder Público local na busca de garantir o lucro de especuladores com a terra urbana.

Quando da elaboração da Lei Orgânica do Município em 1990, o imposto territorial progressivo somente foi inserido na lei após a apresentação de uma emenda pelo

[119] A esse respeito ver Projeto de Lei 28, de março de 1953. Anexo a esse projeto estão os pareceres das comissões de Justiça; Finanças e Orçamentos; Agricultura, Comércio e Indústria. Todos eles favoráveis à aprovação do projeto e concordando com as justificativas apresentadas pelo autor.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

vereador do Partido dos Trabalhadores Gilmar Dominici. Inserido no artigo 171 dessa lei, que fora aprovada em 5 de abril de 1990, a proposta do imposto progressivo para a cidade estabeleceu o seguinte:

> As áreas ociosas e impeditivas ao desenvolvimento do Município, que não estejam cumprindo sua função social, serão definidas no Plano Diretor Físico e deverão ser parceladas ou compulsoriamente edificadas nos prazos que forem estabelecidos.
>
> § 1º. A inobservância dos prazos implicará, subsequente e sucessivamente, na aplicação do IPTU progressivo e em desapropriação, na forma e condições estabelecidas no inciso III, par. 4º, do Art. 182 da Constituição Federal.

Como até o momento não foi instituído o novo plano diretor do município para regulamentar a cobrança do referido imposto, o Poder Público Municipal, em prejuízo do bem comum, continua permitindo a livre atuação de especuladores com a terra urbana.

No que diz respeito aos loteamentos, em 1953 o Poder Público Municipal de Franca promulga a Lei 345 (18.11.1953), a primeira a exigir dos loteadores a obrigação de arcar com as despesas decorrentes da instalação dos serviços "de água, luz e esgotos" nos novos empreendimentos. Segundo Chiquito (2006, p.72), essa lei foi revogada em 1955 e não chegou a ser praticada. Com isso, as exigências para se aprovar loteamentos na cidade se resumiam à comprovação da propriedade da gleba, apresentação da planta para aprovação junto à Prefeitura, execução do arruamento e demarcação dos lotes. Mesmo porque, a legislação federal em vigor não determinava padrão mínimo de qualidade urbanística para os loteamentos e, apesar de exigir que o loteador registrasse em cartório a planta aprovada pela Prefeitura, não estabelecia nenhuma sanção para os faltosos, favorecendo, assim, inclusive a abertura de loteamentos clandestinos (BONDUKI, 1998).[120]

No início da década de 1960, a Municipalidade começou a debater novas propostas de regulamentação da aprovação de loteamentos na cidade. Em julho de 1960, o prefeito Flávio Rocha teve o seu projeto de lei rejeitado pela Câmara. Em 1963 a Câmara

[120] Trata-se do Decreto-Lei 58, de 1937, que vigorou por mais de quadro décadas, sendo alterado somente em 1979. (BONDUKI, 1998).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

aprovou o projeto de lei do vereador Maurício Costa França, mas o prefeito Flávio Rocha o vetou, alegando que o vereador havia utilizado seu antigo projeto e efetuado alterações que o tornava "confuso" e "inexeqüível" (VETO 3, 29.1.1963). No que se refere aos equipamentos públicos coletivos, os dois projetos exigiam do loteador apenas a feitura de guias, sarjetas, galerias de águas pluviais e "rede de descarga de água", ou o pagamento à Prefeitura Municipal da importância correspondente ao valor desses serviços (LEI 1095, 21.12.1963; VETO 3, 29.1.1963).

Somente em dezembro de 1964 foi aprovada uma lei municipal impondo normas mais rígidas à aprovação de loteamentos na cidade. Segundo esta lei, o loteador assumiria, mediante "declaração por escrito", o compromisso de construir, dentro do prazo de um ano, "por iniciativa própria" e "às próprias custas", as guias e sarjetas de concreto, as galerias de águas pluviais e as redes de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica em todas as vias públicas da área loteada. Esgotado o prazo de um ano para a execução desses melhoramentos, a Prefeitura Municipal assumiria então a responsabilidade pelas obras, cobrando do loteador o custo do serviço e mais 20% "a título de administração". A lei proibia também que a Prefeitura aprovasse edificações nos terrenos não servidos pelos referidos serviços, disposição que deveria constar nas escrituras definitivas ou nos compromissos de compra e venda dos lotes. (LEI 1285, 23.12.1964).[121]

Na apresentação à Câmara Municipal, o autor do projeto, vereador Ivom Pereira, salientou que enquanto não se elaborasse um "plano diretor para o município" havia a necessidade de se "minorar o mal evidente", ou seja, a "proliferação dos loteamentos sem critério adequado de planejamento e execução", processo "danoso para a Prefeitura que vem arcando com todos os onus deles decorrentes" (PROJETO DE LEI 70, 1964). Para a Comissão de Justiça da Câmara Municipal, a aprovação do projeto vinha "preencher grave

[121] Ver também Projeto de Lei 70 (1964).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

lacuna na legislação municipal, no que se refere aos loteamentos e arruamentos." Para a Comissão de Obras e Urbanismo, "Franca de há muito que necessitava de uma lei nesse sentido, para coibir os abusos que se tem praticado, onerando, de maneira sensível, os cobres públicos municipais, eis que todos os benefícios, nos loteamentos, fica a cargo da Municipalidade, inclusive a colocação de guias" (PROJETO DE LEI 70, 1964).

Na prática, entretanto, a lei de 1964 se tornou letra morta. Apesar de ampliar as obrigações do loteador e conter dispositivos que objetivavam forçá-lo a cumpri-las, a lei continuou a permitir a aprovação de loteamentos desprovidos de equipamentos públicos básicos e a transferência da obrigação de implantá-los à Prefeitura, que em última instância continuou a ser a responsável pela execução dos melhoramentos. Além disso, em contravenção ao que determinava a lei, o Poder Público Municipal permitiu que os loteadores transferissem para o comprador do lote a obrigação de arcar com os custos da instalação dos equipamentos públicos executados pela Prefeitura. Tendo em vista que a Prefeitura geralmente demorava anos, ou mesmo décadas, para implantar os melhoramentos nos loteamentos periféricos, os lotes continuaram sendo ocupados antes da implantação dos equipamentos públicos exigidos pela lei.

No início de 1970, o prefeito José Lancha Filho, orientado pelo GPI – Grupo de Planejamento Integrado LTDA, empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Franca para elaborar o plano diretor do município, enviou à Câmara Municipal um projeto de lei que determinava a proibição imediata da aprovação de novos planos de loteamentos e arruamentos desprovidos de pelo menos três dos seguintes equipamentos públicos: energia elétrica, água, esgoto, pavimentação, guias e sarjetas e galerias de águas pluviais.(PROJETO DE LEI 15, 16.3.1970).[122] Essa proibição vigoraria apenas até a promulgação da lei do plano diretor do município, que iria dar nova regulamentação à questão dos loteamentos. Para justificar a

[122] Esse projeto foi transformado na Lei 1859 (30.4.1970).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

necessidade da aprovação do projeto, Lancha Filho ressaltou o descumprimento da legislação vigente por parte dos loteadores e as dificuldades que a Prefeitura encontrava para resolver os problemas daí decorrentes.

> Um dos males que tem afligido a tôdas as Administrações municipais, é o representado pelos inúmeros loteamentos que surgiram em Franca nos últimos 20 anos, acarretando não poucas dificuldades para o Administrador.
>
> Apesar das leis vigentes terem exigido, por parte dos loteadores, uma série de melhoramentos para obterem a aprovação de seus projetos de loteamento, ainda continuam a ocorrer aquelas falhas por todos conhecidas, especialmente no que respeita à construção dos melhoramentos básicos indispensáveis, pois os vendedores, usando de uma faculdade da lei de loteamentos, transferem para os compradores a obrigação de construir as rêdes de água, esgôto, luz, asfalto e a construção de guias e sarjetas. Essa transferência de obrigações não resolve, em absoluto, o problema, pois a Administração não terá condições de exigir, dos modestos compradores, o cumprimento das exigências legais. (PROJETO DE LEI 15, 16.3.1970).

Entre a aprovação dessa Lei (30.04.1970) e a promulgação do Plano Diretor de Franca (06.01.1972), entretanto, a Prefeitura continuou a aprovar loteamentos sem as obras prévias exigidas e os melhoramentos previstos pela lei de 1964.[123] Em 1973, Emílio Nassif, especulador que adquiriu 57 lotes no Jardim Riviera, entrou na Justiça para cobrar da Prefeitura e do loteador responsável pelo empreendimento os melhoramentos exigidos por lei. Em 29 de março de 1976, o *Diário da Franca* (p.2) publicou um documento enviado por Nassif às autoridades federais que ilustra bem o descumprimento da lei de loteamentos em Franca:

> A Prefeitura, conivente e protecionista aprovou loteamento sem um mínimo de melhoramento: sem rede de energia elétrica, aberturas de ruas e praças, água, esgoto, sargetas, guias, asfalto, ônibus urbano, escolas primárias nas adjacências, marcos de cimento nas quadras, o mais necessário terraplanagem pois existe monturos, brejos, depressões, matagal, aclives e declives tornando impossível construções decentes [...].
>
> Isso é estelionato, tirando do loteador os gastos exigidos por lei, que seria obrigação legal, para que tivessem maiores lucros em prejuisos dos compradores esbulhados, não tomando nenhuma providencia e no futuro irá debitar essas despesas nos compradores ou arcará o município com despesas e logicamente o povo.

[123] Nesse período foram aprovados dez novos loteamentos na cidade.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

A elaboração do plano diretor físico do município de Franca, oficialmente denominado PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado, teve início no governo do prefeito Hélio Palermo (jan./1964 - jan./1969). Em 1967 foi dado o primeiro grande passo para a confecção do plano com a contratação da empresa que ficou responsável por sua elaboração, o GPI - Grupo de Planejamento Integrado Ltda. O plano diretor foi entregue pelos profissionais do GPI à Prefeitura no início de 1969, primeiro ano da administração do prefeito José Lancha Filho (fev./1969 – jan./1973), mas a sua aprovação pela Câmara Municipal ocorreu somente em 28 de dezembro de 1971. Em 6 de janeiro de 1972 o plano diretor foi promulgado pelo prefeito e se transformou na Lei Municipal 2046.

As ações do Poder Público Municipal de Franca para a elaboração do primeiro plano diretor do município são resultado das pressões exercidas pelos governos federal e estadual.[124] No início do Governo Militar, com o objetivo de estimular a produção de habitações e o planejamento urbano no Brasil, foi criado o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Esta instituição passou a financiar a criação de órgãos de planejamento pelas prefeituras municipais e a elaboração de planos de desenvolvimento integrado para as cidades. No estado de São Paulo, o governo estadual criou um órgão de assessoria técnica aos municípios e um aparato institucional para viabilizar o processo de planejamento urbano e a concessão de recursos financeiros. Em 1967, o Governo Paulista, por meio da Lei Orgânica dos Municípios (9842, de 19.03.1967), condicionou o auxílio financeiro aos municípios à existência de um plano diretor. Para assessorar os municípios paulistas na elaboração dos planos diretores, nesse mesmo ano o Governo Estadual criou o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CERPAM). Embora os órgãos federal e

[124] No seu parecer sobre o Projeto de Lei do Plano Diretor Físico do Município, a Comissão de Justiça da Câmara Municipal de Franca justificou a necessidade de se aprovar o mesmo em razão do que estabelecia a Lei Orgânica dos Municípios (Artigo 1º das Disposições Transitórias do Decreto Lei Complementar n. 9, de 31 de dezembro de 1969), visto que "nenhum auxílio financeiro ou empréstimo será concedido pelo Estado ao Município que, até 31 de dezembro de 1971, não tiverem seus programas de ação baseados num Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, ainda que simplesmente orientado para um gradativo aperfeiçoamento, comprovando que o município iniciou um processo de planejamento permanente" (PARECER AO PROJETO DE LEI 75, 22.11.1971, apud CHIQUITO, 2006, p.97).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

estadual promovessem assessoria técnica e programas de capacitação para técnicos municipais, foi concedida autonomia às prefeituras para contratar empresas especializadas para a elaboração de seus planos. (CHIQUITO, 2006)

Os trabalhos preliminares efetuados pelo GPI com o objetivo de oferecer subsídios à formulação da lei do plano diretor físico de Franca foram divididos em quatro volumes: *Diagnóstico, Viabilidade do Distrito Industrial, Política de Desenvolvimento Físico e Plano de Ação do Governo Municipal*. No *Diagnóstico* (GPI, 1969a) foi efetuado o estudo dos aspectos geofísicos, econômicos, sociais, demográficos, urbanos, administrativos e financeiros do município; o levantamento dos principais problemas municipais e a indicação de propostas para saná-los. Além disso, realizou-se também um prognóstico do crescimento econômico e demográfico para a próxima década e uma projeção dos investimentos financeiros e das mudanças administrativas e tributárias necessárias. Como suporte à análise do problema das boçorocas, o GPI anexou ao *Diagnóstico* o trabalho de Ab'Saber (1968) sobre as boçorocas de Franca. No estudo denominado *Viabilidade do Distrito Industrial* (GPI, 1969b), o GPI apresentou a proposta de construção de um distrito industrial em Franca, defendido como fator de grande importância para o planejamento urbano, já que contribuiria para disciplinar o uso do espaço citadino, possibilitando a eliminação dos problemas advindos da concentração industrial no Centro, área residencial e comercial mais densamente povoada. Ademais, o distrito industrial promoveria também uma maior possibilidade de desenvolvimento das atividades industriais ao viabilizar a vinda e o crescimento de indústrias. No volume *Política de Desenvolvimento Físico* (GPI, 1969c) efetuou-se uma exposição mais detalhada das propostas para combater e evitar os problemas urbanos levantados no *Diagnóstico*. No *Plano de Ação do Governo Municipal* (GPI, 1969d), o GPI apresentou um planejamento detalhado dos investimentos públicos prioritários para o quadriênio 1970-1973.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Nos estudos que realizou para a elaboração do plano diretor o GPI concluiu que o problema fundamental de Franca era a proliferação desordenada e desnecessária de loteamentos periféricos desprovidos de serviços públicos básicos, pois era ele o causador dos principais problemas urbanos da cidade: baixa densidade de ocupação, agravamento das boçorocas e dos demais processos erosivos e dificuldade técnica e financeira de extensão das redes de água, esgoto, energia elétrica e iluminação pública. Nas palavras da equipe do GPI (1969c, p.3-4):

> [...] há um processo de expansão da Cidade injustificado e danoso, de características megaloplanimétricas, cujos prejuízos às finanças públicas tendem a se agravar se medidas corretivas não forem adotadas em tempo. Não corresponde às necessidades do mercado local o volume de loteamentos aprovados. Por outro lado, a análise das áreas loteadas revela que os lotes adquiridos pelos compradores não são ocupados na sua grande maioria. Como consequência, na maior parte dos loteamentos periféricos identifica-se acentuada predominância de quadras vagas ou de quadras ocupadas por uma ou duas habitações, mesmo assim, na maioria das vêzes, precárias. A presença de habitações esparsas em tais loteamentos, aprovados sem que os responsáveis pelo empreendimento arcassem com a obrigação de dotá-los da infra-estrutura indispensável (meio-fio, pavimentação, água, esgôto e eletricidade), leva a que a Prefeitura, pressionada pela população dispersamente distribuída nos mesmos, seja compelida, cêdo ou tarde, a investir em equipamentos básicos anti-econômicos, pois o custo por habitante não pode deixar de atingir cifras exorbitantes e incoerentes, muito longe das possibilidades de serem cobertas pela arrecadação de impostos e taxas.
>
> Como agravante, em uma área já bastante atingida por lesões erosivas (boçorocas), a abertura de ruas para loteamentos sem o cuidado imediato da instalação de sistemas adequados de drenagem de águas de superfície (guias, sarjetas, esgotos pluviais, valas impermeabilizadas e mesmo pavimentação) leva, inevitavelmente, à formação de sulcos pioneiros que se transformarão em novas e problemáticas boçorocas. Removidos o revestimentos vegetal e a camada superficial do solo para abertura das ruas e estas abandonadas sem o devido tratamento, a erosão não pode deixar de processar-se em áreas que predomina o arenito bauru, como, aliás, acontece no sítio onde se encontra Franca.

De acordo com o GPI (1969a), considerando apenas a área loteada, correspondente a 1.555 hectares[125], a densidade demográfica média da cidade no final dos anos 60 não ultrapassava 45 habitantes por hectare. Além de muito baixa, essa densidade de ocupação era também bastante desigual, baixando bastante na medida em que se afastava da

[125] A área total do perímetro urbano era de 1.682 hectares.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

região central. Para se ter uma idéia, cerca de 40% da área loteada, ou estava totalmente vazia, ou possuía uma ocupação inferior a dez habitantes por hectare. Enquanto as áreas mais centrais e os principais eixos viários da cidade alcançavam densidades de 100 ou mais habitantes por hectare, as áreas periféricas de ocupação mais recente dificilmente ultrapassavam 20 ou 30 habitantes por hectare.

A baixa densidade demográfica da periferia se dava em virtude de dois fatores principais: o costume de se adquirir lotes para garantir patrimônio às futuras gerações e à atuação de especuladores que compravam lotes e os mantinham vazios por vários anos a espera de uma valorização capaz de motivá-los a vendê-los ou a construir no local. Uma maior valorização dos lotes ocorria sobretudo como resultado da implantação dos equipamentos públicos coletivos e do adensamento populacional do bairro, o que em muitos casos demorava décadas.

Conforme apontou a equipe do GPI (1969a; 1969c), o problema mais grave da baixa densidade nos loteamentos periféricos era o aumento excessivo dos custos para a expansão dos serviços públicos coletivos, o que tornava inviável a transferência integral do ônus de implantação aos moradores que passavam a ocupar os lotes. Em razão disso, como medida emergencial, logo no *Diagnóstico*, primeira etapa dos estudos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado, o GPI (1969a, p.122) recomendou a "suspensão imediata do processo de desenvolvimento artificial da área urbana, proibindo-se novos loteamentos até que sejam atingidos os índices de densificação desejáveis."

A Lei do Plano Diretor Físico de 1972 reuniu as medidas preconizadas pelo GPI para solucionar os problemas urbanos de Franca. No artigo 146 foram estabelecidas as condições gerais para a aprovação de loteamentos na cidade:

> A urbanização de terrenos só poderá ser permitida se êstes tiverem localização e configuração topográfica, além de características físicas do solo e subsolo, que possibilitem o pleno atendimento das destinações que se lhes pretende dar e das exigências legais de ordenamento e disciplinamento

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

> dos elementos componentes do Plano Diretor Físico, bem como a instalação de forma adequada dos equipamentos comunitários necessários.

Para controlar a expansão urbana e promover a densificação das áreas já loteadas, o Plano Diretor estabeleceu os limites da "área urbana" e da "área de expansão urbana" (ver figura 42). A "área urbana" foi delimitada pelos terrenos com edificações contínuas ou contíguas situados a uma distância máxima de 100 metros de logradouros públicos servidos no mínimo por dois dos seguintes melhoramentos: meio fio ou pavimentação com canalização de águas pluviais; rede de abastecimento de água potável; rede de esgotos; rede de iluminação pública. Além disso, seriam também classificados como área urbana os terrenos situados a uma distância de até três quilômetros de escolas primárias ou de postos de saúde. A "área de expansão urbana", demarcada para receber a ocupação dos próximos 10 anos, contados a partir da vigência da lei, ficou delimitada pelos terrenos situados a uma distância de no máximo dois quilômetros a partir dos limites da "área urbana". O restante do território do município, não destinado para fins urbanos, era considerado área rural.

Conforme pudemos constatar, os limites da área de expansão urbana não foram respeitados. Já durante os três anos que antecederam a promulgação da Lei do Plano Diretor em 1972, período de sua elaboração pelo GPI e de sua análise pelo Poder Público Municipal, dos 23 loteamentos aprovados ou regularizados[126] pela Prefeitura, 9 se localizavam além da área de expansão urbana. De janeiro de 1972 a dezembro de 1977, período compreendido entre o início da vigência do plano e a promulgação da nova lei municipal que ampliou os limites da área de expansão urbana (LEI 2497, 27.12.1977), dos 17 loteamentos aprovados, 13 foram instalados além dos limites dessa área. Mesmo após o aumento da área de expansão urbana promovido pela lei de 1977, a Prefeitura continuou a aprovar loteamentos fora dessa área. Foi o caso, por exemplo, do Jardim Aeroporto. A primeira etapa foi loteada em 1978

[126] A Vila São Sebastião, por exemplo, apesar de ter a sua planta aprovada pela Prefeitura em 31 de dezembro de 1969, já existia como bairro clandestino desde pelo menos a década de 1940.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

pela Imobiliária Nova Franca S/C Ltda em uma gleba localizada fora dos limites da área de expansão urbana definidos pela nova lei. A aprovação desse empreendimento em terras rurais trouxe sérios problemas para a Sabesp, pois a área não estava incluída no projeto geral de expansão das redes de água e esgoto da cidade. Mesmo sendo advertida sobre essa questão pela Sabesp a Prefeitura aprovou o loteamento. Em 1979, a segunda etapa do Jardim Aeroporto foi aprovada também fora da área de expansão urbana e apesar do loteador estar em débito com a instalação dos equipamentos urbanos da primeira etapa.[127] (CHIQUITO, 2006).

Com a aprovação da Lei Municipal 2852, de 13 de abril de 1983, a revisão dos limites das áreas "urbana" e "de expansão urbana" tornou-se automática. Assim, se até então esses limites eram fixos e somente podiam ser alterados por meio da aprovação de uma nova lei, a partir de então eles passaram a ser automaticamente estendidos como decorrência da expansão dos equipamentos públicos coletivos que definiam a área urbana. Com a nova lei, a "área urbana" passou a ser definida pelos terrenos servidos diretamente pelos seguintes melhoramentos: "I- Rede de abastecimento de água potável, aprovada e operada pela SABESP. II - Rede ou sistema de canalização de águas pluviais. III - Rede de energia elétrica domiciliar pública e iluminação pública. IV - Rede de esgotos sanitários, aprovada e operada pela SABESP." Para o cálculo do perímetro da "área de expansão urbana" foi mantida a mesma medida estabelecida pelo Plano Diretor de 1972, ou seja, dois quilômetros a partir dos limites da "área urbana".

Ao tornar automática a transformação de áreas rurais em áreas de expansão urbana, o Poder Público Municipal facilitou a aprovação de empreendimentos em glebas ainda mais distantes da região central da cidade e nos arredores de novas boçorocas,

[127] O fato do loteamento Jardim Aeroporto estar localizado em uma sub-bacia hidrográfica diferente daquela onde se localizava o restante da cidade trouxe sérias dificuldades relativas ao escoamento das águas e do esgoto do loteamento. Assim, a solução encontrada pelos loteadores e Poder Público Municipal para a implantação da segunda etapa do loteamento foi a aprovação da instalação de fossas sépticas em cada um dos lotes pelo próprio morador. (CHIQUITO, 2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

contribuindo, assim, para a continuidade do processo de expansão urbana com baixa densidade populacional e em áreas de risco de erosão. Essa mudança propiciou inclusive a construção do Conjunto Habitacional Parque Vicente Leporace em uma gleba que antes dessa nova lei não poderia ser loteada por estar localizada fora dos limites da área de expansão urbana. Sendo assim, em detrimento do interesse público, além de favorecer a expansão desnecessária do perímetro urbano via empreendimentos privados, o Estado também atuou como agente direto desse processo.

Para controle da progressão das boçorocas e para o aproveitamento das áreas por elas ocupadas, o GPI inseriu, por meio do artigo 225 da Lei do Plano Diretor de 1972, a determinação para se transformar 18 boçorocas, das 21 localizadas nas áreas urbana e de expansão urbana, em áreas públicas destinadas à implantação de "centros de tempo livre", com "tratamento paisagístico adequado" e estrutura voltada para atividades culturais, esportivas e recreativas, como, por exemplo, "teatros ao ar livre, parques infantis, viveiros, restaurantes, bares, jardim botânico, jardim zoológico". Além das 18 boçorocas, foram selecionados também para essa finalidade o "fundo de vale do Córrego dos Bagres" e a "área entre os loteamentos de Jardim Francano e Vila Roselândia e a Avenida Rio Branco".

O Vale dos Bagres, situado entre o Centro e o bairro da Estação, foi a primeira dessas áreas a receber investimento público. A primeira intervenção no local foi efetuada ainda durante a administração de José Lancha Filho (fev./1969 a jan. de 1973). O local recebeu projeto paisagístico, obras de canalização de parte do córrego, iluminação, parque infantil, quadras de esportes, piscina, teatro ao ar livre, campo de malhas, campos de futebol e outras obras. Entretanto, já durante a administração seguinte, a área passou a ser chamada pelo *Diário da Franca* de "Vale do Abandono", pois havia se tornado "um local imundo, coberto pelo mato, freqüentado por animais soltos, os únicos, aliás, beneficiados por tal incúria.". Segundo este periódico, o abandono do local era resultado da rivalidade política

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

entre Lancha Filho e o atual prefeito Hélio Palermo. (DIÁRIO DA FRANCA, 10.4.1976, p.2)[128]. Em 1980 o local passou por reformas e recebeu várias outras obras.[129] No final dos anos 80, a imprensa francana denunciou novamente o abandono do local pela Prefeitura e o problema da contaminação e do mau cheiro decorrente do lançamento de esgoto no Córrego dos Bagres, divulgando também que, em razão disso, os moradores da região estavam constituindo uma comissão para reivindicar ao prefeito medidas urgente para solucionar esses problemas. (DIÁRIO DA FRANCA, 19.3.1989, p.3).

No início da década de 1980, a boçoroca da Boa Vista recebeu o Centro Social Urbano, composto de casa para vigilante; um extenso prédio para abrigar o setor administrativo e o salão destinado a práticas esportivas, recreativas e culturais; parque infantil; uma quadra de esportes e uma piscina. No entanto, por falta de um projeto de contenção da erosão, logo no primeiro ano de funcionamento a piscina foi soterrada pela lama que desceu das encostas da boçoroca e nunca mais foi reativada. Além disso, a boçoroca continuou o seu processo de expansão e passou a atingir as áreas habitadas ao seu redor, provocando vários desabamentos[130]. Data dos anos 80 também a construção de uma praça pública e de dois campos de futebol na área entre o Jardim Francano e a Vila Roselândia.

As outras boçorocas indicadas para serem transformadas em "centros de tempo livre" pelo Plano Diretor de 1972 foram sendo aos poucos soterradas com lixo, entulho de construção e terra pela Prefeitura e passaram a receber vias públicas, áreas de lazer, escolas e outras obras.[131] Antes disso, porém, durante anos e mesmo décadas, várias boçorocas passaram a receber, clandestinamente, entulho de construções e lixos industrial e doméstico. Algumas boçorocas também foram transformadas em aterros sanitários da Prefeitura,

---

[128] A esse respeito ver também a reportagens do *Diário da Franca* de 11 de abril de 1976 (p. 16), "O vale do abandono", e de 12 de janeiro de 1977 (p.3), "Palermo deixará três heranças incômodas".
[129] A esse respeito ver *Diário da Franca* (13.5.1980, p.2).
[130] Em 6 de fevereiro de 1992, segundo o *Diário da Franca* (p.13), quatro casas já haviam sido condenadas e "mais umas 20 ou 30" se encontravam em situação de risco na boçoroca da Boa Vista.
[131] Em 1977 a imprensa local destacou o seguinte a esse respeito: "Com lixo e terra, a Prefeitura elimina voçorocas" (DIÁRIO DA FRANCA, 12.4.1977, p.12).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

passando a receber os lixos doméstico, industrial e hospitalar da cidade, caso, por exemplo, da maior boçoroca da cidade, a das Maritacas, transformada em um grande "lixão" em plena área habitada.[132] Em 1989, os moradores da Vila Imperador e Parque São Jorge, bairros vizinhos a essa boçoroca, chamaram alguns órgãos da imprensa escrita e falada de Franca para registrar uma manifestação com cerca de 200 pessoas contra a presença do "lixão" no local. Aglomerados em frente a entrada de acesso à boçoroca, os moradores passaram a impedir a entrada dos caminhões de lixo no local. De acordo com os moradores desses dois bairros, o mau cheiro e as moscas provenientes do "lixão" invadiam as residências e provocavam várias doenças (DIÁRIO DA FRANCA, 18.2.1989, p.1). Em 1997 parte da boçoroca das Maritacas já havia sido soterrada e ocupada por uma praça pública[133] e uma escola, entretanto, os moradores ainda reclamavam do forte calor do local e do "odor insuportável" dos gazes que ali se formavam.[134]

Como resultado da grande expansão urbana ocorrida a partir da década de 1970 a cidade passou a englobar novas boçorocas. Entre 1969 e 1993 o número de boçorocas no perímetro urbano passou de 21 para 32 (CHIQUITO, 2006) (ver figura 44). Muitas dessas boçorocas passaram a receber as águas de chuva dos bairros limítrofes que não possuíam redes de galerias de águas pluviais e, em alguns casos, até mesmo as águas servidas de residências desprovidas de rede de esgoto, o que contribuiu para agravar o processo de erosão em várias boçorocas.

A ocupação das margens de boçorocas e de outras áreas propícias à erosão provocou grandes prejuízos aos cofres municipais em razão da perda de investimentos públicos em infra-estrutura e do pagamento de indenizações a moradores que tiveram suas

---

[132] Nas boçorocas que foram transformadas em "lixões" pela Prefeitura, muitas pessoas de famílias pobres, inclusive crianças, passaram a buscar a sobrevivência como catadores de lixo.

[133] A construção dessa praça, com "cerca de dez mil metros quadrados", foi anunciada em agosto de 1993 pelo então prefeito Ary Pedro Balieiro. (DIÁRIO DA FRANCA, 7.8.1993, p.3).

[134] Nesse ano, após ouvir as reclamações dos moradores, o vereador Théo Maia (PSB – Partido Socialista Brasileiro) solicitou um parecer técnico à CETESB sobre o aterro sanitário do local e encaminhou o caso para a Coordenadoria Municipal do Meio Ambiente. (DIÁRIO DA FRANCA, 16.10.1997, p.19).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

casas engolidas pela erosão.[135] Em 1997, ao comentar a grande demanda por reparos em áreas afetadas pela erosão na cidade, o secretário de Serviços Municipais pediu "a compreensão da população", visto que não dava "para atender todos os bairros de imediato" (DIÁRIO DA FRANCA, 14.3.1997, p.5). Em 2003, a Administração Municipal e o Governo do Estado investiram cerca de R$400 mil reais na contenção de uma voçoroca localizada no City Petrópolis, bairro periférico loteado em 1980. O caso mais problemático atualmente é o do Jardim Dermínio, loteamento aprovado em 1979. Há no bairro 26 casas em situação de risco, 11 famílias morando em casas alugadas pela Prefeitura, com custo de R$6.348,43 mensais (aluguel + IPTU). Segundo cálculos dos técnicos municipais, o controle e a recuperação das boçorocas de Franca na atualidade estão orçados em R$10 milhões. (CHIQUITO, 2006).

A perda das casas provoca também muitos transtornos aos proprietários. Os processos de indenização movidos pelas famílias duram cerca de 5 anos. Em razão disso muitas famílias são obrigadas a se transferirem para abrigos provisórios da Prefeitura ou para casas de parentes. Ademais, na maioria das vezes a indenização do imóvel não atinge o valor de mercado. Com todos esses problemas, algumas famílias acabam desacatando a determinação da Defesa Civil e permanecem longos períodos em prédios em situação de risco. (CHIQUITO, 2006).

No que se refere aos equipamentos urbanos, a Lei do Plano Diretor de 1972 estabeleceu como obrigação do loteador a abertura das vias e demais áreas públicas, a terraplanagem e a drenagem do terreno, a colocação de guias e sarjetas, as galerias de escoamento das águas pluviais, a pavimentação, a rede de abastecimento de água potável, a rede de esgoto ("ou o sistema de fossa séptica coletiva ou de fossa séptica seguida de poço absorvente para cada edificação"), a rede de iluminação pública e a arborização dos

[135] Algumas reportagens ilustram bem a dimensão dos problemas provocados pela expansão urbana em áreas de boçorocas em Franca: "Erosão engole as ruas desta vila" – Sobre a boçoroca da Vila Nicácio (COMÉRCIO DA FRANCA, 6.2.1975); "Voçoroca ameaça casas na Vila Monteiro" (DIÁRIO DA FRANCA, 15.1.1982, pl.8); "Casas podem cair a qualquer momento" (DIÁRIO DA FRANCA, 31.1.1992, p.1); "Emergência na cidade das voçorocas" (DIÁRIO DA FRANCA, 6.2.1992, p.13).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

logradouros. O prazo para a execução dessas obras podia variar de um a três anos, de acordo com o tamanho da área loteada.

Para forçar o loteador a cumprir as obrigações para com a implantação desses melhoramentos foram criados alguns dispositivos. Segundo a lei, o loteador deveria efetuar uma caução de 20% do valor da área útil loteada em nome da Prefeitura, em espécie ou em lotes, que seria devolvida seguindo o seguinte critério: a primeira metade quando concluídos os serviços de terraplanagem e, quando necessário, também de drenagem, de colocação das guias e sarjetas e de construção das galerias de escoamento das águas pluviais, e a segunda metade quando da conclusão dos demais equipamentos públicos previstos. Antes da execução de todas as obras e de serem cumpridas todas as demais obrigações impostas por lei, o loteador não poderia conceder a escritura definitiva do lote ao comprador e tinha a obrigação de fazer constar nas escrituras ou nos compromissos de compra e venda dos lotes que esses só poderiam receber construções após o término de todas as obras exigidas. A Lei do Plano Diretor também concedeu à Prefeitura o poder de recusar a aprovação de loteamentos, ainda que "apenas para evitar excessivo número de lotes com o conseqüente aumento de investimentos sub-utilizados em obras de infra-estrutura e custeio de serviço".

Por outro lado, o artigo 191 do Plano Diretor de 1972 permitia que o loteador realizasse a venda dos lotes tendo efetuado apenas "os serviços e obras de locação de todo o terreno, de abertura, terraplanagem e drenagem das vias públicas e das áreas públicas paisagísticas e de colocação das guias e sarjetas que lhes correspondem". Com isso, a Prefeitura não conseguiu impedir que os compradores de lotes, em descumprimento ao que estabelecia a lei, iniciassem a construção das casas antes da execução das redes de água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública e da pavimentação.

Apesar de deixar claro em vários de seus itens que a obrigação pela implantação dos melhoramentos era do loteador, o artigo 190 desse mesmo capítulo

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

acrescentou que para isso o loteador contaria "com a responsabilidade solidária dos adquirentes ou compromissários compradores, na proporção da área de seus lotes". Por fim, ao declarar nesse mesmo artigo que o loteador deveria "pagar os custos dos serviços e obras, com os acréscimos legais; que porventura forem executados pela Prefeitura, sob pena de inscrição na dívida ativa para cobrança executiva", o Plano Diretor de 1972, a exemplo da legislação anterior, deixou aberta a possibilidade do loteador transferir para a Prefeitura a obrigação pela execução das obras, o que de fato ocorreu.

Assim, contando com a conivência dos administradores municipais, os loteadores simplesmente se eximiram das obrigações referentes à implantação dos equipamentos públicos coletivos exigidos pelo Plano Diretor. Além disso, os administradores municipais continuaram aprovando loteamentos antes da execução das obras exigidas por lei.[136] Com isso, os moradores e a Prefeitura herdaram os problemas decorrentes da não execução dessas obras. Em 1983, por exemplo, em razão da não execução das obras de drenagem e aterro, a vila Santa Terezinha, loteada em 1968 e 1978, encontrava-se em sua "maior parte dentro de um brejo" (DIÁRIO DA FRANCA, 8.6.1983, p.2). Em 1997, partes do Jardim Brasilândia e do Jardim Paulistano, loteamentos aprovados respectivamente em 1966 (e prolongamento em 1976) e 1980, tiveram a camada de asfalto de suas ruas totalmente removida por se encontrar destruída em virtude da não execução da drenagem do solo pelos loteadores. Segundo o diretor técnico da EMDEF (Empresa para o Desenvolvimento de Franca), havia inclusive "nascentes de água" sob o pavimento de diversas ruas desses dois bairros. Em razão da precariedade das ruas, os ônibus coletivos passaram a não transitar por essas áreas, prejudicando os moradores. Segundo o jornal que publicou a reportagem, "os moradores daquela região da cidade vinham pleiteando com freqüência providências de parte

[136] No final da década de 1970, a demanda por "lotes populares" e as facilidades de aprovação de loteamentos pela Prefeitura atraíram para Franca algumas empresas imobiliárias de outras cidades. Dentre essas se encontrava a Imobiliária Enterprises, filial de uma rede com matriz em Presidente Prudente e com filial em Marília. A Interprises durou de 1977 a 1990, ano em que foi adquirida pelo seu gerente, o Sr. João Luís Lima, que modificou o seu nome para Enterfran. (CHIQUITO, 2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

da Prefeitura, especialmente aqueles que dependiam do transporte coletivo". Na execução da obra, além do gasto com o material utilizado na drenagem e no novo asfalto, a EMDEF ocupou cerca de vinte homens, cinco máquinas pesadas, cinco caminhões, um trator de esteira e uma retroescavadeira. (DIÁRIO DA FRANCA, 3.4.1997, p.5)

Evidenciando a nulidade prática do Plano Diretor de 1972, em 1980 o vereador Sidney Franco da Rocha, líder do PMDB na Câmara, apresentou um projeto de lei condicionando a aprovação dos loteamentos pela Prefeitura à execução completa dos seguintes melhoramentos: rede de água potável; rede de esgotos; guias e sarjetas, asfalto; rede de iluminação pública; galeria de águas pluviais e arborização dos logradouros (PROJETO DE LEI 9, 14.4.1980). Para justificar a necessidade da aprovação do seu projeto o edil destacou os problemas decorrentes da proliferação de loteamentos periféricos desprovidos de melhoramentos na cidade:

> Como se pode observar atualmente, é exorbitante o número de terrenos colocados á venda em nossa cidade, terrenos esses provenientes de loteamentos aprovados pela Prefeitura em locais distantes do centro, a um preço bastante alto, mas que, pelo prazo e pelas facilidades proporcionadas pelo grande número de prestações, são adquiridos em grande parte por pessoas de renda mais baixa.
>
> Acontece que nesses loteamentos não existe qualquer infra estrutura, condição indispensável para que neles se possa construir, sem que o mesmo venha a se tornar uma verdadeira favela. Não existe rede de água, esgoto e força elétrica, etc.
>
> Isto é o que tem acontecido até o momento. Casas são construídas, fossas são abertas nos quintais, pressionando finalmente a Prefeitura para resolver o problema que acaba se tornando de calamidade pública, enquanto o proprietário do loteamento tranquilamente vai recebendo suas prestações mensais. (PROJETO DE LEI N. 9, 14.4.1980)

O projeto enfrentou forte resistência na Câmara Municipal e não foi aprovado.[137] A oposição ao projeto foi encabeçada pelo vereador Ary Pedro Balieiro, empresário do setor imobiliário que atuava como loteador e administrador de loteamentos em

[137] A esse respeito o *Diário da Franca* (28.5.1980, p.8) noticiou que os vereadores da Comissão de Obras e da Comissão de Justiça posicionaram-se contra a aprovação do projeto alegando que o mesmo "não atende ao que necessita a prefeitura e a comunidade."

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Franca[138]. Na argüição contra o projeto de Franco da Rocha, Balieiro argumentou que era "ótima a legislação municipal" em vigor, ou seja, o Plano Diretor de 1972, a exigência de instalação de equipamentos públicos coletivos para a aprovação dos loteamentos inviabilizaria a aquisição do lote pelas pessoas de baixa renda ao provocar o seu encarecimento, tirando do pobre a única possibilidade do mesmo conseguir o "seu barraco", "mesmo que tenha que se submeter, por algum tempo, à falta das infra-estruturas básicas (água, luz, esgotos, etc...)". Além disso, segundo ele, a exigência de equipamentos urbanos inviabilizaria novos loteamentos, pois "fatalmente muito pouco empresário se disporia a tal empreendimento, pelo alto custo e risco que envolveria". Por conseguinte, as "classes de média renda" ficariam impossibilitadas de comprar terrenos para "proteger seus parcos ganhos contra a inflação, visto sabermos que a aquisição de imóveis é uma das formas de garantir a correção de capital e, para o pequeno investidor, isto é fundamental" (PARECER ANEXO AO PROJETO DE LEI 9, 14.4.1980).

O argumento do vereador de que a instalação de equipamentos públicos coletivos nos loteamentos inviabilizaria a aquisição do lote pelos pobres não encontra respaldo na realidade vivenciada pelos compradores de lotes, visto que essas pessoas já arcavam com as despesas decorrentes dos custos de implantação desses melhoramentos. Em suma, o relato de Balieiro revela a lógica da política urbana levada a efeito em Franca, uma política patrimonialista que garantia grandes lucros a loteadores e especuladores às custas dos cofres públicos e do abandono da população pobre em periferias desprovidas de equipamentos e serviços públicos básicos.

Além de ter sido vereador, Balieiro também foi vice-prefeito de Franca entre fevereiro de 1983 e abril de 1987 e prefeito por duas vezes, exercendo esse cargo de abril de 1987 a dezembro de 1988 e de janeiro de 1993 a dezembro de 1996. Conforme ficará notório

[138] Segundo Ferreira (23.9.2006), Ary Pedro Balieiro fez vários loteamentos em Franca, dentre os quais o Parque Vila Isabel [em 1978] e o Jardim do Líbano [em 1979]. Este último, por comportar lotes nas proximidades de uma grande boçoroca, passou a abrigar várias moradias em situação de risco.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

ao longo desse capítulo, a atuação política de Balieiro foi marcada pela defesa dos interesses dos promotores imobiliários. Dessa forma, ele se tornou o principal representante desse grupo junto ao Poder Público Municipal e à imprensa local. Conforme ainda veremos, as principais leis municipais em benefício dos promotores de loteamento são de sua autoria.

Na contramão dos objetivos que nortearam a elaboração do Plano Diretor de 1972 pelo GPI, o Poder Público Municipal não só não cerceou a expansão indiscriminada da área urbana com baixa densidade demográfica e carente de equipamentos públicos, como permitiu o agravamento desse processo mediante o aprofundamento da especulação com a terra urbana e o aumento da produção de lotes periféricos acima das necessidades habitacionais. O relato de Antônio Reis, chefe do departamento de finanças da Prefeitura de Franca em 1980, é bastante revelador dessa realidade. Apresentando dados de dezembro de 1979, que apontam a existência de 24.733 imóveis e 24.684 terrenos vagos na cidade, Reis concluiu que as áreas urbanas ociosas de Franca dariam para duplicar a população da cidade "sem a necessidade de nenhum outro loteamento". Segundo ele, essa expansão indiscriminada da área urbana vem provocando problemas financeiros à Prefeitura, pois os "loteamentos estão muito esparsos, e a exigir asfalto, iluminação pública, galerias de águas pluviais, etc. o que vem encarecer o custo dos serviços públicos." (DIÁRIO DA FRANCA, 9.8.1980, p.3).[139]

Em 1980, com base em várias denúncias contra loteamentos clandestinos[140] e loteamentos desprovidos dos equipamentos urbanos exigidos pelo Plano Diretor de 1972, o Ministério Público de Franca passou a exigir providências da Prefeitura Municipal no sentido de assegurar os direitos dos compradores de lotes. Para isso, o Procurador Público Wellington

---

[139] Em resposta aos apontamentos efetuados por Reis, Ary Balieiro declarou o seguinte: "A análise sobre o excesso de loteamentos em Franca deveria caber a urbanistas, sociólogos, economistas, etc., nunca ao Diretor do Departamento de Finanças da Prefeitura. Eu tenho absoluta certeza de que o 'excesso' de loteamentos não é prejudicial, desde que o poder aquisitivo do povo tenha condições de assimilar a mercadoria colocada à venda." (DIÁRIO DA FRANCA, 14.10.80, p.3). Em entrevista concedida à Revista Atual em 1994 (p.14), o então prefeito Ary Balieiro declarou achar ótimo o crescimento "horizontal" e "espalhado" de Franca, "pois favorece a qualidade de vida da população, ficando a área ocupada muito menor que a área total da cidade."

[140] Nos loteamentos clandestinos os proprietários de terrenos não podiam receber a escritura da propriedade. Além disso, a Prefeitura não realizava melhoramentos nesses locais.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Jorge amparou-se na recém promulgada Lei Federal 6766 (19.12.1979), que estabeleceu o direito do comprador suspender o pagamento das prestações do terreno ao loteador que não estivesse cumprindo a legislação municipal.[141]

As ações da Prefeitura nesse sentido se direcionaram, entretanto, apenas para os empreendimentos clandestinos.[142] Com isso, nos loteamentos em que o registro não foi sendo providenciado, os adquirentes de terrenos passaram a ser orientados a depositar as prestações em juízo e os loteadores passaram a sofrer ações na Justiça. Já no caso dos loteamentos legais em que o problema era o descumprimento da obrigação de implantar os melhoramentos urbanos exigidos pela legislação, a Prefeitura acabou optando pela prorrogação dos prazos de início e conclusão das obras e por acordos de parceria em que foram investidos dinheiro e funcionários públicos em obras que por lei eram da obrigação exclusiva dos loteadores.[143] Segundo Faleiros (16.10.2006), empresário do setor imobiliário que atua como loteador na cidade de Franca desde a década de 1970, "de acordo com a conveniência da Prefeitura Municipal", o prazo de 24 meses para a implantação dos equipamentos urbanos poderia ser prorrogado para até 48 meses.

Vale ressaltar ainda o fato da Prefeitura de Franca nunca ter executado a tomada de terrenos caucionados e de algumas empresas terem até mesmo efetuado a venda

---

[141] A Lei Federal 6766 de 1979 também estabeleceu sanções penais ao loteador que não cumprisse a legislação municipal de parcelamento do solo urbano. Por ser de autoria do deputado federal Otto Cirilo Lehman, essa lei ficou conhecida com "Lei Lehman".

[142] Na década de 1970 foram legalizados os seguintes loteamentos: Vila Europa, Jardim Santa Helena, Vila São Sebastião e Vila Exposição. Em 1980 constatamos a presença dos seguintes loteamentos clandestinos em Franca: Jardim Palmeiras, Jardim Centenário, Jardim Brasil, Jardim São Paulo, Parque dos Ipês, Jardim Santa Efigênia, Recanto Fortuna e prolongamento da Vila São Sebastião (Rua Adriano Cintra). Esses loteamentos foram sendo legalizados entre as décadas de 1980 e 1990.

[143] Os dois exemplos a seguir são ilustrativos a esse respeito. No final de 1987 a Câmara Municipal de Franca aprovou um projeto do prefeito Ary Pedro Balieiro autorizando o Executivo Municipal "a implantar às suas expensas" todo o sistema de coleta de esgotos sanitários dos loteamentos Jardim Aeroporto I, Jardim Aeroporto II e Jardim Aeroporto III e também "as guias e sarjetas do loteamento denominado JARDIM AEROPORTO II, originariamente de responsabilidade da Imobiliária Francana Sociedade Civil Ltda." A imobiliária ficaria responsável pela implantação das "estações elevatórias" e "lagoas de tratamento sanitário" referentes aos loteamentos Jardim Aeroporto II e Jardim Aeroporto III. (PROJETO DE LEI 80, 13.10.1987) Em 1990, para pavimentar o Jardim Noêmia a EMDEF foi obrigada a negociar diretamente com os moradores do bairro também a construção das galerias de águas pluviais, pois, passados oito anos da aprovação do loteamento, a responsável pelo empreendimento, LJN – Imóveis S/C Ltda., não havia sequer iniciado a obra (PROJETO DE LEI 196, de 19.12.11990).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

desses lotes sem, entretanto, sofrer qualquer tipo de punição (FERREIRA, 23.9.2006). Além da impunidade, os promotores de loteamentos se beneficiaram também de incentivos públicos municipais e de mudanças na legislação municipal. Com a Lei 2852 (13.04.1983), a área de expansão urbana passou a ser automaticamente estendida, a implantação da rede de energia elétrica e da iluminação pública nos novos empreendimentos teve o seu prazo estendido de dois para três anos e ganhou a ressalva "quando necessário", a construção das galerias de águas pluviais deixou de compor as obrigações da primeira etapa do processo de aprovação de loteamentos e passou a fazer parte das obras que deveriam ser efetuadas no prazo de dois anos[144]. A Lei Municipal 2926 (07.06.1984) concedeu isenção de IPTU para os empreendimentos públicos e privados destinados às classes populares.[145] Em 1988, o prefeito Ary Pedro Balieiro conseguiu aprovar na Câmara uma lei de sua autoria isentado os loteamentos "para fins populares" da obrigação de construir guias e sarjetas e pavimentar as vias públicas. De acordo com a nova lei, a responsável por essas obras passaria a ser a Prefeitura, que executaria os serviços por meio da EMDEF mediante a cobrança junto aos proprietários de lotes da taxa denominada "contribuição de melhorias".[146]

Para a execução das obras de pavimentação a EMDEF exigia a adesão de no mínimo 70% dos proprietários de imóveis no bairro. O fato da ocupação dos bairros periféricos se processar de maneira bastante rarefeita e por pessoas de baixa renda quase sempre dificultava a conquista desse índice, pois era comum os moradores mais pobres e especialmente os proprietários de terrenos vagos para fins especulativos não aderirem ao

[144] De acordo com essa nova lei, as obras da primeira etapa, que deveriam ser construídas no prazo de 180 dias, seriam as seguintes: abertura das vias públicas; demarcação de quadras, lotes e áreas públicas; colocação de marcos de alinhamento e nivelamento; drenagens, aterros e obras complementares.
[145] Vale lembrar que entre 1983 e 1984 Ary Pedro Balieiro era vice-prefeito de Franca.
[146] Na apresentação do projeto Balieiro argumentou o seguinte: "Esse incentivo é importante, face ao déficit habitacional e a prevenção conseqüente ao processo de favelamento. Ademais, a pavimentação, pela Prefeitura, com a sensibilidade dos homens públicos, respeitando o ritmo social e econômico, livre da imposição dos prazos, desobrigará os tomadores dos lotes de mais um custo: o da chamada Taxa de Administração, de 10 e até 20%, cobrada por loteadores. Ver Projeto de Lei 114 (14.6.1988) e Código Tributário Municipal (LEI 1.672/68).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

plano[147]. Em 1990, com o objetivo de incentivar a adesão de um maior número de moradores ao plano de pavimentação e diminuir, com isso, os gastos da Prefeitura com esse serviço, o prefeito Maurício Sandoval Ribeiro conseguiu aprovar um projeto de lei de sua autoria autorizando a concessão de descontos de 10% (em ruas e avenidas) e 25% (em esquinas) sobre o preço total da obra aos proprietários de um único imóvel e renda mensal até seis salários mínimos (PROJETO DE LEI 189, 30.11.1990).[148]

Nos anos 80, para viabilizar a execução das obras exigidas pela legislação municipal as empresas loteadoras começaram a cobrar dos compradores de lotes os custos correspondentes à implantação dos equipamentos urbanos com um acréscimo de 10% a 20% a título de administração. Variando de loteador para loteador, essa cobrança era efetuada ou a partir do começo de cada uma das obras ou, como se tornou mais comum, antes mesmo do início das mesmas. Constatamos também que muitas vezes o valor cobrado pelos loteadores excedia em muito o custo das obras. A esse respeito Faleiros (16.10.2006) nos declarou que "surgiram muitas empresas sem escrúpulos que cobravam o que queriam e como queriam, gerando reclamações dos adquirentes".[149] Ainda segundo esse loteador, os juros cobrados dos compradores eram abusivos e muitas empresas "mandavam a cobrança sem iniciar as obras, sem qualquer apresentação dos cronogramas físico-financeiro, portanto cobrando o que queriam."[150]

---

[147] Isso acontecia também com outros melhoramentos, como fica claro na fala do prefeito Maurício Sandoval Ribeiro: "temos deparado com vários problemas ligados à rede de energia elétrica, onde os interessados não tem condições de arcarem com as despesas em virtude da PASSIVIDADE DE OUTROS PROPRIETÁRIOS – que na maioria das vezes, possuem terrenos com o fito de esperarem a valorização, para efeito de especulação imobiliária, aproveitando-se da situação daqueles que necessitam dos aludidos serviços para suas residências e acabam por assumirem pela necessidade imediata, todos os encargos financeiros do projeto." [grifos do autor]. (PROJETO DE LEI 136, 19.09.1989).

[148] Transformado na Lei Municipal 3.889 (20.12.1990).

[149] A esse respeito o *Diário da Franca* do dia 8 de junho de 1983 (p.2) noticiou o seguinte: "O vereador Fábio Cruz, por exemplo, teve requerimento de sua autoria, aprovado na sessão passada do Legislativo, quando solicitou à Prefeitura, que atua como fiscalizadora [...] a respeito da legalidade e da proporcionalidade dos preços cobrados e do custo da construção da referida lagoa sanitária dos bairros de São Joaquim, Vila Santa Helena, Jardim Santa Efigênia e Vila Pedigoni. [...] O vereador Ribeiro Rodrigues analisou que 'comparativamente aos preços da Sabesp, a cobrança estipulada pelos loteadores do Jardim Paulistano é no mínimo exagerada'."

[150] Faleiros (16.10.2006) declarou que a sua empresa procedia de maneira diferente, relatando o seguinte: "antes de mandar a cobrança elaborávamos um dossiê dos custos e prazos, apresentávamos uma cópia junto à Prefeitura

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Portanto, a expansão urbana de Franca, apesar de se processar sobretudo por meio de loteamentos legais, foi marcada por posturas políticas patrimonialistas que beneficiaram loteadores e especuladores e pelo abandono da população pobre em bairros periféricos parcialmente ou totalmente desprovidos de equipamentos e serviços públicos urbanos. Assim, a partir de meados da década de 1940, fundamentando-se no princípio da igualdade, essa população passou a formular e a exigir o direito, enquanto moradora da cidade e pagadora de impostos, de acesso aos equipamentos e serviços públicos coletivos já disponíveis nas áreas privilegiadas da urbe. Contribuiu para isso o próprio desenvolvimento econômico do município e o conseqüente aumento das potencialidades do Poder Público Municipal em investir em melhoramentos, assim como o fim do Estado Novo e a volta das eleições livres e o progressivo aumento da renda das classes populares urbanas em Franca, resultado da ampliação do emprego e dos salários na indústria local e também dos benefícios da legislação social trabalhista implantada durante o Primeiro Governo Vargas.

Apresentamos a seguir alguns exemplos de mobilização coletiva dos moradores de Franca em prol da conquista de direitos sociais urbanos, dentre muitos publicados pela imprensa local, com o objetivo de demonstrar a importância assumida por essa forma de ação na cidade. Os exemplos a seguir revelam que a partir dos anos 40 as classes populares da cidade passaram a se mobilizar em seus locais de moradia e a lutar coletivamente de forma mais efetiva por equipamentos e serviços públicos urbanos já disponíveis aos moradores das regiões privilegiadas da cidade.

Municipal, Procon e Câmara Municipal, inclusive algumas vezes com acompanhamento do vereador Gilmar Dominici. Fazíamos reuniões no bairro para a apresentação, e só depois, havendo concordância enviaríamos os carnês e iniciávamos as obras." Entretanto, assim como os demais promotores de loteamentos, constatamos que Faleiros cobrava os referidos 20% a título de administração e não informava, nos contratos de venda e compra, nem o valor e nem o prazo estabelecido para a execução dos equipamentos urbanos exigido pela legislação (CONTRATO DE VENDA E COMPRA DO LOTE 1, QUADRA 1, JD. SÃO FRANCISCO, 18.8.1992).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Em 1946, moradores dos bairros da região da Estação[151] encaminharam um protesto com mais de 200 assinaturas ao prefeito municipal exigindo a interrupção da construção de uma nova canalização de água que a Prefeitura estava fazendo exclusivamente para o abastecimento da indústria Cotai. Segundo os moradores, a concessão desse privilégio à Cotai agravaria o problema da falta de água nos bairros da região. No protesto, publicado por um periódico local a pedido dos moradores, estes declararam que os interesses particulares da indústria estavam sendo colocados "acima dos sagrados interesses populares, sempre postos á margem pelas administrações municipais [...]." (COMÉRCIO DA FRANCA, 12.09.1946). Em resposta aos moradores o prefeito interrompeu a obra e solicitou ao Departamento das Municipalidades do estado de São Paulo o envio de um engenheiro para emitir um parecer técnico sobre a obra em questão. (COMÉRCIO DA FRANCA, 29.09.1946).

Em carta enviada a um órgão da imprensa francana em 1956, um grupo de moradores de quatro ruas da *Cidade Nova*[152] declarou que "vêm lutando, há tempos, para que a Prefeitura mande instalar alguns focos de luz elétrica, nos postes lá existentes, que não dispõem de iluminação [...]." Expressando um sentimento de igualdade pautado na tomada de consciência de sua condição de cidadãos membros da cidade, esses moradores reivindicaram o direito de acesso a esse melhoramento alegando o seguinte: "Ora, esses moradores são eleitores, pagam os impostos e taxas cobrados pela Prefeitura e não se compreende porque não têm êles as mesmas regalias dos que moram em ruas e avenidas mais centrais" (COMÉRCIO DA FRANCA, 25.05.1956).

Em outubro de 1970, moradores da Vila Nossa Senhora das Graças[153], sob a liderança do comerciante Homero Luiz Soares, anunciaram na imprensa local a organização

---

[151] À época compunham a região (ou distrito) da Estação os seguintes bairros: Estação, Nicácio, Chico Júlio e Santos Dumont.
[152] Ruas Carlos do Carmo, Felisbino de Lima, Afonso Pena e Major Duarte.
[153] A primeira parte da Vila Nossa Senhora das Graças foi loteada em 1951 e a segunda parte em 1964.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

de um abaixo-assinado a ser entregue diretamente ao prefeito municipal com o objetivo de pressionar o mesmo a cumprir a promessa de campanha de pavimentar o bairro. No seu pronunciamento à imprensa Soares ressaltou o seguinte: “Foi aqui que o prefeito Maurício Sandoval Ribeiro fez um dos seus primeiros discursos antes de ser eleito. E hoje nós cobramos a sua promessa [...].” (DIÁRIO DA FRANCA, 01.10.1978, p.12). Verifica-se aí que as promessas de melhorias aos bairros periféricos, importantes para se conquistar votos junto às classes populares, eram utilizadas pelos moradores para pressionar os governantes a implementar melhorias nos bairros.

Revoltados com a precariedade das ruas de terra e com o fato de alguns loteamentos mais recentes já terem sido asfaltados, em 1982 um grupo de moradores do Jardim Lima, bairro que começou a ser povoado no início dos anos 70, se dirigiu à Prefeitura Municipal munidos de um abaixo-assinado com mais de cem assinaturas e um “memorial” com fotografias que ilustravam os problemas do bairro. Recebidos pelo prefeito Maurício Sandoval Ribeiro, os moradores aproveitaram para solicitar também a substituição da precária ponte de madeira existente no local por uma de concreto e a construção de uma praça pública e de uma escola. Depois de ouvir as reivindicações dos moradores, o prefeito prometeu tomar providências. (COMÉRCIO DA FRANCA, 06.02.1982, p.6).

Em janeiro de 1983, um mês antes de tomar posse como prefeito da cidade, o então vereador Sidnei Franco da Rocha recebeu um abaixo-assinado dos moradores da Vila Santa Terezinha[154] contra a falta de investimento no bairro e uma série de reivindicações que incluía a extensão da rede de esgoto, a pavimentação das ruas, posto de atendimento médico, escola e melhoria do transporte coletivo (COMÉRCIO DA FRANCA, 07.01.1983, p.4). Em fevereiro de 1984, os moradores da Vila Rezende[155] promoveram uma passeata pelas ruas do

[154] A primeira parte da vila Santa Terezinha foi loteada em 1968 e a segunda em 1978.
[155] Bairro loteado em 1967.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

bairro em protesto contra a falta de esgoto e de pavimentação[156]. Segundo o *Comércio da Franca* (05.02.1984, p.9), jornal que a pedido dos moradores cobriu a manifestação, os habitantes se mostravam revoltados contra o não cumprimento das promessas de campanha e exigiam providências imediatas por parte da Prefeitura. Em 1988, uma comissão de moradores do jardim Paraty[157], portando um abaixo-assinado de "todos os moradores" do bairro, se dirigiu à Prefeitura Municipal para solicitar a instalação de iluminação pública, uma vez que a rede de energia fora instalada sem esse melhoramento. Em outubro de 1989, "mais de 120 moradores" do jardim Portinari[158] promoveram uma passeata nas ruas do próprio bairro em protesto contra a demora na instalação da rede de esgotos que já havia sido paga em julho de 1988. Segundo o vereador Gilmar Dominici, antes dessa manifestação os munícipes já haviam se dirigido por várias vezes à Sabesp e por duas vezes ao prefeito, sendo que agora o procuraram para lhes ajudarem a solucionar o problema. (COMÉRCIO DA FRANCA, 24.10.1989, p.3) Em 1993, representantes dos moradores desse bairro, munidos de um abaixo-assinado com aproximadamente 400 assinaturas, se dirigiram novamente ao Poder Público Municipal para reivindicar a transformação de uma boçoroca ali existente em centro de lazer público. A solicitação foi feita ao então presidente da Câmara, vereador Joaquim Pereira Ribeiro, que após ouvir os representantes do bairro se reuniu com o prefeito Ary Balieiro para apresentar a solicitação.[159] Segundo o *Diário da Franca* (20.06.1993, p.7), o prefeito solicitou ao secretário de planejamento a elaboração de um projeto de urbanização para a área.

Procurado pelos moradores dos bairros City Petrópolis e Parque do Horto, em janeiro de 1991 o vereador Gilmar Dominici marcou uma reunião entre uma comissão formada pelos habitantes desses dois bairros e o prefeito Maurício Sandoval Ribeiro para se

---

[156] Em razão da precariedade das ruas, os ônibus da empresa de transporte coletivo da cidade não estavam transitando pelo bairro.
[157] Bairro loteado em 1983.
[158] Bairro loteado em 1987.
[159] Na apresentação da proposta ao prefeito o presidente da Câmara ressaltou que "o local a ser ocupado é hoje uma voçoroca, que está servindo de despejos de lixo e entulho, [...] esconderijo de marginais e ponto de comercialização de tóxicos." (DIÁRIO DA FRANCA, 20.06.1993, p.7)

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

discutir a diminuição dos juros cobrados pela EMDEF sobre as mensalidades da pavimentação. Segundo Dominici, "uma empresa pública municipal, como a EMDEF, poderia perfeitamente adequar-se a suportar uma mudança como a reivindicada pelos moradores dos bairros mais carentes." (COMÉRCIO DA FRANCA, 30.01.1991, p.3).

A luta por direitos sociais urbanos em Franca também foi assinalada por autores que analisaram o processo de formação dos bairros da cidade. Em seu trabalho sobre o Parque Progresso, Ferreira e Barcellos (2003, p.50) relataram que a história do bairro "foi marcada por muita luta de seus moradores reivindicando melhorias locais". A respeito do complexo Jardim Aeroporto (loteamentos I, II e III), Vaz e Dreier (2000, p.62) assinalaram que grande parte "das obras de infra-estrutura do bairro foram conseguidas somente depois de reivindicações" e que "muitas vezes os moradores criaram situações embaraçosas para a municipalidade, como reclamações divulgadas nas rádios e jornais, além de manifestações realizadas na porta da Prefeitura Municipal."

As denúncias e críticas na imprensa escrita e falada[160] contra a falta ou precariedade dos serviços e equipamentos públicos coletivos eram freqüentes e certamente serviram também para pressionar as autoridades públicas. Algumas emissoras de rádio locais criaram até mesmo programas diários destinados especificamente às reivindicações dos moradores, como os programas "Boca no Trombone", da Rádio Difusora, e o "Programa do Dedão", da Rádio Franca do Imperador.

Em razão do aumento dos investimentos públicos nas décadas de 1980 e 1990, aumentou bastante a porcentagem de moradias atendidas por abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, iluminação pública e pavimentação. No entanto, como alguns loteadores continuaram a desrespeitar a legislação de parcelamento do solo urbano, a obtenção de equipamentos urbanos essenciais em alguns novos loteamentos

[160] As emissoras de rádio locais criaram até mesmo alguns programas diários destinados especificamente às reclamações e reivindicações dos moradores. Dentre os programas de maior audiência destacavam-se o "Boca no Trombone", da Rádio Difusora, e o "Programa do Dedão", da Rádio Franca do Imperador.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

continuou a depender da mobilização dos moradores. A trajetória de luta dos habitantes do Jardim Paineiras, descrita no estudo realizado por Paulon (1997), ilustra bem essa realidade. Aprovado em 1993, em 1996 esse loteamento ainda se encontrava totalmente desprovido dos equipamentos urbanos básicos exigidos pela legislação municipal, como água encanada, rede de esgoto e energia elétrica. Além disso, não era atendido também pelos serviços de correio, ônibus urbano e coleta de lixo. Em razão da resistência da imobiliária responsável pelo empreendimento em fazer a ligação da energia elétrica no bairro, em 1996 um grupo de cerca de 30 moradores do bairro, acompanhados por dois vereadores do Partido dos Trabalhadores, realizaram uma manifestação em frente o prédio da referida imobiliária com o objetivo de fazer com que o proprietário da empresa os recebessem, o que somente ocorreu após a paralisação do trânsito pelos manifestantes. Pressionado, o proprietário da mesma assinou um documento se comprometendo a fazer a ligação da eletricidade no prazo de uma semana, compromisso que foi cumprido pela empresa. Segundo o depoimento de uma moradora do bairro, a implantação do abastecimento de água deu menos trabalho que a energia elétrica, visto que os moradores, orientados por um advogado, entraram na Justiça contra a empresa. Nos depoimentos concedidos a Paulon (1997), os moradores do Paineiras enfatizaram que a iluminação pública, a coleta de lixo, o serviço de correio e o ônibus urbano também dependeram de mobilização. O depoimento abaixo demonstra a importância conferida pelos moradores à luta coletiva para a conquista de direitos sociais urbanos.

> [...] já é uma melhoria nesse tempo, em treis ano nóis conseguimos isso, muitos bairro num conseguiu. [...] a luta que nóis vamo te aqui, agora é das melhorias mais difícil, ocê vê, uma escola, um UBS, é muito mais difícil, mais com a união dos moradores e a força que nóis temo nóis vamos consegui. (PAULON, 1997, p.86)

Na luta pelos direitos sociais urbanos, a partir de 1991 os moradores passaram a contar com o Código de Defesa do Consumidor[161]. Em 1993, tendo em vista as várias denúncias dos compradores de lotes contra os abusos na cobrança dos equipamentos urbanos

[161] Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que passou a vigorar a partir de março de 1991.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

por parte dos loteadores, o juiz da Segunda Vara Cível de Franca, Élcio Trujillo, suspendeu provisoriamente a aprovação de novos loteamentos na cidade alegando excesso no valor cobrado pelas empresas e infração ao Código de Defesa do Consumidor aprovado em 1990, pois o consumidor estava adquirindo uma mercadoria sem o necessário conhecimento do seu preço final.[162] Comentando a decisão do juiz, o *Diário da Franca* (12.10.1993, p.3) declarou que às vezes o comprador de terreno "é surpreendido com preços elevados algumas vezes maiores que até o próprio lote." Ainda em 1993 o juiz proclamou a decisão final da ação, determinando que a partir de 1994 os loteadores ficariam obrigados a declarar no contrato de compra e venda do terreno o valor total "do lote urbanizado", ou seja, com todos os melhoramentos previstos pela legislação municipal. O Código de Defesa do Consumidor também passou a ser utilizado como mais uma arma contra o não cumprimento do prazo determinado pela legislação municipal para a entrega dos equipamentos públicos coletivos.

Segundo Sorj (2001), o Código de Defesa do Consumidor teve particular importância na sociedade brasileira por criar um espaço de direito onde as empresas não se encontram diretamente protegidas pelo Estado ou pelo sistema de convenções sociais que assegura a impunidade dos grupos dominantes. Assim, apesar da defesa do consumidor não se constituir numa solução para os problemas fundamentais da sociedade brasileira em termos de distribuição de renda e apropriação do Estado pelos grupos dominantes, no Brasil "os direitos do consumidor transformaram-se em importante canal de luta contra o patrimonialismo, contra a colonização do Estado por interesses empresariais e um mecanismo de expressão da cidadania" (SORJ, 2001, p.61).

[162] Essa decisão provocou a reação dos empresários do setor imobiliário da cidade. Em extensas matérias publicadas nos jornais locais esses loteadores criticaram a decisão do juiz ressaltando que qualquer mudança nas formas de cobrança dos equipamentos públicos poderia inviabilizar os loteamentos voltados para as classes populares e, conseqüentemente, agravar o problema do déficit habitacional da cidade, provocando inclusive o surgimento de favelas. Para esses empresários os loteamentos populares vinham assumindo um papel social de extrema importância na cidade ao viabilizar a aquisição da casa própria pela população de baixa mediante a autoconstrução, evitando, assim, o problema das favelas. (DIÁRIO DA FRANCA, 19.11.1993, p.5)

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Porque os caminhões de lixo não passam na Vila Industrial?

"Não adianta protestar, não adianta fazer abaixo-assinado, não adianta ir à Prefeitura..." Assim dizem os moradores da Vila Industrial, mais propriamente os da rua "A", contra o abandono a que está condenado o bairro. Depois de muitas reclamações eles tentaram sensibilizar a administração, colocando o lixo nas ruas, para chamar a atenção. Nem mesmo tomando esta drástica atitude, a Prefeitura atendeu aos moradores, já que desconhece completamente os problemas dos bairros da cidade.

A reportagem do "Comércio" constatou na rua "A" da Vila Industrial não apenas o amontoado de lixo (foto) como o completo desleixo a que está relegado o populoso bairro. Tanto o sr. João Martins como a sra. Cherubina Dias, antigos moradores da Vila Industrial, foram unânimes em afirmar que devido ao perigo que os matagais existentes em vários pontos da vila colocam em perigo as crianças, são feitas constantemente verdadeiras caçadas de cobras e outros bichos. "Assim — diz o sr. João — vamos fazendo na medida do possível, para manter a segurança dos menores".

Figura 32 – Denúncia contra a falta de coleta de lixo na Vila Industrial e a revolta dos moradores em 1975 (COMÉRCIO DA FRANCA, 4.2.1975).

Centenas de famílias apelam às autoridades: "O Parque Progresso está morrendo de sede"

Figura 33 – Reportagem sobre o grave problema da falta de água no Pq. Progresso em 1980 (DIÁRIO DA FRANCA, 16.2.1980 p.8).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

São Sebastião vai ao Governo pleitear os melhoramentos

Um abaixo-assinado contendo aproximadamente 200 assinaturas será encaminhado pelos moradores da Vila São Sebastião às autoridades do Estado, reivindicar melhoramento para o bairro. Embora reconheçam que dificilmente serão atendidos, a iniciativa tem por finalidade demonstrar o descontentamento daquelas pessoas para com a atual administração e, principalmente, com a Sabesp, que desde que assumiu os serviços de água e esgoto de Franca nada fez em benefício do bairro.

Depois de colher 200 assinaturas, um grupo de moradores anunciou a ida a São Paulo, salientando que o primeiro a ser visitado será o próprio presidente da Sabesp, dr. Reinaldo Emigdio de Barros. Apesar dos inúmeros serviços programados para Franca, segundo os moradores, "a Vila São Sebastião não foi ainda escalada para receber melhoramentos". Depois do presidente da Sabesp serão visitados os Secretáriso de Estado e outras autoridades do Governo "para que eles saibam que nós aqui não estamos sendo tão beneficiados como dizem".

A VILA CRESCEU

O crescente número de residências naquela vila é a principal causa do descontentamento daquela população para com a Administração, a Sabesp e a Emdef. É alí que se concentra a maior força de mão-de-obra, tanto para o campo como para as indústrias. Constituídas em média de cinco pessoas, as famílias passam pelas mais diversas privações. Em época de chuva as casas ficam constantemente sujas pelo barro da rua. À noite, a escuridão em algumas ruas é total e, em época de seca, a poeira toma conta do total.

Assim, a vida dos moradores da Vila São Sebastião não é nada cômoda. Ontem, ao endereçaram ao DF a carta-denúncia contra o abandono a que está relegada a vila, os moradores relembraram ao prefito Maurício Sandoval Ribeiro que foi alí que ele encontrou a maior parte de seus votos. E agora aquelas pessoas querem o retorno da confiança nele depositada. (PSB)

Figura 34 – Denúncia contra a precariedade do Bairro São Sebastião e comentário sobre a mobilização dos moradores em 1978 (DIÁRIO DA FRANCA, 5.8.1978, p.8).

Figura 35 – Jardim Aeroporto I na década de 1980 (MHMF, foto 61, álbum 50).

Figura 36 – Luta dos moradores da Vila São Sebastião por rede de esgoto e pavimentação (DIÁRIO DA FRANCA, 18.11.1978).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

A EROSÃO ENGOLE AS RUAS DESTA VILA

No local onde o prefeito disse pessoalmente aos moradores que iria ser construída uma avenida, ligando a Usina de Laticínios Jussara à fábrica Samello, a erosão provocou a formação de uma lagoa que está engolindo as ruas da Vila Nicácio. A apenas 150 metros do Grupo Escolar "Jerônimo Barbosa Sandoval", uma rua inteira sem asfalto está desmoronando. A lagoa de água estagnada — o que é um sério atentado à saúde dos moradores do bairro, cobre toda a extensão do cruzamento das ruas Gonçalves Dias e Barbosa Sandoval, a apenas 80 metros do asfalto da rua General Osório.

Detalhes na Última Página.

ABANDONO. A falta de atenção da Prefeitura para com a Vila Nicácio chegou a este ponto: a erosão avança, destruindo as ruas sem asfalto do bairro.

Figura 37 – Boçoroca da Vila Nicácio em 1975 (COMÉRCIO DA FRANCA, 6.2.1975).

que o segurado precisa saber

PAGINA 3

Protesto popular contra o Lixão

AS FOTOS DE CHARLES E DAVID RADESCA MOSTRAM OS MORADORES QUE IMPEDIRAM OS CAMINHÕES DE ENTRAR NO LIXÃO.

Figura 38 – Mobilização dos moradores da Vila Imperador contra o "Lixão" da Boçoroca das Maritacas em 1989 (DIÁRIO DA FRANCA, 18.2.1989, p.1).

Avenida e ruas do Portinari são recuperadas

Prefeitura realiza reparos no Jardim Portinari

Figura 39 – Perda de equipamentos públicos em boçoroca do Jd. Portinari (DIÁRIO DA FRANCA, 31.1.1997).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Casas podem cair a qualquer momento

CASA À BEIRA DA VOÇOROCA: UM PERIGO PARA AS FAMÍLIAS DO ALTO DA BOA VISTA

que pese já ter sido consi-
da área de risco pela pró-
Comissão de Defesa Civil
a cidade, a região do alto
Boa Vista poderá a qualquer
mento ser palco de uma
dia, com o desmoronamen-
várias casas situadas entre
a que leva o nome do
o e a Tuffy Jorge, prin-
mente se o bairro conti-
sendo fustigado pelas chu-
esta época do ano. Convi-
o com o problema já há
menos 15 anos, os mora-
s que ainda não encontra-
outro lugar para morar,
ram ontem a apelar ao DF
que as autoridades tomem
providências imediatas, a começar pelas obras de aterro de uma voçoroca existente em terreno do Centro Social Urbano - CSU -, responsável pela erosão que invadiu vários terrenos, ao ponto de derrubar pelo menos três moradias nos últimos meses. ''O problema é mais grave do que se possa imaginar'', lamentava ontem Carlos Antônio de Freitas, advertindo os setores competentes da Prefeitura para as providências necessárias. A casa dele, por exemplo, já apresenta rachaduras, à beira do barranco, enquanto a do vizinho começa a se desmoronar.

Figura 40 – Casas a beira da boçoroca da Boa Vista em 1992 (DIÁRIO DA FRANCA, 31.1.1992).

Figura 41 –Boçoroca do Jardim Aeroporto com o loteamento ao fundo (CHIQUITO, 2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Figura 42 – Área de expansão urbana proposta pelo GPI e aprovada pela Câmara em 72 (GPI, 1972).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

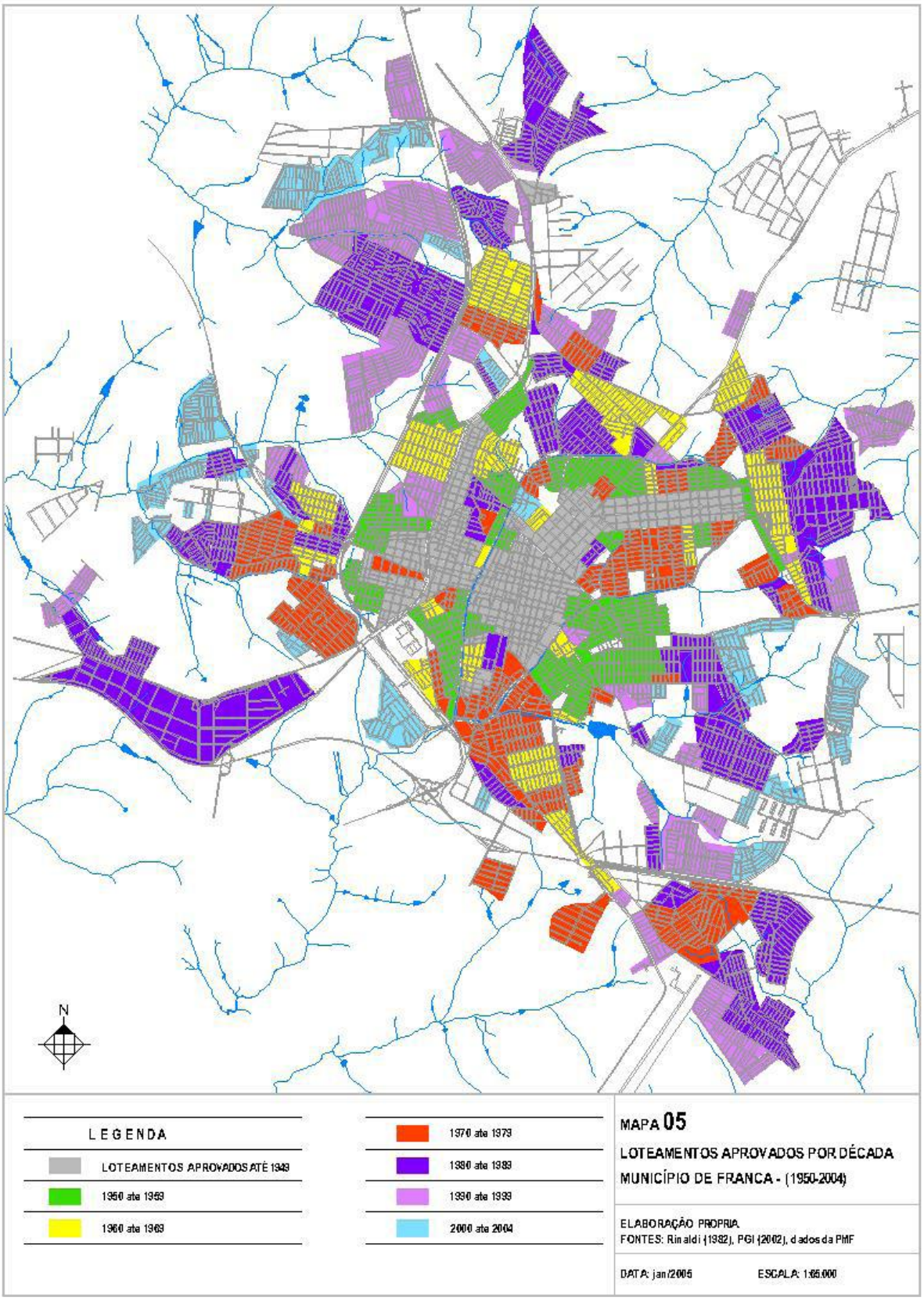

Figura 43 – Mapa Evolução Urbana de Franca. (CHIQUITO, 2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

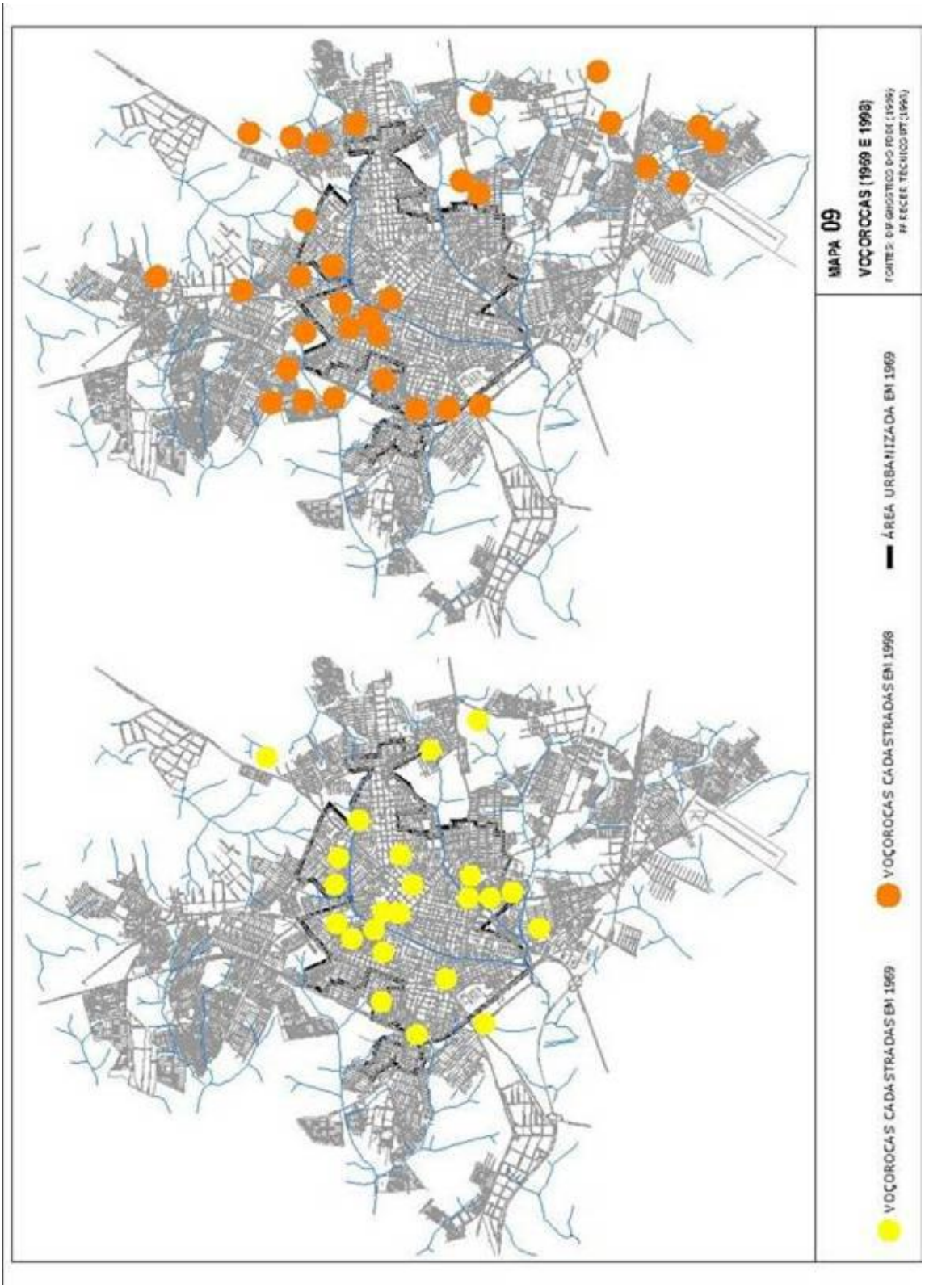

Figura 44 – Mapas das boçorocas existentes na cidade de Franca em 1969 e 1993 (CHIQUITO, 2006).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

CONCLUSÃO

Em Franca, entre a última década do século XIX e o final da década de 1940, período marcado pelo predomínio da economia cafeeira e pela modernização urbanística da cidade, a contento da classe dominante local, os administradores municipais direcionaram os investimentos públicos sobretudo para o embelezamento e a melhoria das condições sanitárias da região central da cidade. Enquanto isso, bairros já bastante povoados permaneceram praticamente desprovidos de melhoramentos básicos como água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, energia elétrica e calçamento. Além disso, o funcionamento dos equipamentos e serviços urbanos eram bastante precários, pois a dificuldade financeira da Municipalidade e o interesse em atender os propósitos clientelistas e patrimonialistas locais levaram à contratação de pessoas pouco habilitadas para a implantação e operação desses melhoramentos.

O direcionamento dos melhoramentos urbanos para o Centro contribuiu para a sua transformação na região mais valorizada e, ao mesmo tempo, mais tributada e fiscalizada da urbe. Em razão disso, essa área se tornou cada vez mais proibitiva às camadas populares. Nos locais aonde os equipamentos urbanos foram sendo implantados, os custos de instalação e manutenção acabaram dificultando a sua aquisição pela população mais pobre. Não por acaso, parte dos moradores chegou até mesmo a recusar a instalação desses melhoramentos em suas residências. Empurrados para os bairros carentes de equipamentos e serviços urbanos, os pobres ficaram impossibilitados de usufruir desses melhoramentos em seus domicílios.

Na área habitacional os incentivos municipais se direcionaram para as pessoas que tinham condições de investir capital em grupos de casas populares para locação ou em palacetes de estilo moderno que teriam a função de contribuir para o embelezamento da

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

cidade. Assim, a solução para o problema da falta de moradias na cidade deveria se dar por meio da produção de casas de aluguel pela iniciativa privada, não havendo, portanto, nenhuma iniciativa por parte do Estado na produção de moradias e nenhum incentivo público para a aquisição ou construção da casa própria.

No que se refere a uma possível mobilização popular para reivindicar equipamentos e serviços públicos coletivos nos bairros de Franca, constatamos que até meados da década de 1940 ainda não emergira, no seio da população excluída, uma consciência capaz de motivar a formulação e a luta por direitos sociais urbanos na cidade. Contribuiu para isso a restrição aos direitos civis e políticos durante a Primeira República e o Primeiro Governo Vargas. Além disso, a precariedade e o custo dos equipamentos e serviços públicos desmotivavam a busca pelos mesmos. Como resultado, os ocupantes do Poder Público Municipal puderam governar praticamente sem se preocupar com a democratização do acesso aos melhoramentos urbanos, pois sua permanência ou eventual retorno ao poder não dependia do apoio popular. Na ausência de uma pressão contundente por parte das camadas populares, eles direcionaram sua ação para o atendimento dos interesses da classe dominante local.

A partir de meados da década de 1940, o desenvolvimento da atividade industrial na cidade e a democratização do país com o fim do Estado Novo provocaram a emergência do operariado francano como um agente de significativa força social e política. Com isso, modificou-se a relação entre o Poder Público Municipal e a classe trabalhadora urbana, pois as formas de aquisição ou preservação do poder político se tornaram cada vez mais dependentes da incorporação das expectativas dessa classe, que na esfera da política local se expressariam sobretudo no desejo pela casa própria e pelo acesso a equipamentos e serviços públicos coletivos. Mesmo porque, o rápido crescimento da população urbana durante a segunda metade do século XX, resultado sobretudo do grande afluxo de migrantes

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

para a cidade em busca de trabalho na indústria local, aumentou em grande medida a demanda por moradias populares. A mudança na política habitacional do município expressa bem essa transformação. Se até final da década de 1940 os incentivos municipais beneficiavam apenas a população mais abastada, a partir de então, refletindo a mudança que já vinha ocorrendo na política habitacional federal desde o final da década de 1930, a produção da casa própria popular passou a povoar o discurso e as ações dos políticos francanos. Assim, o Poder Público Municipal passou a incentivar a autoconstrução da casa popular mediante a concessão de planta, acompanhamento técnico, isenção de impostos e taxas municipais e fornecimento de pedra bruta. Concomitantemente, os políticos locais passaram também a reivindicar junto aos governos estadual e federal a produção de moradias de promoção pública.

Conforme pudemos constatar, a produção de moradias de promoção pública em Franca, apesar de ter contribuído para amenizar o problema do déficit habitacional, esteve muito abaixo das necessidades locais. Além disso, os conjuntos habitacionais de provisão pública destinados à população de baixa renda foram entregues aos mutuários parcial ou totalmente desprovidos de equipamentos urbanos. Como vimos, alguns foram ocupados mesmo antes da implantação do abastecimento de água, energia elétrica, galerias de águas pluviais, guias e sarjetas e outros melhoramentos. Como conseqüência do agravamento da crise habitacional, surgiram algumas favelas. Para as favelas, o acesso aos equipamentos e serviços urbanos sequer era cogitado, visto que o objetivo do Poder Público Municipal era a sua eliminação e não a sua legalização e urbanização.

Ao longo da segunda metade do século XX, diante da insuficiência da produção habitacional pública e do temor às favelas, a abertura de loteamentos periféricos destinados às classes populares se apresentou ao Poder Público Municipal de Franca como a principal alternativa para se atacar o problema do déficit habitacional na cidade. Em Franca, diferentemente dos grandes centros urbanos, onde as favelas e os loteamentos clandestinos

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

atingiram grandes proporções, a expansão urbana se processou sobretudo por meio da proliferação de loteamentos aprovados pela Prefeitura. Assim, não obstante ter-se verificado o surgimento de algumas favelas e loteamentos clandestinos, sendo estes últimos até mesmo tolerados pela Municipalidade, o acesso da classe trabalhadora à moradia se deu sobretudo por meio da aquisição de um terreno em loteamento periférico legal.

A aquisição de um terreno em loteamento legal periférico, entretanto, apesar de contribuir para a não proliferação de favelas e empreendimentos clandestinos, não proporcionou às classes populares francanas condições de habitabilidade melhores que aquelas presenciadas em loteamentos clandestinos ou muito diferentes daquelas verificadas nas favelas, pois não significou o imediato acesso a equipamentos e serviços públicos coletivos imprescindíveis a uma boa qualidade de vida na cidade. A esse respeito vale lembrar também que a qualidade de grande parte das moradias construídas nos loteamentos periféricos legais também não era boa. A necessidade em se mudar rapidamente para o lote levou a construção rápida de casas pequenas e bastante precárias. Os programas municipais de auxílio à autoconstrução, embora tenham beneficiado a população de baixa renda com a isenção de taxas e impostos, concessão da planta popular e outros benefícios, não garantiram qualidade e segurança às edificações. A esse respeito lembramos que a planta era escolhia sem nenhum critério objetivo e nenhum tipo de orientação e a edificação se processava geralmente sem acompanhamento técnico. Além disso, o uso clientelista do programa prejudicou a sua efetivação enquanto direito pleno do citadino, pois, na prática, alguns vereadores se colocaram como agentes responsáveis pelo encaminhamento das solicitações. Para isso, os vereadores contaram com a falta de uma política de conscientização dos citadinos quanto aos seus direitos. Dessa forma, os políticos locais se mostraram muito mais preocupados com os benefícios políticos que o programa lhes proporcionava que com os seus resultados sociais. Somente com a implantação do Programa *Teto Seguro* em 1995, convênio de cooperação

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

entre a Prefeitura Municipal e a Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca para a concessão de assistência técnica gratuita à construção de habitações pelas famílias de baixa renda, a qualidade das moradias passou por uma significativa melhora. A implementação desse programa, entretanto, ainda enfrenta alguns problemas, pois, para evitar o encarecimento da obra, parte da população não obedece as orientações técnicas do programa, outras, temendo a fiscalização, sequer procura o mesmo.

Conforme verificamos, ao contrário do que se tem defendido, a cidade apresentou problemas urbanos comuns àqueles vivenciados pela maioria das cidades brasileiras, com destaque para a especulação imobiliária com terra – responsável pela subutilização de áreas dotadas de melhoramentos públicos –; expansão urbana indiscriminada e desordenada via loteamentos periféricos carentes de equipamentos e serviços públicos coletivos e loteamento de áreas impróprias para a edificação.

Isso ocorreu porque o Poder Público Municipal promoveu uma política urbana de caráter patrimonialista orientada para o atendimento dos interesses capitalistas de loteadores e especuladores. A proliferação de loteamentos precários foi facilitada, primeiramente, pela ausência e, posteriormente, pelo descumprimento das leis que obrigavam os loteadores a se responsabilizar pela implantação de equipamentos urbanos coletivos. Além disso, o Poder Público Municipal beneficiou os promotores de loteamentos com incentivos públicos e com o abrandamento das exigências legais para a aprovação de novos empreendimentos. Nesse processo, a necessidade de prover o acesso à moradia à classe trabalhadora e o temor à favela foram habilmente utilizados para justificar a proliferação desordenada e excessiva de loteamentos longínquos e precários que proporcionaram grandes lucros a loteadores e proprietários de terras rurais no entorno da cidade. No que diz respeito à especulação imobiliária, apesar de seus problemas serem por demais evidentes e conhecidos dos políticos locais, nada foi feito para fazer com que a propriedade urbana cumprisse sua

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

função social e para se evitar o contínuo aumento dos gastos públicos com a expansão indiscriminada do perímetro urbano. Assim, às custas dos cofres públicos municipais e em detrimento dos direitos sociais urbanos dos moradores dos bairros periféricos, prevaleceram os interesses privados dos proprietários de terras e dos empresários do setor imobiliário.

Nesse contexto, a conquista de grande parte dos direitos sociais urbanos nos loteamentos periféricos da cidade, assim como também em vários conjuntos habitacionais de promoção pública, passou a depender, em grande medida, da mobilização coletiva dos moradores. Com base no princípio da igualdade, a partir dos anos 40 os habitantes dos bairros carentes de melhoramentos foram tomando consciência de que eles também têm direito, enquanto moradores da cidade e pagadores de impostos, aos equipamentos e serviços públicos coletivos já disponibilizados aos moradores das áreas mais privilegiadas da cidade. De citadinos que não exigiam melhoramentos por não considerá-los um direito, e que, em alguns casos, chegavam até mesmo a recusá-los em razão da sua deficiência e por não ter condições de arcar com os custos de sua instalação e manutenção, emergiram então citadinos que passaram a reivindicar e lutar por melhoramentos como água encanada, rede de esgoto, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, coleta de lixo, transporte coletivo, escolas, centros de lazer, etc.

Se a conquista da casa própria se estabelecia como decorrência do esforço da família, a obtenção de serviços e equipamentos urbanos dependeria sobretudo da aglutinação e luta coletiva dos moradores dos bairros. Assim, os moradores excluídos encontraram formas de reivindicar e obter pelo menos parte dos melhoramentos urbanos que necessitavam, sobretudo porque a manutenção das eleições municipais ao longo da segunda metade do século XX, inclusive durante os 21 anos da Ditadura Militar iniciada em 1964, lhes garantiram algum poder de influência sobre as decisões governamentais.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

Para cobrar dos órgãos públicos os melhoramentos urbanos concebidos como direitos sociais, os moradores passaram a organizar abaixo-assinados, memoriais, passeatas, reuniões com vereadores, prefeitos e secretários municipais. Nesse processo, o abaixo-assinado assumia uma grande importância como estratégia para pressionar os políticos no poder, visto que mostrava quantitativamente a força eleitoral dos reivindicantes. A divulgação na impressa local dos problemas dos bairros e das manifestações populares também foi incisivamente utilizada para pressionar as autoridades municipais. Na década de 1990, tendo em vista a conivência do Poder Público Municipal para com o descumprimento da legislação municipal pelos promotores de loteamentos, os moradores passaram a pressionar também os loteadores, inclusive exigindo na Justiça que eles cumprissem a obrigação de instalar os equipamentos urbanos previstos em lei.

Tendo em vista que a cidade de Franca apresentou condições favoráveis ao desenvolvimento de práticas clientelistas freqüentemente ressaltadas pelos estudiosos que analisaram a relação entre os movimentos populares urbanos e o Poder Público Municipal em cidades brasileiras, como o abandono da população em periferias carentes de melhoramentos básicos, a falta de um planejamento urbano de investimento que contemplassem essas áreas, a ausência de espaços institucionais impessoais e universalistas de canalização e processamento de demandas e a presença de vereadores atuando como intermediários entre as demandas dos moradores e os órgãos públicos responsáveis pelo seu atendimento, certamente a cidade também se constituiu em palco de manifestação dessas práticas. No entanto, conforme pudemos constatar, o clientelismo não se impôs em Franca com força e amplitude suficientes para promover uma cooptação ou uma dominação política que inviabilizasse mobilizações populares autônomas por direitos sociais urbanos. As mobilizações ocorridas na cidade nos mostram que os moradores não substituíram a luta coletiva pela intermediação de um político, tendo, no máximo, conciliado essas duas práticas. A população não deixou de formular e

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

reivindicar demandas na forma de direitos que deveriam ser cobrados enquanto dever dos órgãos públicos, e não enquanto favor pessoal ao qual se deveria retribuir com votos e apoio político.

Evidenciando o caráter dinâmico da cidadania, à medida que os melhoramentos considerados prioritários pelos moradores das áreas periféricas de Franca foram sendo conquistados e outras necessidades surgiram, novas demandas passaram a ser formuladas enquanto direitos, motivando novas mobilizações coletivas. Por outro lado, observamos que a conquista de direitos sociais urbanos na cidade se deu de maneira fragmentada, pois a luta por melhoramentos se processou mediante mobilizações pontuais e localizadas, não ultrapassando os limites de uma determinada rua, bairro, ou, no máximo, região da cidade, e se desfazendo na medida em que eram conquistados os melhoramentos pleiteados. Assim, ela não desencadeou nenhum movimento popular mais amplo, o que favoreceu a segmentação do atendimento e a manutenção de uma política urbana patrimonialista em prol dos interesses privados de promotores imobiliários e proprietários de terras.

A expansão urbana de Franca obedeceu então às determinações dos interesses privados que engendravam em última análise a otimização do valor da terra para fins urbanos. Vê-se, assim, que os problemas atualmente observados na cidade (e que já têm uma longa trajetória histórica) são fruto das demandas difusas dos promotores imobiliários e dos grupos que detinham a propriedade da terra e que tudo fizeram para maximizar economicamente essa condição. A construção da cidade não se processou enquanto resultado do interesse público. No conflito público-privado, o segundo se sobrepôs com larga margem de vantagem sobre o primeiro. Em outras palavras, a cidade (e de um modo geral, as nossas cidades) não traduz a vigência de um “espaço público”, ela tem o “sentido” dos desmandos privados !

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

FONTES

FONTES ESCRITAS

- ACM - Atas da Câmara Municipal de Franca, 1889 a 1937 (MHMF - Museu Histórico Municipal de Franca).

- Código de Defesa do Consumidor (LEI FEDERAL 8.078, 11.9.1990).

- Código Municipal de Franca de 1910 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Código de Posturas Municipal de Franca de 1890 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Código Tributário Municipal de 1968 (LEI 1.672/68) (Acervo da Câmara Municipal de Franca).

- Contrato de venda e compra do Lote 1, Quadra 1, Jd. São Francisco, Franca-SP, 18.8.1992.

- Jornal *A Tribuna*, 1935 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Jornal *Cidade da Franca*, 1906 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Jornal *Comércio da Franca*, 1919 a 1997 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Jornal *Diário da Franca*, 1976 a 1997 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Jornal *Diário da Tarde*, 1941 a 1965 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Jornal *O Alfinete*, 1923 e 1925 (Centro de Documentação e Memória da FHDSS-UNESP – Campus de Franca-SP).

- Jornal *O Aviso da Franca*, 1924 a 1938 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Jornal *O Francano*, 1945-1964 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Jornal *O Nono Districto*, 1882 (Arquivo Histórico Municipal de Franca).

- Jornal *Tribuna da Franca*, 1901 a 1940 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Leis Municipais de Franca, 1889 a 1997 (Museu Histórico Municipal de Franca e Acervo da Câmara Municipal de Franca).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

- LRBRII – Livro de Registros de Baixas, Redução e Isenção de Impostos da Prefeitura Municipal de Franca, 1916 a 1917 (Museu Histórico de Franca).

- LRDP – Livros de Registros e Diversos Pareceres da Câmara Municipal de Franca – Obras Públicas, 1887 a 1908 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- LRDR – Livros de Registros de Diversos Requerimentos da Intendência Municipal e Prefeitura Municipal de Franca, 1893 a 1939 (Museu Histórico Municipal de Franca).

- NASCIMENTO, H. ; MOREIRA, E. (orgs.). Almanaque da Franca. Franca, 1943. (Arquivo Histórico Municipal de Franca).

- PALMA, Vital. (org.). Almanaque da Franca. Franca, 1912. (Museu Histórico Municipal de Franca).

- Projetos de Leis Municipais, 1889 a 1997 (Museu Histórico Municipal de Franca e Acervo da Câmara Municipal de Franca).

- Revista Atual, ano 1, v.1, nov. de 1994 (Museu Histórico Municipal de Franca).

FONTES ORAIS

FERREIRA, Mauro. Depoimento [23.9.2006]. Entrevista a Fransérgio Follis.

FALEIROS, Eli Magno. Depoimento [16.10.2006]. Entrevista a Fransérgio Follis.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. As boçorocas de Franca-SP. Revista da Faculdade de Filosofia de Franca. Franca, ano I, v. 2, 1968.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Política e modernização em Franca, 1945-1964. Franca: FHDSS/UNESP, 1998.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Empresário fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústia do calçado (Franca, 1920-1990). Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: FCL/UNESP, 2004.

BENEVOLO, Leonardo. As origens da urbanística moderna. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença Ltda., 1987.

BENTIVOGLIO, Júlio César. Trajetória urbana de Franca (1805-1995). Franca: Fundação Municipal Mário de Andrade, 1996.

BENTIVOGLIO, Júlio César. Os dois corpos da cidade: A constituição do espaço urbano de Franca no século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 1997.

BENTIVOGLIO, Júlio César; MARTINS, Marco Antônio Ventura. Boa Vista: um bairro em extinção. Franca: Prefeitura Municipal: Fundação Municipal Mário de Andrade, 1999.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BEZERRA, Marcos Otávio. Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONDUKI, Nabil Georges. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.95-130.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.

BURKE, Peter. Sociologia e História. Porto: Afrontamento, 1980.

CAMPANHOL, Edna Maria. As reações socioeconômicas em Franca em face do processo de globalização. Tese (Doutorado em Serviço Social). Franca: FHDSS/UNESP, 2000.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.46, n.1, p.153-193, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n1/a05v46n1.pdf>. Acesso em: 13 de abr. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Expansão urbana e meio ambiente nas cidades não-metropolitanas: o caso de Franca-SP. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: EESC/USP, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, Luiz Augusto Maia. O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). São Carlos: Rima / Fapesp, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. Perspectivas, São Paulo, v.22, p. 41-59, 1999.

DI GIANNI, Tércio Pereira. Etnicidade e fortuna: estratégias dos italianos de boa estrela radicados em Franca a partir da Grande Imigração. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 1996.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. v.2. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FELDMAN, Sarah. (Coord.) Programas de Gestão Integrada para o Município de Franca – PGI. (Relatório de Pesquisa). São Carlos: FAPESP/EESC-USP, 2002.

FELDMAN, Sarah; FERREIRA, Mauro. Programas de gestão integrada: uma nova perspectiva de política urbana para Franca. In: FERREIRA, Mauro (org.). Arquitetura e urbanismo modernos em Franca: fragmentos de uma trajetória. Franca: Ribeirão Gráfica Editora, 2006. p.151-164. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Geraldo Valdir; BARCELLOS, Fernando Pereira. Progresso: subsídios para a história de um bairro. Franca: Prefeitura Municipal / Fundação Municipal Mário de Andrade, 2003.

FERREIRA, Jorge Luiz. Trabalhadores do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

FERREIRA, Mauro. Franca: itinerário urbano. São Paulo: Laboratório das Artes, 1983.

FERREIRA, Mauro. Espaço edificado e a indústria de calçados em Franca. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). São Carlos: EESC/USP, 1989.

FERREIRA, Mauro. Distrito Industrial de Franca: uma idéia à procura de um lugar. In: _____ (org.). Arquitetura e urbanismo modernos em Franca: fragmentos de uma trajetória. Franca: Ribeirão Gráfica Editora, 2006. p.55-69. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Mauro; SATURI, Teresinha Linda. Programa Teto Seguro: uma experiência em assistência técnica à autoconstrução na cidade de Franca. In: FERREIRA, Mauro (org.). Arquitetura e urbanismo modernos em Franca: fragmentos de uma trajetória. Franca: Ribeirão Gráfica Editora, 2006. p.83-98. 1 CD-ROM.

FOLLIS, Fransérgio. Estação: o bairro-centro. Franca: Prefeitura Municipal / Fundação Municipal Mário de Andrade, 1998.

FOLLIS, Fransérgio. Modernização urbana na Belle Époque paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FONSECA, Hermes da. Vila Gosuen: vozes e silêncios do bairro das passagens. Monografia (XII Concurso sobre a História dos Bairros de Franca-SP). Franca: Prefeitura Municipal, 2004.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro: Editora da USP, 1973.

FUENTES, Maria Cecília Sodré. Conjunto Residencial Parque Vicente Leporace: marco de novas concepções urbanísticas na trajetória do BNH. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). São Carlos, UFSCar, 2006.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. Migrantes mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980). Franca: FHDSS/UNESP: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

GLEZER, Raquel. São Paulo, cem anos de perímetro urbano. Revista História, São Paulo, v. 13, p. 155-65, 1994.

GRUPO DE PLANEJAMENTO INTEGRADO LTDA. - GPI. Plano de Desenvolvimento Integrado de Franca - Diagnóstico. Franca: SERFHAU: Prefeitura Municipal de Franca, 1969a.

GRUPO DE PLANEJAMENTO INTEGRADO LTDA. - GPI. Plano de Desenvolvimento Integrado de Franca - Viabilidade do Distrito Industrial. Franca: SERFHAU: Prefeitura Municipal de Franca, 1969b.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

GRUPO DE PLANEJAMENTO INTEGRADO LTDA. - GPI. Plano de Desenvolvimento Integrado de Franca - Política de Desenvolvimento Físico. Franca: SERFHAU: Prefeitura Municipal de Franca, 1969c.

GRUPO DE PLANEJAMENTO INTEGRADO LTDA. - GPI. Plano de Desenvolvimento Integrado de Franca - Plano de Ação do Governo Municipal. Franca: SERFHAU: Prefeitura Municipal de Franca, 1969d.

HOBSBAWN, Eric J. A era do capital. 5ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS. Cadernos de Estudos: demografia de Franca, Franca: FACEF, v.1, n.1, 2000.

KOWARICK, Lúcio. Introdução: As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. In: _____ (Org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.17-27.

KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAISNER, Regina. Visões de política e o caminho da participação: representações e práticas de moradores da periferia de São Carlos. Teoria e Pesquisa, São Carlos-SP, n.32-35, p.133-155, 2000.

LENARDÃO, Elsio. O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: FCL/UNESP, 2006.

LIMA, Cacilda Comássio. A construção da cidade: a câmara municipal de Franca e a organização do espaço urbano. Dissertação (Mestrado em História). Franca, 1995.

LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MARSHALL, Teodor H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Ana Luiza. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: BRESCIANI, Stella. Imagens da Cidade: séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH / São Paulo - Marco Zero - FAPESP, 1993.

MELO, Egle Roberto Menezes. O coronelismo francano: a consolidação da hegemonia (1880-1940). Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 1995.

MORAES, J. G. V. de. Cidade e cultura urbana na Primeira República. São Paulo: Atual, 1994.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

MORSE, Richard. M. Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole. São Paulo: Difel, 1970.

NEEDELL, Jeffrey D. Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Cidadania, crise e reforma democrática do Estado. Perspectivas, São Paulo, v.22, p. 61-84, 1999.

OLIVEIRA, Wilmar Antônio de. Política e saúde pública: o município de Franca na Primeira República (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 1999.

PAULON, Eliane Perpétua. Resistir ou alienar-se? Estudo de caso sobre a relação dialética entre alienação e resistência presente na vida dos moradores do bairro Jardim Paineiras – Franca-SP. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social). Franca: FHDSS/UNESP, 1997.

PEIXOTO, Milza Bruxelas. A História vai à rua. O passado e o presente de Franca. Franca/SP: FHDSS/UNESP, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.

QÜEEN, P. Usos e apropriações no espaço urbano: o caso das praças de Franca. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura). Franca: UNIFRAN, 1986.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. A vida colonial, a rua e a ordenação dos espaços. Cadernos de História de São Paulo, São Paulo: Museu Paulista da USP, n. 2, 1993.

RIBEIRO, Maria da Conceição Martins. Franca: contribuição ao estudo dos centros urbanos brasileiros. Revista do Arquivo Público Municipal, São Paulo, v. 77, p. 137-156, jun./jul. 1941.

RINALDI, Dalva Marlene Chioca. As boçorocas como condicionantes do crescimento urbano de Franca. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: FFCH/USP, 1982.

RINALDI, Dalva Marlene Chioca. A indústria curtumeira em Franca. (Relatório de Pesquisa). Franca: FHDSS/UNESP, 1987.

ROLNIK, Raquel. São Paulo na virada do século: territórios e poder. Cadernos de História de São Paulo, São Paulo, n. 2, p. 39-44, 1993.

ROMERO, José Luis. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. Cidade do México: Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A. / Siglo Veintiuno Editores S.A., 1976.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

SAES, Décio. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n.42, p.379-410, 2001.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Rosana da. A provisão habitacional em Franca-SP: uma cidade sem favelas? Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) EESC/USP, 2005.

SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. A educação escolar em meio aos imperativos da modernização (Franca: 1961-1971). Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2000.

TAVEIRA, Vera Lúcia Alves. Projeto de intervenção do Serviço Social no pseudo-núcleo urbano do Quadrado. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social). Franca: FHDSS/UNESP, 1980.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n.44, p.6-34, out. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>. Acesso em: 13 de abr. 2007.

VAZ, Thaís de Fátima; DREIER, Sabina Rodrigues. História do Jardim Aeroporto. Franca: FHDSS/UNESP, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv35.htm>. Acesso em: 13 de abr. 2007.

WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

ANEXO

Tabela dos loteamentos aprovados no município de Franca (1925-1996)

	Loteamentos	Data de Aprovação	N° de lotes	Área (Ha)
1	Vila Chico Júlio	21/01/1925	s/ i	29,00
2	Vila Aparecida	25/10/1925	s/ i	92,80
3	Vila Nicácio	29/04/1929	s/ i	11,20
4	Vila Santo Antônio	08/08/1929	s/ i	10,20
5	Vila Santos Dumont	15/02/1929	s/ i	31,30
6	Vila Monteiro	06/04/1933	s/ i	4,70
7	Vila Santos Dumont (prol.)	24/04/1938	s/ i	14,30
8	Vila Flores	05/09/1946	s/ i	4,80
9	Vila Coronel Antonio Jacinto	29/12/1947	s/ i	3,00
10	Vila Jardim Consolação	28/09/1949	s/ i	13,02
11	Vila Nossa Sra. das Graças	02/03/1951	s/ i	12,48
12	Jardim Francano	02/05/1951	s/ i	27,85
13	Bairro Higienópolis	02/10/1951	s/ i	21,80
14	Vila Exposição	27/12/1951	s/ i	10,98
15	Vila Duque de Caxias	??/12/1951	s/ i	4,130
16	Vila Industrial	??/03/1952	s/ i	15,01
17	Vila Santos Dumont (prol. 2)	22/03/1952	s/ i	3,80
18	Vila Raycos	17/01/1953	s/ i	18,60
19	Vila Nicácio nº2	22/04/1953	s/ i	16,95
20	Vila Nossa Senhora de Fátima	17/07/1953	s/ i	16,24
21	Vila Clementino	26/08/1953	s/ i	0,58
22	Vila Santa Rita	11/11/1955	s/ i	1,50
23	Vila Jardim Califórnia	25/11/1955	s/ i	13,10
24	Vila Patrício	10/01/1956	s/ i	2,30
25	Vila Imperador	27/01/1956	s/ i	28,22
26	Vila Aparecida (prol.)	23/02/1956	s/ i	2,10
27	Vila Santa Cruz	28/05/1956	s/ i	23,60
28	Vila Bairro Jesus Maria José	28/05/1956	s/ i	5,90
29	Jardim Conceição Leite	03/08/1956	s/ i	9,22
30	Vila Jardim Paulista	08/08/1956	s/ i	14,49
31	Jardim Consolação (prol.)	16/11/1956	s/ i	10,06
32	Vila Santa Cruz (prol.)	31/12/1956	s/ i	1,50
33	Vila Samello (Cubatão)	24/01/1957	s/ i	2,36
34	Vila Jardim Samello	13/03/1957	s/ i	8,19
35	Vila Imperador (prol.)	04/06/1957	s/ i	0,64
36	Jardim Boa Esperança	08/06/1957	s/ i	27,36
37	Bairro São José	13/06/1957	s/ i	97,76
38	Vila Scarabucci	14/06/1957	s/ i	26,10
39	Jardim Pauista (prol.)	26/07/1957	s/ i	2,24
40	Jardim Ângela Rosa	16/01/1958	s/ i	26,36
41	Vila Santa Luzia	26/04/1958	s/ i	9,10
42	Jardim América	21/05/1958	s/ i	7,72
43	Vila Catocos	21/08/1958	s/ i	6,65

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

44	Vila Chico Júlio (prol.)	11/03/1959	s/ i	9,63
45	Vila Aparecida (prol.)	20/03/1959	s/ i	8,98
46	Vila Santa Luzia (prol.)	20/03/1959	s/ i	1,25
47	Vila Santa Maria do Carmo	21/12/1959	s/ i	15,46
48	Jardim Alvorada	26/01/1961	s/ i	22,99
49	Jardim Francano (prol.)	13/07/1961	s/ i	5,08
50	Parque São Jorge	17/07/1961	s/ i	22,95
51	Vila Duque de Caxias (prol.)	24/10/1961	s/ i	2,84
52	Jardim Maria Rosa	26/05/1962	s/ i	29,22
53	Jardim Planalto	02/10/1962	s/ i	7,75
54	Vila N. S. das Graças (prol.)	01/07/1964	s/ i	1,19
55	Recreio Campo Belo	16/10/1965	s/ i	159,58
56	Vila Jardim Bethânia	28/11/1966	s/ i	6,70
57	Jardim Brasilândia	30/12/1966	s/ i	52,38
58	Vila Monteiro (prol.)	03/03/1967	s/ i	1,30
59	Jardim Marília	28/04/1967	s/ i	2,42
60	Vila França	27/10/1967	s/ i	5,28
61	Vila Rezende	17/11/1967	s/ i	21,26
62	Vila Cel. Antonio Jacinto (prol.)	23/11/1967	s/ i	1,13
63	Jardim Roselândia	20/12/1967	s/ i	17,00
64	Vila Santa Rita (prol.)	10/04/1968	s/ i	5,25
65	Vila Molina	31/05/1968	s/ i	1,11
66	Bairro Higienópolis (prol.)	05/06/1968	s/ i	1,45
67	Vila Aparecida (prol.)	17/06/1968	s/ i	6,48
68	Vila Santa Therezinha	05/07/1968	s/ i	32,33
69	Jardim Dr. Antonio Petraglia	27/09/1968	s/ i	90,23
70	Jardim Seminário	27/11/1968	s/ i	9,77
71	Jardim S. Francisco de Assis	14/01/1969	s/ i	0,28
72	Jardim do Éden	16/01/1969	s/ i	23,20
73	Jardim São Luiz	30/01/1969	s/ i	9,64
74	Parque Progresso	30/01/1969	s/ i	16,96
75	Vila Santa Rita (prol.2)	26/03/1969	s/ i	3,24
76	Parque Progresso - 2 - (prol.)	18/04/1969	s/ i	13,83
77	Parque Progresso - 3 - (prol.)	14/05/1969	s/ i	13,24
78	Jardim Guanabara	03/07/1969	s/ i	26,28
79	Vila Santa Therezinha (prol.)	08/07/1969	s/ i	11,32
80	Jardim Lima	31/12/1969	s/ i	16,02
81	Vila São Sebastião	31/12/1969	s/ i	29,09
82	Bairro São Vicente de Paulo	31/12/1969	s/ i	10,82
83	Vila Jardim Riviera	28/01/1970	s/ i	14,68
84	Vila Santa Tereza	15/05/1970	s/ i	4,86
85	Jardim Progresso (prol.)	18/05/1970	s/ i	11,50
86	Jardim Lima (prol.)	18/05/1970	s/ i	6,75
87	Bairro Santo Agostinho	19/05/1970	s/ i	34,28
88	Jardim do Éden (prol.)	20/05/1970	s/ i	1,56
89	Vila Teixeira	20/05/1970	s/ i	s/ i
90	Vila Júlio Ferraro	05/06/1970	s/ i	1,07
91	Jardim Pedreiras	27/10/1970	s/ i	10,96

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

92	Vila Pandolfo	29/10/1971	s/ i	5,30
93	Vila Champagnat	24/12/1971	s/ i	9,92
94	Vila Pedigoni	18/10/1972	s/ i	6,24
95	Vila Independência	1973	s/ i	3,67
96	Vila Europa	1974	s/ i	8,37
97	Jd. Francano (prol.)	11/04/1975	s/ i	s/ i
98	Jd. Brasilândia (prol.)	15/03/1976	371	14,96
99	Jd. Bueno	27/12/1976	222	8,90
100	Jd. Veneza	29/01/1876	194	14,70
101	Pq. das Acácias	09/09/1976	80	6,97
102	Pq. dos Lima	22/11/1976	318	9,97
103	Pq. Francal	23/11/1976	314	15,75
104	Pq. Progresso da Franca (prol.)	05/02/1976	1133	17,97
105	Res. Nova Franca	30/12/1976	436	18,77
106	V.Allan Kardec	27/09/1976	91	5,85
107	V. Carrenho	30/06/1976	21	2,19
108	V. Marta	11/02/1976	143	8,75
109	V. Regina	12/02/1976	46	3,09
110	Jd. Santana	29/12/1976	s/ i	29,18
111	Jd. Centenário	28/01/1977	271	14,81
112	Jardim do Éden (prol.)	28/01/1977	120	9,69
113	Pq. da Boa Vista	17/10/1977	31	6,68
114	Pq. Universitário	06/07/1977	342	21,38
115	V. Industrial (prol.)	26/01/1977	47	s/ i
116	V. Santa Helena	21/01/1977	330	10,29
117	Bairro São Joaquim	07/03/1978	1353	68,96
118	Bairro São José (prol. leste)	19/10/1978	78	3,08
119	Bairro São José (prol. Espólio V. Scarabucci)	15/09/1978	s/ i	5,77
120	Jd. Aeroporto	13/06/1978	1491	92,86
121	Jd. Aeroporto (prol.)	29/11/1978	138	8,15
122	Jd. Castelo Soberano	17/11/1978	20	4,75
123	Morada do Verde	07/07/1978	290	38,48
124	Pq. Vila Izabel	07/03/1978	347	14,07
125	Vila Santa Terezinha (prol.)	28/07/1978	607	24,42
126	Pq. das Águas	1978	s/ i	46,68
127	Belvedere dos Cristais	27/09/1979	s/ i	s/ i
128	Jd. Dermínio	30/01/1979	1333	63,30
129	Jd. do Líbano	31/07/1979	318	17,10
130	Pq. Sumaré	27/09/1979	70	5,34
131	Jd. Redentor	1979	s/ i	28,50
132	City Petrópolis	01/04/1980	1707	94,61
133	Jd. Aeroporto II	25/01/1980	1466	61,47
134	Jd. Brasil	26/06/1980	132	8,05
135	Jd. Palmeiras	18/04/1980	351	15,93
136	Jd. Flórida	09/05/1980	401	13,02
137	Jd. Martins	23/10/1980	457	10,60
138	Pq. Continental	06/02/1980	191	8,36

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

139	Pq. das Candeias	07/02/1980	26	10,63
140	Prol. da Vila Izabel	26/02/1980	185	5,05
141	Pq. Vitória Régia	05/02/1980	35	9,36
142	V. Hípica	12/11/1980	169	25,22
143	V. Pedigoni	19/02/1980	141	7,42
144	V. Tótoli	07/10/1980	275	15,45
145	Jd. Paulistano	28/01/1980	s/ i	149,44
146	Jd. Jacintho Nery	05/10/1981	56	1,11
147	Pq. das Árvores	23/12/1981	71	15,91
148	Pq. do Castelo	17/12/1981	230	8,82
149	Pq. Santa Adélia	10/11/1981	361	5,32
150	Jd. Dr. Antonio Petraglia (prol.)	26/08/1981	1865	12,20
151	Recanto Bom Jardim	23/06/1981	43	s/ i
152	Recanto Fortuna	31/07/1981	124	s/ i
153	Res. Baldassari	20/10/1981	118	6,31
154	V. Imperador (prol.)	12/06/1981	28	2,55
155	Jd. Barão	16/11/1982	185	13,73
156	Jd. Maria Rosa	29/10/1982	714	29,84
157	Jd. Noêmia	03/05/1982	1415	77,41
158	V. N. Sra. Do Carmo	16/11/1982	366	s/ i
159	Jd Sta Efigênia	09/08/1982	s/ i	23,84
160	Jd. Sta Eugênia	09/08/1982	s/ i	28,13
161	Jd. São Luiz II	03/05/1982	s/ i	26,99
162	Jd. Aeroporto III	31/01/1983	2253	72,83
163	City Consolação	10/11/1983	70	s/ i
164	Jd. Francano (prol.)	25/03/1983	136	s/ i
165	Pq. Santa Hilda	31/10/1983	370	19,73
166	V. Santa Rita (prol.)	28/01/1983	60	4,62
167	V. Europa	10/05/1983	244	9,95
168	V. Rezende	31/01/1983	512	s/ i
169	V. Santa Cruz	31/01/1983	638	s/ i
170	Village do Sol	07/01/1983	77	s/ i
171	Parque Vicente Leporace	14/12/1983	2238	110,68
172	Jd. Paraty	1983	s/ i	18,47
173	Pq. Dr. Carrão	10/06/1983	s/ i	7,07
174	Distrito Industrial I	15/02/1984	819	226,04
175	Jd. Maria Gabriela	28/12/1984	149	5,92
176	Jd. Palma	14/02/1984	1128	47,67
177	Morada do Sol	18/07/1985	43	s/ i
178	Pq. dos Pinhais	29/10/1986	355	6,22
179	Chácaras Ouro Verde	14/08/1987	s/ i	s/ i
180	Jd. São Vicente II	03/02/1987	237	s/ i
181	Pq. Florestal	19/03/1987	26	s/ i
182	Jd. Portinari	1987	s/ i	65,75
183	Vilage São Vicente	03/02/1987	s/ i	14,63
184	Pq. das Esmeraldas	09/06/1988	1046	34,04
185	Pq. Piratininga	14/04/1988	41	13,89
186	Pq. Residencial Sta. Maria	23/02/1988	594	15,65

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.

187	Jd. Ângela Rosa (prol.)	18/06/1988	1140	47,00
188	Res. Paraíso	03/10/1988	383	15,72
189	Jd. Aeroporto IV	31/08/1988	375	12,51
190	Jd. São Gabriel	09/06/1988	s/ i	12,74
191	Jardim Aeroporto II (prol.)	30/11/1989	136	6,62
192	Jd. Ipanema	19/10/1989	382	21,87
193	Jd. Miron	19/01/1989	35	8,75
194	Pq. do Horto	06/10/1989	1059	42,46
195	Jd Dr. Antonio Petraglia II (prol.)	24/08/1989	346	s/ i
196	Samello woods	21/08/1989	s/ i	6,08
197	Jd. Samello III	29/01/1989	s/ i	15,35
198	Jd. Pinheiros	24/02/1989	s/ i	6,91
199	Jd. Espraiado	10/10/1990	20	6,32
200	Jd. Integração	25/01/1990	379	21,31
201	Jd. Palestina	19/09/1990	660	25,52
202	Jd. Tropical	25/09/1990	935	38,68
203	Jd Pinheiros II	12/10/1990	s/ i	14,22
204	Res. Jd. Vera Cruz	27/12/1990	s/ i	30,86
205	Jd. Marambaia	04/06/1991	135	3,86
206	Recanto Itambé	18/09/1991	66	6,45
207	Res. Jd. Vera Cruz II	24/10/1991	832	38,01
208	Res. Moreira Jr.	10/12/1991	410	13,28
209	Vale da Lua Azul	15/08/1991	20	3,42
210	Samell Park	09/08/1991	518	17,05
211	Jd. São Francisco	26/07/1991	s/ i	13,80
212	Jd. Luiza	11/06/1992	1865	66,09
213	Jd. Tropical II	17/11/1992	1284	50,16
214	Recanto da Felicidade	17/08/1992	26	0,43
215	Recanto Elimar	16/09/1992	1767	36,15
216	Res. Nosso Lar	26/03/1992	233	16,48
217	Jd. Primavera	1992	s/ i	16,32
218	Jd. Aviação	29/06/1993	580	18,58
219	Jd. Flórida (prol.)	07/01/1993	246	9,55
220	Jd. Milena	28/05/1993	65	2,02
221	Jd. Paineiras	04/08/1993	985	37,04
222	Res. Olavo Pinheiro	10/08/1993	174	7,22
223	Res. São Tomaz	20/10/1993	479	18,87
224	Res. Dora Maria	10/08/1993	39	8,92
225	Jd. Panorama	1993	s/ i	29,20
226	Jd. Zelinda	23/09/1994	375	9,60
227	Jd. Monte Carlo	14/03/1995	111	s/ i
228	Pq. Dom Pedro I	09/05/1995	241	20,05
229	Jd. Eldorado	10/07/1996	112	7,46
230	Jd. Martins (prol.)	16/02/1996	124	9,69

Fontes: Chiquito (2006), Feldman (2002), Follis (2004), Fuentes (2006), Jornal *Comércio da Franca* (1919-1997), Jornal *Diário da Franca* (1976-1997).

AcroPDF - A Quality PDF Writer and PDF Converter to create PDF files. To remove the line, buy a license.